

**LUCIENE LIMA DE ASSIS PIRES**

**O ENSINO SECUNDÁRIO EM JATAÍ NAS  
DÉCADAS DE 40 E 50**

**GOIÂNIA  
1997**

**LUCIENE LIMA DE ASSIS PIRES**

**O ENSINO SECUNDÁRIO EM JATAÍ NAS  
DÉCADAS DE 40 E 50**

**Dissertação apresentada como exigência  
parcial para obtenção do título de mestre.  
Mestrado em Educação Escolar  
Brasileira, Faculdade de Educação,  
Universidade Federal de Goiás  
Orientador: Prof<sup>º</sup>. Dr<sup>º</sup>. Walderês Nunes  
Loureiro.**

## TERMO DE APROVAÇÃO

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre. Mestrado em Educação Escolar Brasileira, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás.

Orientador: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Walderês Nunes Loureiro.

Goiânia, \_\_\_\_\_ de 1997.

Banca Examinadora:

W. Loureiro  
Orientador

L. Saurade  
Membro

José César Baie Neto  
Membro

A Valteci, Rômulo, Murillo e Robson. O caminho se torna menos íngreme quando não estamos sós. A ausência física que um trabalho desta natureza nos impõe foi compensado pela tranquilidade espiritual que vocês, pacientemente, souberam transmitir.

Aos primeiros educadores, Arédio e Maria Imaculada. Sua trajetória de vida fundiu-se em um amor maior repleto de sabedoria. Foram os ensinamentos recebidos de vocês que me abriram os caminhos para a busca do saber.

A vocês o fruto deste trabalho.

## **AGRADECIMENTOS**

A trajetória de uma pesquisa da natureza desta que nos empenhamos em desenvolver é marcada por conquistas e derrotas. Por desconhecerem a importância da pesquisa na concretização de novos mundos, várias portas são fechadas para o pesquisador. Existem administradores que percebem a História como objeto particular que deve ficar armazenado, intocado. Mas, se por um lado nos deparamos com pessoas que se julgam proprietárias de informações que são públicas, por outro, a persistência nos fez encontrar pessoas que acreditam na importância de manter a História sempre viva na memória de todos e, para isso, tornaram públicos seus arquivos particulares fazendo-nos ver que valeria a pena continuar.

Não é possível enumerar todos aqueles que, direta ou indiretamente, contribuíram para a concretização deste trabalho. Mesmo correndo o risco de sermos injustos, suprimindo alguns nomes, não poderíamos deixar de agradecer de forma especial:

À Professora Walderês Nunes Loureiro. Você se fez presente, se tornou amiga, soube compreender as angústias e orientou para que fossem superadas. Com sua experiência me fez perceber que o objeto não deve ser abandonado quando os primeiros dados começam a negá-lo;

Ao Professor Luiz Fernandes Dourado e à Professora Maria Tereza Louza, pelas valiosas sugestões e criteriosas observações quando do Exame de Qualificação;

À Leandra, aluna-pesquisadora, por acreditar no Projeto e engrossar as fileiras na longa peregrinação pelo IBGE, Escolas, Museu, Igrejas, entrevistas;

À Flávia, amiga, que com total desprendimento se debruçou comigo na árdua tarefa de transcrição de fitas;

A Dona Izaltina Souza e Dona Linda Miranda, exemplos de religiosidade, dedicação e desprendimento. Na pessoa de vocês agradecemos a todos os entrevistados que nos possibilitaram resgatar, através da história oral, os fatos que não são oficialmente elucidados;

A Dona Nilda Vilela por nos receber tão bem, pela paciência durante o período em que passamos em sua casa pesquisando, por tornar público seus arquivos particulares;

À Vilma, pelo convívio em Goiânia e pelas sugestões quando da leitura dos originais;

À Mara Sandra, pela leitura criteriosa dos originais, contribuindo na elucidação de pontos ainda obscuros;

À Vanderleida, pela revisão final do texto;

Ao Colégio Nossa Senhora do Bom Conselho, pela organização dos arquivos e pela disponibilidade no pronto atendimento. Obrigada ledinha;

Ao Colégio Estadual Nestório Ribeiro, na pessoa do Professor Edmar que, em sua administração, se preocupou em reorganizar o arquivo da escola, facilitando sobremaneira a tarefa do pesquisador;

Ao Instituto Samuel Graham, que, curvando-se ao nosso apelo, cedeu parte de seu arquivo à pesquisa. Obrigada Prof. Alírio.

A Alberto e Ana Maria, colegas do MEEB, pela contribuição nas 'orientações coletivas';

A João Batista e Marilene, colegas com os quais convivi em todas as disciplinas, que muito me ensinaram e que aprendi a admirar;

Aos colegas da 7ª turma do MEEB. O isolamento do período de Redação não apagou da memória os momentos de convívio e aprendizagem;

À CAPES pelo apoio financeiro, mesmo por um curto período;

Acreditando serem os últimos os primeiros, a Rômulo, Murillo e Robson, filhos queridos que, pela pureza da alma, não conseguiam encontrar

razão lógica para a ausência constante. E a você Valteci, esteio firme, por acreditar e incentivar sempre. Você que nos momentos de dúvida transmitia tranquilidade, nos momentos de angústia, transmitia paz. Que, junto aos nossos filhos, supriu os longos períodos de ausência. Que opinou quando o texto estava confuso. Sem sua presença constante este degrau não teria sido transposto.

Com vocês divido os possíveis méritos deste trabalho.

# SUMÁRIO

<b>ABREVIATURAS E SIGLAS</b> .....	ix
<b>ILUSTRAÇÕES</b> .....	x
<b>TABELAS E GRÁFICOS</b> .....	xi
<b>RESUMO</b> .....	xiii
<b>ABSTRACT</b> .....	xiv
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	01
1- A ESCOLHA DO TEMA .....	01
2- COLETA, ANÁLISE E EXPOSIÇÃO DOS DADOS .....	05
<b>I - A COMPREENSÃO DO OBJETO</b> .....	16
1- O ENSINO SECUNDÁRIO.....	16
2- .PRIMÓRDIOS DO ENSINO SECUNDÁRIO EM GOIÁS.....	34
3- O MUNICÍPIO DE JATAÍ E O SUDOESTE GOIANO FRENTE AO ESTADO	40
4- O ENSINO SECUNDÁRIO EM JATAÍ ATÉ 1930 .....	47
<b>II- RENASCE O ENSINO SECUNDÁRIO, MANTÉM-SE A VERTENTE PARTICULAR</b> .....	64
1- ASPECTOS HISTÓRICOS DO CATOLICISMO NO BRASIL.....	66
2- OS AGOSTINIANOS EM JATAÍ .....	72
3- O COLÉGIO NOSSA SENHORA DO BOM CONSELHO .....	76
4- ASPÉCTOS HISTÓRICOS DO PROTESTANTISMO NO BRASIL .....	95
4.1- OS PRESBITERIANOS EM GOIÁS .....	102
4.2- A OBRA EDUCATIVA EVANGÉLICA EM JATAÍ.....	106
4.2.1- A ESCOLA EVANGÉLICA DE JATAÍ .....	107
4.2.2- DE ESCOLA EVANGÉLICA A INSTITUTO SAMUEL GRAHAM .....	109



2.2.3- INSTITUTO SAMUEL GRAHAM .....	115
<b>III- O ENSINO SECUNDÁRIO GRATUITO .....</b>	<b>137</b>
1- A AMPLIAÇÃO DA REDE DE ENSINO PÚBLICA NO PAÍS.....	142
2- O ENSINO SECUNDÁRIO GRATUITO EM JATAÍ .....	147
2.1- A CRIAÇÃO DO GINÁSIO GRATUITO: ENTRE O DADO E O PROPAGADO .....	154
2.2- GINÁSIO NESTÓRIO RIBEIRO .....	163
<b>IV- O REPENSAR DO OBJETO, UMA ANÁLISE POSSÍVEL .....</b>	<b>188</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>198</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>209</b>

## **ABREVIATURAS E SIGLAS**

**AEC** - Associação de Educação Católica.

**CBC** - Colégio Nossa Senhora do Bom Conselho.

**CBE** - Conferência Brasileira de Educação.

**CERNE** - Consórcio de Empresas de Radiodifusão e Notícias do Estado (Goiás).

**CMGNR** - Cooperativa Mantenedora do Ginásio Nestório Ribeiro.

**CNEG** - Campanha Nacional dos Educandários Gratuitos.

**FNEE** - Federação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino.

**GNR** - Ginásio Nestório Ribeiro.

**ISG** - Instituto Samuel Graham.

**JEJ** - Juventude Espírita de Jataí.

**IBGE** - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

**INEP** - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais.

**ONJ** - Organização Nacional da Juventude.

**REBP** - Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos.

**SEMA** - Superintendência da Educação Musical e Artística.

# ILUSTRAÇÕES

## Fotos

<b>Nº</b>	<b>Descrição</b>	<b>Pág</b>
1	- Instituto Municipal Pedro Salazar .....	59
2	- Colégio Novaes .....	60
3	- Grupo Escolar Presidente Brasil .....	61
4	- Lyceu de Jataí .....	62
5	- Lyceu de Jataí .....	63
6	- Primeira Sede do Colégio Nossa Senhora do Bom Conselho (CBC)	125
7	- Colégio Nossa Senhora do Bom Conselho - Fachada Externa .....	126
8	- CBC - Monumento do Pátio Interno .....	127
9	- CBC - Pátio Interno .....	128
10	- CBC - Aula de Datilografia .....	128
11	- CBC - Aula de Trabalhos Manuais .....	129
12	- CBC - Desfile Cívico .....	130
13 e 14	- CBC - Desfile Cívico .....	131
15	- Hospital Evangélico de Rio Verde - Missão Central .....	132
16	- Instituto Samuel Graham (ISG) - Construção .....	132
17	- ISG - Inauguração do Prédio do Internato Feminino .....	133
18	- ISG - Alunos do Normal Regional .....	133
19	- ISG - Sala de Aula .....	134
20	- ISG - Desfile Cívico .....	134
21	- ISG - Desfile Cívico .....	135
22	- Lembrança de Jataí .....	136
23	- Alunos do Curso de Extensão Cultural - Preparatório para o Exame de Admissão ao Ginásio Nestório Ribeiro (GNR) .....	180
24	- Primeira Sede do GNR .....	181
25	- GNR - Laboratório .....	182
26	- GNR - Sala de Estudos Sociais .....	182
27 e 28	- GNR - Desfile Cívico .....	183
29	- GNR - Diretora e alunos .....	184

30 e 31 - GRR - Primeira Sede Própria .....	185
32 - GRR - Primeira Sede Própria .....	186
33 - GNR - Sede atual .....	187

### **Mapas**

1 - Prelazia de Jataí e municípios jurisdicionados .....	72
2- Expansão do Presbiterianismo no Brasil .....	98
Legenda .....	99
3- Atuação da Igreja Presbiteriana do Brasil de 1859 a 1959 .....	101

## **TABELAS E GRÁFICOS**

### **Gráficos**

01 - População de Jataí em 1940, por nível de alfabetização .....	04
02 - População do município de Jataí em 1940 /1950, por atividade....	47
03 - População do município de Jataí em 1940, por religião .....	74
04 - Ginásio Nestório Ribeiro - Religião dos Alunos.....	162
05 - Ginásio Nestório Ribeiro - Idade dos Alunos, por ano.....	167

### **Tabelas**

01 - População de Jataí em 1940, por religião .....	08
02 - Representatividade da população de Jataí frente à população do Estado, em 1940, por religião.....	09
03 - Porcentagem de população no País, Estado e Município, em 1940, por religião.....	09
04 - Expansão do ensino secundário de 1932 a 1942.....	25
05 -Matrícula geral, estabelecimentos, cursos e corpo docente no ensino secundário: 1933 - 1960.....	31

06 - Conclusão da 4ª e 5ª séries primária e matrícula na 1ª série ginasial no ano seguinte.....	32
07 - Matrícula no ensino secundário público e particular: 1945 - 1960.	33
08 - Crescimento populacional, por religião - Brasil, Goiás, Jataí, de 1940 para 1950.....	124
09 - Religião dos Alunos do Ginásio Nestório Ribeiro .....	161

## RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo analisar a estrutura do ensino secundário no município de Jataí, estado de Goiás, nas décadas de 40 e 50. Para tanto, fez-se inicialmente uma abordagem geral sobre o Ensino Secundário no Brasil e em Goiás, sendo inserido historicamente neste contexto o município de Jataí e a primeira fase do Ensino Secundário - Primeiro Ciclo, (anterior a 1930). Em seguida, passou-se para a caracterização das escolas criadas no município no período citado, qual seja: uma escola feminina católica, uma escola evangélica presbiteriana e uma escola pública cooperativa. Visando uma melhor compreensão do objeto, serviram de base para a análise realizadas fontes primárias, dados estatísticos, história oral. O município de Jataí tinha, durante estas décadas, um grande contingente populacional espírita, aspecto este que veio influenciar na mobilização da população para a criação da escola pública.

## **ABSTRACT**

This current paper has the aim of analysing the elementary teaching structure in the county of Jataí in the state of Goiás, in the forties and fifties.

Therefore, first of all, a general approach about the elementary teaching in Brazil and in Goiás has been done. The county of Jataí and first phase of elementary teaching (before 1930) have been inserted historically into this context.

After that features were given to the schools created in this county in the period cited, such as: a catholic female school, a gospel presbyterian school and a cooperative public school.

In order to have a better comprehension of the object, primary sources, statistic data and oral history served as basis for the analysis which has been done.

Jataí county had during these decades a large number spiritualistic population; this aspect has influenced in the population mobilisation towards the creation of the public school.

# INTRODUÇÃO

## 1- A ESCOLHA DO TEMA.

A historiografia em um país sem tradição de preservar memória não é uma tarefa muito fácil. A dimensão histórica que permeia a ação humana é, por vezes, diluída face ao personalismo a que, em diferentes circunstâncias, nos submetemos. Em Jataí, a vinculação dos fatos e acontecimentos a determinados atores da sociedade e à conseqüente desarticulação dos mesmos com um contexto maior sempre levou as pessoas a explicarem que quem fez e faz a história, de um colégio por exemplo, é sempre *um* ou *dois* personagens.

A literatura existente sobre o município de Jataí se divide basicamente em dois níveis. De um lado estão as obras mais romanceadas<sup>1</sup>, de outro as informativas<sup>2</sup>. O personalismo constante nos dois grupos é enorme. São poucas as obras que analisam o município de Jataí, como parte integrante de um Estado, de um País<sup>3</sup>. Este aspecto sempre nos chamou a atenção e foi a base de nossas primeiras indagações.

---

<sup>1</sup> Neste primeiro grupo podemos citar: FRANÇA, Basileu Toledo - *Pioneiros*, 2 ed. Goiânia: Departamento Estadual de Cultura- Gráfica do Livro Goiano LTDA, 1972; Id. - *Cavalo de Roda, a entrada do automóvel em Goiás*. Goiânia: Oriente, 1979; Id. *Vale do Rio Claro, corpo e alma de uma região*. Goiânia: Oriente, 1979; LIMA, Maria Eloá de Souza- *Serra do Cafezal, retratos e lembranças*. Jataí Go.: Ed. do autor, 1988.

<sup>2</sup> Neste segundo grupo citamos: ASSIS, Jesus Manoel - *A obra do século: documentário histórico de Jataí*. Edição Especial - Revista Metas. Jataí, dez./1991; CURADO, Antônio M. Fleury - *Jataí e sua história*. Edição do autor. Goiânia, 1984; CHASTAN, Lita - *Goiás - Extremo Sudoeste, geo-história e ecoturismo, na trilha dos Caiapós*. Colaboração de Chritine Chastan e Caroline Chastan. Goiânia: Gráfica do CERNE, 1996; BORGES, Filadelfo - *Os coronéis da política*. Goiânia: Gráfica do CERNE, 1982.

<sup>3</sup> Neste terceiro grupo ver: MACHADO, Vilma de Fátima - *Sudoeste de Goiás: desenvolvimento desigual*. Goiânia, 1996. Dissertação (Mestrado em História das Sociedades Agrárias) - Inst. de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal de Goiás; FRANÇA, Basileu Toledo - *O triângulo dos diamantes. a região do rio das garças e a luta armada de Morbeck e Carvalhinho em 1925*. Goiânia: CEGRAF - UFG, 1994. (Coleção Documentos Goianos nº 25).



Convivíamos com uma História sendo escrita onde se deixavam de lado elementos importantes para a compreensão do todo existente. Elementos que, visto sobre outro ângulo, trariam à tona verdades esquecidas. Percebendo então uma nova perspectiva, acreditávamos, como coloca Nunes, que “interpretar a história é voltar a um começo possível”.<sup>4</sup> No entanto, sentíamos, como ela coloca, que o caminho de volta ao que já está institucionalizado não poderia ser percebido como um simples retorno ao constituído. O retomar permeia uma tensão que, como diz Nunes, se “insinua na efetiva dificuldade que é problematizar o instituído e pensar simultaneamente nas diversas faces do problema construído”.<sup>5</sup> As dificuldades começaram a surgir. No entanto, sempre acreditamos na importância de um reescrever constante da história e o reescrever a história de Jataí passou a ser para nós um objetivo a ser alcançado, mesmo vislumbrando algumas dificuldades. Em virtude das limitações que um trabalho desta natureza nos impõe, optamos por iniciar com a área na qual atuamos - educação.

Buscando a literatura existente na linha de pesquisa na qual nos envergávamos, a qual seja: contextualizar os fatos apreendendo suas diferentes nuances, fomos confirmando algumas de nossas indagações iniciais. Em Sahlins encontramos que “a história é ordenada culturalmente de diferentes modos nas diversas sociedades, de acordo com os esquemas de significação das coisas”.<sup>6</sup> Diz ele que, se por um lado as pessoas organizam os seus projetos e dão sentidos aos objetos partindo das compreensões preexistentes da ordem cultural, por outro, as circunstâncias próprias da ação não se conformam aos significadas que lhes são atribuídos por grupos específicos, já que os homens, criativamente, repensam os esquemas que estão postos convencionalmente. Neste sentido está então a possibilidade do presente transcender o passado nas diferentes possibilidades de também (re) escrevê-lo.

---

<sup>4</sup> NUNES, Clarice - História da educação: espaço do desejo. In: Contribuições das Ciências Humanas para a educação: a História. *Em aberto*, Brasília: INEP, ano IX, nº 47, jul./set. /1990, p., 37-45.

<sup>5</sup> *Ibidem*, p. 41.

<sup>6</sup> SALHINS, Marshall - *Ilhas de história*; trad. de Bárbara Sette, revisão técnica: Márcia Bandeira de Mello Leite. Rio de Janeiro; Zahar, 1990, p. 7

De Decca<sup>7</sup>, ao escrever sobre a Revolução de 30 numa ótica dos 'vencidos', afirma ser a história rica em elementos que podem ser revistos continuamente. A realidade, diz ele, aos poucos vai cedendo e se revelando, numa reação constante do discurso acadêmico que a descortina e enriquece. É possível ouvir os "ecos das vozes dos operários, estudantes, donas de casa, professores e muitos outros que invadem na cena do social e nos oferecem a dimensão da diversidade da efetivação da própria história"<sup>8</sup>. E foram estes ecos de diferentes vozes que procuramos ouvir neste trabalho.

Iniciamos assim a busca de dados que nos possibilitassem a compreensão do processo de constituição/efetivação da educação no município de Jataí. A delimitação do objeto - O ensino secundário nas décadas de 40 e 50 - passou inicialmente por uma análise de aspectos já evidenciados em nosso cotidiano.

Ao buscarmos a delimitação do objeto vimos que a denominação Ensino Secundário normalmente utilizada, abrangia, desde 1931 com a Reforma Francisco Campos, dois ciclos, sendo um primeiro de quatro anos e um segundo de três anos, divisão esta que é mantida na Lei Orgânica de 1942 (Reforma Gustavo Capanema), conforme explicitaremos no capítulo I. Em Jataí, as escolas mantinham apenas o primeiro ciclo. Neste sentido, ao utilizarmos, durante a exposição, o termo Ensino Secundário em Jataí, estaremos nos referindo ao Ensino Secundário 1º Ciclo em Jataí.

Percebemos que as décadas de 40 e 50 foram significativas para a história da educação em Jataí, porque nelas havia tido reinício o ensino secundário no município, tendo sido criadas três escolas praticamente ao mesmo tempo. Jataí contava, de acordo com o censo de 1940, com 22.793 habitantes, o que representava 2,75 % da população do Estado. Deste total, 18.508 pessoas tinham idade acima de cinco anos, e destes, 12.976 eram analfabetos (6.420 homens e 6.547 mulheres). Apenas 5.532 sabiam ler e

---

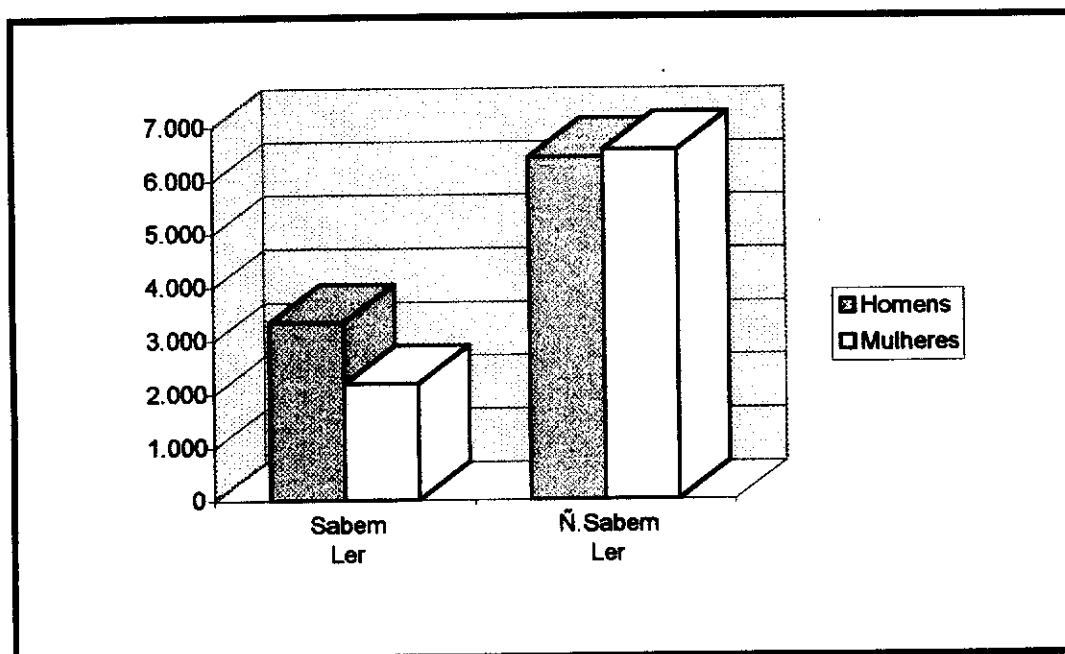
<sup>7</sup> DE DECCA, Edgar Salvadori de - *1930 o silêncio dos vencidos; memória, história e revolução*, 5 ed. São Paulo; Brasiliense, 1992.

<sup>8</sup> *Ibidem*, p. 31.

escrever (3.340 homens e 2.192 mulheres), o que corresponderia a apenas 0,03% da população total do município, conforme mostra o gráfico 01.

Gráfico 01.

**População de Jataí em 1940, por nível de alfabetização.**



Fonte: IBGE - Censo 1940.

O alto índice de analfabetismo nos leva a crer que deveria haver inicialmente a expansão do ensino primário, que se restringia, na época, a um grupo escolar em funcionamento desde 1929; 3 escolas comuns criadas em 1937 em função da Campanha Nacional de Alfabetização proposta pelo governo Vargas; além de 8 escolas comuns<sup>9</sup> já existentes anteriormente, para um contingente de 5.532 analfabetos em 1940.

Entretanto, todos os esforços no município se voltam para o estabelecimento do Ensino Secundário, que vai coincidir com expansão que

<sup>9</sup> A denominação de Grupo Escolar era dada aos estabelecimentos com no mínimo 160 alunos de sete a quinze anos, abrigava normalmente todo o ensino primário em um único prédio com vários professores, havendo também a presença de diretor. Para a criação de uma Escola Comum era exigido um mínimo de 40 alunos naquela mesma faixa etária e havia geralmente apenas um professor, uma sala somente, sem a necessidade de um diretor geral. Sobre a expansão da rede primária no estado de Goiás ver: NEPOMUCENO, M<sup>o</sup> Araújo - *A ilusão pedagógica: 1930-1945: Estado, sociedade e educação em Goiás*. Goiânia: Editora da UFG, 1994.

estaria se processando simultaneamente no Estado de Goiás e no País como um todo. Compreender esta expansão, contextualizá-la e apreender suas especificidades passou a ser nosso objetivo.

Entendemos que a história (e conseqüentemente a história da Educação) pode e deve contribuir na elucidação de fatos e esquemas não convencionalmente explicitados. Escrever história, como coloca Nunes (1990), é mais do que realizar uma exposição de achados. É o saber teórico que nos permite aceitar o desafio dos objetos que estudamos. Objetos estes que, no caso da educação, estão quase sempre adormecidos e espalhados pelos mais diferentes e, por que não dizer, divergentes caminhos. A história é uma aventura no sentido da construção do conhecimento, é um desafio que nos faz crescer ao buscarmos compreender a trajetória de diferentes sujeitos. É, como coloca Nunes, “ambição para persistir na totalização de uma prática (e na reflexão sobre ela) que extraia sua originalidade e sua competência, não da dependência de modelos já existentes, mas justamente do criterioso desencanto com o conhecimento produzido e da ousadia de afirmar a própria voz no diálogo com os outros<sup>10</sup>. Concordando com De Decca que “os acontecimentos históricos são singulares, mas a sua trama encerra um enredo que os moldes e os conceitos ajudam em muito para constituição de hipóteses e explicações regionais<sup>11</sup>, é que nos propusemos a analisar a expansão do ensino secundário em Jataí, não apenas como concessão do poder público, mas como aspiração de oportunidades educacionais.

## **2- COLETA, ANÁLISE E EXPOSIÇÃO DOS DADOS.**

Ao partirmos para a coleta de dados, a sensação inicial que tivemos foi de angústia e impotência: angústia, ao sentirmos que as portas se

---

<sup>10</sup> NUNES, op. cit., p. 39.

<sup>11</sup> DE DECCA, Edgar S. - op. cit., p. 27.

fecham para o desvendar; impotência, quando nos arquivos, os dados se perdem num amontoado de pastas e documentos sem nenhuma classificação. A tarefa é árdua e, contraditoriamente, contagiante. Concordamos com a definição de trabalho interpretativo dado por Nunes (1990), que o compara ao vôo de um pássaro: "quando as asas da imaginação do historiador se liberam, o seu mergulho no visível faz vir à tona o invisível".<sup>12</sup>

Para que a angústia não se sobrepusse ao contágio, a revisão teórica sobre o tema foi fundamental pois nos mostrou caminhos já percorridos e atalhos já encontrados. É necessário, como coloca Nunes, forjar uma sutil força teórica que invada não para possuir o objeto, mas para arrancá-lo dos lugares comuns em que foi encerrado. É uma reinvenção contínua do objeto, um "estado de permanente criatividade reflexiva" que nos possibilita buscar, como salienta Nunes, "não os sujeitos já definidos, mas o conjunto de relações que os constróem; não as obras-resultado, mas o processo que as engendram; não as obras-evento, mas as características do campo de possibilidades que as constitui; não a solução, mas a proposição de problemas".<sup>13</sup>

Nesta fase de levantamento bibliográfico, o contato com o INEP, UNB e MEC foi fundamental. Nas publicações do primeiro e bibliotecas do segundo, desenvolvemos um verdadeiro rastreamento nas publicações da época. Neste esforço de buscas possíveis conseguimos dados importantes para uma análise geral do ensino secundário no País no período estudado, principalmente através da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos.

Iniciamos a coleta de dados em três instituições: IBGE, Prefeitura Municipal de Jataí e Museu Histórico de Jataí "Francisco Honório de Campos". No IBGE, levantamos dados gerais sobre o município: economia, educação, religião, estabelecendo aí uma comparação com o Estado e o País. Na prefeitura, entramos em contato com todas as leis e decretos aprovados no

---

<sup>12</sup> NUNES, op. cit., p. 39.

<sup>13</sup> *Ibidem*, p., 42.

município. No Museu, nosso contato inicial se deu com a bibliografia existente sobre o município e com jornais editados desde a década de 10. Estes dados iniciais abriram-nos a primeira porta.

Em Jataí, os registros conhecidos até então diziam ser o Colégio Nossa Senhora do Bom Conselho a primeira escola secundária do município. Os dados coletados em jornais editados em Jataí, nas décadas de 10 e 20, nos mostraram outro caminho. Obtivemos informações sobre três outras escolas secundárias em funcionamento neste período. O Instituto Municipal Pedro Salazar em 1912, o Colégio Paula Ribeiro em 1922, que fica fechado posteriormente sendo reaberto em 1932, e o Lyceu de Jatahy em 1933. Estas escolas funcionaram durante períodos curtos. Buscando situar Jataí na rede de expansão de ensino no país, optamos no primeiro capítulo por trabalhar com o ensino secundário no Brasil e em Goiás, sendo que, no País, optamos por um recorte salientando apenas o período republicano, dando maior ênfase no pós-30 por acreditarmos ser este significativo para a análise que empreendemos. Sobre Goiás, nossa exposição parte do Período Imperial motivada pela escassez de dados sobre a História de Goiás em geral e de forma específica, sobre a educação em Goiás. Salientamos o processo de implantação e expansão, inserindo, neste contexto, o município de Jataí e o que chamamos fase de implantação do ensino secundário.

As escolas anteriormente citadas funcionaram de forma esporádica, às vezes durante apenas um ano, como é o caso do Instituto Municipal Pedro Salazar, sendo que, mesmo funcionando por um período maior, em torno de três a quatro anos, como é caso das outras duas escolas, não há nenhum registro de alunos que tenham concluído o Secundário em qualquer delas. Os ex-alunos destas escolas que foram por nós entrevistados afirmaram que concluíram o Secundário em outras cidades. Analisados estes dados, passamos a trabalhar com as décadas de 40 e 50 e com o que convençamos chamar de renascer do ensino secundário no município de Jataí.

Neste Período, as escolas que são criadas vinculam-se uma delas à Igreja Católica, sob a direção de Irmãs Agostinianas, uma segunda à Igreja Presbiteriana do Brasil, mantida pela Missão Presbiteriana do Brasil Central, e uma terceira a uma Cooperativa composta por elementos da comunidade. Um dos aspectos que nos chamou a atenção inicialmente, de onde partiram nossas buscas iniciais, foi a estrutura religiosa existente no município que revelava , um grande contingente de espíritas e, a estrutura inicial da escola pública que se apresentou sob forma de cooperativa.

Jataí possuía na década de 40 a seguinte estrutura populacional por religião:

Tabela 1

População de Jataí em 1940, por religião				
Católicos	Protestantes	Espíritas	Outros <sup>14</sup>	Total
17.396 76,33%	489 2,15%	4.607 20,22%	271 1,3%	22.793 100%

Fonte: IBGE - Censo / 1940.

Tomando como parâmetro o nível de representatividade religiosa da população de Jataí em relação à população do Estado, podemos observar que os índices se modificam substancialmente. Em Jataí estava 5,11% da população protestante, 26,81% da população espírita e 2,18% da população católica do Estado. Assim, vemos que o índice da população espírita de Jataí é expressivo no Estado.

<sup>14</sup> O Censo de 1940 traz, além das religiões católica, protestante e espírita, as seguintes denominações: ortodoxos; positivistas; israelitas; de outra religião; sem religião e religião não declarada. Buscando facilitar nossa análise englobamos estas denominações na categoria 'outros', que doravante passamos a utilizar.

Tabela 2

<b>Representatividade da população de Jataí em relação à população do Estado, em 1940, por religião.</b>			
<b>Católicos</b>	<b>Protestantes</b>	<b>Espíritas</b>	<b>Outros</b>
2,18%	5,11%	26,81%	5,99%

Fonte: IBGE - Censo / 1940.

Podemos notar então que, sendo a maior parte da população Jataiense católica 76,33%, este dado não poderia por si só explicar a realidade no município, já que, ao analisarmos este percentual em relação ao Estado e ao País, podemos notar que nestes há também uma maioria católica, 96,21% e 95,01% respectivamente, sendo que não há, como em Jataí, uma diferença grande entre o percentual de espíritas, protestantes e 'outros', conforme mostra a tabela 3.

Tabela 3

<b>Porcentagem de população no País, Estado e Município, em 1940, por religião.</b>				
	<b>Católicos</b>	<b>Protestantes</b>	<b>Espíritas</b>	<b>Outros</b>
<b>Brasil</b>	95,01%	2,16%	1,12%	1,26%
<b>Goiás</b>	96,21%	1,16%	2,08%	0,55%
<b>Jataí</b>	76,33%	2,15%	20,22%	1,30%

Fonte: IBGE - Censo / 1940.

Estes dados seriam por si mesmos significativos, mas aliado a eles, outro aspecto que para nós veio reforçá-los foi a questão de que, como coloca Camargo (1973) (ao fazer uma análise das religiões católica,



protestante e espírita no Brasil), não se pode medir a importância e a influência desempenhada pelas religiões mediúnicas na sociedade brasileira, simplesmente através dos números censitários. É difícil quantificar o contingente espírita de uma região em função da duplicidade de filiação religiosa. Para Camargo, “quer por razões de prestígio social, quer em decorrência da não explicitação institucional da filiação [espírita], muitos espíritas e umbandistas declaram-se católicos aos recenseadores”.<sup>15</sup>

A relevância destes dados motivou-nos a cruzá-los com os dados referentes ao ensino secundário existente na década de 40 em Jataí: havia uma escola secundária católica para mulheres e uma escola evangélica primária mista, em fase de ampliação para o secundário. O Colégio Nossa Senhora do Bom Conselho, católico, exigia de seus alunos o enquadramento como tal. A obrigatoriedade da frequência à missa, a exigência do Batismo e da Primeira Comunhão fazia com que houvesse uma ‘seleção’ no que se referia ao corpo discente. O expressivo contingente populacional espírita, por outro lado, só era recebido pelo Colégio como alunos desde que abdicassem de seus valores e práticas religiosas. A escola evangélica, apesar da não obrigatoriedade de frequência ao Templo, mantinha os princípios presbiterianos, com culto semanal para os alunos. É criado então um Ginásio gratuito, mantido pela comunidade, a fim de absorver o contingente que não podia pagar. Alunos em sua maioria adultos, trabalhadores, espíritas. Assim, no período estudado, Jataí contava com duas escolas particulares confessionais e uma pública comunitária.

Buscando a compreensão destes elementos, caminhamos para o segundo momento da coleta de dados que tinha lugar nas três escolas. A inquietação assolou-nos novamente. Os arquivos, por mais rigorosa que fosse a escola, não possuíam uma sistematização lógica, o que dificultou o acesso a diferentes documentos.

---

<sup>15</sup> CAMARGO, Cândido Procópio F. de (org.) *Católicos, protestantes, espíritas*, Petrópolis, Vozes, 1973, p.173.

Na escola católica, nosso acesso foi assegurado pela direção e viabilizado pela secretária que se prontificou em localizar todos os documentos solicitados. Na escola pública, a direção assegurou nosso acesso, dando-nos a liberdade de consultarmos nós mesmos os arquivos. A maior dificuldade com a qual nos deparamos em toda a pesquisa foi em relação ao acesso aos arquivos da Escola Evangélica. Após vários contatos infrutíferos, optamos por buscar dados junto à Igreja Presbiteriana à qual a escola se vincula. Ali, tivemos acesso a alguns documentos e a indicação de nomes de pessoas vinculadas à Igreja que participaram da implantação da escola, para contato. Somente após contato com elementos da Igreja, que se mostraram bastante receptivos, e do contato não institucional com o secretário da escola é que a “idoneidade” da pesquisa se fez percebida e conseguimos, após um ano, o acesso aos dados dessa escola.

No levantamento bibliográfico realizado inicialmente e no conseqüente estudo teórico sobre História da Educação, encontramos várias indicações<sup>16</sup> sobre a necessidade e importância da História Oral para o tipo de pesquisa que nos propúnhamos a empreender. Os dados coletados demonstravam diferentes lacunas que acreditávamos só poderiam ser preenchidas através da História Oral. Assim, em um terceiro momento, passamos a realizar entrevistas com diferentes segmentos envolvidos com as escolas pesquisadas. Ao todo foram 25 pessoas contatadas; destas, 03 se negaram a nos receber alegando não ter nenhuma informação a fornecer e 08 concederam-nos a entrevista mas não autorizaram que fossem gravadas, o que comprometeu o conseqüente uso das informações fornecidas (das entrevistas não gravadas utilizamos os dados repassados em apenas uma delas).

A História Oral tem sido bastante utilizada como método no reescrever da História da Educação no Brasil.<sup>17</sup> Nadai (1994) coloca que a

---

<sup>16</sup> INEP - *Seminário História da Educação Brasileira: a ótica dos pesquisadores (Belo Horizonte) 17 a 20 de maio de 1994*. Série Documental: eventos, n° 5, Brasília, maio/ 1994; Idem, *Contribuição das Ciências Humanas para a educação: a História, Em aberto*, ano IX n° 47, Brasília, Jul./set./1990.

<sup>17</sup> Sobre História Oral como subsídio para a História da Educação ver: NADAI, Elza - *Por uma história oral da educação no Brasil: alguns apontamentos*. INEP, *Seminário História da Educação...*, op. cit. p. 13-18; LOURO, Guscira

história, convencionalmente, sempre foi escrita com base em documentos, mas pode-se e deve-se fazê-la sem documentos quando estes não existem ou quando não revelam a totalidade do real. Neste trabalho, coletamos os dados de fonte oral através de entrevistas não dirigidas.<sup>18</sup> As entrevistas contêm, como coloca Thompson, afirmações que podem ser avaliadas. Elas “entrelaçam símbolos e mitos com informação e podem fornecer-nos informações tão válidas quanto as que podemos obter de qualquer outra fonte humana”<sup>19</sup>, diz ele. Thompson alerta, entretanto, para o perigo das fontes orais, se utilizadas isoladamente, estimularem a ilusão de um passado cotidiano onde fiquem esquecidos os entrecosques da narrativa política das diferentes épocas estudadas e as pressões invisíveis da estrutura econômica e social, já que estas raramente influem nas lembranças cotidianas. Neste sentido, ele defende que é essencial situá-las em um contexto mais amplo. A evidência oral pode conseguir para a história novas perspectivas e, principalmente, ela transforma “os ‘objetos’ de estudo em ‘sujeitos’, contribui para uma história que não é só mais rica, mais viva, e mais comovente, mas também *mais verdadeira*”.<sup>20</sup>

Bosi (1995), ao retratar a trajetória de uma pesquisa oral, afirma que “a memória é um cabedal infinito do qual só registramos um fragmento. Frequentemente, as mais vivas recordações afloravam depois da entrevista, na hora do cafezinho (...)”<sup>21</sup>, diz ela. Os entrevistados, principalmente os mais idosos, envolvem o pesquisador numa relação quase paternal. O fato de ‘poder’ recordar é para ele motivo de alegria e foi comum ouvirmos afirmações do tipo “obrigado por ter-me feito lembrar...”.

Esta relação com o entrevistado é também salientada por Louro (1990). Para ela as pessoas mais velhas, “que seriam em princípio as

---

Lopes - A história (oral) da educação: algumas reflexões. INEP, *Seminário História da Educação...*, op. cit., p. 21-35; Idem, A história e a pesquisa sobre gênero. INEP, *Seminário História da Educação...*, op. cit. p. 28-31.

<sup>18</sup> Seguimos aqui as orientações de THOMPSON, Paul - *A voz do passado: história oral*. Trad. de Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

<sup>19</sup> THOMPSON, op. cit., p. 315.

<sup>20</sup> *Ibidem*, p. 137 Grifo do autor.

<sup>21</sup> BOSI, Ecléa - *Memória e sociedade; lembrança de velhos*, 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras,

depoentes buscadas pelos historiadores”, não têm freqüentemente quem as escute; ao serem procuradas, sentem-se valorizadas e, em contrapartida, a investigação enriquece aumentando o fascínio do pesquisador. A pesquisa oral tem seu fascínio pelo contato direto com o depoente, mas tem também suas dificuldades. O entrevistado, às vezes, se intimida não permitindo o uso de gravador, como dissemos antes, o que compromete os dados já que a pesquisa oral não supõe, como coloca Louro, “um questionário fixo, embora haja, sem dúvida, intenções, objetivos, questões ou temas que se quer abordar”.<sup>22</sup> Nas perguntas por nós realizadas utilizamos os recursos da fala do próprio entrevistado, que provocavam a continuidade dos depoimentos. Utilizamos a História Oral não só para pesquisar sujeitos, acreditamos na possibilidade desta para responder novas perguntas sobre antigos temas, abrir novas perspectivas de análise, estabelecendo relações e articulações entre fatos.

Quando nos debruçamos sobre o objeto para estudá-lo, nos envolvemos, vamos a campo, selecionamos e coletamos material e surge um novo momento: o que fazer com os dados? Como analisá-los? Como transformá-los em um todo coerente, compreensível? Que interpretações fazer desta realidade que se põe, sem negligenciá-la? Lopes (1994), ao explicitar algumas categorias históricas, coloca serem as indagações surgidas nesta etapa do trabalho de pesquisa, um trabalho de pensamento necessário, a que toda ciência é obrigada pela necessidade de se limitar. Ela coloca que:

Para apreender o todo, o real que, é bom que se lembre, já nos é dado em pedaços, seja pela seleção feita pelo próprio passado, seja pela nossa capacidade de apreensão e pela nossa subjetividade, é preciso fragmentá-lo ainda mais através de um metódico e consciente trabalho de pensamento.<sup>23</sup>

Interrogar o objeto é fundamental para que ele se revele na sua fragmentação, na sua inteireza ou na sua totalidade possível; é desta delicada e laboriosa operação que podem ser definidas as categorias de

---

<sup>22</sup> LOURO, Guscira A história (oral) da educação..., op. cit., p. 26.

<sup>23</sup> LOPES, Eliane Marta Teixeira - Tendências teórico metodológicas da pesquisa em história da educação. In: INEP (1994), op. cit., p. 20.

análise, conclui Lopes. Categorizar é para ela "a tarefa de organizar o material coletado, a partir de perguntas, para dar inteligibilidade ao problema proposto".<sup>24</sup> Neste sentido podemos perceber que as categorias têm uma especificidade já que "servem a problemas e a pesquisadores específicos, em realidades e tempos sociais determinados".<sup>25</sup>

Uma categoria geral em História da Educação que, para nós, se impôs foi a questão de gênero, tendo em vista os seguintes dados: a escola católica era exclusivamente feminina; a escola evangélica primava pelo princípio da co-educação e a escola comunitária, quando possível, também dividia os alunos por sexo. Uma outra questão que se fez necessário analisar também foi a questão religiosa. As religiões no município se constituíam enquanto prática social ao buscarem, através das escolas e suas conseqüentes práticas pedagógicas, espaços possíveis de ação. Uma delas - espírita - é pano de fundo das reivindicações populares para criação da escola pública. E, por fim, situando as escolas pesquisadas no contexto político do período estudado, o nacionalismo passou a ser também para nós uma categoria de análise.

O município de Jataí, apesar de ter sua origem marcada pela criação de uma capela e à sua volta o crescimento do povoado, contou desde o início deste século com a presença de um grande contingente populacional espírita. Nossa indagação inicial era: Por que a criação de duas escolas religiosas, uma católica e uma protestante, no município? Haveria relação na criação da escola pública com o grande contingente de espíritas existentes em Jataí, já que o início da mesma se dá a partir de um movimento cooperativo?

Procuramos, então, analisar a estrutura em que se deu a implantação do Colégio Nossa Senhora do Bom Conselho e da Escola Evangélica de Jataí, escolas católica e protestante respectivamente, situando-as dentro do processo de expansão e ou estruturação das religiões pelas

---

<sup>24</sup> *Ibidem.*

<sup>25</sup> *Ibidem.*

quais se orientam. Assim, o segundo capítulo traz a história das duas escolas, situando-as historicamente. Num primeiro momento, tecemos algumas considerações sobre como se processou o desenvolvimento da Igreja Católica no Brasil e sua atuação na área educacional, passando a analisar a Ordem Agostiniana e a criação do Colégio Nossa Senhora do Bom Conselho. Num segundo momento, descrevemos a história do protestantismo no Brasil, verticalizando na Igreja Presbiteriana do Brasil e sua atuação em Goiás, até o surgimento da Escola Evangélica de Jataí. A partir daí, enfocamos a expansão da mesma.

O terceiro capítulo traz as políticas públicas voltadas para a educação no Governo Vargas<sup>26</sup>, com ênfase nas Campanhas empreendidas e, de forma mais específica, a Campanha Nacional dos Educandários Gratuitos, na qual irá se filiar o ginásio público de Jataí, o Ginásio Nestório Ribeiro<sup>27</sup>.

Para exposição do trabalho optamos pelas nomenclaturas, normatizações, citações e referências propostos pela Biblioteca Central da Universidade Federal do Paraná, que levando em consideração "a modificação e o surgimento de novas normas técnicas para a área de documentação, aprovadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), assim como as novas opções tecnológicas para geração de documentos"<sup>28</sup>, publicou em 1994 a coleção *Normas para apresentação de trabalhos* em 8 volumes os quais serviram de referencial para exposição deste. É nesta perspectiva que optamos também por apresentar as citações seguindo o parâmetro de até cinco linhas incorporá-las ao texto e, além de cinco linhas, destacá-las. Por orientação da Banca do Exame de Qualificação, trazemos, em anexo, o banco de dados da Dissertação, acreditando, com isto, estarmos contribuindo para a possibilidade de novas pesquisas na área da História da Educação em Goiás.

---

<sup>26</sup> A terminologia Governo Vargas aqui utilizada refere-se à estrutura geral do poder de Vargas que pode ser definida pelos quinze anos que vai desde o Golpe de Estado em 30, ao suicídio em 45, assim distribuídos: período revolucionário de 30 a 37, Estado Novo de 37 a 45, período intermediário do Governo Dutra de 46 a 50 e o novo governo de Vargas de 51 a 54. Na verdade, quando há a criação do Ginásio Nestório Ribeiro, em 1950, Dutra estava no poder.

<sup>27</sup> O Professor Nestório de Paula Ribeiro manteve em Jataí por dois períodos, durante a década de 20 e depois durante a década de 30, o Colégio Paula Ribeiro. O Ginásio Nestório Ribeiro, fundado em 1950, leva o seu nome como homenagem, não há nenhuma relação entre este e o primeiro.

<sup>28</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ - Biblioteca Central. *Normas para apresentação de trabalhos*. e. ed., Curitiba: Ed. da UFPR, 1994. Parte 2 - Teses Dissertações e Trabalhos Acadêmicos, p. v.

# I- A COMPREENSÃO DO OBJETO.

## 1- O ENSINO SECUNDÁRIO.

A terminologia Ensino Secundário teve sua origem na França, no período da Revolução, para definir tipos específicos de ensino, e, ainda na França, se deu a mudança da terminologia passando a designar graus da educação. Recebeu designação de *primária* a formação elementar vinculada ao processo de alfabetização e de *secundária* a formação intelectual, visando já a inserção do indivíduo no processo de produção ou, como coloca Silva, a "educação para um status".<sup>1</sup> A partir de meados do século XIX, o processo de industrialização crescente proporciona a expansão da escolaridade comum e obrigatória na Europa. Na América, em meados deste século, os Estados Unidos, com uma posição pioneira no sentido de constituir uma escola para adolescente, ampliam o sentido do termo ensino secundário para educação secundária. A *high school* veio, por isto, representar a primeira experiência efetiva de enfrentar o problema da educação secundária.

O Colégio Pedro II, primeiro expoente da educação secundária no Brasil, trazia internamente características do modelo francês de ensino. A adoção, após a Independência, do termo *primário* para um grau de ensino e *liceu* para instituições retrata bem esta influência. Assim, para falar sobre o Ensino Secundário no Brasil, necessário se faz, inicialmente, percebermos como esta denominação foi utilizada ao longo de nossa história. É preciso

---

<sup>1</sup> SILVA, Geraldo Bastos - *A educação secundária, perspectiva histórica e teoria*. São Paulo: Ed. Nacional, 1969, p. 19 e 25.

levamos em consideração o nível de habilitação proporcionado ao concluinte deste nível de ensino. Para Silva, a Educação Secundária seria a “fase do processo educativo que corresponde à adolescência, ou que superpõe à educação primária ou elementar”<sup>2</sup>, da mesma forma que a educação primária corresponde à fase de desenvolvimento da criança.

Esta correspondência com o ensino para o adolescente feita por Silva (1969) é também encontrada em Abreu<sup>3</sup>, quando define o termo escola secundária como o nível de ensino utilizado para designar a “segunda divisão da escala educacional”, em cuja etapa é possível perceber claramente nos educandos as “características psicológicas da adolescência”. As definições dadas por Silva e Abreu são amplas e contemplam, inclusive, o ensino secundário ministrado no Brasil desde a Colônia. No entanto, Haidar<sup>4</sup> coloca que, no período colonial e mesmo no império, aos habilitados neste nível de ensino era permitido o ingresso nas academias.

Durante a colônia, o Ensino Secundário no Brasil se efetiva ligado às Instituições confessionais, principalmente as católicas. A instauração da República acena para a efetivação de uma educação laica, voltada para novos princípios que se ligam ao Estado positivista proposto pelos republicanos. O ensino secundário ministrado nos estabelecimentos ‘não oficiais’ por todo o país, deveria ser validado<sup>5</sup>, através de exames, no Colégio Pedro II. A criação do Colégio Pedro II no Rio de Janeiro, na segunda metade do século XVII, expoente no Ensino Secundário no país, proporciona grande impulso à educação das elites. Criado, inicialmente, como Colégio dos Órfãos de São Pedro, destinava-se à “criação dos meninos órfãos, nas costas da Igreja de São Pedro”. Posteriormente, o colégio passa a Seminário de São Joaquim, mantendo ainda o atendimento aos órfãos. A preocupação que

<sup>2</sup> *Ibidem*, p. 19. Grifo do autor.

<sup>3</sup> ABREU, Jaime - A educação secundária no Brasil - ensaio de identificação de suas características principais, In: *RBEF*. Rio de Janeiro: INEP, 23 (58): 26-104, abr./jun./1955.

<sup>4</sup> HAIDAR, M<sup>o</sup> de Lourdes Mariotto - *O ensino secundário no Império brasileiro*. São Paulo: Grijalbo / EDUSP, 1972.

<sup>5</sup> A validação, estava calcada na Reforma Benjamin Constant. O decreto de alteração dos cursos jurídicos, assinava segundo Geraldo B. Silva, (1957:234) para a equivalência de estudos entre as instituições particulares, estaduais, e o ‘Colégio Oficial’, quando usou, ‘pela primeira vez’, o termo equiparação. Para ele, o uso do termo, “representa a primeira brecha aberta no princípio da liberdade do ensino secundário particular, adotado pela reforma Benjamin Constant”.



norteava a instalação do novo colégio, girava em torno da necessidade de proporcionar ao aluno uma educação que não estivesse presa ao "ascetismo requintado do claustro", nem ao indiferentismo geométrico das politécnicas; uma educação que mantivesse a preocupação de ser religiosa e civil, nas proporções que o novo momento exigia. Este deveria ser o ponto de partida para que a Reforma da educação e da instrução fosse legítima.<sup>6</sup> Em 1831, Lino de Abreu, Ministro do Império, pelo decreto de 12 de dezembro, reestrutura o Seminário e adota como finalidade máxima do estabelecimento:

(...) educar convenientemente e habilitar os órfãos desvalidos nos exercícios de mistérios honestos e proveitosos (...) habilitando, assim, os alunos a ganhar a vida pelo conhecimento de ofícios e artes e a defenderem a pátria e a ordem pública pelo manejo das armas, como verdadeiros soldados.<sup>7</sup>

Nesta nova perspectiva, o Colégio Pedro II passa a ser considerado colégio modelo, devendo as demais escolas do País buscarem se equiparar a ele. Estava calcado, aqui, o primeiro passo para a uniformização completa do ensino secundário de todo o país; no entanto, a equiparação prevista entre as instituições privadas e o colégio oficial não se efetivou. O governo federal não tinha, efetivamente, interesse em conceder qualquer privilégio aos estabelecimentos particulares; conseqüentemente, nenhum estabelecimento conseguiu a equiparação desejada.

Outro elemento importante na estruturação do ensino, a extinção dos 'exames de preparatórios', ponto que vigorava ainda de acordo com a reforma Benjamin Constant, não agradava aos colégios particulares, reforçando-se, então, a luta pela equiparação definitiva com os institutos públicos para 'todos os efeitos'. Em 1899, é regulamentado por Amaro Cavalcante o ginásio nacional, de acordo com a autorização dada pela Lei nº 560, de 31 de dezembro de 1898. Este regulamento permitia a equiparação, mantendo, ainda, os exames de madureza. Segundo Geraldo B. Silva,

<sup>6</sup> ABREU, Jaime - A educação secundária..., op. cit., p.26.

<sup>7</sup> MACEDO, Apud, GOMES, Alfredo. Reformas do ensino secundário. *RBEF*. Rio de Janeiro, 12 (32): 22-24, jan./abril/1948, p. 27.

A equiparação completa, portanto, só ocorre com o regulamento de 1899, o qual, abolindo o júri de professores do ensino superior, para o exame de madureza, permitiu que o exame tivesse lugar 'em todas as cidades em que existissem cursos de ensino secundário federais e estaduais, e particulares equiparados aos primeiros'.<sup>8</sup>

Efetivada a equiparação, os alunos passaram a ter o direito de cursar o ensino secundário e adquiriram, através de exames oficiais, o direito de ingresso nos cursos superiores. Este tema passa a ser regulado pelos Decretos de 1899 - nº. 3.285, de 20 de maio, e 3.491, de 11 de novembro, consolidado depois pelo 'Código Epitácio Pessoa' (Código dos Institutos Oficiais de Ensino Superior e Secundário, dependentes do Ministério da Justiça e Negócios Interiores - Decreto nº. 3.890, de 1 de janeiro de 1901), que marca uma nova época na evolução deste nível de ensino, já que representa o término da etapa iniciada pela Reforma Benjamim Constant, citada anteriormente. A 26 de Janeiro deste mesmo ano, o Decreto nº 3.914 efetiva-se como complementação do Código, define uma estrutura curricular (marcada por um enciclopedismo bastante acentuado) e passa a ser, com pequenas variações, o currículo oficial do ensino secundário brasileiro até a reforma Capanema.

A atuação dos colégios equiparados era quase sempre contestável, já que, por diversas vezes, os inspetores precisavam se dirigir aos mesmos, em função de estarem concedendo certificados de exames irregulares. Assim sendo, tornava-se cada vez mais claro que a luta pela equiparação não se dava pela crença real na idéia difundida de ensino seriado, mas com o objetivo de se obterem direitos na concessão de certificados e diplomas equivalentes aos expedidos pelo Colégio Pedro II, que permitiriam aos egressos das escolas particulares o direito de se matricularem nos cursos superiores, sem se submeterem aos exames dos estabelecimentos oficiais.

---

<sup>8</sup> SILVA, Geraldo B. A ação federal sobre o ensino secundário até 1930. In: *RBEP*, Rio de Janeiro: INEP, 27 (66), abr./jun./ 1957. p. 237. Grifo do autor.

Todas as modificações efetivadas na educação, tendo por base a reforma Eptácio Pessoa, considerando entre elas, inclusive, a equiparação e conseqüente fiscalização dos diferentes estabelecimentos responsáveis pelo ensino secundário no país, não trazem em contrapartida a definição de um sentido educativo próprio para este grau de ensino. A uniformização não ocorreu; a fiscalização, a cargo dos inspetores, não conseguia atribuir aos exames preparatórios um caráter senão o de simples formalidade; conseqüentemente, não houve preparação efetiva. A qualidade destes colégios, segundo o Ministro J. J. Seabra (1903), deixava a desejar. Dizia ele que a decadência do ensino secundário foi acentuada pela equiparação dos colégios, que, na verdade, se preocupavam apenas em emitir certificados para o possível ingresso no ensino superior. Nem mesmo o colégio oficial ficava à margem das críticas tecidas pelo Ministro.

O direcionamento do ensino secundário se efetivando como simples ensino propedêutico que abria caminho para o ensino superior, tornava-se uma preocupação constante da administração federal. Para o então Ministro Tavares Lira, desvincular o ensino secundário do ensino superior seria o melhor caminho para dar ao primeiro uma estrutura sólida. Sendo assim, ele encaminha ao Congresso Nacional, em 1908, uma série de medidas, visando um redirecionamento do controle realizado pelo Estado sobre os colégios, as quais nem chegam a ser analisadas. Somente com o novo Ministro Rivadávia Corrêa, vislumbram-se mudanças mais consistentes. A solução buscada para os problemas tinha como base a desoficialização do ensino, que seria efetivada a partir de 1911 com a lei Rivadávia. A Lei Rivadávia, que vigorou por quatro anos, instituiu os exames de seleção e previu a liberdade de ensino, sendo condensada na Lei Orgânica do Ensino Superior e Fundamental da República. O objetivo básico da Lei Orgânica, efetivada pelo Decreto nº. 8.659, de 5 de abril de 1911 girava em torno de se instituir um conteúdo próprio a cada grau de ensino e, mais especificamente, possibilitar que o ensino secundário deixasse de ter um caráter meramente preparatório. Os programas de cursos deveriam 'revestir-se de caráter prático e libertar-se da condição subalterna de meio preparatório para as academias'.

Devido à própria estrutura do ensino e às diferentes características das instituições particulares e oficiais, os resultados conseguidos com a Reforma Rivadávia não foram os esperados. Ao contrário, foram considerados, segundo Geraldo Silva, “desastrosos”. A partir dela, o precário ensino secundário do país ‘deixaria de existir’, “salvo em raros institutos, raras exceções”, diria o deputado Augusto Pestana em 1915.

Neste mesmo ano de 1915, a lei Rivadávia é substituída pela lei elaborada por Carlos Maximiliano, considerado grande constitucionalista, que há muito vinha se preocupando com as coisas do ensino, no Congresso. Carlos Maximiliano, como Rivadávia, defendia ideais liberais, “sendo ao mesmo tempo, realista e ambicioso”<sup>9</sup>. Julgava ele, ser importante conservar das reformas anteriores o que houvesse de progressivo e conciliável. Assim, estruturando as mudanças que propunha, mantém os exames de admissão previstos na Lei Rivadávia; do Código Eptácio Pessoa, conserva a seriação do ensino nos estabelecimentos oficiais e a redução do currículo mínimo; a restrição da equiparação aos estabelecimentos estaduais é novamente instituída, tendo por base a reforma Benjamim Constant; e busca, ainda, na grande experiência brasileira de ensino secundário, os exames preparatórios.

As reformas instituídas no ensino secundário refletem, por sua vez, a instável situação pela qual passava o país nos anos iniciais do novo século. A crise europeia, decorrente da I Guerra, espalha por toda parte um clima de ansiedade que, no Brasil, é acentuado pelo incremento dado à indústria, em detrimento da economia eminentemente agrícola presente até então. Em todo o país, multiplicam-se as indústrias e, conseqüentemente, o número de operários (em 1907, havia no país cerca de 150.000 trabalhadores industriais; treze anos depois, em 1920, já havia 275.000). A farta mão-de-obra imigrante que chegava às grandes cidades, as facilidades de crédito, o dinheiro da cafeicultura e a modernização dos transportes, deram às indústrias impulso definitivo. Por outro lado, a insatisfação da classe trabalhadora acentuava-se na mesma proporção de seu crescimento. A jornada de trabalho

---

<sup>9</sup> SILVA, Geraldo B. A ação federal... op. cit., p. 246.

de 14 horas por dia, em média, em seis dias por semana e a inexistência de legislação trabalhista, levam a classe operária a se organizar em várias associações. De 1900 a 1920, são fundadas uniões operárias, sindicatos, tendo início um período de várias greves (mais de 350 são registradas). Em julho de 1917, São Paulo se torna palco de uma das maiores manifestações grevistas registradas deste período. O alto custo de vida acentuava as precárias condições de vida da maioria da população que se via excluída, também, de qualquer processo de decisão política.

Novamente a estrutura do país influencia, sobremaneira, para os 'arranjos' que vão sendo instituídos, a fim de sanar problemas referentes, por exemplo, ao reduzido número de colégios oficiais ou equiparados. Era comum encontrarmos nos Estados apenas um estabelecimento oficial; este fato, acrescido a outros como a busca por melhores condições de vida, contribuía para o crescimento desordenado de colégios particulares.

As várias reformas instituídas no ensino secundário até então não foram suficientes para dar a este nível de ensino uma estrutura estável. As alterações propostas na legislação só se efetivavam parcialmente, e o problema referente à validação dos cursos perpassava por todos os 'decretos'. A esta situação de instabilidade, deve-se acrescentar um fato curioso: o Decreto n. 3.063, de 11 de dezembro de 1918. Promulgado após a epidemia de gripe que assola o país naquele ano, fica conhecido como 'Decreto da Gripe', e é aprovado tendo como justificativa o amparo a estudantes prejudicados pela epidemia de gripe que assolou o país após a Primeira Guerra Mundial, bem como pela interrupção das aulas durante o período da Guerra. As concessões por ele asseguradas destruiriam as chances, ainda existentes, de que a Reforma Maximiliano pudesse realmente trazer algum benefício consistente ao ensino secundário no país. Para Geraldo B. Silva, o referido Decreto transformou-se "na mais absurda e imoral distribuição de favores que já se praticara entre nós", tendo inclusive dispensado os exames vestibulares para o aluno que terminasse o curso de preparatório até 31 de março de 1919. Segundo ele,

Se se desse a todos os colégios, particulares e estaduais, que gozavam de equiparação, antes da Lei Rivadávia, a faculdade de realizarem exames de preparatórios 'à moda da casa', a produção de habilitados aos cursos superiores, em vários anos, seria menor do que a que se obteve, de um só jacto, pelo 'decreto da gripe'.<sup>10</sup>

A última reforma do ensino, anterior ao governo de Getúlio Vargas, foi a reforma Rocha Vaz - Decreto nº. 16.782-A, de 13 de janeiro de 1925, que contou, em sua elaboração, com a participação de diferentes segmentos ligados à educação do país cabendo a Rocha Vaz, a redação final. Busca-se, com ela, dar ao ensino secundário no país, uma nova roupagem, instituindo a duração de 6 anos para o curso completo. "Aos que completassem o sexto ano, dar-se-ia, em consequência, o grau de bacharel em Ciências e Letras. Aos alunos que completassem 5 anos, seria, entretanto, permitida a admissão em exames vestibulares para qualquer curso, supridos os exames parcelados de preparatórios".<sup>11</sup>

A seriação do curso secundário foi, segundo Nagle, um dos aspectos mais ressaltados pela reforma de 25, além de ter introduzido novas disciplinas, de formação humana, como Instrução Moral e Cívica, História da Filosofia e Sociologia. A nova estrutura proposta deveria assegurar, também, a diminuição do caráter eminentemente seletivo deste nível de ensino, mantido até então, principalmente, devido à falta de vagas na rede pública. Para ele,

a reorganização de 1925 vai constituir o principal núcleo de onde se orientarão as análises da escola secundária (...) reconhece-se, então, que o ensino secundário deve constituir um empreendimento essencialmente público, competindo ao Estado a responsabilidade de garantir à clientela procedente da escola primária o acesso ao curso ginasial.<sup>12</sup>

Sabemos que a década de 20 é marcada por dois momentos diferenciados, mas interligados entre si. Nos anos iniciais, tem-se o incremento na economia assegurado pelo processo de industrialização crescente; nos anos finais, a crise que assola a economia mundial. A Crise foi acentuada pela queda da Bolsa de Valores de Nova Iorque em 29, cujo reflexo se faz sentir

<sup>10</sup> SILVA, Geraldo B. A ação federal..., op. cit., p. 250.

<sup>11</sup> Ibidem, p. 254.

<sup>12</sup> NAGLE, Jorge - *Educação e sociedade na primeira república*. São Paulo: EPU; Rio de Janeiro: FNME, 1994, (1ª reimpressão 1976), p.154.

diretamente no país, devido principalmente, à queda nas exportações do café brasileiro. A super safra do café em 1927/1928 (28 milhões de sacas) não encontrou mercado consumidor. O preço da saca cai vertiginosamente ( de 200.000 réis para 21.000 - preço abaixo do custo de produção), mas, independente da alta queda no preço da saca, as vendas continuam em baixa, fato este que não altera em nada a comercialização do produto. A crise ultrapassa os limites das lavouras de café e chega às indústrias. A falta de mercado consumidor leva ao fechamento cerca de 600 fábricas, resultando em desemprego em massa. A base política assegurada pela alternância no governo de representantes das oligarquias mineiras e paulistas se abala, resultando na deposição de Washington Luiz. Assume o poder, Getúlio Vargas, com uma proposta de mudança que lhe dá representatividade política junto à população.

Os anos finais da década de 20 e a década de 30 caracterizam-se por grandes alterações na corrente de pensamento, introduzidas por novos padrões de comportamento e novas regras de conduta “que se difundem em determinados grupos e progressivamente tendem a atingir a esfera da ação coletiva”.<sup>13</sup> O resultado mais perceptível das transformações sociais mencionadas “foi o aparecimento de inusitado entusiasmo pela escolarização e de marcante otimismo pedagógico”.<sup>14</sup> Este entusiasmo pela educação e o otimismo pedagógico caracterizam a década de 20, significando, também, uma tendência para reestruturar os padrões de educação e cultura existentes. É possível perceber neste período, que a Igreja Católica se organiza, buscando assegurar o poder de decisão que mantinha no período anterior, através do monopólio da educação. Entre 1924 e 1926, período em que se propunha a revisão na Constituição de 1891, “os católicos entenderam que era o momento de propor algumas reivindicações”.<sup>15</sup> A partir daí há um redirecionamento no papel da Igreja e sua conseqüente ação na manutenção de uma educação voltada para os princípios por ela defendidos.

---

<sup>13</sup> NAGLE, op. cit. p. 60.

<sup>14</sup> Por um lado estava a crença de que a ampliação da rede de ensino incorporaria um maior número de pessoas no progresso da nação, levando o país a se ‘incorporar’ às grandes nações do mundo; por outro lado, a crença de que a nova proposta pedagógica (escolanovismo), seria o caminho para a verdadeira formação do homem.

<sup>15</sup> NAGLE, op. cit. p. 60.

No período posterior a 1930, o ensino Secundário no Brasil cresceu em proporções até então desconhecidas. De acordo com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP, entre 1932 e 1942 o número de unidades escolares de ensino secundário passou de 394 para 893, em função de novas políticas de expansão implementadas pelo novo governo, além da estrutura econômica emergente, voltada para a industrialização. Este crescimento significou um aumento relativo de 127%. No mesmo período, o ensino primário cresceu 59% e o ensino superior, 23%. O número de professores passa de 5.173 para 13.371 - crescimento relativo de 158%, para um crescimento de 52% no ensino primário e 45% no superior. O crescimento maior se percebe, quando analisamos a variação do número de alunos: de 56.208 em 1932, este número passa para 197.130, em 1942. A estes valores absolutos, corresponde 250% de crescimento relativo. Em igual período, o número de alunos no curso primário cresce 61%, e no curso superior, apenas 16%. Verifica-se, assim, a necessidade de adequar as propostas de ensino à nova situação emergente, qual seja os novos índices de crescimento deste nível de ensino.<sup>16</sup>

Tabela 04

<b>Expansão do ensino secundário de 1932 a 1942.</b>									
	Unidades Escolares			Professores			Alunos		
	1932	1942	%	1932	1942	%	1932	1942	%
Ens. Primário	27.662	43.975	59	56.320	85.577	52	2.071.437	3.340.952	61
Ens. Secundário	394	893	127	5.173	17.371	158	56.208	197.130	250
Ens. Superior	190	233	23	2.838	4.126	45	21.526	18.036	16

Fonte: INEP - Movimento geral do ensino no período de 1932 a 1942. In: *RBEP*, op. cit., p. 83-100..

<sup>16</sup> INEP - Movimento geral do ensino no período de 1932 a 1942. In: *RBEP*, Rio de Janeiro, 2(4): 83-100, out./1954..



Até então, a educação no país estava praticamente toda voltada para o ensino primário, ficando o ensino posterior a este limitado a uma pequena parcela da população. De acordo com o documento citado anteriormente, naquele período, "o número de estabelecimentos de ensino secundário dobrou; triplicou o de escolas de ensino artístico; o de unidades de ensino doméstico quadruplicou; aumentaram o seu número, em mais de metade, os de ensino industrial e comercial"<sup>17</sup>. Pode se dizer que, de modo geral, o crescimento nos anos de 1932 a 1937 se deu basicamente por expansão da rede escolar primária e, no período de 1937 a 1942, ocorreu especialmente nos ramos de ensino 'ulterior ao primário'.

No período posterior a 30, duas importantes reformas aconteceram na educação no país. Em 1931, a Reforma Francisco Campos e, em 1942, a Reforma Gustavo Capanema. Para Gildásio Amado<sup>18</sup>, a Reforma Francisco Campos significou uma nova etapa na estruturação do ensino secundário brasileiro. Efetivada através de vários decretos, o primeiro deles criando o Conselho Nacional de Educação, esta reforma proporcionou à educação brasileira uma base de organização nacional até então inexistente. A organização da educação secundária foi proposta pelo Decreto nº 19.890 - de 18 de abril de 1931, e consolidada pelo Decreto nº 21.241 - de 14 de abril de 1932. Antes da referida lei, somente em raros documentos oficiais expressou-se tão claramente a necessidade de partir-se do objetivo do ensino secundário para chegar-se à determinação do seu currículo e métodos. A lei Campos propõe a divisão do ensino secundário, cuja duração volta a ser de sete anos, em dois ciclos. Ao primeiro ciclo corresponderiam cinco anos de estudo, recebendo a denominação de curso secundário fundamental. O segundo ciclo do curso secundário seriam os cursos complementares.

Delineando para o ensino secundário a preocupação de trabalhar na "formação do homem para todos os grandes setores da atividade nacional, constituindo no seu espírito todo um sistema de hábitos, atitudes e

---

<sup>17</sup> *Ibidem.*

<sup>18</sup> AMADO, Gildásio - Tendências da educação secundária. In: *RBEP*, Rio de Janeiro, INEP, 29 (69), jan. / mar. / 1958, p. 156.

comportamento que o habilitem a viver por si (...)", Francisco Campos direciona o ensino secundário para um "currículo enciclopédico". Para Romanelli, "A Reforma Francisco Campos teve o mérito de dar organicidade ao ensino secundário, estabelecendo definitivamente o currículo seriado, a frequência obrigatória, dois ciclos e a exigência de habilitação neles para o ingresso no ensino superior".<sup>19</sup> A Reforma Francisco Campos delineia novos caminhos para o Ensino Secundário. A divisão em dois ciclos amplia a obrigatoriedade para o ingresso no Ensino Superior, ampliando também as oportunidades de escolarização para as camadas que a ele ainda não tinham acesso, conforme pudemos comprovar na Tabela 04.

Mesmo com toda a reestruturação proposta pela 'Francisco Campos', restou ainda o problema referente à flexibilidade entre o ensino secundário e os outros ramos do ensino médio, já que a reforma especificou apenas alterações no ensino comercial. Os demais, sem nenhuma articulação com o ensino médio, não davam acesso ao ensino superior, o que se transformou num "verdadeiro ponto de estrangulamento no ensino médio, para todo o sistema educacional".<sup>20</sup>

Ao assumir o poder em 1930, Getúlio Vargas inicia um processo de redefinição em todos os setores, e a educação é conclamada a participar da reestruturação do país. Reunidos na IV Conferência Brasileira de Educação - CBE (1931), educadores católicos e liberais discutem os rumos a serem dados à educação nacional. Sem chegar a um consenso, as discussões resultam no Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova, publicado em 1932. O Manifesto representou "o auge da luta ideológica"<sup>21</sup>, já que, por um lado, definiu e precisou a ideologia dos educadores envolvidos no processo e, por outro lado, acabou, na verdade, aprofundando os debates sobre a escola pública e a laicidade do ensino, polêmica que continuou nortear as

---

1990, p. 135.

<sup>19</sup> ROMANELLI, Otaiza de Oliveira - *História da Educação no Brasil (1930 - 1945)*. Petrópolis: Vozes,

<sup>20</sup> *Ibidem*, p. 139.

<sup>21</sup> *Ibidem*.

discussões durante a V CBE em 1932, bem como a elaboração das constituições de 1934 e 1937.

Anísio Teixeira, um dos expoentes da educação brasileira e um dos redatores do Manifesto, ao analisar a educação secundária e as transformações nela efetuadas em "A escola secundária em transformação", afirma que:

(...) no curso da história, a escola secundária, (...) passou a ser uma instituição absolutamente necessária, não já para ilustração de alguns espíritos, não já para habilitar aquele grupo especializado de intelectuais, de trabalhadores de nível científico ou técnico ou literário, mas para habilitar os homens a viver adequada e inteligentemente.<sup>22</sup>

O Ensino Secundário, até então acessível a apenas uma determinada categoria - leia-se elites dirigentes, passa a fazer parte das reivindicações das camadas populares. Pra estas, não apenas no sentido salientado por Anísio Teixeira, mas também, e principalmente, como possibilidade de acesso a uma estrutura social que até então lhe era negada.

Francisco Campos, que atuava politicamente no governo de Minas e vai para a esfera federal com Vargas, busca estabelecer em sua administração um pacto com a Igreja, solicitando a esta inspiração, modelos e quadros de disciplina e ordem espiritual. Em 18/04/31, Campos envia para Vargas uma carta onde defende a introdução do ensino religioso facultativo nas escolas públicas, dizendo que este ato determinaria, ao lado do governo, a mobilização de toda a Igreja Católica. Segundo ele, as forças católicas empenhariam, "de modo manifesto e declarado, toda sua valiosa e incomparável influência no sentido de apoiar o governo, pondo a serviço deste um movimento de opinião de caráter absolutamente nacional".<sup>23</sup> Campos conclui a carta dizendo que a Igreja Católica saberia agradecer este ato, que, na verdade, representava a garantia de liberdade de consciências e crenças religiosas e não a limitação destas. No entanto, ele via nos princípios cristãos

<sup>22</sup> TEIXEIRA, Anísio - A escola secundária em transformação. In. *RBEF*, Rio de Janeiro: INEP, 21 (53), jan./mar. / 1957, p. 7.

<sup>23</sup> SCHWARTZMAN, Simon, BOMENY, Helens Maria B., COSTA, Vanda Maria R. - *Tempos de Capanema*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: EDUSP, 1984, p. 44.

que defendia mais do que um valor em si, um instrumento de mobilização política, o que vem de certa forma explicar o porquê desta relação com a Igreja Católica jamais ter sido completamente consumada.

Em 1934, Capanema, que havia substituído Francisco Campos em Minas, substituiu-o também no Ministério da Educação. Campos, que foi o mentor político de Capanema no final da década de 20, rompe com este em 1934, em função de desentendimentos surgidos por ocasião da disputa de votos (da mesma região de Minas) para a Constituinte. Capanema assume o Ministério dando à relação Igreja - Estado novo teor. A educação laica, assegurada pela Constituição de 34, passa a ser negada pela Igreja, responsável por quase todas as escolas privadas do País. A Igreja receava que a liberdade de ensino levasse à perda de autonomia das escolas, por isso propunha a total interferência do Estado na educação cívica e moral da população, desde que fosse subordinada à moral católica.

A Reforma Gustavo Capanema é composta por diferentes Leis Orgânicas, sendo a primeira delas aprovada a Lei Orgânica do Ensino Secundário (4.244 de 09/04/42). As Leis Orgânicas compunham um Plano Nacional de Educação, e foi no Ensino Secundário que Capanema deixou sua marca mais profunda e duradoura.

O Plano Nacional previa um sistema educacional que servisse à nova estrutura econômico-social do País, abrangendo, segundo Schwartzman (1984), a formação da elite e também da classe trabalhadora. O Ensino Secundário estaria voltado para a formação das humanidades, estaria sujeito a um rígido controle de qualidade, sendo o único meio de acesso à universidade como já havia sido proposto pela Lei Francisco Campos. O caráter de seletividade era dado pelo Exame de Admissão, instituído e obrigatório para o ingresso. Aos que não lograssem aprovação no Exame, haveria a possibilidade do ingresso no mundo do trabalho através do ensino industrial, agrícola ou comercial.

Um dos grandes problemas enfrentados na efetivação da Reforma foi a expansão do ensino privado ocorrido nas duas décadas anteriores, e a ampliação em 40. Segundo levantamento feito pela Divisão do Ensino Secundário do Ministério da Educação, em 1939, dos 629 estabelecimentos existentes no País, 530 eram particulares. Um terço destas escolas estavam em São Paulo (196), que tinha também quase 50% das escolas públicas do País (43 de um total de 99), conforme mostra Spósito (1984). Exercer controle sobre a rede particular era difícil, dificuldade esta amenizada pela presença dos inspetores federais e pela institucionalização dos currículos.

A Reforma Gustavo Capanema efetiva a divisão do ensino secundário em dois ciclos: o Ginásio - 1º ciclo em quatro anos, e o Clássico e Científico - 2º ciclo em três anos. Com ela estava caracterizada a intenção de formar novas mentalidades condutoras: uma elite católica, masculina, com uma formação clássica e disciplina militar, como veremos adiante. A preocupação com a elite é expressa no próprio texto da Lei que traz em seu art. 23º:

Deverão ser desenvolvidos nos adolescentes os elementos essenciais da moralidade: o espírito de disciplina, a dedicação aos ideais e a consciência da responsabilidade. Os responsáveis pela educação moral e cívica da adolescência terão ainda em mira que é finalidade do ensino secundário formar as individualidades condutoras, pelo que força é desenvolver nos alunos a capacidade de iniciativa e de decisão e todos os atributos fortes da vontade.<sup>24</sup>

Outro aspecto que deve ser salientado refere-se à educação feminina, que merece, na Lei Orgânica, um título especial (Título III) que previa: educação em escolas preferencialmente femininas; salas exclusivamente femininas nas escolas mistas; inclusão da disciplina economia doméstica nos currículos, a partir da terceira série; orientação metodológica dos programas, observando "a natureza da personalidade feminina e bem assim a missão da mulher dentro do lar".<sup>25</sup>

<sup>24</sup> Lei Orgânica do Ensino Secundário: Título II - Da estrutura do Ensino Secundário, Capítulo VII - Da Educação Moral e Cívica, Art. 23º.

<sup>25</sup> *Ibidem*, Título III - do Ensino Secundário Feminino, Art. 25º alínea 4ª.

As diretrizes apontadas a partir de 1942 para o ensino secundário possibilitam uma reordenação para este nível de ensino, que perpassa diferentes segmentos sociais, passando também a merecer destaque na literatura sobre a expansão do ensino no país. Silva (1969), Spósito ((1984) e Nunes (1980), retratam a expansão neste nível de ensino no período pós Reforma, mostrando a estruturação deste nível de ensino e a supremacia inicial das escolas privadas, a luta pela expansão do ensino secundário público e a estrutura dos ginásios profissionalizantes.

Tabela 05

<b>Matrícula geral, estabelecimentos, cursos e corpo docente no ensino secundário: 1933 - 1960.</b>				
<b>Anos</b>	<b>Matrícula Geral</b>	<b>Estabelecimentos</b>	<b>Cursos</b>	<b>Corpo Docente</b>
1933	66.420		417	5.864
1936	107.469		552	8.136
1939	155.588		782	11.136
1942	199.435		886	13.562
1945	256.467		1.282	19.105
1948	335.882		1.663	23.712
1951	438.626		2.190	30.635
1954	557.346	1.819	2.510	35.720
1957	695.023	2.167	2.945	44.707
1960	904.252	2.777	3.698	58.296

**Fonte:** Serviço de Estatística da Educação e Cultura, Sinopse retrospectiva do Ensino no Brasil, 1971-1954 e Sinopses estatística do ensino médio, 1954 a 1965. Apud SILVA, Geraldo Bastos - *A educação secundária...*, op. cit., p. 308.

A ampliação do número de matrículas apresentada na tabela anterior reflete, na verdade, o significativo aumento na demanda por estabelecimentos, além da ampliação, também significativa, no número de estabelecimentos. A procura pelo ensino secundário pode ser atestada

também pela tabela abaixo, onde fica clara a procura pelo ginásio, pelos concluintes do curso primário.

Tabela 06

<b>Conclusão da 4ª e 5ª séries primária e matrícula na 1ª série ginásial no ano seguinte.</b>			
<b>Anos</b>	<b>Conclusões</b>		<b>Matrícula inicial na 1ª série secundária</b>
	<b>4ª série</b>	<b>5ª série<sup>26</sup></b>	
1932 e 1933	55.778	11.695	20.468
1935 e 1936	66.260	13.265	34.522
1938 e 1939	90.734	17.736	44.014
1941 e 1942	114.100	28.616	56.910
1944 e 1945	127.468	30.152	78.516
1947 e 1948	149.725	23.004	100.419
1950 e 1951	206.380	14.935	134.323
1953 e 1954	243.652	16.856	169.626
1956 e 1957	328.918	22.315	211.218
1959 e 1960	433.150	35.572	373.908

Fonte: SILVA, Geraldo Bastos - *A educação secundária...*, op. cit., p. 320.

A expansão do ensino secundário, apesar da ampliação da rede pública se dá preponderantemente através da iniciativa privada. Em 1940, 73,3% das matrículas no Ensino Secundário estavam nas escolas particulares. De 40 a 60, há uma diminuição nesta proporção, mantendo-se ainda acima de 50%, sendo estas escolas particulares, em sua grande maioria, escolas confessionais, conforme tabela 07.

<sup>26</sup> Por 5ª série entende-se uma série intermediária entre o curso primário (4ª série) e a 1ª série ginásial. Era, normalmente, frequentada por alunos que não logravam aprovação no exame de admissão. Não equivale à 5ª série da 2ª fase do 1º grau (LDB 5.692/71).

Tabela 07

**Matrícula no ensino secundário público e particular: 1945 - 1960.**

Anos	Matrícula Total	Ensino Público		Ensino Particular	
1940 (*)	160.164	42.771	26,7%	117.393	73,3%
1945 (*)	239.852	55.320	23,1%	184.532	76,9%
1950 (*)	374.221	160.390	28,4%	267.831	71,6%
1955	579.781	188.602	32,5%	391.179	67,5%
1960	868.178	326.170	37,6%	542.008	62,4%

\* 1940, 1945 e 1950, matrícula efetiva; demais anos, matrícula geral.

Fonte: Serviço de Estatística da Educação e Cultura. Apud SILVA, Geraldo Bastos - *A educação secundária...*, op. cit., p. 330.

Em 1959, segundo a Diretoria do Ensino Secundário, havia 1950 estabelecimentos particulares assim distribuídos: entidades religiosas: 936 - 48,0%; pessoas físicas e cooperativas: 768 - 39,4%; entidades leigas sem fins lucrativos: 246 - 12,6%, sendo que destas últimas, 185 pertenciam à Campanha Nacional dos Educandários Gratuitos (CNEG).<sup>27</sup> Neste sentido é que podemos afirmar que, no processo de expansão da rede pública para atender ao ensino secundário, os movimentos populares são expressivos no estado de São Paulo, conforme demonstra o estudo de Spósito (1984). No caso dos ginásios particulares, houve por parte do poder público a efetiva manutenção destes, com verbas públicas e concessão de bolsas, o que na verdade não minimizou a pressão exercida pelas camadas populares, ao contrário, levou ao surgimento de movimentos de mobilização popular como a CNEG (depois assumida pelo Governo), conforme veremos no capítulo III.

<sup>27</sup> Ver capítulo III.



## 2- PRIMÓRDIOS DO ENSINO SECUNDÁRIO EM GOIÁS.

O desenvolvimento da educação em Goiás no período anterior à República se processa de forma lenta. No momento em que os Jesuítas abrem escolas em diferentes regiões litorâneas do país, em Goiás não há esta preocupação com o ensino escolar. Segundo Silva, N. (1975), não há, por parte dos Jesuítas, a preocupação com a educação sistematizada. Segundo ela, "Não contou Goiás, tampouco, com a colaboração que lhe poderiam ter prestado os jesuítas, que apenas se dedicaram à catequese nas margens do Tocantins (...)"<sup>28</sup> De todas as experiências realizadas na "Capitania de Goiás" com as missões jesuíticas, pode-se concluir que:

a companhia de Jesus não fundou nenhuma escola, propriamente dita, nos sertões por eles explorados, como fizeram em outros lugares. Suas intenções eram aproveitar a imensa força indígena existente em estado bárbaro neste gigantesco território, ainda sem dono definido, cristianizando o gentio e treinando-o no trabalho útil das fazendas de engenho e criação de gado, que pretendiam fundar para a manutenção deles, índios, e dos membros da Companhia, e para o incremento do seu comércio com outras nações, vendendo o que sobrasse.<sup>29</sup>

Desta forma, quando ocorre a expulsão, conseqüência da Reforma Pombalina (Ato de 03 de setembro de 1759), Goiás não sofre nenhuma alteração significativa com relação à estrutura da educação ministrada até este momento. Bretas lembra ainda que os Jesuítas só investiram na criação de escolas, na região litorânea do país, sendo uma exceção, a cidade de São Paulo.

Se os Estados de São Paulo e Bahia conseguiram, a partir de 1834, o direito de legislar sobre a instrução primária e secundária e criaram, conseqüentemente, o Liceu Provincial da Bahia (1836) e o Colégio Pedro II (1837), em Goiás, uma década depois (1847), é que teremos a implantação do Liceu, um estabelecimento de ensino secundário que, segundo Silva, N.

---

p.35.

<sup>28</sup> SILVA, Nancy R. De Araújo e. - *Tradição e renovação educacional em Goiás*. Goiânia: Oriente, 1975,

p. 23 - 24.

<sup>29</sup> BRETAS, Genesco Ferreira - *História da instrução pública em Goiás*. Goiânia: CEGRAF - UFG, 1991,

(1975), seria durante oitenta e dois anos a única instituição mantida de forma duradoura, atendendo aos alunos do sexo masculino. O início do Liceu não constituiu, na verdade, a “criação” de um novo educandário, já que criam-se apenas mais “três cadeiras novas (Língua Francesa, Retórica e Geografia e História), as quais reunidas a outras três já existentes na Capital passariam a funcionar debaixo de um mesmo teto, (...) formando assim um estabelecimento de ensino secundário com o nome de *Liceu*”.<sup>30</sup> O Liceu representava o ensino secundário na Província, estando, mesmo assim, constantemente “ameaçado de extinção”, devido a várias tentativas que são empreendidas visando o seu fechamento, justificadas quase sempre pelo alto custo de manutenção e pelo reduzido número de alunos.

Posteriormente, em 1870, tem-se a criação do Colégio Izabel, “por iniciativa do governo central, e sob os auspícios da herdeira do trono”.<sup>31</sup> O Colégio, segundo Silva, iria oferecer duas modalidades de ensino, a primária (abrangendo a doutrina cristã, as primeiras letras e a música) e a profissional (abrangendo ofícios mecânicos, ferraria, carpintaria, além dos serviços ligados à lavoura e pecuária para os meninos, e à costura para as meninas).<sup>32</sup> O alto custo de manutenção das escolas na Província tinha como conseqüência o reduzido número de escolas. “Não raro, a freqüência à escola mais próxima exigia o percurso de trinta, sessenta ou mais quilômetros. A inexpressividade dos municípios, por outra parte, não motivava a que neles se fizesse qualquer tipo de investimento”.<sup>33</sup> A questão dos custos leva também à proposta de se “suprimir o Colégio Izabel, alegando dispêndio de elevadas cifras ‘e sem proveito algum’”.<sup>34</sup>, como já havia sido tentado com o Liceu. Bretas, ao descrever a estrutura mantida pelo Colégio Izabel, relata ter sido o mesmo criado no Vale do Araguaia, para atender diretamente as comunidades indígenas, possuindo uma organização semelhante a dos presídios. O Colégio funcionou por um período de 18 anos sem ter tido, em momento algum, o seu

---

<sup>30</sup> BRETAS, - op. cit., p. 211. Grifo do autor.

<sup>31</sup> SILVA, Nancy R. A., p. 35.

<sup>32</sup> *Ididem*, p. 35.

<sup>33</sup> *Ididem*, p. 40.

<sup>34</sup> *Ididem*, p. 41.

quadro de pessoal totalmente preenchido. O autor afirma ainda que os alunos indígenas não gostavam das aulas, tendo, então, o Colégio chegado, após cinco anos de funcionamento, sem conseguir ter transformado os jovens indígenas em bons profissionais na área de carpintaria, ferraria, mecânica e navegação. Desta forma, o Colégio foi perdendo, ao longo dos anos, seu objetivo inicial, assumindo a velha estrutura dos centros de catequese. "De algum modo, o Colégio Isabel, assim como os presídios, serviram para fortalecer o domínio dos brancos nas margens do Araguaia e do Tocantins."<sup>35</sup>

Toda esta estrutura, essencialmente rural, gerava, no Estado, um núcleo de preocupações, de certa forma, distante das questões políticas nacionais. A preocupação maior centrava-se nas questões econômicas e educacionais. Sem as percebermos desvinculadas da estrutura política do País, acreditamos que, sendo Goiás um estado periférico, o envolvimento direto nas questões nacionais ficava restrito a pequeno grupo. O grupo liderado por Leopoldo de Bulhões assume o executivo em 1892 e permanece na liderança do poder estadual até 1901, quando é eleito José Xavier de Almeida<sup>36</sup>.

Em Goiás, a equiparação do Liceu - assegurada desde 1899 -, semelhante à criação, também acontece tardiamente (05 de setembro de 1907), se comparada com instituições semelhantes de outras províncias. No momento da equiparação, havia, segundo Bretas, 50 estabelecimentos de ensino secundário já equiparados por todo o país. A notícia da equiparação, há tanto tempo esperada, foi recebida com muito entusiasmo, sendo comemorada com festa, encerrando-se as comemorações com "grande baile no salão nobre do Liceu." No entanto, toda esta euforia durou apenas quatro anos, momento em que a reforma Rivadávia Correa (1911) dá aos estabelecimentos de ensino secundário e superior autonomia administrativa e didática. Este fato, que deveria ser considerado benéfico, trazia, por outro lado, a incerteza do ingresso na academia, assegurado pela equiparação

<sup>35</sup> BRETAS, op. cit. p. 383 a 391.

<sup>36</sup> Para maiores esclarecimentos sobre a estrutura política e o coronelismo em Goiás até 1930 ver: CAMPOS, Francisco Itami - *Coronelismo em Goiás*. 1ª reimpressão, Goiânia, ed. da Universidade Federal de Goiás, 1987.

anterior. A reequiparação só acontece novamente com a reforma Carlos Maximiliano em 1915.<sup>37</sup>

Veremos que, de forma geral, todas as discussões sobre a estrutura da instrução no país estava, em Goiás, um pouco distante das preocupações governamentais. As reformas propostas no Estado, no final do século, normatizavam o ensino primário, secundário e normal sem, entretanto, trazerem grandes novidades ao que era proposto antes do Império. Goiás entra no século XX "com muita festa e grandes esperanças (...) os detentores do poder no novo regime tinham como obrigação imediata a cumprir, logo após a proclamação da Constituição Estadual, algumas de suas antigas reivindicações, nos setores dos transportes, da economia e, principalmente, do ensino"<sup>38</sup>, sendo que este último constituiria a meta prioritária dos republicanos, já que era uma área que não ia nada bem - matrículas diminuindo, escolas fechando. Ainda no início do século, há uma tentativa por parte do Governo Estadual de se transferir para a esfera municipal a administração do ensino. Entretanto, mesmo sendo uma medida que traria a descentralização e possível desenvolvimento da 'Instrução', não é o que acontece. Os poucos recursos financeiros concedidos aos municípios concorriam para um insucesso cada vez maior.

No transcorrer dos anos vinte, a educação em Goiás foi, paulatinamente, adquirindo uma estrutura mais sólida, mas com características ainda de um Estado em formação. Nos anos anteriores, quando a manutenção e administração das escolas passaram às mãos dos governos municipais, as conseqüências haviam sido desastrosas, em função de que, sem verbas, era quase impossível para as prefeituras manter uma educação com nível semelhante ao de outros Estados mais desenvolvidos. A possibilidade de modificação deste quadro fica a cargo da Lei nº 631 de 02 de agosto de 1918 que, dentre outras medidas, estabelece que: a direção e inspeção do ensino primário caberiam ao presidente do Estado que as exerceria através do

---

<sup>37</sup> BRETAS, op. cit., p. 479 a 490.

<sup>38</sup> *Ididem*, op. cit., p. 457.

Secretário do Interior, do Conselho de Ensino, dos inspetores escolares e dos professores; mesmo as escolas primárias mantidas pelos municípios ficariam sujeitas à inspeção do governo; as escolas municipais, bem como as particulares, estariam sujeitas também aos programas das escolas estaduais; fica criado o Grupo Escolar na Capital, abrindo a prerrogativa para a criação dos grupos escolares também no interior.<sup>39</sup>

A partir de 1930, a estrutura política e econômica do Brasil passa por modificações com características centralizadoras que culminam no Golpe de Estado de Getúlio Vargas. Vargas tenta minar as bases de apoio das camadas pertencentes à aristocracia agrária, que poderiam criar embaraços ao seu projeto de reorientar o eixo da economia do país da agro-exportação para o desenvolvimento da indústria nacional, nomeando para os estados, interventores afinados com a sua política.

Foi empossado como Interventor Federal em Goiás o Dr. Carlos Pinheiro Chagas, político mineiro, sendo que, dois dias depois, formou-se uma junta governativa integrada pelos políticos goianos Mário D'Alencastro Caiado, Pedro Ludovico Teixeira e o Desembargador Emílio Francisco Póvoa. A junta teve curta duração pois foi nomeado Interventor Federal em Goiás Pedro Ludovico Teixeira.<sup>40</sup>

A tentativa dos grupos opositores, que representaram forte oposição principalmente no Sudoeste do Estado, de assumir o poder, pelas vias legais, eleitorais, havia sido frustrada e, com Vargas no poder o grupo Caiadista perde espaço político, assumindo hegemonia política o Sudoeste do Estado, com Pedro Ludovico<sup>41</sup>. Em relatório encaminhado ao governo federal, o interventor em Goiás definiu claramente os benefícios da República Nova, colocando inclusive a educação como caminho para o progresso do Estado. "A educação terá daqui para o futuro poder infinitamente maior sobre o progresso da humanidade".<sup>42</sup> Entretanto, para Silva, "se houve expansão e

<sup>39</sup> *Ididem*, p. 504 a 514.

<sup>40</sup> SILVA, Ana Lúcia da - *A revolução de 30 em Goiás*. Tese de doutoramento apresentada à FFLCH - USP. São Paulo, 1992, p. 159.

<sup>41</sup> Ver: MACHADO, M<sup>a</sup> Cristina Teixeira - *Pedro Ludovico: um tempo, um carisma, uma história*. Goiânia, CEGRAF / UFG, 1990.

<sup>42</sup> Relatório dirigido ao Exmo. Sr. Dr. Getúlio Vargas, D.D. Chefe do Governo Provisório, pelo Interventor do Estado de Goiás 1930-1933, p. 5. Apud. SILVA, Ana Lúcia, *op. cit.* p. 161.

melhoramentos no sistema educacional, estes não tiveram a dimensão que o Governo Revolucionário quis lhe dar.”<sup>43</sup>

Das modificações efetuadas em Goiás, no referido período, merece destaque a mudança da capital. Como era difícil para o grupo opositor ligado a Ludovico conseguir uma hegemonia em termos políticos, acreditava-se que a demarcação de um novo espaço geográfico para o poder político era uma mudança necessária, já que “a velha Capital tinha sido a sede do poder político na Primeira República e, feita a Revolução, simbolizava as oligarquias depostas”.<sup>44</sup>

A transferência da Capital retira, geograficamente, o poder do espaço, eminentemente, caiadista (Cidade de Goiás), mas, por outro lado, a simples transferência da Capital não assegura ao governo interventor uma hegemonia política. Sendo assim, a crença na educação como caminho renovador prossegue no país, e em Goiás. Era preciso dar à educação no país, como um todo, uma característica própria, sem modelos importados, e, neste sentido, a Constituição de 37 foi, enfática na questão do ensino profissional o que era considerado ideal para um país eminentemente agrícola. Para Nepomuceno, a ‘Marcha para o Oeste’ difundia estes ideais, esta preocupação com as regiões mais distantes do centro-sul. Em Goiás, “a partir principalmente de 1937, a educação *em obediência ao plano da Grande Marcha*, assumiu uma *feição ruralista*”<sup>45</sup>, tendo como uma de suas preocupações básicas, a fixação do homem no campo.

A expansão do setor agrícola e, conseqüentemente, o fortalecimento da participação de Goiás no mercado inter-regional do trabalho passaram a exigir no pós-30 uma política educacional que pudesse, paulatinamente, ir “secundando” o avanço e a concretização do capitalismo.<sup>46</sup>

<sup>43</sup> SILVA, Ana Lúcia da, op. cit. p. 165.

<sup>44</sup> *Ibidem*, p. 187.

<sup>45</sup> NEPOMUCENO, M<sup>o</sup> Araújo - *A ilusão pedagógica, 1930-1945: Estado, sociedade e educação em Goiás*. Goiânia: CEGRAF - UFG, 1994, p. 142. Grifo do autor.

<sup>46</sup> *Ibidem*.

### 3- O MUNICÍPIO DE JATAÍ E O SUDOESTE GOIANO.

Situado no sudoeste goiano, a 320 km da capital do Estado, o município de Jataí tem sua história, semelhante a outros municípios da região, marcada pela fase da expansão de criação de gado, na retaguarda da fase aurífera. Enquanto as regiões sul e centro-sul tiveram seu povoamento assegurado pela fase aurífera, durante o século VIII, o sudoeste do Estado é povoado, já no século seguinte, com a extensão da pecuária e da lavoura. O incremento da pecuária traz como consequência algumas correntes migratórias. "No sudoeste novos centros urbanos surgiram, sob o impulso da pecuária: Rio Verde, Jataí, Mineiros, Caiapônia (Rio Bonito), Quirinópolis (Capelinha), etc."<sup>47</sup> O início do povoamento ocorreu por volta de 1837 com a vinda de imigrantes mineiros e paulistas e a instalação das primeiras fazendas. José Manoel Vilela, mineiro, e José Carvalho Bastos, paulista, buscavam no interior de Goiás a posse de terras. No caso de Manoel Vilela, seu pai o incentivava a deixar Minas Gerais, temendo que as lutas nas províncias<sup>48</sup> chegassem à região de Minas, pegando seu filho em idade de lutar.<sup>49</sup> Neste período,

Paulistas e mineiros, pressionados pelas tensões sociais criadas com a expansão da fronteira agrícola e das relações capitalistas de produção no campo, depois de ocuparem o norte de Minas e o Triângulo Mineiro, penetraram em território goiano à procura de terras livres e baratas para a agropecuária.<sup>50</sup>

Em 1858, várias famílias, geralmente ligadas às famílias desbravadoras, já haviam se instalado na região. O crescimento da população rural levou à criação de um povoado que abrigaria, segundo pensamento inicial, a Capela do Divino Espírito Santo, de quem a maioria das famílias eram devotas. No entanto, somente cerca de meio século após a chegada dos pioneiros à região, tem-se a instalação da Vila Jatahy, em 1885. A Vila é

<sup>47</sup> PALACÍN, Luis & MORAES, M<sup>a</sup> Augusta Sant'Anna - *História de Goiás (1722 - 1972)*, Goiânia: Ed. da UCG, 1989, p. 58.

<sup>48</sup> As lutas tenidas por Francisco Joaquim Vilela foram travadas pelo Exército Imperial (recrutamento forçado), contra províncias rebeladas, durante o processo de efetivação do desligamento do Brasil da metrópole portuguesa. Várias províncias se recusaram a aceitar a centralização de poder tentada tanto por D. Pedro como pelos ocupantes do Governo no período Regencial. A consolidação do Estado Brasileiro só acontece realmente depois de reprimidas estas revoltas - Cabanagem no Pará (de 1833 a 1836), Farroupilha no Rio Grande do Sul (de 1835 a 1845), Sabinada na Bahia (de 1837 a 1838).

<sup>49</sup> FRANÇA, Basileu Toledo. *Pioneiros*. Goiânia: Gráfica do Livro Goiano LTDA, 1972, p. 28.

<sup>50</sup> BORGES, Barsanufio G. - *Goiás: 'modernização e crise' - 1920 - 1960*. Tese de doutoramento apresentada à FFLCH - USP, São Paulo, 1994, p. 154.

registrada inicialmente na comarca de Rio Verde, como Distrito de Paz. Inicialmente foi construída a Capela Divino Espírito Santo de Jataí. O povoado que se origina circundando a capela foi chamado Paraíso. Posteriormente, pela Lei Estadual 56, de 31 de maio de 1895, o distrito é elevado à categoria de cidade.

Nos anos iniciais do povoamento, as famílias da região, cristãs, se preocupavam em transmitir aos filhos uma formação moral que lhes assegurassem ser 'homem de bem'. Para isso, era necessário também o ensino das primeiras letras, inicialmente a cargo das mães e, posteriormente, dos filhos mais velhos. Era comum, neste período, a prática de se contratar um professor primário para residir nas fazendas, a fim de escolarizar os filhos dos fazendeiros, prática esta adotada por toda a província desde o século anterior e mantida em função da grande concentração de populações rurais; e não havia uma forma eficaz de atender as regiões mais distantes dos centros urbanos, a não ser pela contratação de professores particulares. "O ensino particular goiano tem sua origem no antigo costume de se ajustar um professor para dar aulas na casa do ajustante".<sup>51</sup> Em Jataí, antes de se criar o povoado, a família Carvalho contratou para lecionar em sua fazenda o professor "João Champagne. Veio da capital e dava aulas só para os filhos do senhor Carvalho. Aulas mistas não havia (...)"<sup>52</sup> A educação era assegurada apenas às crianças do sexo masculino não sendo permitido que as meninas freqüentassem as aulas. Posteriormente os Vilelas, já em 1860 construíram um galpão que abrigava as crianças da região para o estudo. "Galpão novo de chão socado, coberto de folhas de buriti, com banco de encosto muito compridos (sic), mostrando na frente a mesa tosca do professor e pequena lousa".<sup>53</sup>

Após a criação do povoado, a estrutura educacional começa a se alterar. Iniciam-se as escolas na residência do próprio professor, uma característica que também se apresentava em todo o Estado. "Aos poucos,

---

<sup>51</sup> SILVA, Nancy R. A., *op. cit.*, p. 53.

<sup>52</sup> FRANÇA, *Pioneiros...*, *op. cit.*, p. 166.

<sup>53</sup> *Ididem.*



foram os professores formando, em suas casas, suas próprias escolas, onde atendiam, de início, a grupo pequeno de crianças, o qual se ampliava conforme crescia a fama do mestre”.<sup>54</sup> Estas escolas atendiam as crianças, normalmente, sem fazer distinção por sexo, já que o espaço para se ministrar as aulas era um cômodo na própria residência do professor. Quando o número de alunos era grande e havia necessidade de divisão por turno, o professor fazia também a divisão por sexo.

A década de 20 é, para todo o sudoeste goiano, bastante significativa. Em todo o Estado, a ampliação do transporte rodoviário criava novas expectativas quanto ao aumento e escoamento da produção. “Entre tropas de burros e carros de bois, os veículos automotores despontavam-se como meios de transporte modernos, formando com a ferrovia um sistema modal que estimulou o crescimento e a integração econômica do Estado.”<sup>55</sup> Os trabalhos, objetivando o prolongamento da Estrada de Ferro e as dificuldades no serviço de transportes, desencadearam o incentivo à construção de rodovias, por parte de fazendeiros e negociantes. Desta forma, o transporte rodoviário em Goiás surge sob o signo da iniciativa privada e assim permanece até 1930.

O Sudoeste goiano não se encontrava interligado aos terminais ferroviários por estradas de rodagem; assim, nos anos 20, há uma significativa expansão rodoviária. Após 1930, Goiás entra em uma nova fase no que se refere à estrutura rodoviária, tendo o poder público assumido a construção e conservação das principais estradas e rodovias vitais para a economia goiana.

A construção da ponte ‘Afonso Pena’ no rio Paranaíba (1909), intensificou a ocupação e integração da economia da região ao Triângulo Mineiro. Em 1918, foi organizada a Companhia Auto-Viação Sul Goyana S/A, com o objetivo de dinamizar o desenvolvimento rodoviário regional. A empresa implantou uma

---

<sup>54</sup> SILVA, Nancy R. A., *op. cit.*, p. 53.

<sup>55</sup> BORGES, Barsanufu G. - *op. cit.*, p. 125.

estrada de rodagem passando pelos municípios de Santa Rita do Paranaíba (Itumbiara), Rio Verde, Jataí e Mineiros.<sup>56</sup>

Possuindo uma economia agro-pastoril, a região da Serra do Cafezal, hoje município de Serranópolis, mantinha uma produção significativa de café, além de prosperar também em outras áreas como a criação de gado. Produz-se de “1910 a 1911, 35.000 e 40.000 arrobas de café, respectivamente. Desenvolvem-se aproximadamente 400 engenhos e até uma fábrica de vinhos em Jataí. O intercâmbio comercial se trava com Minas, São Paulo e Mato Grosso”.<sup>57</sup> A ligação com Minas se fazia também através de jornais mineiros que circulavam regularmente pelo sudoeste, dentre eles, o ‘Lavoura e Comércio’ de Uberaba e ‘O Araguari’ da cidade de Araguari. É preciso destacar aqui, também, que a região onde se localizava a Capital do Estado, com formação ligada à mineração, em decadência, ia aos poucos perdendo sua posição de destaque. A nova estrutura produtiva em ascensão leva o sudoeste a se tornar mais receptivo à economia de mercado, desenvolvendo, conseqüentemente, forças progressistas e modernizadoras. Esta passa a ser para Machado, “a razão primeira e essencial à configuração do Sudoeste como principal fonte opositora à ordem aligárquica dominante na Velha República em Goiás”.<sup>58</sup>

No Sudoeste estava o melhor rebanho bovino do Estado. O isolamento econômico da região e as dificuldades de transporte para o escoamento da produção agrícola fizeram com que a atividade econômica regional se cimentasse na pecuária. Além disso, a proximidade com o Triângulo Mineiro facilitava a importação de melhores raças para o aprimoramento dos rebanhos e para onde exportava a maior parte da produção.<sup>59</sup>

Com a insatisfação reinante no final da década de 20, basicamente com referência à Ordem Política do país, várias são as regiões onde a insatisfação dá origem a movimentos de resistência e busca de poder. Em Goiás, as regiões sul e sudoeste se tornam mais ativas neste movimento de contestação. No sudoeste, a presença de Pedro Ludovico em

<sup>56</sup> *Ididem*, p. 127.

<sup>57</sup> MACHADO, M<sup>a</sup> Cristina Teixeira - *Pedro Ludovico: um tempo, um carisma, uma história*, Goiânia: CEGRAF-UFG, 1990, p. 69.

<sup>58</sup> *Ididem*, p. 86.

<sup>59</sup> BORGES, Barsanufio G. - *op. cit.* p. 200.

Rio Verde e a forte influência recebida dos estados de São Paulo, Mato Grosso e, principalmente, Minas Gerais, desencadeiam um movimento armado na região da Serra do Cafezal, município de Jataí, para o qual a repressão das milícias do poder público se direcionaram.

A partir de 1926, os conflitos na região da Serra do Cafezal começam a adquirir características que preocupam o governo do Estado, nas mãos da oligarquia dos caiados. A passagem da Coluna Prestes pela região tinha feito muitos adeptos à causa, e a preocupação com os 'revoltosos' do Sudoeste passa a ser uma constante. Acrescenta-se a isto, o fato de Marcondes de Godoy, ao assumir a prefeitura de Jataí, ter aumentado indiscriminadamente os impostos, ficando a região da Serra bastante prejudicada. Segundo habitantes do local, "ele [prefeito] mandou cobrar imposto até de coisas que não tinha (...) tinha gente que se fosse pagar o imposto que o Marconde estava cobrando, ia ter que vender as terrinha que possuía".<sup>60</sup> Os fazendeiros fizeram então uma comissão e se dirigiram à Jataí para dialogar com o prefeito, que não revê sua posição.

A região da Serra do Cafezal passa então a preocupar o governo do Estado que resolve deslocar para lá, sob o comando de Manoel Balbino de Carvalho (Carvalhinho)<sup>61</sup>, um grupo para acabar com a oposição ao governo. Para Jataí, deslocam-se as atenções, ventila-se inclusive a possibilidade de intervenção federal. As fazendas da Serra passam a ser o palco onde se desencadeou a maior repressão policial que a região já conheceu, conforme traz o 'Voz do Povo':

Tenente Joaquim Ferreira, oficial polícia, delegado Jatahy, depois de prender a José Vellozo, degolou-o, retirando parte da pelle da face inclusive a orelha, mostrando a horrível peça publicamente na cidade. A mesma autoridade em excursão pelo município prendeu o fazendeiro Luiz Querino, soltando-o depois de

<sup>60</sup> Apud LIMA, Maria Eloá de Souza - *Serra do Cafezal (Retratos e Lembranças)*, ed. do autor, impresso pela Univ. Católica de Goiás, 1998, p. 267-268.

<sup>61</sup> Carvalhinho era já conhecido por ter chefiado um Levante Armado no Mato Grosso e por comandar uma verdadeira milícia armada. Segundo Machado (1990), as ligações dos líderes do Sudoeste com Carvalhinho foram confirmadas por Pedro Ludovico ao revelar que possuía, durante o movimento de 30, 60 fuzis-mauser, uma metralhadora e várias carabinas, dadas pelo amigo Carvalhinho. Para maior aprofundamento sobre Carvalhinho, sua ação em Mato Grosso e Sudoeste Goiano, ver FRANÇA, Basileu Toledo - *Cangaceiros e Jagunços: os caçadores de diamantes do Rio das Garças*. Goiânia: Gráfica do CERNE, 1987; e FRANÇA, Basileu Toledo - *O triângulo dos diamantes. A da região do Rio das Garças e a luta armada de Morbeck e Carvalhinho em 1925*. Goiânia: Ed. da UFG, 1994. (Coleção Documentos Goianos n° 25).

extorquir-lhe oito contos de réis e também 500.000 de Sebastião Campeiro, sob ameaça de seu assassinato.<sup>62</sup>

Jornais do Rio, como 'A Manhã' e 'Correio da Manhã', noticiam o crime de Ferreira e os saques que aconteceram na região, pedindo providências federais. Para controlar o Levante, é indicado Erkonvald de Barros, delegado especial do governo. As fazendas onde se suspeitava que havia 'jagunços armados e bandoleiros carvalhistas' eram invadidas, saqueadas, além de se aprisionarem vários elementos, dentre eles muitos que nada tinham a ver com o grupo 'revoltoso' e que, só por estarem na região onde, segundo a oligarquia dominante, se preparava a tomada do poder, perderam propriedades em troca da liberdade. "Muitas famílias não puderam continuar nas fazendas devido aos prejuízos e desgosto e foram embora para as cidades. Na cadeia de Jataí, os prisioneiros ainda sofreram maus tratos e foram espancados..."<sup>63</sup>

A repressão policial resultou na prisão dos líderes do movimento, além da expulsão de elementos a ele ligados. Manoel Balbino de Carvalho, o líder do movimento armado, retorna a Jataí, após 30, como prefeito, nomeado pelo interventor e amigo Pedro Ludovico. A repressão no Sudoeste se mostra "como absolutamente arbitrária quando, na realidade, o governo se defendia de uma ameaça concreta, provavelmente mais forte antes da repressão".<sup>64</sup> Vale ressaltar que, apesar do temor inicial que a população tinha dos 'revoltosos' ligados à Coluna Prestes, os habitantes da região tinham consciência de que os maiores prejuízos não foram causados pelos 'revoltosos' e, sim, pelos 'legalistas', homens do Governo. "Os legalistas, pelo que pude apurar, eram mais temidos, por sua arrogância e desmandos. Agiam em nome da lei, eram portanto mais perigosos, assim pensava o povo pacato e humilde da Serra do Cafezal".<sup>65</sup> O "Abecê dos Revoltosos" dizia que:

<sup>62</sup> Jornal Voz do Povo, 18/11/27. Apud. MACHADO, Maria Cristina T. - op. cit. p. 88.

<sup>63</sup> COSTA, Zenilce Lima - Memórias de Maria Cândida de Lima, manuscrito. Jataí, 1988.

<sup>64</sup> MACHADO, Maria Cristina T. - op. cit. p. 98.

<sup>65</sup> LIMA, Maria Eloá de Souza - op. cit., p. 163.

A Serra do Cafezal  
Sofreu grande derrota  
Com a passagem do Prestes  
Rompendo por esta rota.

Barra de corgo e retiro  
virou lugar de esconder  
Revolto e legalista  
Ninguém queria conhecer.  
(...)

Na passagem pela Serra  
Levaram a tropa é verdade  
Pois quem está numa guerra  
Não tem outra lei nem vontade.

(...)  
Revolto vinha na frente,  
Legalista logo atrás  
Revolto levava tropa  
Legalista o ouro e o mais.<sup>66</sup>

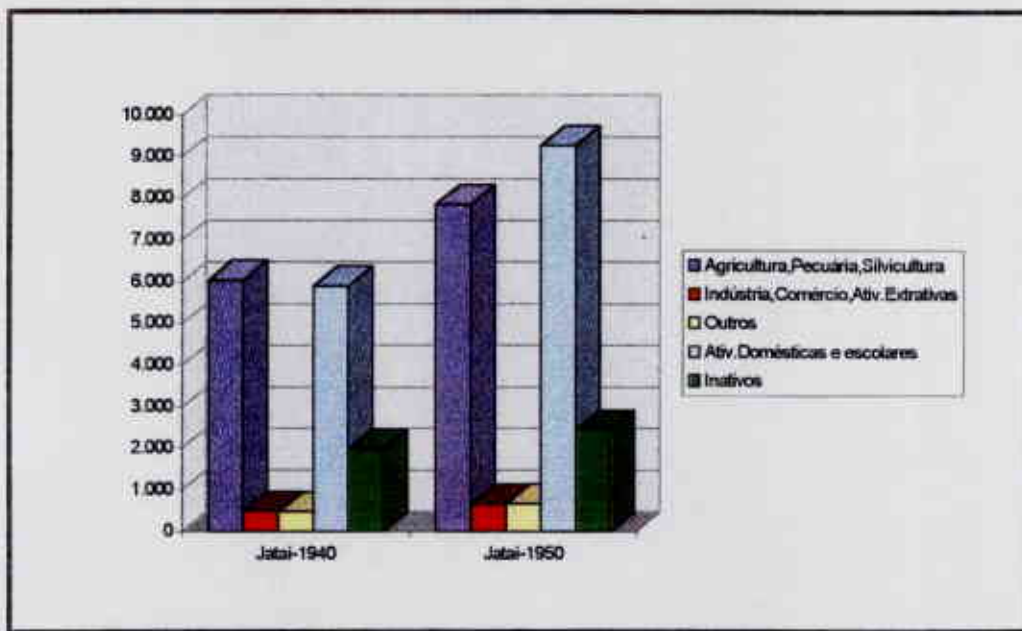
O Sudoeste do Estado representou, assim, forte oposição ao governo Caiado, e, após 30, o Governo Pedro Ludovico traz para a região novo desenvolvimento econômico, mantendo uma política coronelística. A estrutura coronelística presente no Estado era acentuada em Jataí pela força da medicina. Dr. Serafim de Carvalho, médico, mantém o domínio sobre a política local por vários anos. Amigo pessoal de Juscelino Kubstichek, desde os tempos de faculdade, mantém com ele e outros políticos do país estritas relações. É através do Dr. Serafim e de outros políticos pessedistas (PSD) locais que JK vem à Jataí, onde lança oficialmente sua candidatura à Presidência da República em 1954, e volta, em 1957, já eleito, em grandiosa festa pública.

Nas décadas de 40 e 50, Jataí mantinha, como outras regiões do país, uma estrutura basicamente rural. A população economicamente ativa concentrava-se nas áreas de agricultura, pecuária e silvicultura, enquanto nas demais atividades, estava uma pequena parte da população, conforme mostra o gráfico 02.

---

<sup>66</sup> *Ididem*, op. cit., p. 123 a 125.

Gráfico 02

**População do município de Jataí em 1940/1950, por atividade.**

Fonte: IBGE - Censo - 1940/1950.

**4- O ENSINO SECUNDÁRIO EM JATAÍ ATÉ 1930**

Jataí recebe o novo século já emancipada. Logo nas primeiras décadas tem-se a construção da Igreja Matriz e a instalação da Comarca de Jatahy, desvinculando-se assim do município de Rio Verde. A preocupação com a difusão da cultura se faz presente. O governo do município estava nas mãos dos "Tenentes - Coronéis" que, já no final da primeira década deste século, colocam em circulação no município, o primeiro órgão de divulgação escrita, O Jatahy, ligado ao Partido Democrata, que, no mesmo período, inaugura também a "Banda União Democrática".

Com o município já integrado ao processo de produção econômica através da pecuária e da agricultura, novos expoentes surgem como foco de preocupação ligado à vida urbana. O centro de interesse deixa de ser individual - a família e sua fazenda, abrindo-se um espaço novo, atraente, um espaço político, de discussões coletivas. O desenvolvimento do município como um todo e da educação em particular exerce uma 'pressão' nos meios decisórios. Nos jornais existentes nestas primeiras décadas do século, no município, - "O Jatahy" (1910) e "O Picapau" (1920) - é interessante notarmos a preocupação com os mais variados temas, dentre eles, a 'instrução'. A questão da educação, que, como dissemos anteriormente, em função do povoamento, despertava-se vagarosamente, passava agora a fazer parte dos novos debates, sem interrupção. Logo nos primeiros números de "O Jatahy", encontramos a preocupação com 'o dever dos pais' para com os filhos. Há, por exemplo, um artigo dizendo da necessidade de se dar aos filhos uma boa educação. O bom pai seria aquele que fizesse de seus filhos pessoas instruídas, trabalhadoras e honradas, já que uma boa educação não se acaba, nunca se perde, não se empresta nem se vende, e os pais, expressa o artigo, têm o dever de formar cidadãos úteis à pátria.<sup>67</sup> Pelas preocupações da comunidade, expressas no jornal, passava também a necessidade de se remunerar bem o professor e de se abrirem concursos a fim de que se conseguissem para a profissão "pessoas Idôneas".

Não temos escolas: é o grito que se ouve por toda a cidade; erige uma escola e demola dez cadeias diz Guerra Junqueiro. Não temos e nem teremos tão cedo, enquanto o ordenado de professor continuar a ser 150\$000. Ninguém se sujeita a lecionar, em um lugar de vida cara, como aqui, por aquele preço mormente se trata de um pai de família. Dobre o ordenado, abra um concurso e veremos se temos ou não escola regida por pessoa idônea.<sup>68</sup>

Se a reivindicação de escolas passava pela questão de se reivindicar melhores salários, passava também pela motivação ao estudo, forma eficiente de se integrar ao meio, pois considerava-se que

o analfabeto é, de fato, um escravo que se coloca em posição humilhante, que não tem recursos sequer para defender os seus direitos, quando lesados. (...) É um

<sup>67</sup> O Jatahy - ano I n° 6 - 15/jan./1910.

<sup>68</sup> O Jatahy - ano I n° 10 - 15/mar./1910.

autômato que se transporta de um ponto para outro sem conhecer a sua situação no espaço (...). A instrução é indiscutivelmente o termômetro, por onde medimos o grau de progresso de um determinado lugar.<sup>69</sup>

Devido à sua localização geográfica, e à construção de estradas de rodagem no início do século, o município de Jataí teve sempre uma ligação próxima com o Estado de Minas. Para Borges, “as relações econômicas do sudoeste goiano com o Triângulo Mineiro desenvolveram de tal forma que a economia da região permaneceu por muito tempo voltada para Minas Gerais e de costas para o Estado de Goiás”.<sup>70</sup> Em função desta ligação, para lá eram enviados os jovens para prosseguirem seus estudos após completarem as séries existentes no município. Neste sentido, os colégios de Minas faziam, nos jornais locais, divulgação e propaganda dos serviços educacionais por eles prestados. É o caso do Colégio Diocesano de Uberaba que divulgava cursos, estrutura escolar, estadia.

**GINÁSIO DIOCESANO DE UBERABA - MINAS. Equiparado ao Collegio Nacional D. PEDRO II. Dirigido pelos irmãos MARISTAS. Curso preliminar e secundário. CURSOS PREPARATÓRIOS PARA PHARMÁCIA, ODONTOLOGIA, AGRIMENSURA E BELLAS ARTES, cujos exames por decreto especial do governo se realizarão neste mesmo gynnasio. Situação excepcional para communicações e viagens facilimas, rápidas e pouco dispendiosas para as zonas de Goyas, Oeste de Minas e Norte de São Paulo, no que se avanta a aos Gynnasios Paulistas. PENSÃO MODICA. Prédios novos com installação completa. GRANDES PATEOS DE RECREIOS, VASTISSIMO CAMPO DE SPORT PARA JOGOS ESCOLARES. Instrução militar, linha de tiro completa, segurança. Sólida Instrução Religiosa. EDUCAÇÃO ESMERADA.**<sup>71</sup>

Com estas preocupações quanto ao nível do ensino e as dificuldades de locomoção para outras regiões a fim de se instruírem, é compreensível a conseqüente animação com que foi recebido, em Jataí, o professor Pedro Salazar<sup>72</sup>, disposto a abrir um educandário. Nos meses que se seguem à chegada do professor à cidade, são comuns, nos jornais, as notícias sobre o referido professor bem como sobre o Instituto que irá abrir. Em

<sup>69</sup> Pela Instrução. In. *O Jatahy*, ano III, nº 51, 20/nov./1911.

<sup>70</sup> BORGES, Barsanufi G., op. cit. p. 127.

<sup>71</sup> *O Jatahy* - ano I nº 10 - 15/mar./1910. (Grifo do autor)

<sup>72</sup> Em 15 de dezembro de 1912, 'O Jatahy' noticiava sob o título "Dr. Salazar": "Acha-se entre nós, tendo definitivamente resolvido fixar residência nesta cidade o ilustre advogado e emérito pedagogo Dr. Pedro Salazar. Admiradores que somos das belas qualidades de que é dotado o distinto educador, não podemos furtar ao dever de, ao darmos-lhes boas vindas, felicitarmos a sociedade jataiense pela feliz aquisição que vem de fazer com mais esse sólido elemento de engrandecimento local. Fazemos sinceros e cordiais votos que a sua permanência no seio de nossa modesta sociedade seja bastante duradoura, assim como desejamos muita prosperidade ao simpático homem de letras, no regaço de seu estremeado lar."



10 de março, 'O Jatahy' noticia sob o título de Instituto Municipal um artigo que ressalta as qualidades do novo professor, o valor moral da escola que irá iniciar e, principalmente, a importância da educação como meio de integração do homem à cultura. No artigo, é salientada também a necessidade, que o município tinha, de um educandário do porte daquele proposto pelo prof. Salazar:

De há muito que o nosso grau de civilização estava exigindo um estabelecimento de instrução, que espancasse as trevas da ignorância desta mocidade sem peias, que vagava pelas nossas ruas, desconhecendo por completo os mais rudimentares princípios de educação. Por vezes chamamos, do alto destas colunas, a atenção dos poderes públicos, para a criação de uma regular casa de educação em nossa catita Jataí, a fim de resolver a tremenda crise que nos assoberbava, porisso (sic) que víamos, entristecidos e envergonhados, as crianças crescerem de dia a dia, sem aprenderem ao menos as primeiras letras, e jamais um só passo foi dado nesse sentido, ficando tudo no mesmo pé. (...) À testa da instrução está o denodado, operoso e emérito professor Dr. Pedro Salazar (...) Necessário se torna que os nossos abastados fazendeiros compreendam a vantagem e o alcance deste gigantesco cometimento e procurem mandar seus filhos para o Instituto Municipal que neste instante acaba de ser fundado, a fim de receber esta plêiade de meninos inteiramente analfabetos os conhecimentos básicos, úteis à vida prática. (...) É, portanto, uma ocasião mais que oportuna, para administrarmos uma satisfatória educação aos nossos filhos, que perambulam pelas artérias públicas sem ocupação, tendendo ao vício, ao crime e à devassidão e que urgente se torna, que medidas rigorosas sejam tomadas, no sentido de corrigir-lhes mais eficazmente os maus hábitos contraídos. (...).<sup>73</sup>

Vale ressaltar que a educação já era percebida aqui como mecanismo capaz de corrigir os deslizes dos indivíduos, sendo a responsável pela restauração social. Seguindo-se a este momento, são divulgados, em vários números do referido jornal, propagandas sobre o Instituto Municipal em implantação. O Instituto Municipal "Dr. Pedro Salazar" funcionou em regime de internato e externato, ministrando o curso secundário, que funcionaria "diariamente, das 7 da manhã às 10 horas, menos às quintas-feiras", e o curso primário, que funcionaria das "10 ½ às 2 da tarde", com a inauguração prevista para 26 de março de 1912. Em sua proposta inicial, o Instituto manteria, juntamente com o município, o curso primário gratuito, em duas turmas apenas, uma para alunos do sexo masculino e outra para o feminino. No caso do curso secundário, seriam recebidos gratuitamente, 16 alunos,

<sup>73</sup> O Jataí, ano III, n° 61- 10/03/12.

“reconhecidamente pobres, a juízo do intendente municipal”. Não há, na divulgação, referência à forma como serão distribuídas as vagas entre os cursos, no caso de turmas que funcionariam independente do poder público, não ficando também explicitada à estrutura geral do Instituto.

A vinculação religiosa do Instituto com os ideais católicos, fato comum na educação do país como um todo, durante o Império, é perceptível quando encontramos, por exemplo, os dizeres de que o mesmo funcionaria “sob os auspícios de N. S. da Conceição”, ou mesmo quando, em 22 de maio de 1912, Jataí, ao receber a visita do “eminente prelado goiano” na pessoa de D. Prudêncio, Bispo Diocesano faz-lhe à porta do prédio do Instituto Municipal “Dr. Pedro Salazar”, com os alunos em “uniforme de gala”. O mesmo foi saudado pela “Senhorita Sinhá Salazar, professora do curso primário que com suas alunas cantaram um Hino Colegial”. Após a recepção, os convidados foram acolhidos pelos membros do Instituto, sendo este também o local onde a comitiva se hospedava.<sup>74</sup> Vale ressaltar que o ensino laico passara a ser uma bandeira de luta nas reivindicações do Estado Republicano.

Todas as edições de “O Jatahy”<sup>75</sup> fazem referência ao Instituto Municipal, seja através de artigos específicos, seja através de propaganda. No entanto, segundo estas mesmas publicações, podemos perceber que o mesmo só funcionou, neste ano de 1912, até novembro. Em 19 de novembro, a família Salazar se despede de Jataí e regressa à Minas Gerais, “por circunstâncias imperiosas”. Em decorrência desta mudança o Instituto Municipal foi fechado.

Concomitante ao período em que funcionou o Instituto Municipal, apesar de não encontrarmos no jornal nenhuma referência a outros tipos de escolas e ou professores, há registro<sup>76</sup> de várias escolas isoladas<sup>77</sup>, tanto na sede do município, como nos vários distritos existentes.

<sup>74</sup> O Jatahy, números diversos - 1912.

<sup>75</sup> A partir do n° 60, publicado em 01/mar./1912.

<sup>76</sup> Livros de Leis, Decretos e Portarias da Prefeitura Municipal.

<sup>77</sup> Em Jataí, a denominação de grupo escolar para um educandário só vai aparecer em 1929, período em que há uma expansão em todo o Estado.

No início da década de 20, temos o registro de outro educandário de ensino secundário, o “Colégio Paula Ribeiro”, pertencente ao professor Nestório de Paula Ribeiro. Este era natural de Paracatu, Minas Gerais, tendo mudado para Goiás no final do século passado, ao ser contratado inicialmente como professor para a zona rural. Em seguida, fixa moradia na Vila de Mineiros onde abre um colégio e, por volta de 1920, transfere-se para Jataí, ‘trazendo consigo o seu colégio’.<sup>78</sup> Na divulgação sobre o mesmo era colocado como atrativo o fato de oferecer o curso noturno.

**Aula nocturna.** Nestório de Paula Ribeiro participa aos intelligentes moços desta cidade, que precisarem de preparo intellectual, que está mantendo um curso nocturno, dividido em dous turnos: um para a classe complementar e outro para a classe que se inicia para cursar estabelecimentos de ensino superior. Na classe adeantada já se acham inscriptos os distinctos e intelligentes moços (...). Leccionam-se as seguintes matérias: - portuguez, francez, arithmetica, álgebra, geometria, geographia, historia, desenho (...). Na aula diurna ensinam-se as mesmas matérias de conformidade com o gráo de adeantamento de cada classe. Mensalidade (sem desconto de falhas, a não serem dadas pelo professor) - 20\$000. Jatahy, Largo da Independência.<sup>79</sup>

Vale ressaltar que o diretor dirige-se, aqui, aos moços inteligentes, e não aos seus pais, como víamos anteriormente retratado nos ‘chamamentos’ das escolas diurnas e primárias. Isto porque o curso secundário, principalmente o noturno, pressupõe a freqüência de um aluno ‘independente’, trabalhador. A aula noturna era colocada como fator importante na existência do novo colégio, com o objetivo de atender aos jovens trabalhadores. Em Jataí, a primeira escola noturna que se tem registro é o Colégio “Paula Ribeiro”, em 1922. Seguindo a este, vários outros comerciais e ‘chamamentos’ são encontrados nos jornais de Jataí.

**COLLEGIO “PAULA RIBEIRO”.** Autorisado por despacho do Exm. Sr. Dr. Presidente do Estado, desde 1921. Curso primário e secundário, administrado pelos mais modernos processos de ensino. Além do curso DIURNO, mantém uma Aula nocturna, (...) Leccionam-se as seguintes materias: portuquez, francez, arithmetica, algebra, geometria, theorica e pratica, geographia, historia, desenho, calligraphia. O pagamento mensal é de 20\$000, feito adeantadamente. Não se descontam as falhas dadas pelos alumnos, mesmo que sejam de dias consecutivos e com aviso prévio. Aula nocturna, em que se leccionam as mesmas matérias. Não

<sup>78</sup> O Jatahy nº 11 - 14/ago./38.

<sup>79</sup> O Picapau nº 9 - 02/jul./22 - fls. 4. Grifo do autor.

**exigimos joia na inscrição, mas, repetimos, não se contam as faltas dos discentes. Jatahy, Largo da Independência.**<sup>80</sup>

O proprietário do Colégio, Prof. Nestório de Paula Ribeiro, enfatizava os conteúdos a serem trabalhados no mesmo, divulgando sua importância pela “raridade no ensino no conhecimento de álgebra”. Era divulgada ainda a importância desta área de conhecimento, considerada indispensável em centros como Inglaterra, França, Alemanha e Estados Unidos, considerada obrigatória nas escolas primárias em São Paulo. O Colégio preocupava-se ainda em divulgar que além do Português, Francês e Geometria, ensinava-se Música, “a inseparável companheira da poesia”, ministrada “sem prejuízo do estudo de outras matérias”.<sup>81</sup>

Nos anos finais da década de 20, a Serra do Cafezal foi palco dos conflitos anteriormente narrados. Enquanto isso, no Estado, as atenções se voltavam para a ampliação da rede de ensino. Por todo o Estado, os esforços se canalizam para a construção dos Grupos Escolares. Jataí se insere também neste contexto ao iniciar a construção do prédio para a instalação do Grupo Escolar que vai ser inaugurado, já no final da década, em 1929, com o nome de Grupo Escolar “Presidente Brasil”, em homenagem ao presidente do Estado de Goiás, Brasil Caiado.

esses grupos escolares em geral levavam o nome do Governo que os criava, ou de pessoas a cujos esforços se devia sua criação (...). Com o nome de “Brasil Caiado” (presidente do Estado) criaram-se dois ou três, e com o nome de “Antônio de Ramos Caiado”, três ou quatro.<sup>82</sup>

A mudança na estrutura política em Goiás, quando Ludovico assume o poder, refletiu em Jataí culminando na saída do então intendente Marcondes de Godoy. Foi nomeado em seu lugar Carlos Raymundo do Prado, que já havia ocupado o cargo de 1919 a 1923. Este governa por nove meses, quando então é substituído por Manoel Balbino de Carvalho, também

<sup>80</sup> O Picapau n° 10 - 09/jul./22. Grifo do autor.

<sup>81</sup> O Picapau n° 17 - 06/ago./22.

<sup>82</sup> BRETAS, op. cit. p. 512.

nomeado.<sup>83</sup> Quando Carlos Raimundo do Prado assume o governo municipal, Jataí contava com algumas escolas isoladas e apenas um Grupo Escolar, que, em homenagem ao presidente do Estado que o construiu, conforme dito anteriormente, recebeu a denominação de Grupo Escolar "Presidente Brasil". Com as mudanças na ordem política, a homenagem já não mais se justificava, ao contrário, era um risco que os dirigentes políticos resolveram não correr. Por esta razão, em 1930, o Grupo Escolar, inaugurado em 1º de dezembro de 1929, passa a ser denominado "João Pessoa"<sup>84</sup>, além de serem substituídos professores e diretor<sup>85</sup>. Vale ressaltar, ainda, que esta denominação permanece durante todo o governo de Vargas. No final do Estado Novo, em 1947, quando há novas mudanças na estrutura política, o Grupo passa a se chamar "Grupo Escolar Jataí".

Nas edições do jornal "O Picapau" a que tivemos acesso, há sempre referência ao Colégio Paula Ribeiro funcionando nos turnos diurno e noturno. Não há, entretanto, referência ao seu fechamento. Ao contrário do professor Pedro Salazar, que se muda de Jataí, fechando o Instituto Municipal, O Colégio Paula Ribeiro é fechado sem que o professor Nestório se mude de Jataí, sendo reaberto em 1932.

O alvorecer da década de 30 encontra Jataí com uma nova estrutura educacional. A cidade nesta época, sob a administração do Cel. Manoel Balbino de Carvalho (Carvalinho), nomeado pelo interventor Pedro Ludovico Teixeira, contava com o jornal "O Liberal", que tinha como diretor e redator o professor Nestório de Paula Ribeiro. Em 12 de fevereiro de 1932, "O Liberal" traz em suas páginas: "Tendo de fundar nesta cidade, por estes dias, o externato "Paula Ribeiro", do qual será diretor, deixou-nos este e bom amigo, que com muita capacidade vinha dirigindo os destinos desta folha."<sup>86</sup> No

---

<sup>83</sup> Durante o Governo de Getúlio Vargas não há eleições municipais, os prefeitos são nomeados. Manoel Balbino de Carvalho havia comandado o Levante armado na região da Serra do Cafetal. É nomeado por Pedro Ludovico e estará à frente do município por quatro anos.

<sup>84</sup> João Pessoa, candidato à vice-presidência na chapa de Getúlio Vargas, havia sido assassinado na Paraíba em 05 de Julho de 1930, por questões pessoais, fato que, usado como 'bode expiatório' pela Aliança Liberal, foi divulgado como assassinato político e serviu conseqüentemente de estopim para o Golpe de Estado de Vargas.

<sup>85</sup> O Marcondinho, órgão de divulgação da Escola Estadual de 1º Grau Marcondes de Godoy (nome atual do antigo Grupo), publicado em 01 de dezembro de 1979, em comemoração aos 50 anos do Colégio.

<sup>86</sup> Nestório de P. Ribeiro, in: *O Liberal* - n° 45 - fls. 01 - 12/fev./32.

Jornal não há nenhuma referência ao colégio Paula Ribeiro existente na cidade em 1922, mesmo sendo os dois colégios, particulares, dirigidos pelo mesmo professor.

Nos números que se seguem, de 1932 a 1935, há, paulatinamente, no jornal, registros se referindo ao Colégio. Em 1932, há a publicação de artigos assinados por "aluna do curso ginasial do Colégio Paula Ribeiro", que mantinha também o propedêutico para o curso superior:

Com o fim de prestarem exame perante a Faculdade de Sciencias Economicas de Ribeirão Preto, partiram desta cidade, no dia 12 deste mez, tres alumnos do Collegio acima, os inteligentes e esperançosos moços (...) que nos trouxeram as suas despedidas.

Desejando feliz successo aos distinctos jovens, damos parabens ao Collegio 'Paula Ribeiro', cujas luzes vão sendo úteis á mocidade estudiosa desta terra.<sup>87</sup>

O Colégio dava grande importância também ao ensino de línguas estrangeiras, sendo comum se utilizar deste aspecto para divulgação, o que é compreensível já que a Reforma Francisco Campos de 1931, consolidada pelo decreto nº 21.241 de 04/04/32, mantinha um currículo elitista.

Muito nos alegramos com a participação que nos fez o director do Collégio 'Paula Ribeiro' desta cidade, de que as aulas de Latim e Inglez estão regidas por dous lentes notaveis: o exmo. Prelado d. Germano da Veiga Campón e seu secretário, o revm. Padre Theodulo Azensio, respectivamente, e as mesmas funcionam, das 19 ½ horas ás 21, num dos salões do Grupo Escolar João Pessoa.<sup>88</sup>

Lingua Espanhola - alem das linguas latina, francesa e ingleza, leccionadas no Collegio 'Paula Ribeiro' desta cidade, - será brevemente iniciado um curso da espanhola, de que será lente o exmo. Prelado Dom Germano Veiga Campón. A sonora lingua, cuja litteratura é riquissima e bella, (...) o seu funcionamento será num dos salões do grupo local.<sup>89</sup>

Depois de pequena interrupção no ensino de Inglez, - o Collegio 'Paula Ribeiro', o prosseguirá, a começar hoje, dando quatro aulas por semana, sendo duas para a classe adeantada, (...) e duas outras para os que estão iniciando o estudo da bellissima lingua, hoje tão falada no Brasil, devido ao intercambio com o povo Inglez (...) As aulas começarão ás 20 horas e terminarão ás 21, no predio do Grupo local. O ensino será dado mediante pequena mensalidade, acceitavel apenas como complemento das mensalidades com que, proveniente da cadeira de Inglez, ja conta este Collegio.<sup>90</sup>

<sup>87</sup> Collegio 'Paula Ribeiro' In: *O Liberal* - nº 119 - fls. 01 - 24/dez./33.

<sup>88</sup> Idem, nº 131 - fls. 04 - 01/abr./34.

<sup>89</sup> Lingua Espanhola, In: *O Liberal* - nº 145 - fls. 04 - 22/jul./34.

<sup>90</sup> Aula de Inglez, In: *O Liberal* - nº 177 - fls. 04 - 05/mai./35.

Além da preocupação com o ensino de língua estrangeira, o Colégio mantinha ainda, anexo aos cursos, o serviço militar que o inseria no contexto de preocupação da época<sup>91</sup>.

Collegio 'Paula Ribeiro', a que esta annexa a Escola de Instrução Militar 82, incorporada ao Exército, terá em actividade, brevemente, esta utilíssima instituição, de incontestável valor para este município, poisque poderão os moços fazer os exercícos militares, nesta cidade, sob a direcção de um Instructor do Exército (...).<sup>92</sup>

Durante o período em que funcionava ainda o Colégio Paula Ribeiro, em 1934 passa a funcionar na cidade o 'Lyceu de Jatahy'.

O Sr. Lauro Licio da Cunha, e sua exma. esposa, d. Olga Cunha, directores do Lyceu de Jatahy, tiveram a gentileza de nos participar que, em 1º de novembro, serão abertas as matriculas desse importante estabelecimento de ensino instalado no confortavel predio nº 9, da Praça Coronel José Manoel Vilela. - O lyceu manterá, com optimo corpo docente, os seguintes cursos: Primario, Complementar a Escola Normal, admissão e curso Gymnasial, Jardim da Infância, curso Commercial e Gymnastica (...). - Internato misto - Internato Feminino. - Methodo de reacções mentaes da Escola Activa. - Corpo docente com solida cultura pedagogica. MENSALIDADES MODICAS.<sup>93</sup>

Durante o ano de 1934, "O Liberal" trouxe em, praticamente, todas as edições uma nota com as informações anteriormente citadas. O Liceu surge como uma possibilidade plena de escolarização e uma tranquilidade para os pais, pois não mais precisariam manter seus filhos internos em colégios de outras localidades, fato este considerado importante e salientado nas propagandas sobre o Liceu:

"Lyceu de Jatahy - Instalado no dia 1º do corrente, acha-se funcionando (...) este estabelecimento de ensino (...) Destarte, os senhores paes de familia não necessitarão de internar seus filhos em collegios de outras localidades (...) apenas a cinco dias inaugurado, já se têm matriculado nos diversos cursos, muitos alumnos (...)."<sup>94</sup>

<sup>91</sup> Sobre a formação militar presente na educação escolar no Brasil ver: HORTA, José Silvério Baia - *O hino, o sermão e a ordem do dia: a educação no Brasil (1930 - 1945)*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1994.

<sup>92</sup> "Escola Militar 82, in: *O Liberal* - nº 159 - fls. 04 - 09/dez/34.

<sup>93</sup> Lyceu de Jatahy, in: *O Liberal* - nº 111 - fls. 01 - 22/out./33.

<sup>94</sup> Lyceu de Jatahy, in: *O Liberal* - nº 113 - fls. 01 - 05/nov./33.

Apesar da divulgação, no ano de 1934 o Lyceu funcionou apenas com o Primário, Exame de Admissão, além do Jardim de Infância, com a seguinte grade:

Lyceu de Jatahy - Grade Curricular - 1934						
Séries	Admissão ao Curso Gymnasial	4º Anno	3º Anno	2º Anno	1º Anno	Jardim de Infancia
Disciplinas	Portugues	Lingua Patria	Portugues	Portugues	Portugues	Portugues
	Arithmetica	Arithmetica	Arithmetica	Arithmetica	Arithmetica	Arithmetica
	Geographia	Geographia	Geographia	Geographia	Geographia	Geographia
	Hist.do Brasil	Hist.do Brasil	Hist.do Brasil	xxx	xxx	xxx
	Desenho	Desenho	Desenho	Desenho	Desenho	Desenho
	Morphologia Geometrica	Geometria	xxx	Geometria	xxx	xxx
	Sciencias	Sciencias	Sciencias	Sciencias	Sciencias	Sciencias
	Educ. Phisica	Educ. Phisica	Educ. Phisica	Educ. Phisica	Educ. Phisica	Trab. Manuaes*
	Trab. Manuaes*	Trab. Manuaes*	Trab. Manuaes*	Trab. Manuaes*	Trab. Manuaes*	Trab. Manuaes*
		Instru. Moral e Civica	Instru. Moral e Civica	Instru. Moral e Civica	Instru. Moral e Civica	Instru. Moral e Civica

Fonte: Resultado dos exames finais do anno lectivo de 1934 - "O Liberal" n° 164 - fls. 03 - 20/jan./35.

O 'Lyceu de Jatahy', mesmo sendo uma escola particular, recebia subvenções do Estado e Município. Em 1934 recebeu a quantia de 1:800\$000 (Um conto e oitocentos mil réis) da Prefeitura Municipal de Jataí, 'a título de auxílio'.<sup>95</sup> No ano de 1935 a subvenção vem do Estado. "Foi consignada, no orçamento do Estado para 1935, a verba de 3:600\$000, como auxílio destinado ao Lyceu de Jatahy, estabelecimento de ensino installado nesta cidade e dirigido com proficuidade pelos educadores, exma. sra. d. Olga Cunha e sr. Licio Cunha."<sup>96</sup>

<sup>95</sup> JATAHY - Prefeitura Municipal - Lei Orçamentaria para o exercicio de 1934 - Cap. 2º Da despesa, Art. 2º, item VIII - Da instrução publica - Jatahy, Estado de Goyaz - Typ. da Livraria Kosmos - Uberlândia - fls. 5.

<sup>96</sup> Lyceu Jatahy in: O Liberal - n° 164 - fls. 01 - 20/jan./35.



Nos três colégios existentes no município, nas três primeiras décadas deste século, apesar da divulgação de que mantinham o curso secundário, como dissemos anteriormente, não há registro de nenhuma turma que tenha concluído este grau de ensino.

É importante deixar registrado aqui que, na década de 20, funcionou também em Jataí o Colégio Novaes no qual foi professor e responsável pelo Internato, além do diretor proprietário - professor Eleutério Novaes, o professor Nestório de Paula Ribeiro.<sup>97</sup> Entretanto, tanto nas fontes escritas como nas orais com as quais trabalhamos, não encontramos nenhum registro de que no mesmo funcionasse o Ginásio (Secundário 1º Ciclo), motivo pelo qual não o inserimos em nossa análise.

---

<sup>97</sup> Jornal "O picapau" n° 14 - fls. 03 - 28//mai./22.

Foto 1

**Instituto Municipal Pedro Salazar (1912)**

Fonte: Museu Histórico de Jataí "Francisco Honório de Campos".

Foto 2

**Colégio Novaes (1923)**

**Fonte:** Museu Histórico de Jataí “Francisco Honório de Campos”.

Foto 3

**Grupo Escolar Presidente Brasil (1930)**

**Fonte:** Museu Histórico de Jataí “Francisco Honório de Campos”.

Foto 4

**Lyceu de Jataí (1934)**

(ao centro tem-se os diretores proprietários e o professor de Educação Física).



**Fonte:** Museu Histórico de Jataí “Francisco Honório de Campos”.

Foto 5

**Alunos do Lyceu de Jataí, em ginástica.  
(1934)**



**Fonte: Museu Histórico de Jataí “Francisco Honório de Campos”.**

## **II- RENASCE O ENSINO SECUNDÁRIO, MANTÉM-SE A VERTENTE PARTICULAR.**

Conforme o exposto no primeiro capítulo, nas três primeiras décadas deste século, não houve em Jataí escolas que mantivessem, com regularidade, o ensino secundário. Os jovens em idade escolar, além do nível primário, paulatinamente, tinham que buscar outros centros, geralmente em Minas Gerais, para prosseguirem seus estudos. Para Nadai, durante a Primeira República, sob a proteção e cumplicidade do Estado, houve uma extensa rede de escolas particulares; no entanto, "as escolas confessionais, pela sua própria natureza tiveram mais fôlego em subsistir do que as laicas, dirigidas e mantidas, quase sempre, por famílias tradicionalmente dedicadas ao ensino."<sup>1</sup> Em Jataí não houve neste período nenhuma escola confessional.

Como dissemos anteriormente, o sudoeste goiano estava mais ligado ao estado de Minas Gerais, através do Triângulo Mineiro, do que a outras regiões do Estado, tanto econômica como culturalmente. Segundo Borges, "no sudoeste goiano, a implantação de estradas de rodagem e a proximidade dos mercados do Triângulo Mineiro facilitavam as exportações agrícolas (...)"<sup>2</sup> Desde o início do século, como citado anteriormente, havia em Jataí a divulgação, no periódico local, do colégio de Uberaba. Por outro lado, o *Jornal Lavoura e Comércio*, da cidade de Uberaba, destacava, já em

---

<sup>1</sup> NADAI, Elza - A educação de elite e a profissionalização da mulher brasileira na Primeira República: discriminação ou emancipação. In: *Revista da Faculdade de Educação da USP*. Vol. 17, n° 12, jan. / dez. / 1991.

<sup>2</sup> BORGES, Barzanufio G., op. cit., p. 235.

1931, a importância do Sudoeste frente ao estado em um período em que politicamente a região se sobrepunha.

A riquíssima região do Sudoeste, um celeiro que vai do Paraíba ao Araguaia, da barranca Mineira às lides do Mato Grosso, nunca foi bem vista pelos políticos dominantes naquele Estado, antes da aurora redentora de 24 de outubro. Ainda altiva a obstinação e a independência da gente naquela extensa gleba doía aos interesses, aos instintos dos feudatários de Goiás (...). O Sudoeste de Goiás, que tanto sofreu em passado ainda recente voltou aos seus labores entregando-se ao trabalho de amansar a terra e de pacer o gado, absorvidos por um retirante sonho de riqueza que mais dia menos dia, quando os trilhos das Estradas de Ferro pisarem as suas planícies será convertido em realidade. A região inteira é um fervedoiro de trabalho. Por toda parte há um como que distender de musculatura e de nervos anquilosados em consequência dos Governos que oprimiam Goiás, Rio Verde, Jataí, Rio Bonito, Santa Rita do Paranaíba, Mineiros, toda essa gleba que vai do Paranaíba ao Araguaia, respira hoje uma paz serena e frutuosa.<sup>3</sup>

O ensino secundário em Jataí, com o fechamento do Colégio Paula Ribeiro e do Lyceu de Jataí, volta a ficar restrito apenas àqueles alunos cujos pais poderiam mantê-los em outras regiões, como é caso de alunos que se deslocavam para Minas Gerais, São Paulo e, por vezes, para Goiás, antiga capital do Estado. Quando se tratava da saída de alunas, a apreensão dos pais se fazia presente. Segundo o Sr. Walquírio Carneiro Barros, ex-vereador e ex-prefeito de Jataí, a preocupação com as jovens era maior. Quando suas filhas chegaram na idade de 'saírem', sua preocupação aumentou. Ciente das dificuldades que enfrentaria, e a comunidade necessitando de cursos secundários efetivos, a população resolve, no final da década de 30, se organizar com o objetivo de conseguir para Jataí um colégio que ministrasse o ensino secundário. A possibilidade é vislumbrada pela população juntamente com a Igreja Católica, para a criação de um colégio de Freiras, o que vai se efetivar conforme atesta um entrevistado. "Então pensei de chamar uns companheiros e ir lá no senhor Bispo e pedir para ele uma opinião, uma ajuda 'e tal' sobre esse sentido, para construir um colégio".<sup>4</sup> O renascer do ensino secundário em Jataí se deu, então, através de uma escola particular confessional católica e, conseqüentemente, teremos a estrutura ideológica da Igreja se reproduzindo, como coloca Freitag. "A função de reprodução

<sup>3</sup> Jornal *Lavoura e Comércio*, da cidade de Uberaba. Apud. CHAUL, Nasr N. Fayad - *Caminhos de Goiás: da construção da "decadência" aos limites da modernidade*, Tese de Doutorado apresentada à FFLCH - USP. São Paulo, 1985. p. 155-156.

<sup>4</sup> Entrevista nº 3.



ideológica, necessária à submissão das classes subalternas às relações de dominação e às condições do trabalho explorado, continua sendo desempenhada, paralelamente, pela Igreja e suas escolas confessionais”.<sup>5</sup>

Nesta ótica, objetivamos neste capítulo discorrer sobre as duas escolas secundárias particulares confessionais criadas em Jataí nas décadas de 40 e 50, situando historicamente o surgimento de cada uma delas, bem como contextualizando as instituições religiosas que norteiam suas práticas pedagógicas. Adotamos, como sistemática na exposição, seguir a ordem de criação destas duas escolas.

## 1- ASPECTOS HISTÓRICOS DO CATOLICISMO NO BRASIL.

A história do catolicismo no Brasil se processa com a própria história do país, se analisarmos, desde a colonização, a vinda dos missionários jesuítas. A igreja católica, ‘não é de hoje’, se coloca como um lugar da educabilidade de povos, nações, grupos sociais e indivíduos,<sup>6</sup> sendo ela uma realidade histórica presente e atuante. Neste sentido, é possível uma articulação que não se volta apenas para o escolar. “Passando pela escola mas buscando outros instrumentos e locais educativos, a Igreja ligou-se tanto aos grupos dominantes para lhes dar uma estrutura de apoio simbólico, como aos grupos subalternos, desmobilizados ou não”.<sup>7</sup>

A Igreja manteve-se sempre presente junto à sociedade civil tendo como campo privilegiado nesta área, a educação, na socialização de novas gerações. Para Cury, a Igreja atuou no sentido de congregar junto a colégios, escolas, internatos, que atendiam diretamente as elites agrárias,

<sup>5</sup> FREITAG, Bárbara - *Escola, Estado e Sociedade*. São Paulo: Moraes, 1980, p. 48.

<sup>6</sup> CURY, Carlos R. Jamil - *Igreja católica / educação: pressupostos e evolução no Brasil*. In: PAIVA, Vanilda (org.). *Catolicismo, educação e ciência*. São Paulo, Loyola, 1991, p.102.

<sup>7</sup> *Ibidem*, p.105.

mantendo-se como instituição forte e atendendo com “especial atenção” ao público feminino, sabidamente majoritário nas escolas normais.<sup>8</sup>

No Brasil, durante o período colonial e imperial, a Igreja manteve-se aliada ao Estado, inclusive recebendo subvenções oficiais a título de ajuda a obras beneficentes.<sup>9</sup> A educação brasileira ficou praticamente toda nas mãos dos jesuítas por mais de dois séculos. Os colégios jesuítas mantiveram tradição na formação das elites, sendo procurados não só por aqueles que interessavam em seguir carreira religiosa.<sup>10</sup> Fica assim impossível pensar o início da educação brasileira sem nos remetermos aos jesuítas, de forma específica, e à Igreja Católica, de forma geral.

A própria história do Ensino Secundário no Brasil tem suas raízes firmadas na educação jesuítica, quando o ensino ministrado no país pela Companhia de Jesus foi validado, pelo governo português, à semelhança de colégios de Lisboa e Braga, abrindo-se assim um espaço consistente para a organização da educação brasileira. Foi levado em consideração que os alunos do Seminário dos Jesuítas da Bahia tinham “preparo literário e científico”, e, como era permitido aos alunos dos colégios de Lisboa e Braga a validação de seus estudos para este nível de ensino, esta prerrogativa foi estendida aos estudantes de Filosofia e Retórica. Para a efetivação desta prerrogativa, era levado em conta um ano de Artes - na Universidade de Coimbra - (que corresponderia posteriormente ao curso de bacharelado em Ciências e Letras).<sup>11</sup>

Por outro lado, este privilégio proporcionado pelo governo português, por si só, não foi suficiente para alterar as precárias condições da educação no país, no referido período. Os jesuítas detinham em suas mãos o monopólio do ensino, mas tinham como prioridade as Missões, já que sua

---

<sup>8</sup> *Ibidem*, p.112-113.

<sup>9</sup> MARANHÃO, Ricardo & MENDES Jr. Antônio - *Brasil história - texto e consulta. Era de Vargas*. São Paulo: Brasiliense, 1981 vol. 4, p. 119.

<sup>10</sup> WEREBE, Maria José Garcia - *Grandezas e misérias do ensino no Brasil (30 anos depois)*. São Paulo: Ática, 1994, p.23.

<sup>11</sup> GOMES, Alfredo, *op. cit.*, p.22.

preocupação primeira era a difusão de um credo religioso - o catolicismo. Assim sendo, todo o ensino por eles ministrado primava pelo dogmatismo e pela abstração.

Os Jesuítas detêm, em seus colégios, a educação no país até a sua expulsão na segunda metade do século XVIII, em consequência da Reforma Pombalina (Ato de 03 de setembro de 1759), quando o Marquês de Pombal - que comungava com idéias declaradamente anticlericais - assume o governo em Portugal. Se a educação jesuítica não vinha atendendo às necessidades e expectativas do Brasil, a expulsão dos mesmos não trouxe, de imediato, uma reestruturação no ensino. Ao contrário, de início, os reflexos na educação brasileira são enormes, em função de que entre o período em que se dá a expulsão e as primeiras providências para resolver os problemas daí decorrentes vai para mais de uma década. Para autores como Werebe, as consequências no campo educacional foram "desastrosas". Ao analisar a educação no Brasil Monárquico, ela coloca que, na verdade, com a expulsão dos jesuítas,

suprimiu-se um ensino pouco eficiente que não foi substituído por outro melhor organizado. (...) O ensino de nível médio, desaparecendo como sistema, foi substituído, de maneira irregular, pelas aulas régias, cuja única vantagem, com a quebra da uniformidade dogmática dos colégios jesuítas, foi a introdução de novas matérias, até então completamente ignoradas: línguas vivas, matemática, física, ciências naturais etc.<sup>12</sup>

Seguindo-se então à expulsão dos jesuítas, e ao conseqüente fechamento de seus colégios, outras ordens religiosas - Franciscanos, Beneditinos, Carmelitas -, passaram a substituir os jesuítas "na faina da instrução". Alfredo Gomes, ao analisar as reformas do ensino secundário implantadas até 1948, coloca que, após a expulsão,

Não tardaram pois, as aulas de Latim, Grego, Filosofia, etc., que constituíram os primeiros grupos de disciplinas do curso secundário no Brasil. Em 1776, os Franciscanos do Rio de Janeiro tinham estudos, devidamente regulamentados, que ensinavam Grego, Retórica, Hebraico, Filosofia, História Universal, Matemática, Moral e Exegética.<sup>13</sup>

<sup>12</sup> WEREBE, M<sup>o</sup> José G. A educação. In: *História geral da civilização brasileira - Brasil Monárquico*, orgs. Sérgio B. De Holanda e Pedro M. Campos, 4 ed., São Paulo: Difel, 1985, p. 366.

<sup>13</sup> GOMES, Alfredo. op. cit. p.22. Grifo nosso.

Com a expulsão dos jesuítas, surge a oportunidade de outras ordens religiosas serem percebidas no cenário nacional, já que não só os jesuítas tinham atividades no país. Beneditinos, carmelitas e franciscanos já estavam por aqui, desde o século XVI, sem, no entanto, desenvolverem atividades ligadas à educação. Suas atuações se concentravam nas atividades nos mosteiros. O Primeiro grupo de religiosos beneditinos chegou a Salvador em 1581. Os carmelitas fundaram, em 1583, um convento em Olinda. Os franciscanos fundaram seu primeiro convento, também em Olinda, em 1585. No século XVII, 1642, vêm os frades capuchinos franceses.<sup>14</sup>

A oposição do Marquês de Pombal aos religiosos, de forma geral, e aos jesuítas, em particular, desencadeia uma crise no sistema religioso, e, a título de ressalva, não há trabalho equivalente de leigos que os substitua, no que se refere à continuidade das atividades dos colégios. O século XVIII marca um período de grande desprestígio da vida religiosa. É quando tem início as ordens religiosas femininas - inicialmente, com suas atividades bastante restritas. No início da colonização do país, as atividades apostólicas evangelizadoras não contavam com a presença feminina. Só no século XVII é que surgem os primeiros 'Recolhimentos'<sup>15</sup> e, no final do século, os primeiros conventos. O catolicismo ibero-português e sua conseqüente continuidade no Brasil levou em consideração as formas urbanas desenvolvidas no século XIX e XX.

Desde o início deste século, líderes religiosos, no Brasil, sensíveis às exigências da sociedade emergente, colocaram em questão o Catolicismo tradicional prevalecente. A perspectiva crítica assumida inspirava-se no Catolicismo formal, definido a partir dos cânones ideais e contraposto à realidade da prática religiosa no país.<sup>16</sup>

No caso do Brasil, devido à tradição eminentemente rural, a marcante e generalizada influência do Catolicismo nas comunidades rurais também pode ser percebida quando se observam as atividades ligadas ao lazer: "Predominam as festas e diversões de caráter católico, realizadas por

---

<sup>14</sup> HOORNAERT, Eduardo et. alli - *História da Igreja no Brasil*; ensaio de interpretação a partir do povo. Petrópolis: Vozes, 1983, p. 23.

<sup>15</sup> Casa para mulheres, com ideal de vida religiosa. HOORNAERT, op. cit., p. 224.

<sup>16</sup> CAMARGO, op. cit., p. 74.

ocasião das folias do Divino, em homenagem aos santos padroeiros locais ou aos que são objeto de especial devoção para os moradores da comunidade<sup>17</sup>. Estas festas, na maioria das vezes, eram compostas de novenas, quermesses, procissões, romarias.

Quando os centros urbanos começam a se sobrepor aos rurais, parte do contingente urbano, migrante das áreas rurais, não mais encontra, na religião, a continuidade destas funções e apoios tidos anteriormente na zona rural. É neste contexto, por vezes permeado de contradições, que a Igreja busca se firmar na conquista de novos adeptos e na divulgação do evangelho, através da educação, já que nas cidades a relação com a religião tende a se tornar mais distante, diferente das relações que havia na zona rural.

Na década de 40, a preocupação com os rumos da educação católica na América é discutida no I Congresso Interamericano de Educação Católica em Bogotá - Colômbia, em 1945. Dentre outros objetivos pretendia-se: estreitar as relações entre as instituições de educação de todo o Continente; prestar mútuo apoio aos educadores católicos do ensino particular, para a defesa dos direitos e da liberdade e ensino dos pais de família, dos educadores particulares e da Igreja; discutir sobre uma infinidade de problemas educacionais, que são comuns a toda a América e cujas soluções em uma região ou ponto esclarecerão os meios de soluções em outras partes; organizar com melhor êxito a luta contra o materialismo e naturalismo, que invadiram perigosamente todas as livrarias da América; **pôr-se igualmente de perfeito acordo na educação contra o comunismo e o protestantismo**; promover a formação de associações nacionais de todos os colégios católicos.<sup>18</sup> A Igreja buscava fortalecer seus laços através da união conseguida pela educação, as escolas protestantes, sendo seu principal alvo opositor.

---

<sup>17</sup> *Ibidem*, p. 55.

<sup>18</sup> I CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO CATÓLICA. In.: RBEP, Rio de Janeiro: INEP, 4 (10): 134-138, jul./set./1945. Grifo nosso.

O município de Jataí passou a receber religiosos agostinianos, provenientes da Província de Castela, na Espanha, desde a década de 30. Os agostinianos permaneceram estruturados em Castela até o início da década de 30. Em 1931, com a vitória da Frente Popular da esquerda revolucionária da Espanha, o Governo formado pelo partido comunista inicia uma aberta perseguição à Igreja. A nova constituição do País previa, por exemplo, que :

Uma lei especial regulará a total extinção, num prazo de dois anos, do orçamento do clero. Ficam dissolvidas as Ordens religiosas que estatutariamente disponham, além dos três votos canônicos, outro especial de obediência à autoridade distinta da legítima do Estado... As demais ordens religiosas, (sic) submeter-se-ão a uma lei especial votada por estas Cortes constituintes e ajustadas às seguintes bases...<sup>19</sup>

A perseguição, tortura e assassinato de milhares de religiosos, religiosas e sacerdotes foi, segundo Gutiérrez, motivo para a busca de novas regiões para desenvolverem sua ação.

Proibido na Espanha o exercício do apostolado de ensino e de qualquer outra forma de apostolado, impunha-se abrir novos campos, onde trabalhar pela difusão do Reino de Deus. E foi em busca de nova seara para seus Religiosos que o Revmo. Pe. Angel Monjas, Superior Provincial, partiu para a América, percorrendo a Colômbia, a Venezuela, Cuba e Vicariato de Puerto Rico. E, em Puerto Rico, deixou com o Vicário Provincial, Pe. João Garcia, o seguinte recado: 'Esteja pronto para qualquer fundação num desses três países'. Mas, a Providência divina tinha outros desígnios, a fundação seria no Brasil, embora houvesse outras ofertas.<sup>20</sup>

Chegando ao Brasil, os padres assumem inicialmente quatro paróquias da Diocese de São José do Rio Preto em São Paulo, sempre preocupados em manter o vínculo com a Província de Castela.

No se me ocultan las dificultades que habeis tenido e que teneis que vencer al principio. Todo lo podemos en Aquel que nos conforta, en frase del Apóstol; por eso habeis de ir adelante, con la vista fija en Dios y vencereis, como han vencido siempre los que pusieron su confianza en el auxilio divino, sin omitir la diligencia humana. (...) Nuestra Madre, la gloriosa Provincia de Castilla, ha de seguir paso a paso la labor de sus hijos en esta República Brasileña, y en lo que de ella depende, no omitirá sacrificios y desvelos, para que vuestra labor sea cada dia más fructifera. Vosotros en cambio, y en esto lo piden el amor filial y la gratitud, no debeis olvidar a la Madre que os ha formado, a la Madre que lucha por formar a otros hijos, hermanos nuestros, para que vengan el dia de mañana a ser vuestros compañeros en la santa tarea de salvar las almas.<sup>21</sup>

S.D., p. 11.

<sup>19</sup> GUTIÉRREZ, Pe. Eládio, O. S. A. - *Vicariato da Província de Castela no Brasil. Resenha histórica*,

<sup>20</sup> *Ibidem*, p. 12.

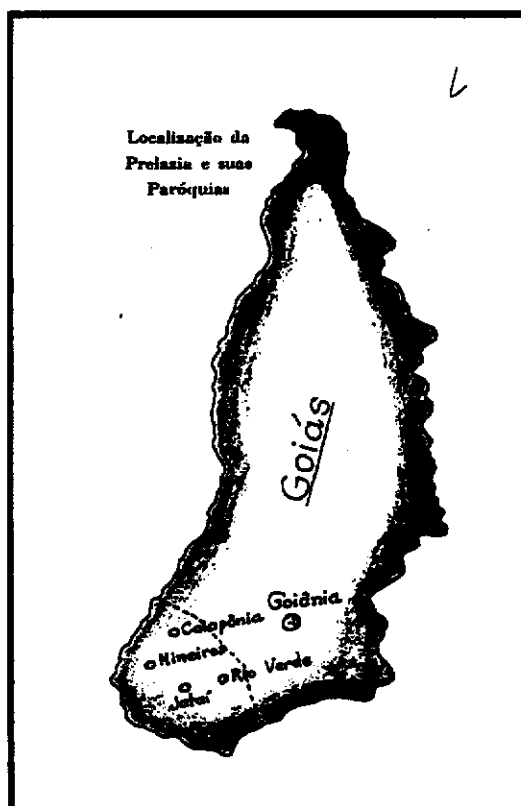
op. cit., p. 18-19.

<sup>21</sup> Carta do Frei Angel Monjas, aos primeiros vigários da Ordem, instalados no Brasil, Apud. GUTIÉRREZ,

## 2- OS AGOSTINIANOS EM JATAÍ.

A Prelazia do Divino Espírito Santo de Jataí, assumida pelos Padres Agostinianos da Província do Santíssimo Nome de Jesus da Espanha, foi desmembrada da Diocese de Goiás e tomou posse em 28 de Abril de 1931, tendo sido nomeado o Rev.mo. Pe. Germano Véga Campón, da mesma Província, antes mesmo da instalação da Arquidiocese de Goiânia que só se deu a partir de 1953. Os Padres da Província do Santíssimo Nome de Jesus permanecem em Jataí "até o ano de 1951, quando, no mês de junho, por determinação da Santa Sé, a Prelazia foi encomendada ( "ad experimentum") aos Padres Agostinianos da Província de Castela".<sup>22</sup> A Prelazia compreendia quatro núcleos principais de população ou paróquias no Sudoeste: Jataí, Rio Verde, Mineiros e Caiapônia, conforme mapa 1.

MAPA 1



Fonte: GUTIÉRREZ - op. cit., p. 177.

<sup>22</sup> GUTIÉRREZ, op. cit. p 174.

A comunicação e visitas nas diferentes paróquias e capelas eram:

extremamente precárias, não existindo outra alternativa que maus caminhos de terras, verdadeiros atoleiros de pó, na seca, e de barro no tempo das chuvas. O serviço de 'ônibus' entre as poucas cidades onde funcionava, era lento e primitivo. Para alguns poucos lugares, existia serviço de transporte aéreo em pequenos aparelhos chamados 'teco-teco'. Transporte, porém, restrito, caro e perigoso.<sup>23</sup>

### Quadro de divulgação de visitas

# PROGRAMA DE VISITAS

## Às Capelas da Paróquia de Jataí para o ano de 1955

SERRANÓPOLIS	ITARUMÁ	CASSU	APORÉ	SÃO JOÃO
Dias 26-27-28 fev. » 26-27-28 março » 23-24-25 abril » 28-29-30 maio » 25-26-27 junho » 22-23-24 jul. » 29-30-31 out. » 3-4-5 dezembro	Dias 13-14-15 abril » 7-8-9 junho » 9 - 16 agosto » 1-2-3 outubro » 7-8-9 dezembro	Dias 16-17-18 abril » 10 - 18 junho » 17-18-19 agosto » 4-5-6 outubro » 10-11-12 dezem.	Dias 12-13-14 março » 11-12-13 maio » 1-2-3 setembro » 5-6-7 novembro	Dias 15-16-17 março » 14-15-16 maio » 4 - 9 setembro » 8-9-10 novem.

NA CAPELA DA LAGOA DE 3 A 8 DE AGOSTO

### AVISOS MUITO IMPORTANTES

- 1°. O Padre estará em ditas Capelas, nos meses e dias marcados para cada Capela. Se por doença ou por força maior, não puder ir, já se avisará com bastante antecedência.
- 2°. Esses dias são dias de Missões. São apenas para a recepção dos Sacramentos do Batismo, Crisma, Confissão, Comunhão e Matrimônio.
- 3°. O processo dos papéis para os casamentos devem ser preparados com bastante antecedência. Não casaremos ninguém sem que antes seja proclamado alguma vez; só em alguns casos muito raras o Padre dispensará os três proclamaes.
- 4°. Aproveitem esses dias para cumprir com o grave preceito da desobriga, isto é, o de confessar e comungar uma vez, em tempo Pascal que vai desde 6 de fevereiro até 29 de junho inclusive.
- 5°. Aproveitem, outrossim, para chamar o Padre para os doentes graves, impossibilitados de vir à Capela afim de que recebam os auxílios da Santa Madre Igreja que tanto os conforta.
- 6°. Em cada Capela se formará uma comissão que estará incumbida de auferir as viagens do Padre e a hospedagem durante aqueles dias.
- 7°. Em caso de necessidade, qualquer homem ou mulher pode e deve batizar derramando água natural sobre a cabeça da criança, dizendo ao mesmo tempo:— "Eu te batizo em nome do Padre e do Filho e do Espírito Santo."

O VIGARIO:  
**PE. MANUEL PRETO**  
O.E.S.A.

Fonte: GUTIÉRREZ, op. cit., p., 185.

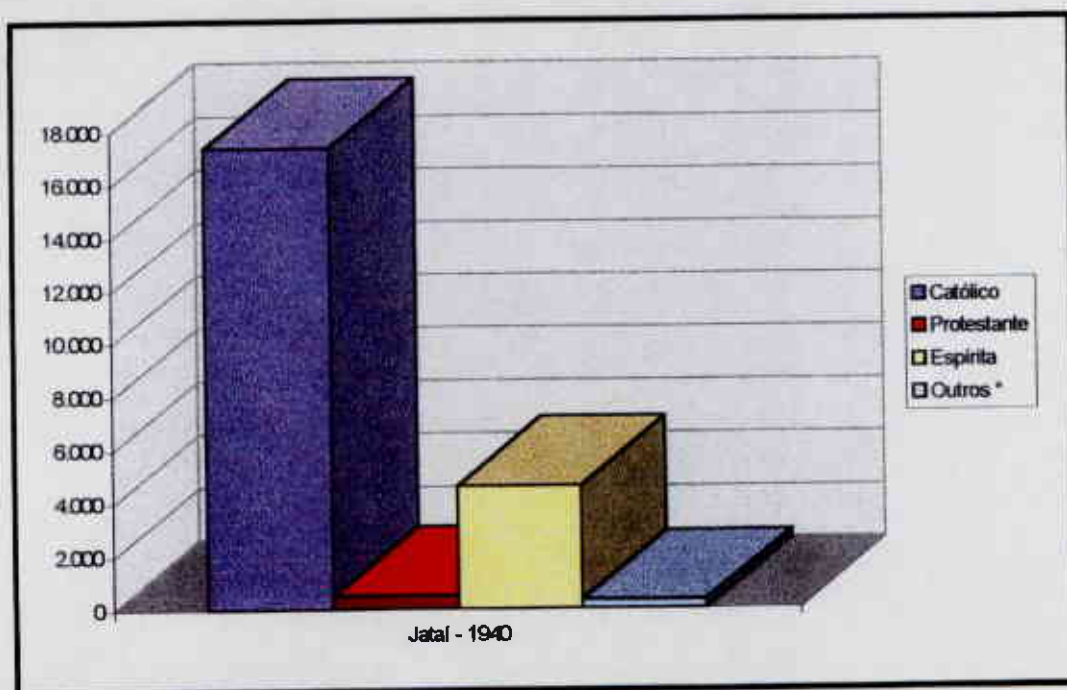
<sup>23</sup> Ibidem, p. 177.



As visitas do titular das paróquias aos diferentes locais, chamadas de Giro Paroquial, não eram muito freqüentes, o que apresentava como conseqüência “escassêz de liderança formal, pois os padres, muitas vezes responsáveis por grandes paróquias, visitam apenas as localidades mais afastadas. Na falta de membros da hierarquia eclesiástica, a liderança religiosa é assumida por leigos”.<sup>24</sup> Agravava ainda mais esta situação o fato das visitas serem realizadas geralmente entre os meses de junho a novembro, porque na época das chuvas os caminhos eram geralmente intransitáveis. A maior parte dos membros da Prelazia era, na época, católica ou batizada na Igreja Católica, devido às raízes católicas do povoamento da região, como podemos observar no gráfico 03.<sup>25</sup>

Gráfico 03

**População do município de Jataí, em 1940, por religião.**



Fonte: IBGE - Censo 1940.

<sup>24</sup> CAMARGO, op. cit., p. 55.

<sup>25</sup> O Censo de 1920 não traz registro populacional por religião. Em 1930, em função das mudanças ocasionadas pelo governo Vargas, não é realizado o Censo. Tomamos assim como base para esta análise, o Censo de 1940.

\* Ver nota 14, na Introdução.

Na prática, porém, a Prelazia se preocupava com o baixo índice de frequência cristã à Igreja, preocupação existente em todo o País e cujas causas eram apontadas como:

O analfabetismo generalizado, a ignorância das verdades da fé, a ausência ou distância do sacerdote, a carência de catequistas leigos e animadores das comunidades rurais e também a ação depredadora dos falsos pastores, procedentes das seitas protestantes, do espiritismo e da macumba.<sup>26</sup>

A Ordem Agostiniana se mantém oficialmente em Jataí até 1955. Neste ano, D. Germano Véga Campón renuncia às suas funções de governo da Prelazia. Para substituí-lo como Administrador Apostólico, foi nomeado D. Abel Ribeiro Camêlo, Bispo Auxiliar de Goiânia.

Estando a Prelazia de Jataí governada pela Ordem Agostiniana, é através dela que se dá a vinda, para a região, das Irmãs Agostinianas. De origem também Espanhola, as Irmãs Agostinianas se deslocam, pela primeira vez, da Espanha com destino às Filipinas, em 1883, com o objetivo de atender aos órfãos cujos pais haviam sido vitimados por uma epidemia de Cólera. A necessidade cada vez maior de missionárias preparadas para atender a jovens órfãos deu origem a um noviciato fundado em 06 de maio de 1890, com o nome de 'Agostinianas Terciárias Missionárias de Ultramar', com sede em Madri. A criação do noviciato tem como consequência a fundação da Congregação com o mesmo nome em 29 de novembro de 1890.

Aquela nascente Congregação acolheu com lucidez o carisma que interpela: 'ide e ensinai'. E, como as raízes acompanham a árvore, nossas primeiras Irmãs alicerçaram seu projeto na comunidade de vida, tal como nos aconselha a Regra de Santo Agostinho. Sem grandes rodeios entenderam que para amar a Deus na missão é imprescindível mergulhar nas profundezas da interioridade e rezar a vida, individual e partilhadamente; com inquietude na busca e disponibilidade para a entrega.<sup>27</sup>

<sup>26</sup> CAMARGO, op. cit., p. 179. Grifo nosso.

<sup>27</sup> AGOSTINIANAS MISSIONÁRIAS, "... Ide e Ensinai..." Revista de divulgação. Ilustração: Georges, Textos e fotografias: Agostinianas Missionárias, Maquete: Hélène-Marie Backès. Éditions Fleurus - Paris 1990, p. 27.

A Congregação dividiu-se em dois ramos que, tradicionalmente, foram chamados de 'Ultramar' e de 'Educação'. "As urgências missionárias e os apelos da educação como tarefa e como vocação, como interpelação pessoal e comunitária, como perspectiva e constante entrega, foi o que impulsionou os dois 'ramos' a empreender da Espanha altos e longos vôos por terras das Filipinas, Europa, América e Ásia".<sup>28</sup> Em 1944, os dois ramos se unificam, fortalecendo a ação agostiniana. A partir daí, os horizontes se abrem, e a Ordem Agostiniana se espalha por outras regiões, inclusive Brasil, Goiás, Jataí.

Nosso itinerário está marcado por contínuas mudanças que vão se sucedendo desde o Beatério até as Filipinas; desde o Orfanato-Escola de Madri, desde Bermeo e El Rasilho à China. De outras comunidades da Espanha ao Brasil, à Colômbia, Argélia, Porto Rico, Peru, Suíça, Alemanha, Argentina, Chile, Itália, Tanzânia, Guiné Equatorial, Kênia, Índia...<sup>29</sup>

### 3- O COLÉGIO NOSSA SENHORA DO BOM CONSELHO.

O alvorecer da década de 40 significa para Jataí uma escalada importante no âmbito educacional. A criação do Grupo Escolar em 1929, de outras escolas primárias municipais e de escolas secundárias esporádicas, não atendia às reivindicações de uma escola de nível secundário efetiva em Jataí. Os jovens que pretendiam continuar seus estudos além do nível primário voltaram a buscá-lo em outras cidades, com o fechamento do Colégio Paula Ribeiro e do Lyceu de Jataí. Desta forma, a possibilidade da criação de uma nova escola que atendesse não só ao município mas a toda região, era vista com satisfação. Em 1940, D. Germano Véga Campón, Bispo da Prelazia de Jataí, consulta o arcebispado de Goiás sobre a possibilidade da construção de um ginásio em Jataí; em resposta, D. Abel, Bispo Auxiliar de Goiânia, assim se manifesta:

<sup>28</sup> *Ibidem*, p. 28

<sup>29</sup> *Ibidem*, p. 34.

É-me grato acusar o recebimento de presada (sic) carta de V.Excia. datada de 23 de setembro p. passado, em que me solicita a remessa de informações sobre a fundação de um Ginásio na sede de sua Prelazia.

De fato, a V.Excia. assiste com justa razão o direito de fazer preceder aos nossos irmãos dissidentes a iniciativa do estabelecimento de um ginásio para atender às grandes aspirações da juventude estudiosa católica dessa progressista cidade de Jataí. Estou com V.Excia., e julgo ser a medida em apreço não só oportuna como vivamente patriótica.

Cuidando do que me leva a escrever a V.Excia. tenho a satisfação de incluir nesta uma cópia dos itens referentes a fundação de Ginásio extraídos da portaria que rege o assunto.

Com os melhores votos pela conservação da preciosa saúde de V.Excia., me subscrevo, com religioso apreço e a mais sincera dedicação em Jesus Cristo.<sup>30</sup>

O papel patriótico da Igreja enquanto disseminadora de saber fica claro na fala acima, mas o que nos chama mais a atenção é notarmos claramente a preocupação (sendo colocada como um direito) de se "preceder aos nossos irmãos dissidentes", na iniciativa de estabelecer um ginásio, já que, justamente neste período, tem-se em Jataí o avanço dos evangélicos e a conseqüente preocupação de se criar uma escola evangélica, o que se efetivará em 1942, como veremos adiante.

A proposta inicial para criação do Colégio é anterior à carta de D. Germano, já que em setembro de 1940 o prédio já se encontrava praticamente concluído.

Há tres annos, circulou pela cidade de Jatahy, a noticia de que se iria construir um Collegio Modelo. Os espiritos mais optimistas julgaram, irrealisavel a concretização de tal obra. Como sóe acontecer em todos os grandiosos empreendimentos de realização demorada, a principio muitos foram os apostolos e, depois, veio conter sobre os hombros a magnitude da tarefa o odontologista, Sr. Walquiryo Carneiro de Barros (...) Hoje, decorridos mais de mil dias, em uma das esquinas solitarias de Jatahay, que convidam á meditação e ao recolhimento se ergue, um educandário faustoso e imponente ainda não concluído (...).<sup>31</sup>

Em 1941, instala-se no município o Colégio Nossa Senhora do Bom Conselho (e não Colégio Sagrado Coração de Jesus, como anunciado no município anteriormente), dirigido pelas freiras Agostinianas. As dificuldades financeiras na efetivação do Colégio surgiram já de início. "Então, depois de

<sup>30</sup> COLÉGIO NOSSA SENHORA DO BOM CONSELHO - Arquivo - Pasta circulares e telegramas de 1946 a 1954. (Grifo nosso).

<sup>31</sup> Collegio Sagrado Coração de Jesus - In: *Folha de Jataí* - ano I, n° 12, fls. 01, 22/dez./1940.

muito entusiasmo com aquilo, mas o recurso pouco ou nenhum. A única coisa que ele [Bispo] prometeu foi o terreno pra construir o prédio e se comprometeu de arranjar as freiras. E o resto ficou por minha conta e da turma mesmo".<sup>32</sup> Assim, a comunidade se organiza e forma uma comissão composta por membros da comunidade, a fim de conseguir móveis e utensílios para o início das atividades. A Igreja, mesmo sem a participação direta, cobrava da comunidade o final da construção, conforme um de nossos entrevistados:

Aí eu recebi um recado dele [Bispo] para mim ir lá. Cheguei lá e ele falou: - Seu Walquírio, eu recebi uma carta de São Paulo, tem cinco ou seis (já não me lembro mais) tem cinco ou seis freiras escolhidas pra vir pra cá, mas o prédio ainda está desse jeito! então eu falei: - O Sr. escreve pra lá pedindo um prazo. Aí eu saí doido na rua pra pôr em condições né e não tava dando, aí eu peguei umas cinquenta vacas que eu tinha vendido (...), peguei nove contos de réis, peguei o caminhão da prefeitura e comprei os móveis e pus aí e as freiras vieram.<sup>33</sup>

Antes da vinda definitiva, no final de 1940, um grupo de religiosas agostinianas se deslocou para Jataí, a fim verificar o andamento das obras e as reais condições para a implantação do Colégio, conforme nota no jornal 'Folha de Jataí'.

no afan incessante de tornar positivo o funcionamento do Collegio Jatahyense, visitar o estado do monumento em construção (...) As delicadas Irmãs (...) asseveraram aos organizadores do Collegio que, no vindouro mês de março de 1941, aqui estarão ellas, ou então collegas suas, afim de inaugurar o Collegio. Nada exigiram, além da conclusão de um pavilhão com cinco acomodações, afim de se installarem.<sup>34</sup>

Fica clara, na fala acima, a idéia de que a Igreja, com a instalação do Colégio, prestava um favor à população jataiense. A difusão moral que adviria daí era considerada, na verdade, uma bênção para a Jataí, conforme expressa um cidadão jataiense. Para ele, a moral cristã deveria ser infundida desde cedo na criança, e um colégio seria o melhor caminho para isto se efetivar:

<sup>32</sup> Entrevista n° 3.

<sup>33</sup> Entrevista n° 3.

<sup>34</sup> TAVEIRA, Lauro - *Folha de Jataí* - ano I, n° 12, fls. 01. 22/dez./1940. Grifo nosso.

é verdade insophismavel que a moral christã, infundida cedo na alma da creança, ficará viva e dominadora. Mesmo etymologicamente, religião - cousa que liga (res-ligare) -, é um dos poderosos laços de qualquer comunidade. A moral do christianismo não é, como a de outras seitas, umas vezes arrogante e outras submissa e escrava (...). Assim, o Collegio Sagrado Coração de Jesus vem collocar-se como um baluarte indestructivel das forças que representam a luta do bem contra o mal.<sup>35</sup>

Superadas as maiores dificuldades, em 1941 chega, definitivamente, a Jataí as religiosas agostinianas que assim se expressam: "O povo jataiense havia nos pedido para fundar um colégio, o que íamos realizar".<sup>36</sup> A comitiva é recebida com muita "alegria", registra-se. Além das freiras que em Jataí, passariam a residir, outras religiosas vieram apenas para a instalação do Colégio, que funcionou inicialmente à rua Paraná (hoje rua Miranda de Carvalho), esquina com Av. Bahia (hoje Av. Dr. Dorival de Carvalho). Em relatório o colégio é assim descrito:

Comenzó con externato primário y normal (antiguo). La casa está dividida en 3 pavillones, siendo un ocupado por las aulas, cocina y refetorio; otro, para dormitorio de las niñas y capilla y el otro que era la residencia del Señor Obispo, és ocupado por las Religiosas (...). El colegio tiene 6 salas para classes, una Secretaria, otra para profesores, otra para él laboratorio y la sala de entrada. Las clases de alunas son: internas y externas. La enseñanza és: Primaria y Secundaria. Tiene también aula de Musica.<sup>37</sup>

O Colégio inicia então suas atividades com a pré-escola<sup>38</sup>, o ensino Primário, o Normal e, ligado a este, o Curso Complementar, que correspondia às duas séries anteriores ao Curso Normal, as quais lhe dariam acesso. O Curso Complementar, em duas séries, tinha a seguinte grade curricular:

---

<sup>35</sup> Ibidem.

<sup>36</sup> Colégio Nossa Senhora do Bom Conselho, Ata da fundação em 16 de junho de 1941.

<sup>37</sup> Memoria de la casa de Jataí. Pasta: Documentos da Escola Normal.

<sup>38</sup> A pré-escola é aqui entendida como a série anterior ao período de alfabetização.

<b>Colégio Nossa Senhora do Bom Conselho</b>	
<b>Grade Curricular - Curso Complementar</b>	
<b>1ª Série</b>	<b>2ª série</b>
Língua Vernácula	Língua Vernácula
Francês	Francês
Ciências	Ciências
Aritmética	Aritmética
Desenho	Desenho
Música	Música
Trabalhos Manuais	Trabalhos Manuais
Ginástica	Ginástica
	Geografia
	História do Brasil

Fonte: Boletim de notas e frequência.

Com o início das atividades do Colégio, a estrutura da educação em Jataí se altera. As meninas estudavam no Grupo Escolar, cursando até a terceira série; passavam, então, para o Colégio onde cursariam o 1º e 2º complementar e depois, o Curso Normal. Os meninos cursavam até a quarta série no Grupo Escolar (no Colégio só se aceitavam alunos na pré escola e 1ª série) e não tinham como prosseguir os estudos, já que o Colégio atendia ao sexo masculino apenas na pré-escola, sendo os demais níveis destinados apenas ao sexo feminino. “Os homens ficavam nessas escolinhas de beira de rua, pois não tinha outro jeito né”.<sup>39</sup>

O Decreto nº 8.538 de 12/fev./1925 normatiza o ensino nos grupos escolares, estabelecendo inclusive o programa de ensino destes, e assegura o direito de os alunos portadores de diploma do grupo escolar se matricularem “no primeiro ano da Escola Normal, independente do exame de admissão”.<sup>40</sup> Esta concessão cria, por outro lado, o problema referente à idade do aluno, que se matricularia na Escola Normal muito novo.

O Estado de São Paulo era considerado, segundo Canezin e Loureiro (1994), modelo educacional para Goiás. Em 1929, vem para Goiás o

<sup>39</sup> Entrevista nº 3.

<sup>40</sup> CANEZIN & LOUREIRO - op. cit., , p. 60.

professor Humberto de Souza Leal, com o objetivo, dentre outros, de reestruturar a Escola Normal. Humberto Leal era professor de escolas normais paulistas quando o Governo de Goiás solicita ao governo paulista sua disponibilidade a fim de dirigir a Escola Normal da Capital e reorganizar o Ensino Normal do Estado. Este instala um curso de aperfeiçoamento para atender aos diretores dos grupos escolares e cria a Escola Complementar "destinada não só a ampliar os conhecimentos ministrados nos estabelecimentos oficiais de tres annos de curso primário, como tambem, a preparar candidatos á Escola Normal da capital e ás congengeres equiparadas".<sup>41</sup> Exigia-se para a matrícula na Escola Complementar, a idade mínima de 11 anos; atestado médico; idoneidade moral; aprovação em três anos de curso primário cursado em estabelecimentos oficiais, ou aprovação em exames de suficiência. Com a exigência de 11 anos, no mínimo, para o Complementar, passa a ser exigido para a Escola Normal a idade mínima de 14 anos.

Neste sentido é que tem-se em Jataí o início do colégio com o Normal e o Curso Complementar. Na verdade, de acordo com o Regimento Interno ou, como é denominado, no documento "1º Regulamento do Colégio", o Ginásio fundado teria como finalidade básica "a educação e instrução da juventude, especialmente feminina, segundo as normas da pedagogia católica" e manteria basicamente os cursos "primário de admissão e ginásial (secundário 1º ciclo)". No que se refere ao corpo docente, o mesmo seria escolhido "de preferência entre os membros da Congregação das Madres Agostinianas". No caso de professores leigos, "estranhos à referida Congregação", o Regulamento previa o desconto de suas faltas às aulas. Interessante é, destacar que os deveres dos professores eram previstos, no Parágrafo 3º do Capítulo II, como "os mesmos prescritos aos do Colégio Pedro II". O Colégio Pedro II, expoente da educação secundária em todo o País desde o século anterior, continuava sendo considerado modelo para outras regiões.

---

<sup>41</sup> Comunicado do Governo, *Correio Oficial* - Goiás, nº 1635, 30/nov./1929, p. 3-5. Apud. CANEZIN & LOUREIRO, op. cit., p. 64.



O Colégio Nossa Senhora do Bom Conselho, desde o início de suas atividades, previa as matrículas apenas para o sexo feminino; no entanto, nas séries iniciais, (período de alfabetização), eram aceitos alunos. Além desse critério, outro ainda mais forte prevalecia, no que se refere ao corpo discente. Eram aceitos somente alunos de religião católica. "Os alunos não católicos só serão aceitos por execução da Diretoria", prevê o Regulamento.

Apesar de estar previsto no Regimento Interno que os alunos não católicos, uma vez matriculados estariam isentos de frequência obrigatória nas aulas de religião, comprovamos através de entrevista que este aspecto não era cumprido. As normas disciplinares previstas no Regimento em seu artigo 13 eram: "a) advertência privada ou pública; b) privação de recreio, passeios; c) trabalhos para escrever; d) suspensão momentânea ou por alguns dias das aulas, segundo as faltas; e) esgotados todos estes recursos pena de exclusão do estabelecimento". O "castigo de escrever", como chamam as ex-alunas, era comum aos que, não sendo católicos, não se sujeitavam às normas religiosas do Colégio.

Outro aspecto interessante é que o Colégio só aceitava matrícula de alunos saudáveis. O artigo 19 do capítulo VII - das disposições diversas prescreve: "Não se aceitam alunos doentios ou que tenham defeitos físicos notáveis". Em função disto, era exigido, no ato da matrícula, Atestado de Saúde: "A aluna (...) branca, brasileira, escolar ... é vacinada, não sofre de doenças infectocontagiosas (sic) e tem os órgãos de visão e da audição normaes".<sup>42</sup> O Regulamento previa ainda que seriam ministradas aulas de Religião Católica, em todos os cursos, com frequência obrigatória, sendo ainda as alunas obrigadas a frequentar a missa aos domingos.

Eles [freiras] não aceitavam assim, outra religião, podia frequentar a escola, mas tinha que se cumprir a religião católica né?. Então era obrigado a assistir as missas no domingo, ia com as mães, em fila, depois da missa voltava pra escola, respondia chamada, aí é que elas liberavam pra ir pra casa. Isso era todo domingo e era uniformizado, tinha obrigação de ir de uniforme com véo branco na cabeça,

---

<sup>42</sup> Atestado Médico - pasta de alunos.

quem não fosse tinha seu castiguinho no dia seguinte (...) Eu nunca ganhei porque eu nunca faltava, mas quem faltava ...<sup>43</sup>

A hegemonia do catolicismo era desta forma mantida, independente dos alunos serem ou não efetivamente católicos.

O Colégio de Padres Agostinianos (Escola Paroquial Santo Agostinho) que havia em Jataí, apesar de manter apenas o curso primário, mantinha a mesma estrutura religiosa do Colégio das Freiras:

Depois eu estudei na Escola Paroquial Santo Agostinho que não existe mais. Esta Escola funcionava onde hoje é a residência do Bispo, ali na praça Dom Germano, ali era 'um largo', naquele mesmo sobrado, ali funcionava a Escola. A Escola funcionava só em três salas, havia todas elas embaixo. Na parte superior era a residência dos padres (...). Lá era uma escola masculina, era só meninos. Era uma escola preocupada com a formação religiosa dos meninos. A gente era obrigado pela manhã todos os domingos, nós tínhamos que ir uniformizados, irmos lá para o pátio do colégio. (...) nos conduzia em fila indiana: os menores à frente, maiores atrás, em silêncio, até a Igreja Matriz para assistirmos a missa. Isso era obrigatório. (...) Então nós tínhamos que estar de uniforme: sapatos pretos, meias brancas, calças azuis, camisa branca, gravata preta, isso era uma exigência para o uniforme. (...) Se a gente faltasse à missa seria punido. Na segunda-feira a gente ficava depois da aula, terminava onze horas, até uma hora da tarde copiando frases: "O bom aluno não perde missa aos domingos e dias santos de guarda."<sup>44</sup>

No primeiro ano de funcionamento do Colégio Nossa Senhora do Bom Conselho, os alunos não puderam fazer exames, nem houve oficialmente nenhuma promoção. "Foi esclarecido aos senhores pais que não havendo aulas funcionando os dias exigidos pelo regulamento de Ensino do Estado não pôde haver exames e nem promoções. Contudo os alunos nada perderam, porque ao iniciar o novo período escolar serão colocados no ano de curso onde forem julgados competentes".<sup>45</sup>

No início das atividades, em 1941, o Colégio funcionava com a estrutura das duas séries complementares ao ensino primário. Concluindo-as, as alunas continuavam com mais quatro séries para concluir o curso

<sup>43</sup> Entrevista n° 8.

<sup>44</sup> Entrevista n° 7.

<sup>45</sup> Ata da 2ª Sessão Cívica (para entrega de boletins e distribuição de prêmios) realizada em 30/11/41. Livro de Atas das Sessões Cívicas, CBC, fls. 7 verso.

normal. Este curso normal correspondia ao grau acadêmico do ginásio. Somente em 1948, com a mudança na legislação de ensino do Estado, esta estrutura é alterada. Em primeiro de março de 41, as atividades do Colégio foram iniciadas,

apenas com o curso primário, registrado na Diretoria Geral de Educação (ofício 2.211 de 10/7/41 às fôlhas 153 de 9/7/1941) ...A Escola Normal N. Sra. do Bom Conselho foi reconhecida pelo Decreto-Lei, 6.476 de 2/10/42, (este Normal funcionava em 6 séries; sendo duas Complementares e quatro normais). Pelo Decreto-Lei nº 774 de junho de 1948, passou o Normal a funcionar em dois anos. Em 1953 o Decreto-Lei nº 1.141 de 26/1/1950 outorgou à Escola Normal o direito de funcionar o Curso Normal Formação de Professores Primários (2º ciclo) sob o regime de três anos.<sup>46</sup>

Neste período, quando é iniciada a Escola Normal em Jataí, não havia uma legislação de ensino a nível federal que regulamentasse as Escolas Normais, apesar do acelerado desenvolvimento que experimentavam. Somente em Janeiro de 46 (Decreto-Lei nº 8.430 de 02 de janeiro de 46) foi oficializado, no âmbito federal, o Ensino Normal.<sup>47</sup>

O ensino normal ficou subdividido em cursos de dois níveis. Como curso de 1º ciclo, passava a funcionar o curso de formação de regentes de ensino primário, com a duração de 4 anos, que funcionaria em escolas com o nome de Escolas Normais Regionais. Como cursos de 2º ciclo, continuavam a existir os cursos de formação de professor primário, com a duração de 3 anos, que funcionariam em estabelecimentos chamados Escolas Normais.<sup>48</sup>

Com as modificações implementadas pela Lei Orgânica que reestruturava os cursos Secundário e Normal Regional, a estrutura do Colégio Nossa Senhora do Bom Conselho é então alterada.

Os estabelecimentos particulares ou municipais passarão à categoria de Escolas Normais, sendo que em todas elas funcionará, em 1947 e 1948, um curso de adaptação, destinados aos alunos da Escola Complementar e da 1ª Série Normal. Nas escolas normais que não tiverem ginásio oficialmente reconhecido, esta falta se considerará suprida, mas somente em 1947, pelo curso de adaptação (...). Em 1948 os estabelecimentos normais de Goiás que não satisfizerem o § 2º do art. 4º da Lei Orgânica, serão automaticamente transformados em Curso Normal Regional, destinado ao preparo de regentes do ensino primário, isto é, livres docentes das escolas isoladas e reunidas.<sup>49</sup>

<sup>46</sup> Histórico do Colégio Nossa Senhora do Bom Conselho - Pasta: Documentos da Escola Normal.

<sup>47</sup> ROMANELLI - op. cit., p. 163 a 165.

<sup>48</sup> Ibidem, p. 164.

<sup>49</sup> "Das Escolas Normais em Goiás". Pasta: Documentos da Escola Normal. Grifo nosso.

Este documento previa também que as Escolas Normais “ainda sem ginásio anexo” deveriam “cuidar da sua instalação imediata”. No caso da mudança de um curso para outro, o aluno deveria se submeter a adaptações, “no próprio corpo seriado da escola normal e não no curso ginásial como supunham (...) as alunas das nossas escolas normais terminarão seus estudos apenas com um ano de atraso e não com três ou quatro”.<sup>50</sup>

Em Jataí, como afirmamos anteriormente, o Colégio oferecia apenas as duas séries complementares e o normal de quatro anos. Em função das exigências da legislação, o Normal equivalente ao secundário - 1º ciclo é então transformado em Ginásio, e não em Normal Regional, o que abriu espaço para, posteriormente, ser criado o Normal 2º ciclo, em 1953. As alunas que estavam concluindo a 2ª série complementar e que, em 1948, continuariam com o Normal, tiveram, devido a estas mudanças, que iniciar o ano letivo de 1948 no novo Ginásio. No caso das alunas do curso Normal que já estavam no 3º ano, puderam concluí-lo “apenas com um ano de atraso e não com três ou quatro como se previa”.<sup>51</sup>

(...) eu entrei em 1947 cursando o primeiro ano complementar, eu já tinha o 3º ano feito no grupo e aí quando eu fiz o primeiro ano em 47, de Complementar, aí veio a Reforma: que ao invés de fazer o segundo complementar, nós já fizemos foi o exame de admissão pra entrar no Ginásio, que é o primeiro ano ginásial, hoje é a quinta série. Foi em 1948 que nós fizemos o exame de admissão.<sup>52</sup>

O Colégio Nossa Senhora do Bom Conselho manteve, então, de 1942 até 1948, o Curso Normal Regional equivalente ao 1º ciclo. Em 22 de junho de 1952, a direção do Colégio solicita ao Governo do Estado autorização para o funcionamento do Curso de Formação “em dois anos de estudos intensivos (...), a partir do ano letivo de 1953”.<sup>53</sup> O curso é autorizado, mas em três anos de duração, já como 2º ciclo.<sup>54</sup> A Grade do Curso Normal Regional mantinha, como a grade oficial, disciplinas que lhe davam a estrutura de um

<sup>50</sup> Ibidem.

<sup>51</sup> Ibidem.

<sup>52</sup> Entrevista n° 8.

<sup>53</sup> Requerimento encaminhado ao Secretário de Educação em 22/06/52. Pasta: Documentos da Escola

Normal.

<sup>54</sup> Relatório do Diretor da Divisão de Ensino do 2º Grau, encaminhado ao Secretário da Educação do Estado em 09/02/53, após realização de inspeção pelo inspetor de Jataí, Sr. Pedro Brom de Azeredo.. Pasta: Documentos da Escola Normal.

curso propedêutico, como é o caso de Francês, Geometria, Física e Química e, contraditoriamente, aulas práticas, como era o caso de datilografia, que no entanto, não constava da grade curricular. A Grade mantinha, também, uma carga horária maior em História e Geografia, além de manter a disciplina Cosmografia, retirada da Grade desde o Regulamento de 1906.<sup>55</sup>

<b>Colégio Nossa Senhora Do Bom Conselho</b>			
<b>Grade Curricular Do Curso Normal Regional</b>			
1ª Série	2ª Série	3ª Série	4ª Série
Português Aritmética Ginástica Música Francês Trabalhos Manuais Geografia Geografia de Goiás Desenho	Português Aritmética Ginástica Música Francês Trabalhos Manuais Geografia do Brasil  Desenho História Universal	Português Álgebra Ginástica Orfeão Francês Trabalhos Manuais  História Natural História do Brasil História de Goiás Física Pedagogia Didática Prática Profissional	Português Geometria Ginástica Orfeão  Cosmografia História Natural História do Brasil Educação Cívica Química Pedagogia Didática Puericultura Higiene Psicologia

Fonte: Histórico Escolar - pasta de aluna.

Estando funcionando, inicialmente, os cursos Complementar e Normal, o curso Ginásial só foi iniciado em 1948, em função das mudanças anteriormente descritas. A primeira grade curricular do ginásio é idêntica à proposta pela Lei Orgânica do Ensino Secundário (Decreto-Lei nº 4.244 de 09/abr./42)<sup>56</sup> e estava assim distribuída:

<sup>55</sup> CANEZIN & LOUREIRO, op. cit., p. 48.

<sup>56</sup> ROMANELLI, op. cit. p. 157.

Colégio Nossa Senhora do Bom Conselho			
Grade Curricular - Curso Ginásial			
1ª Série	2ª Série	3ª Série	4ª Série
Português	Português	Português	Português
Matemática	Matemática	Matemática	Matemática
Latim	Latim	Latim	Latim
Francês	Francês	Francês	Francês
	Inglês	Inglês	Inglês
História Geral	História Geral	História do Brasil	História do Brasil
Geografia Geral	Geografia Geral	Geografia do Brasil	Geografia do Brasil
Desenho	Desenho	Desenho	Desenho
Canto Orfeônico	Canto Orfeônico	Canto Orfeônico	Canto Orfeônico
Trabalhos Manuais	Trabalhos Manuais	Ciências	Ciências

Fonte: Boletim de notas e frequência.

Um aspecto que nos chamou a atenção é que, mesmo sendo um colégio católico, com aulas de religião católica prevista em regimento, em nenhum momento aparece nas grades curriculares a disciplina Religião, sendo que a mesma estava presente em todas as séries do Colégio conforme atestado nos horários de aulas. Durante todo período de funcionamento, o Colégio mantinha alunas bolsistas sob regime de internato e externato, sempre buscando, entretanto, subvenções e ajudas em diferentes locais. É comum encontrarmos em todas as pastas-arquivo correspondências endereçadas a diferentes locais, solicitando ajuda para o Colégio. Em 1950, as Freiras se dirigem ao Presidente dos Estados Unidos e solicitam a doação de "Jeepe ou Camionete", para se fazer uma rifa em "benefício da Escola Doméstica, destinada à moças pobres".<sup>57</sup> Na justificativa da Carta, encontramos:

Ciente de que Vossa Excelência é dotado de espírito altamente compreensivo (...). Não somos de seu país, é certo, mas, somos americanas também - americanas que lutam contra a ignorância e analfabetismo nas plagas do sudoeste goiano enfrentando inúmeras dificuldades: à falta de conforto mais rudimentar, veio juntar-se à ameaça de ruir-se o prédio no qual funciona o Educandário devido ao ataque encarniçado das formigas saúvas que minaram os alicerces.<sup>58</sup>

Em 1953 dirigem-se ao Deputado Federal Plínio Gayer "filho ilustre deste sudoeste" e solicitam que, na cota que o mesmo tinha para

<sup>57</sup> Correspondência encaminhada ao Presidente dos Estados Unidos, em 27/08/50. Pasta: Documentos da

<sup>58</sup> Ibidem.

distribuir fosse incluído o Ginásio, “uma entidade necessitada” pois “não é propriedade da Congregação e sim da Prelazia e da Municipalidade”.<sup>59</sup>

Nosso Ginásio, atualmente sob regime de inspeção permanente, serve toda esta zona: Jataí, Rio Verde, Caiapônia, Mineiros, Alto Araguaia. Nossa preocupação única é beneficiar a juventude deste local proporcionando-lhes uma sólida formação intelectual e moral...

Além dos Cursos Ginásial, Admissão e Primário, mantemos o Curso de Formação de Professores, este sob regime de inteira gratuidade...

No Curso Ginásial a matrícula é de 90 alunos, 10 dos quais inteiramente gratuitos e vários com redução de 50%.

Nos Cursos de Admissão e Primário entre 320 alunos mais de 40 são gratuitos. A contribuição é módica. Somente obtendo uma subvenção poderíamos concluir a área que nos falta (...).<sup>60</sup>

Para o Governo do Estado, através do Secretário de Educação, o Colégio solicita, também, em 1953, subvenções para manutenção de Curso de Formação de Professores, previsto para ser ministrado em dois anos para um número de até 50 alunos, sugerindo ao Estado, como base para acordo, a importância de Cr 40.000,00.<sup>61</sup> Em 09 de fevereiro de 1953, a diretoria do Colégio, “baseada no Decreto nº 76 de 6 de Julho de 1944, que regula a concessão de subvenções a entidades particulares”, requer ao Estado “uma subvenção extraordinária para ampliação de suas instalações”, no valor de Cr\$ 300.000,00.

Estando já em funcionamento a partir de 1942, a Escola Evangélica passa a ser uma preocupação para as Freiras Agostinianas. No documento “Memoria de la casa de Jataí” encontramos: “En él Curso Secundario hay gratuitas y con reducción - 22 niñas y en él curso primário 32 niñas. **Estas gratuitas son para evitar de asistiren las aulas en los Protestantes**”.<sup>62</sup> As bolsas de estudos concedidas eram cobertas por subsídios do Estado e do Município, além da exigência de prestação de serviços pelas alunas bolsistas.

<sup>59</sup> Ibidem.

<sup>60</sup> Ibidem.

<sup>61</sup> Correspondência encaminhada em 09/02/53.

<sup>62</sup> Memoria de la casa de Jataí. Grifo nosso. Pasta: Documentos da Escola Normal.

Eu iniciei no Colégio em 1947, já ganhamos a Bolsa da prefeitura, arrumada pela dona Fiica, que era nossa ex-professora no Grupo, ela conseguiu para nós a Bolsa. (...) tinha que varrer uma classe, em compensação da Bolsa (...) cada aluna que tinha Bolsa, varria uma classe. Umas varriam na parte da manhã e outras varriam na parte da tarde. Em dois horários, dois períodos.<sup>63</sup>

As bolsas de estudo concedidas pelas escolas particulares eram consideradas pela Federação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino, entidade representativa das escolas particulares, uma ação benemérita, que deveria ser divulgada. Em 1954, a Federação encaminha aos estabelecimentos a ela vinculados correspondência, demonstrando preocupação no sentido de que a maioria dos estabelecimentos particulares de ensino já distribuíam bolsas além dos 5% fixados em lei; no entanto, não divulgavam como deveriam. "A verdade é que, infelizmente, a benemérita ação da Escola Particular no campo assistencial não é conhecida pelo Governo nem pelo público, ambos sempre propensos a encarar o ensino privado apenas pelo aspecto parcial, que corresponde aos interesses econômicos da instituição".<sup>64</sup>

A Federação solicita, então, que cada estabelecimento de ensino coopere com a campanha de "ampliação e divulgação da obra assistencial da Escola Particular", apoiando o Governo Federal na ampliação de vagas públicas, abrindo, principalmente, salas noturnas para alfabetização de adultos e adolescentes bem como de iniciação profissional. Para 'uniformidade de preenchimento na concessão de novas oportunidades educativas' que as escolas particulares deveriam oferecer, ampliando a obra assistencial que já exerciam, a Federação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino - FNEE encaminhou às entidades associadas as seguintes recomendações:

1- Que, em cada estabelecimento de ensino, as novas oportunidades educativas sejam instituídas em número médio não inferior a duas por série dos cursos em funcionamento, isto é, num total de pelo menos 10 para o curso primário, 8 para os cursos ginásial e básico e 6 para os cursos clássico, científico e técnico.

<sup>63</sup> Entrevista n° 8.

<sup>64</sup> FNEE. Correspondência datada de 13/11/54. Pasta: Circulares e Telegramas de 1946 a 1954.



2- Que cada estabelecimento de ensino informe, diretamente ao Governo Federal e ao Sindicato a que está filiado o número de oportunidades educativas que serão instituídas no ano de 1955.<sup>65</sup>

Preocupada com a manutenção do nível de ensino ministrado, em função dos alunos carentes ingressos, a Federação propunha que deveria haver seleção para o ingresso dos mesmos, e, como critério para selecioná-los previamente indicava os seguintes quesitos: primeiro, a questão financeira, nível de renda da família e segundo, que os alunos se submetessem a uma avaliação escrita de Português e Matemática. Caso não obtivessem, no mínimo, a nota quatro em qualquer uma das provas, o aluno seria eliminado. Esta preocupação com a divulgação da 'ação benemérita da escola particular' é, na verdade, uma tentativa de se justificar a luta pela destinação de verbas públicas para a rede privada de ensino, em um período de gestação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que será aprovada em 61. Neste período, retoma-se, na educação nacional, a discussão sobre ensino leigo/confessional, bem como a questão do ensino religioso nas escolas e dos investimentos na educação.

Se nos anos 30 o conflito emergiu antes e durante a Constituinte, agora seria no momento da elaboração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Agora o conflito marcadamente público *versus* privado. (...) E as propostas iam desde a estatização até propostas de privatização subsidiada pelo Estado.<sup>66</sup>

No período de gestação da Lei de Diretrizes e Bases, os defensores do ensino privado se organizaram na defesa de que o Estado não fosse o único provedor da educação escolar. Assim, defendiam o direito das famílias de escolherem a educação que desejavam dar aos filhos; para isso, o Estado deveria, através de subsídios às escolas particulares, assegurar este direito de escolha. A garantia de igualdade de condições entre as escolas particulares e as governamentais seria assegurada pela representação igualitária nos diferentes conselhos de ensino. O poder público, através de subvenções às escolas particulares e do conseqüente não investimento direto

<sup>65</sup> *Ibidem*.

<sup>66</sup> CURY, Carlos R. J. e NOGUEIRA, M<sup>a</sup> Alice L. G., *O atual discurso dos protagonistas das redes de ensino*. In: CUNHA, Luiz Antônio (org.) *Escola pública e escola particular e a democratização do ensino*. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1995, p. 66.

em escolas públicas, levava a um fortalecimento das instituições privadas, principalmente as confessionais. As escolas confessionais católicas tinham hegemonia tanto numérica como doutrinária, frente às demais escolas particulares que, ocultando seus objetivos de lucro, aceitavam a liderança da Associação de Educação Católica na luta pela liberdade de ensino.

O Colégio Nossa Senhora do Bom Conselho, com regime de internato e externato, esteve sempre preocupado com a formação moral, cristã e cívica de seus alunos. Mantendo uma postura educacional bastante rígida, não permitia que as alunas usassem roupas decotadas, mesmo as externas. Caso acontecesse, eram repreendidas. As alunas internas só saíam às ruas em companhia das Freiras. A exigência com o uniforme era enorme.

Também tinha um regulamento assim; não aceitava pintura, as moças não podiam ir de pintura na escola, esmalte, batom, nada disso aceitava porque tinha que ser tudo natural (...) as internas só saíam nas ruas com as mães, não saíam sozinhas de jeito nenhum (...). Mesmo as que não eram internas, elas [as freiras] moravam observando [*observavam sempre*], quem elas viam na rua com roupa decotada ou de pintura, elas comentavam na escola.<sup>67</sup>

O Colégio Bom Conselho mantém-se assim, à parte das inovações da Escola Nova que previa um redimensionamento da escola, de forma que esta se constituísse em espaço de lazer, de prazer.<sup>68</sup> Segundo Canezin e Loureiro, os princípios pedagógicos escolanovistas que se firmaram no Brasil nos anos 30, não adentraram com vigor nos colégios católicos, e a estrutura das escolas primárias e das escolas normais permaneceu bastante rígida.<sup>69</sup>

As exigências com a moral e os bons costumes inseriam-se na estrutura dos colégios católicos desde a Primeira República, conforme atesta Nadai.

As raras saídas da escola procuravam preservar as regularidades da vida cotidiana do Internato. Nessas ocasiões - vividas como dia de festa pelas alunas, em seus

<sup>67</sup> Entrevista nº 8.

<sup>68</sup> CANEZIN E LOUREIRO, *op. cit.*, p. 53.

<sup>69</sup> *Ibidem*, p. 90.

uniformes de gala, o caminhar em fila, duas a duas, o quase sussurro nas conversas e a discrição imposta em seus gestos, marcavam a forma de se comunicarem com o exterior, tornando-as o prolongamento do próprio colégio.<sup>70</sup>

Para Nadai, “os colégios católicos utilizaram-se, largamente, do Internato, como base fundamental de sua pedagogia”.<sup>71</sup> Segundo ela, os internatos impunham isolamento total ou, às vezes, parcial às mulheres e são constantemente lembrados pelas mulheres que nele viveram parte de suas vidas. “O transcorrer dos dias sempre iguais, suas regras severas de disciplina e de obediência, o controle da correspondência, a regularidade da distribuição do tempo no exercício das atividades (...) moldaram, indelevelmente, o caráter e a personalidade da ex-interna”.<sup>72</sup>

Os colégios católicos mantiveram na Segunda República esta rigidez inicial. As alunas interiorizavam os valores repassados e, para muitas, o Internato era ótimo. Sobre o Internato do Colégio Bom Conselho, uma ex-aluna assim se expressa:

A vida interna (...) era maravilhosa, pra mim pensar hoje e naquele tempo inclusive (...) Era uma vida assim, a gente tinha recreação, tinha as horas de rezar, tinha as horas de ir pra mesa - refeitório né? tinha hora do lanche, era muito bom. Era severa, as Freiras lá do Agostiniano eram muito severas. Demais mesmo, mas foi um tempo bom, eu aprendi muitas coisas, tive muito proveito no internato, muito. Porque tinha as aulas de civildade também. Duas a três vezes no dia ia para a capela rezar. Era uma vida muito boa, a gente saía uma vez por mês, se tivesse bom comportamento, se não tivesse tinha que ficar lá (...) mas, foi um período maravilhoso viu? (...) Às vezes pegavam no pé da gente, porque a gente é nova, às vezes qualquer coisa, um castiguinho, alguma falta de um recreio (...) também algum castigo era ir para capela rezar. [ *Os castigos não eram, na maioria das vezes, percebidos como ruins, era 'castiguinho'* ]. Era muito bom, tinha a turma toda, dormia no mesmo cômodo, de manhã as freiras vinham com aquele sinetinha chamando, era muito interessante esta fase de estudar interna (...) a gente entrava pro refeitório, rezava; ia pra dormir, rezava; a vida nossa era rezar.<sup>73</sup>

As aulas de civildade completavam os planos de estudos e representavam “momentos formais dedicados à inculcação dos valores e das representações acerca da vida, da família, enfim, do poder e do espaço

<sup>70</sup> NADAI, Elza, *A educação de elite...*, op. cit., p. 20.

<sup>71</sup> *Ibidem*, p. 19.

<sup>72</sup> *Ibidem*, p. 19 - 20.

<sup>73</sup> Entrevista n° 14.

feminino na sociedade burguesa”.<sup>74</sup> Segundo Nadai, as atividades cotidianas nos colégios católicos eram realizadas em conjunto e pela totalidade das jovens, e se caracterizavam no sentido de uniformidade. Neste mesmo sentido, estavam as atividades cívicas atreladas a um patriotismo exacerbado, ocupavam no currículo posição de destaque. O Colégio Bom Conselho também tinha o seu “uniforme de gala” usado em desfiles, festas cívicas, festas da Igreja. As sessões cívicas eram freqüentes para as mais diferentes comemorações: Encerramento do ano letivo de 1943: “foram entregues os prêmios de Religião, Aplicação e Comportamento aos alunos que durante o ano se esforçaram para merecê-lo”.<sup>75</sup>; Independência; Tiradentes: “Foi concentrado no pátio da Escola Normal todos os alunos para festejar o dia do proto-mártir da independência (...) depois de cantar o hino a Tiradentes, houve uma partida de ‘vôlei-bol’ (...) depois com várias evoluções cantando hinos patrióticos, foi terminada a festa sendo declarado feriado”<sup>76</sup>; descobrimento de Goiás; “Comemoração da data do descobrimento de Goiás (...) várias meninas declamaram (...) várias evoluções no pátio e cantando outro hino patriótico debandaram as alunas alegremente comemorando assim a data de 26 de julho”.<sup>77</sup> Proclamação da República, Dia da Árvore, Dia das Mães, Semana da Criança, Aniversário do Presidente, são também comemorados, demonstrando os valores repassados/desenvolvidos no governo populista de Vargas.

[Em 1944], foi comemorado civicamente o aniversário do preclaro chefe da Nação, o Dr. Getúlio Vargas. Foi organizado uma festinha no salão nobre desta Escola Normal, quando foi recebido um convite da Diretoria do Grupo Escolar João Pessoa para festejar em conjunto tão grandiosa data. Com bandeira nacional à frente as alunas foram em duas filas para o lugar indicado. Lá se achavam as autoridades locais e os alunos em forma. Depois que os alunos da Escola Normal tomaram lugar foi aberta a sessão D.D. Juiz de Direito (...) foi encerrada a sessão com o hino ‘amôr febril’ pelo Tiro de Guerra. Após o hino saíram todos os alunos em passeata e com esta foi terminada a festa cívica em homenagem ao eminente Presidente Getúlio Vargas. Às 14 horas foi oferecida à juventude estudantil uma matinê.<sup>78</sup>

[Em 1945] para comemorar a data do onomástico do ilustre presidente de nossa nação (...) foi exposto os principaes atos do seu governo, salientando mais, o seu entusiasmo pela instrução da juventude brasileira e amparo às creanças pobres..<sup>79</sup>

<sup>74</sup> NADAI, Elza, A educação de elite..., op. cit., p. 24.

<sup>75</sup> Livro de Atas das Sessões Cívicas, fls. 11.

<sup>76</sup> Ibidem, fls. 12.

<sup>77</sup> Ibidem, fls. 12 verso.

<sup>78</sup> Ibidem, fls. 11 verso.

<sup>79</sup> Ibidem, 22ª Sessão Cívica.

Uma comemoração cívica interessante registrada no Colégio refere-se ao final da Segunda Guerra Mundial.

Aos oito dias (8) do mês de maio de mil novecentos e quarenta e cinco (1945) surgiu a data tão desejada por todos os povos. Estavam todas as alunas do primeiro turno, para assistir as aulas, quando chegou a tão desejada notícia, da entrega dos alemães aos aliados, e ao mesmo tempo foi comunicado o feriado nacional. Depois de alguns momentos, chegou um convite para que os alunos se reunissem no Grupo Escolar João Pessoa, para saírem em passeata em demonstração de patriotismo e alegria. As nove horas, foi dado o sinal e as alunas postas em alas, saíram em três filas, levando à frente o pavilhão Nacional. Chegando no local determinado os alunos do Grupo saíram na frente, depois os da Escola Normal, apoz o Tiro de Guerra, passando em varias ruas da cidade. Na porta da casa do Dr. Juiz de Direito, foi interrompida a marcha e foi entoado o hino dos Expedicionários. O M. D. Juiz agradeceu a manifestação e entusiasticamente fez uma oração manifestando a sua alegria pelo triunfo dos aliados e pela finalização desta fatal guerra. Logo, o povo que compunha a manifestação acompanhado pelo Dr. Juiz de Direito dirigiu-se para a Prefeitura Municipal onde foi cantado o hino Nacional; também o D. D. Prefeito deste município, manifestou a sua alegria pelo grande triunfo e terminou o seu agradecimento com vivas aos heróis da vitória. Continuando a passeata foi terminar na residência de um jataiense que se acha nas Forças Expedicionárias. Lá novamente o Dr. Juiz de Direito, falou dando os seus parabéns a mãe heroína e ao mesmo tempo compartilhando do seu contentamento pela finalização da guerra. Aí foi o ponto final do desfile.<sup>80</sup>

Ao patriotismo exigido aliava-se a disciplina de Canto Orfeônico, voltada basicamente para a execução de hinos patrióticos. Chamamos a atenção para a questão das comemorações cívicas, por percebermos nos ex-alunos o saudosismo dos tempos cívicos da escola, dos desfiles, de belos uniformes:

O uniforme na época que eu iniciei era com manga comprida com a gola marinheiro e saia de prega azul marinheiro. E comprimento da saia ao invés de tirar o comprimento de cima para baixo, tirava era de baixo para cima; 35 cm do chão, então não tinha diferença o comprimento da saia das crianças com as das adultas, se fazia a fila, assim, você olhava e tava tudo num comprimentinho só - as barras - estavam iguaizinhas. Então nesse ponto era bonito. Agora, a criança ficava com a saia lá no meio da canela e as moças ficavam com a saia, às vezes, no Joelho. E era de gola marinheiro, a gola era solta, quem fazia o primeiro ano punha uma tirinha, quem fazia o segundo tinha duas listinhas azul marinheiro, e assim até o terceiro e quarto ano. (...) depois veio o uniforme de gala. O uniforme de gala na época era saia azul claro de pregas, tipo jardineira, blusa branca, boina branca, meia branca, assim o uniforme era destacado. O uniforme de gala era usado alguns dias de festa na Igreja e nas festas cívicas.<sup>81</sup>

Funcionando em grandes instalações, mas, segundo documentação existente no Colégio, de forma precária, O Colégio buscava a

<sup>80</sup> Ibidem, 27ª Sessão Cívica.

<sup>81</sup> Entrevista nº 8.

construção de um novo prédio. Em 1954, a Prefeitura Municipal doa para o Colégio uma área de 4.475 metros quadrados, "para ali ser construído um prédio para o Ginásio ou Escola Normal, pelo prazo de cinco (5) anos." Neste período, estava já em construção o prédio do internato e externato do Ginásio Nestório Ribeiro (ver capítulo III), com recursos do Estado, Município e comunidade, em uma área de 30.000 m<sup>2</sup>. Em 1957, este prédio é entregue às freiras agostinianas que, 'em troca', repassam ao GNR a área de 4.475 m<sup>2</sup>. O que temos, na verdade, é novamente os recursos públicos sendo destinados à escola particular.

Com a 'troca' efetivada, o Colégio Nossa Senhora do Bom Conselho passa, já em 1957, a funcionar no prédio do ginásio Nestório Ribeiro que, provisoriamente (até a construção do novo prédio), funciona na antiga sede do CBC. O prédio recebido pelo Colégio Bom Conselho abriga até hoje (1997), a sede do mesmo.

#### **4- ASPECTOS HISTÓRICOS DO PROTESTANTISMO NO BRASIL.**

Durante o período colonial brasileiro, em função do monopólio e domínio do catolicismo romano, hegemônico no País, não estão postas, no país, as condições necessárias para existência de outros valores religiosos.<sup>82</sup> As invasões francesas no Rio de Janeiro em meados do século XVI e as expedições holandesas na Bahia e Pernambuco no início do século XVII constituem, segundo Ramalho, tentativas esparsas de chegada de protestantes que, vistas "dentro de um contexto mais amplo, não encontram condições estruturais que possibilitem a implantação de formas permanentes de culto protestante".<sup>83</sup> A penetração efetiva do protestantismo no Brasil se

---

<sup>82</sup> RAMALHO, Jether Pereira - *Prática educativa e sociedade; um estudo de sociologia da educação*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976, p.52

<sup>83</sup> *Ibidem*.

dará no século XIX quando, já na primeira década, medidas como a "Abertura dos Portos"<sup>84</sup> e a assinatura de tratados de "Aliança e Amizade e de Comércio e Navegação"<sup>85</sup> mudam a face da colônia. Nova estrutura se organiza, culminando, em 1822, no processo de independência, na expansão de ideais liberais e no início de correntes migratórias. O tratado comercial com a Inglaterra facultou aos estrangeiros a construção de suas capelas, "sem formas exteriores de templos".<sup>86</sup>

O processo de imigração desenvolvido / incentivado pelo governo brasileiro favorece substancialmente a entrada de protestantes ingleses, americanos e alemães.<sup>87</sup> Para Bertan, "Esses grupos, imbuídos de ideais, valores e culturas próprios, acabaram influenciando o povo brasileiro, cujas aspirações ainda se encontravam em estado de gestação, como movimento republicano e ideais escravagistas".<sup>88</sup>

Não podemos analisar a chegada do protestantismo no Brasil desvinculada do contexto histórico no qual se insere. Vale ressaltar aqui que, com a vinda de norte-americanos, "aureolados por uma tradição de eficiência e produtividade nos trabalhos agrícolas e elevado nível de comportamento democrático na vida social", o protestantismo passa a figurar no cenário nacional. Segundo Camargo, a religião protestante "surge como versão ideológica que descortina novas perspectivas para determinadas camadas da população brasileira".<sup>89</sup>

As escolas americanas, introduzidas no país nos primórdios da república, coincidem com um período que, segundo Fernando de Azevedo<sup>90</sup>, a

<sup>84</sup> A Abertura dos Portos insere-se no processo de reordenação da Colônia e significa o fim do monopólio comercial português.

<sup>85</sup> Portugal era um país eminentemente católico, ao contrário da Inglaterra, país predominantemente protestante. Neste sentido, nos acordos econômicos já se buscava assegurar liberdade religiosa para os ingleses. Esses Tratados assinados em 1810, além dos aspectos econômicos, previa que "os súditos ingleses aqui residentes teriam garantida sua liberdade religiosa, com a não instalação da Inquisição." ALENCAR, Francisco, et alii *História da sociedade brasileira*, p. 92-93.

<sup>86</sup> FERREIRA, Jílio Andrade - *História da igreja presbiteriana do Brasil* - V. 1. São Paulo: Casa Editora Presbiteriana, 1992, p.22.

<sup>87</sup> BERTAN, Tereza Canhadas - *A educação confessional protestante - Instituto Filadélfia de Londrina. 1944 a 1972*. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Educação - INICAMP. Campinas, 1990, p. 36.

<sup>88</sup> *Ibidem*.

<sup>89</sup> CAMARGO, op. cit., p.135.

<sup>90</sup> AZEVEDO, Fernando de - *Instituições e crenças religiosas*. In: *A cultura...*, op. cit., p. 243 - 278.

instrução ainda se achava em grande atraso e, assim, contribuem, principalmente em São Paulo onde se instalam em maior número, “não só para a mudança de métodos como para a intensificação do ensino”. Segundo ele, os protestantes incentivaram a literatura didática com trabalhos de ‘primeira ordem’ e colaboraram eficazmente na difusão do ensino popular. Azevedo salienta, ainda, a expansão do protestantismo através de outras frentes, como a criação de hospitais e orfanatos, e afirma que tanto a igreja católica como a protestante colaboram para manter o caráter cristão da civilização nacional. Assim, o protestantismo conquista espaço e, mesmo longe de arrebatado (década de 40) do catolicismo o seu poder de ação cultural e social, não deixa de atuar nestas áreas. Para Azevedo, as divergências teológicas e eclesiásticas que extremam as duas religiões, ambas cristãs, as levam forçosamente a combaterem-se e a procurarem, nas instituições de ensino e de cultura, e nas atividades de caráter social, outros pontos de apoio para a “conquista da alma e predomínio religioso”.<sup>91</sup>

As condições postas por este momento histórico possibilitam, após três séculos de predomínio quase absoluto do catolicismo, espaço para o protestantismo e outras correntes de pensamento: “Movimentos como a maçonaria (1801) e o positivismo (1881, como igreja); o anglicanismo (1835); ramos do protestantismo como o luterano (1823), metodista (1835), congregacional (1855), presbiterianismo (1859), batista (1882), episcopal (1890); religiões científicas, como o espiritismo (1865) e o esoterismo (1909).”<sup>92</sup> Para efeito deste estudo, interessa-nos analisar, o ramo protestante e deste, dentre os metodistas, congregacionistas, batistas, episcopais, presbiterianos, nos deteremos neste último, por ser este o segmento que se instala em Jataí, fundando o Colégio Evangélico.

---

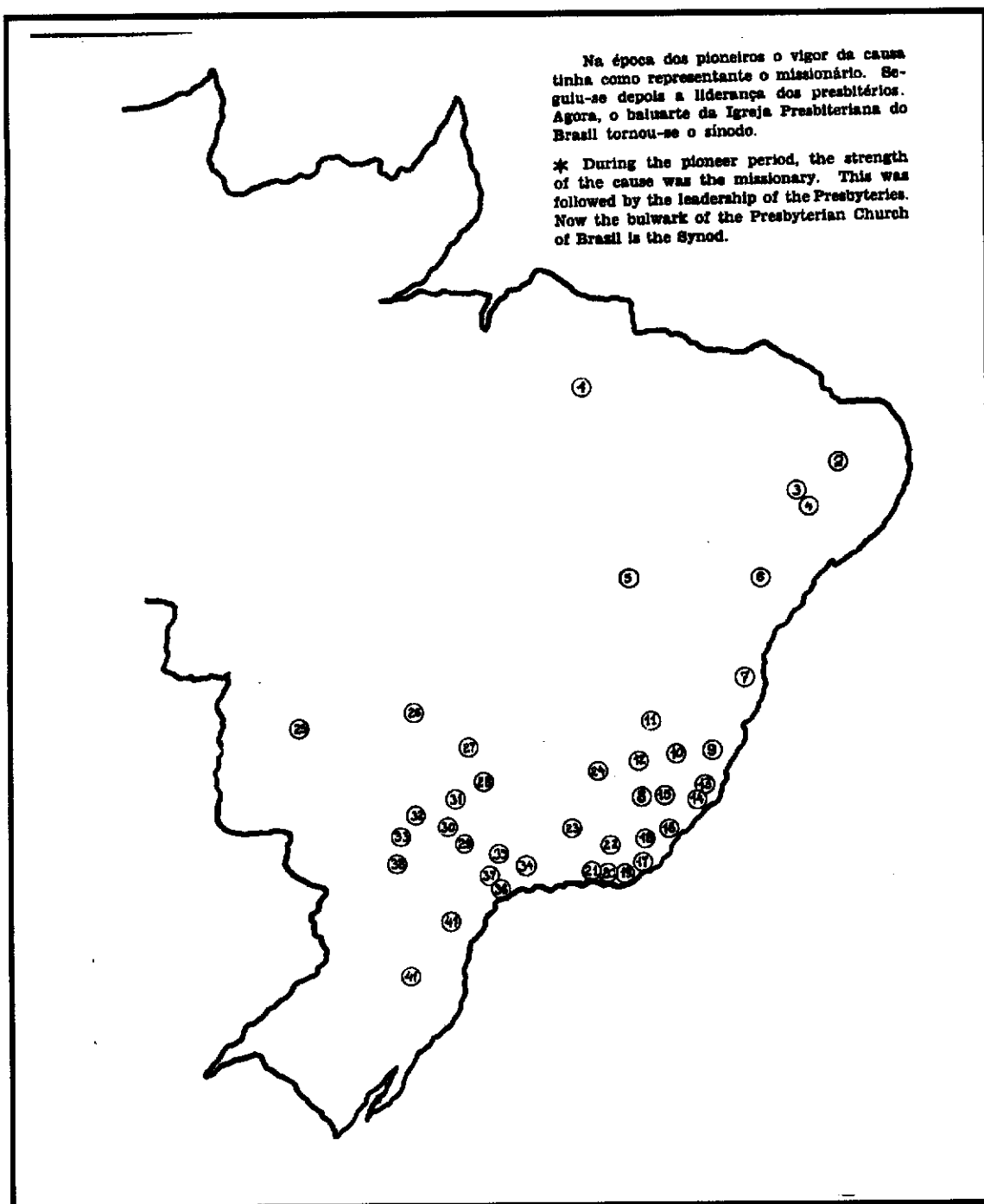
<sup>91</sup> *Ibidem.*

<sup>92</sup> Waldo César - *Para uma nova sociologia do protestantismo brasileiro* - Vozes, 1973, p.33, Apud



## Mapa 2

## Expansão do Presbiterianismo no Brasil.

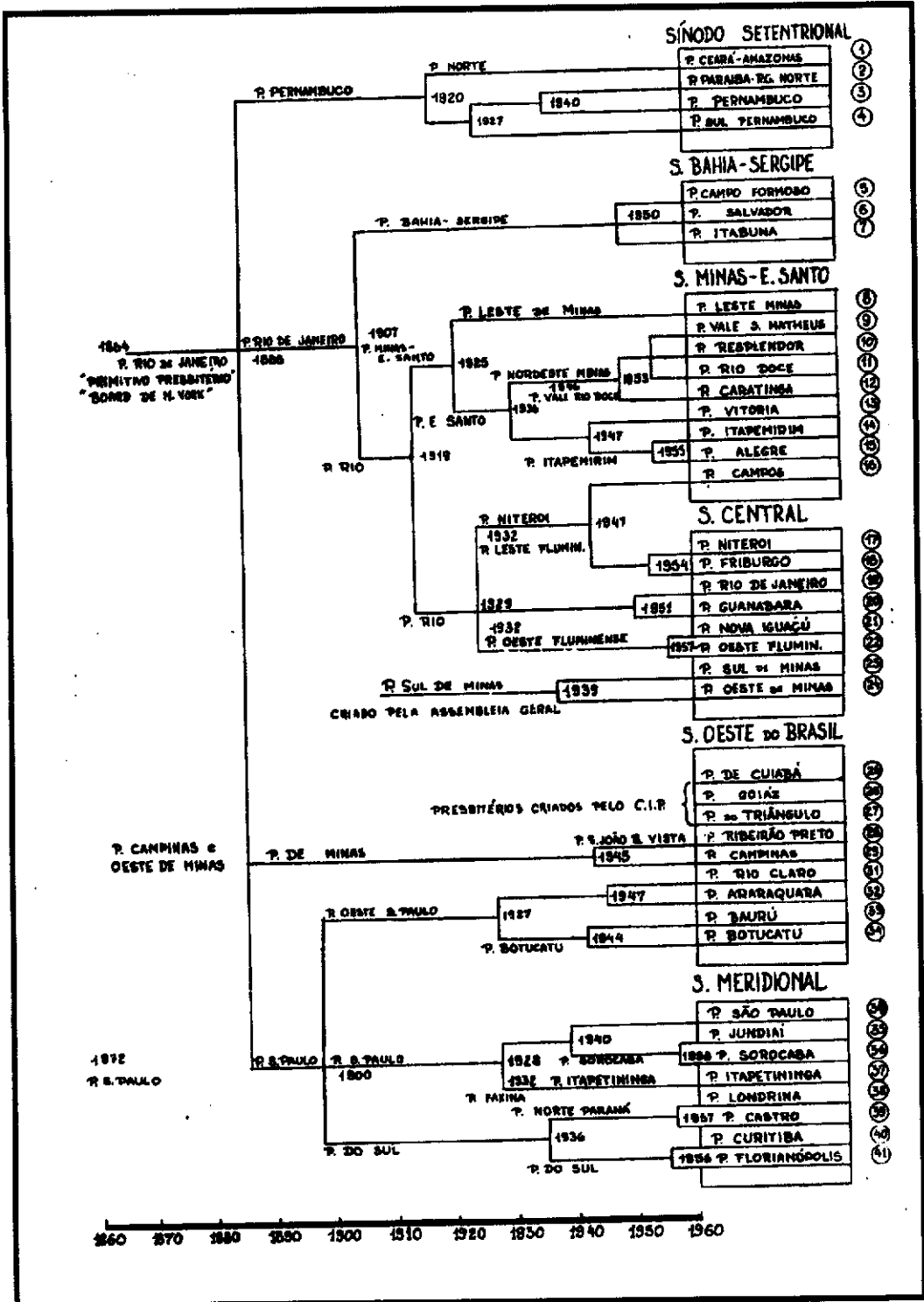


Fonte: *Presbiterianismo no Brasil 1859 - 1959*, op. cit., p. 18-19.

Mapa 2

Expansão do Presbiterianismo no Brasil.

Legenda



Fonte: Presbiterianismo no Brasil 1859 - 1959, op. cit., p. 18-19.

Ferreira, em *História da Igreja Presbiteriana do Brasil*, transcreve trechos do diário de Simonton, primeiro missionário presbiteriano a pisar no Brasil, "sexta-feira, 12 de agosto de 1859, 9 horas e 30 minutos". O período de 1859 a 1869 é considerado, pelo autor, como Período de Penetração, período este que, para ele, "custara bons esforços e prometia boa expansão para o futuro".<sup>93</sup> Vale ressaltar que, numa sociedade predominantemente católica, os missionários eram muitas vezes vistos como difundidores de ideologias exóticas e como defensores de uma forma de vida contrária às tradições brasileiras. Estas são, na verdade, dificuldades iniciais que, a partir do momento em que ocorre o aumento das conversões, elas passam a diminuir.<sup>94</sup>

Enquanto no Período de Penetração as atividades dos missionários concentravam-se basicamente nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, no Período de Expansão ( 1869 a 1888 ) novos esforços são empreendidos, resultando na expansão para outros Estados e no início de atividades educacionais. "Uma das primeiras preocupações dos missionários presbiterianos quando iniciam suas atividades no Brasil é a instalação de escolas".<sup>95</sup>

No primeiro século de atuação dos presbiterianos no Brasil, a propagação do evangelho se dá em diferentes frentes: "seminários... escolas... orfanatos... hospitais. Estas são as raízes da Igreja, dentro da sociedade, e representam a realização em parte do mandato de Jesus. Estamos tentando ir por todo o mundo, pregando o evangelho. As instituições são muitas. Vamos conhecer algumas delas".<sup>96</sup>

---

<sup>93</sup> FERREIRA, op. cit., vol. I, p. 102.

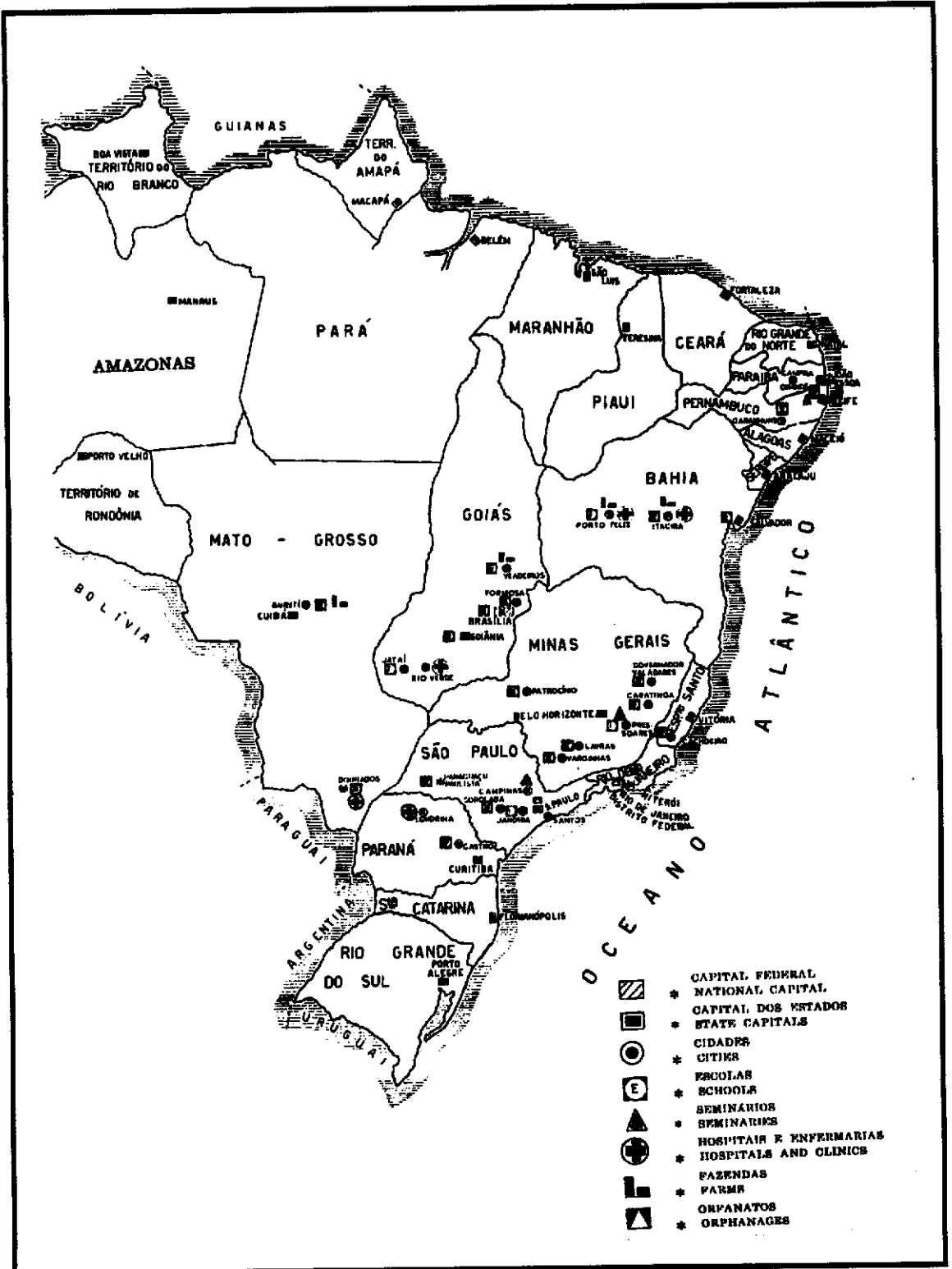
<sup>94</sup> CAMARGO, op. cit. p. 112.

<sup>95</sup> RAMALHO, op. cit. - p. 81.

<sup>96</sup> COMISSÃO PRESBITERIANA UNIDA DO CENTENÁRIO, *Presbiterianismo no Brasil - 1859-1959*, São Paulo, casa Editora presbiteriana, 1959, p. 46.

Mapa 3

**Atuação da Igreja Presbiteriana do Brasil de 1859 até 1959.**



Fonte: *Presbiterianismo no Brasil 1859 - 1959*, op. cit., p. 46-47.

Como vimos pelo mapa 3, o protestantismo, semelhante ao catolicismo, irradia-se do litoral para o planalto e alcança, em um século, no seu raio de ação, quase todas as províncias do país.

#### 4.1- OS PRESBITERIANOS EM GOIÁS.

A chegada a Goiás deu-se, inicialmente, no final do século passado, através de Minas Gerais. Primeiro Araguaí e, posteriormente, outros pontos do Triângulo, Noroeste de Minas e Goiás,<sup>97</sup> no final do século XIX. Os empreendimentos pelo interior tinham como um de seus objetivos escolher as cidades que serviriam como centros missionários, quando tivessem de avançar.<sup>98</sup>

No início deste século, novo período de propagação do evangelho é assinalado como Período de Reconstituição (1903 a 1917). Nele, novas missões se definem pela atuação no interior do país, dentre elas a Missão Central e Missão Sul, ambas com sede em Nova York. Em 1905 o Rev. Finley, em viagem a Goiás, ficara bem impressionado com as possibilidades de atuação nesta região. Era desejo da Missão ter mais evangelistas a avançar para o Brasil Central, o que de fato ocorreu com a penetração em Mato Grosso, que tinha, segundo o Rev. Franklin Graham, melhores condições de atuação. Não havia perseguições, a Bíblia era bem distribuída na região,

a porcentagem dos que sabem ler e escrever é muito maior do que em Goiás e no 'sertão' da Bahia. O interesse que demonstram pela educação é maior. Tais circunstâncias levam-me à firme convicção de que Mato Grosso deveria ser ocupado primeiramente por nossa Missão.<sup>99</sup>

Os recursos para atuação das Missões continuavam sendo conseguidos no exterior, o que dificultava muitas vezes a atuação. Somente

<sup>97</sup> The Presbyterian Survey, Dec. 1941, Apud. FERREIRA., op. cit. p.249.

<sup>98</sup> FERREIRA, op.cit., vol. 1, p. 250.

<sup>99</sup> Recorte do Diário de Mr. Graham (pasta Mato Grosso). Apud. Ferreira, op. cit., vol. 2 p.160.

em uma nova fase, designada como Período de Organização (1917 a 1946), é que novas frentes virão para Goiás. Neste período, as fontes oficiais apontam para uma ampla difusão do protestantismo entre brasileiros, já que, anteriormente, o protestantismo era tido como próprio apenas para estrangeiros.<sup>100</sup> Nesta nova fase, ainda marcada pela atuação das Missões, no caso de Goiás pela Missão Central, é que os presbiterianos chegam ao interior de Goiás, (sudoeste goiano - Jataí e Rio Verde), considerado uma nova e preciosa agência missionária. Segundo uma de nossas entrevistadas, evangélica, o Hospital Evangélico criado em Rio Verde era para ser criado em Jataí. Segundo ela, a população jataiense não deu apoio, o que levou à conseqüente busca de novo local.

O hospital era para ser criado aqui em Jataí, mas o pessoal daqui não deu apoio. Então quando os missionários já iam embora, chegaram em Rio Verde (...) e fundaram o Hospital lá e mais tarde fundaram a Escola para cá, porque os americanos em cada cidade eles iam colocando uma coisa; Hospital, Escola, Igreja, essas coisas. Hoje em dia pararam com isso aqui no Brasil, fazem isso com outros países mais atrasados.<sup>101</sup>

Segundo Ferreira, em 1931, após passar um período em Mato Grosso, a família Salley chega a Jataí, local considerado como uma “nova e preciosa agência missionária”.

O Evangelho foi trazido a esta região por uma velha Bíblia que veio a cair nas mãos de um negro tropeiro; este a recebeu de um amigo, que pensara ser o livro um código penal, bom para passar o tempo quando doente. Mais tarde um colporteur (sic) explicou-lhe o que era realmente o tal livro. O velho, a esposa e um casal da vizinhança se converteram, e por meio deles, o Evangelho se espalhou em muitas comunidades (...) Dr. Gordon, em 1936 se estabelece em Rio Verde, ponto apropriado para uma missão médica.<sup>102</sup>

Após a chegada do Reverendo Salley, tem início a propagação dos ideais evangélicos para a região. Em 1933, o jornal “O Liberal” publica “a pedidos”:

<sup>100</sup> CAMARGO, op. cit. p. 126.

<sup>101</sup> Entrevista n° 6.

<sup>102</sup> FERREIRA, op. cit. vol.2 p.382-383.

Espera-se em breve, a visita do Rev. Dr. Jonh A. Mackay, secretário das Missões Presbiterianas na América Latina, da Junta Missionária Estrangeira da Igreja Presbiteriana dos Estados Unidos da América. - O Dr. Mackay é Escossês por nascimento, formou-se como Bacharel em Philosophia e Literatura e, depois, recebeu o grau de Bacharel em Theologia, do Seminário Theologico Presbiteriano da Universidade de Princeton. (...) - A sua chegada esta marcada para o dia 12 de julho, e as suas conferencias serão devidamente annunciadas. Rev. A. C. Salley, Ministro<sup>103</sup>

Como em outras regiões do país, em Jataí, ainda no início das pregações religiosas, há também preocupação com a educação. A rigor, "a educação como estratégia missionária sempre acompanhou os pioneiros norte-americanos".<sup>104</sup> A expansão dos colégios evangélicos, que vai ocorrendo, paulatinamente, por todo o país, não se processa, segundo Ramalho, de forma pré-determinada.

Eles vão surgindo à medida que há pessoal capacitado, recursos econômicos, condições de ordem político-estrutural (...) e possibilidades para implantação e expansão das novas idéias de que os missionários e a nova organização religiosa são portadores.<sup>105</sup>

Assim, os colégios mais importantes que surgem na época partem da iniciativa direta das missões norte-americanas. Mesmo os de origem pessoal, ou de paróquias locais, eram encampados ou auxiliados por organizações americanas. Para Barbanti, as igrejas reformadas americanas "tinham na catequese o motivo, e no amparo financeiro representado por auxílios e doações enviadas pelas Igrejas-Mães dos Estados Unidos, o suporte para a obra educativa".<sup>106</sup> Em contraste com o padrão educacional voltado para o enciclopedismo que prevaleceu no Brasil durante as primeiras décadas deste século, a educação protestante enfatiza a assimetria de relacionamento entre professores e alunos, introduzindo um novo estilo que marcou o sucesso que veio a alcançar. As escolas protestantes,

criadas muitas vezes com o objetivo inicial de atender aos filhos dos conversos ao Protestantismo, as escolas acabaram por atrair, pelo estilo de ensino inovador e

<sup>103</sup> Culto Evangélico, In: *O Liberal* - nº 96 - 09/jul/33.

<sup>104</sup> MALTA, Lais Vilarinho Rangel - *Colégios americanos de confissão protestante no Rio de Janeiro (1887-1971) uma perspectiva histórica*. Dissertação de Mestrado apresentada à FE da UFRJ. Rio de Janeiro, 1990, p.78.

<sup>105</sup> RAMALHO, op.cit., p.74.

<sup>106</sup> BARBANTI, Maria Lúcia S. Hilsdorf. - *Escolas americanas de confissão protestante da provincia de São Paulo : um estudo de suas origens*. Dissertação de Mestrado apresentada à FE - USP. São Paulo, 1977, p.114 .

progressista adotado, alunos não protestantes provenientes das elites tradicionais da época.<sup>107</sup>

Primando por princípios que valorizavam o papel do aluno, estas escolas tinham como proposta pedagógica os ideais preconizados pela Escola Nova e introduzidos no País desde a década de 20. Vale ressaltar, aqui, que as primeiras escolas secundárias evangélicas, 'vinculadas a grupos religiosos protestantes', foram criadas no final do Império. Em 1870, foi criada, em São Paulo, a Escola Americana, inicialmente ministrando o nível elementar, ao qual acrescentou-se, em 1880, o curso secundário, ambos no Mackenzie College.<sup>108</sup> Os colégios protestantes que se iniciaram no Brasil tinham, em São Paulo, apoio dos setores progressistas da sociedade, o que pode ser explicado,

em primeiro lugar, por ser o protestantismo visto como versão religiosa dos ideais liberais e democráticos modernos de que tanto se orgulhavam as lideranças paulistas da época; e em segundo, porque eram escolas organizadas segundo o modelo americano que atuava como polo de atração para as elites paulistas, tanto pelos seus aspectos democráticos quanto por aqueles propriamente pedagógicos.<sup>109</sup>

A estrutura de expansão do protestantismo que se dá em Jataí (sudoeste) é também percebida em outras regiões de Goiás, como é o caso do município de Anápolis. Ali, como coloca Abreu (1997), a expansão também se dará em duas frentes: saúde e educação. Em depoimentos por ela apresentados, evangélicos justificam a escolha do município de Anápolis para se radicarem, dizendo que foram para lá por ser um local estratégico, tendo as escolas e hospital o objetivo de atender aos missionários, pastores, evangelistas, ampliando sua atuação aos não conversos.<sup>110</sup>

<sup>107</sup> CAMARGO, op. cit., p. 142.

<sup>108</sup> WEREBE, A educação..., op. cit., p. 374.

<sup>109</sup> BARBANTI, M<sup>a</sup> Lúcia - Colégios americanos de profissão protestante na província de São Paulo: sua aceitação pelas elites progressistas da época. Dissertação de Mestrado apresentada à FE/USP, 1977, p.23. Grifo nosso.

<sup>110</sup> Sobre o protestantismo em Anápolis ver: ABREU, Sandra Elaine Aires de, *A criação da Faculdade de Filosofia Bernardo Sayão e o protestantismo em Anápolis*. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Educação da UFG. Goiânia, 1997.



## 4.2 - A OBRA EDUCATIVA EVANGÉLICA EM JATAÍ.

Os colégios evangélicos, de forma geral, e dentre eles o Mackenzie, no qual Jataí irá se espelhar, se fundamentavam em currículos específicos que defendiam: educação para ambos os sexos; liberdade social, religiosa e política; educação física; ensino de língua estrangeira - geralmente Inglês e Francês. O Colégio Mackenzie, considerado um dos expoentes do presbiterianismo no Brasil, introduziu no país várias inovações: uso do método intuitivo; implantação de cursos técnicos; incentivo ao departamento cultural com ênfase às atividades extras curriculares; salas mistas (co-educação) desde o primário; organização moderna da biblioteca - prédio de quatro andares em 1926 - cabendo-lhe a primazia do uso do sistema Dewey de catalogação no Brasil.<sup>111</sup>

A educação dos colégios protestantes seguia uma pedagogia protestante bastante definida, pregando inclusive a liberdade religiosa. Era democrática, nos moldes do modelo norte-americano; preocupava-se com a formação do indivíduo como um todo; preparava para a vida; o pragmatismo era um dos fundamentos da educação; criticava o ensino "bacharelesco"; o trabalho era considerado parte integrante da prática pedagógica; pregava ainda a auto confiança e responsabilidade pessoal. Segundo Ramalho<sup>112</sup>, estes foram alguns dos princípios defendidos nestes colégios, que, para nós, podem ser identificados na Escola Evangélica de Jataí.

---

<sup>111</sup> RAMALHO, op. cit. p. 9.

<sup>112</sup> *Ibidem*, p. 145-159.

#### 4.2.1- A ESCOLA EVANGÉLICA DE JATAÍ.

Após a chegada dos pioneiros protestantes a Jataí, na década de 30, tem início a conversão de novos crentes. Em 1942 há a inauguração do Templo Presbiteriano e, só em 1946, é que a organização passa de Congregação para Igreja. Ainda em 1942, antes da efetivação da Igreja, tem início o funcionamento da Escola Evangélica de Jataí, em um cômodo cedido pela Congregação. Este tipo de prática para o início de escolas evangélicas era comum em diferentes regiões do país.

A instrução formal sempre serviu ao Protestantismo como elemento de penetração e apoio das atividades catequéticas. Com essa finalidade, ao lado da Escola Dominical, as igrejas protestantes procuravam instalar uma escola paroquial de primeiras letras, a 'escola da missão', que, em centros estratégicos transforma-se em colégios de nível secundário e mesmo em escolas superiores.<sup>113</sup>

Em Jataí, as famílias evangélicas não tinham um local apropriado para matricularem seus filhos, se tomados por princípios religiosos que defendiam. As dificuldades enfrentadas por serem evangélicos eram muitas. "Havia dificuldade. A gente era mais criticado por ser evangélico, não era como hoje. Hoje parece que a Igreja Evangélica já é mais aceita".<sup>114</sup> O Colégio Nossa Senhora do Bom Conselho previa em seu Regimento Interno uma clientela eminentemente católica. A presença de espíritas e evangélicos era aceita com restrições e castigos. Uma evangélica assim relata sua passagem pelo colégio católico.

Quando meu pai nos matriculou no Colégio Bom Conselho, ele disse que a gente era evangélico, mas as freiras disseram que a gente tinha que freqüentar a missa. Então, a gente ainda tinha fazenda, tinha Escola Dominical na fazenda, à tarde, eu levantava bem cedo e ia na missa na capela e depois ia pra fazenda e tinha uma menina que contava (...), as freiras davam castigo, tinha que escrever uns mandamentos da Igreja, umas coisas assim: não sei quantas vezes escrever o 'Pai Nosso', escrever castigo até mesmo, sabia que a gente era evangélico e punha a gente para escrever. Mas não importava não, porque eu queria era aprender, né? Eu escrevia, dava conta de tudo e no outro domingo eu ia outra vez pra minha Igreja e na segunda-feira ia escrever castigo, não tinha importância, eu sempre fui estudiosa e gosto de estudar ainda.<sup>115</sup>

<sup>113</sup> BARBANTI, Colégios protestantes..., op.cit. p.110. Grifo nosso.

<sup>114</sup> Entrevista nº 13.

<sup>115</sup> Entrevista nº 4.

Tendo os filhos em idade escolar, as famílias envidaram esforços para a criação da escola evangélica, que teria por fim “proporcionar aos jovens, uma boa educação intelectual, moral, cívica e religiosa conforme os princípios de Jesus Cristo expostos no Novo Testamento e de acordo com a legislação em vigor”.<sup>116</sup> Elementos ideológicos podem ser percebidos na proposta inicial de criação da escola, que previa, além do atendimento de evangélicos, proporcionar-lhes formas de trabalhar no campo, bem como formar valores morais, o que seria uma forma de contribuir com a Zona jurisdicionada pela Igreja, sendo isto também o que marcaria a diferença desta para outras escolas, conforme demonstra uma de nossas entrevistadas, evangélica: “... eles sonhavam com a escola evangélica para os filhos. Ali eles não tinham só a religião mas formavam o caráter das crianças, aquilo que a gente almejava para eles”.<sup>117</sup> Na proposta inicial, a Escola funcionaria em “regime de internato, semi-internato e externato, para ambos os sexos”.<sup>118</sup>

É bom registrar que a finalidade da escola desde o seu início foi não somente preparar para uma profissão ou continuação dos estudos mas a formação de caráter, uma ajuda em aprender tomar a responsabilidade e enfrentar a vida conforme os ensinamentos Bíblicos. Este alvo na parte da administração e do corpo docente às vezes deu à escola atitude diferente de outras escolas e contribuiu para o seu desenvolvimento. Em várias vezes veio um auxílio. Uma solução que não podia ser de outro a não ser da mão de Deus... Crise financeira - da professorada, da direção. A obra foi iniciada para ajudar a Zona mas uma maneira também que podia glorificar o nome de Deus.<sup>119</sup>

A autorização para o funcionamento foi solicitada em nome da Senhorita Loide Emerick. “Quando o Reverendo Roberto Lodwick veio para Jataí, trabalhou na Igreja Presbiteriana local e na Zona. Reconheceu a necessidade de uma escola e, em 1942, abriu a Escola Evangélica com D. Loide Emerik como professora”.<sup>120</sup> As dificuldades para implantação da Escola, segundo os que dela participaram, foram imensas. Não havia verba para aquisição de carteiras e compra de material. Mesmo com as dificuldades encontradas, foi possível improvisar, utilizando como carteiras velhos caixotes

<sup>116</sup> ISG - Regimento Interno, Cap. I - Das Finalidades - Art. 1º.

<sup>117</sup> Entrevista nº 5.

<sup>118</sup> ISG - Regimento Interno, Cap. I - Das Finalidades, Art. 4º.

<sup>119</sup> GRAHAM, Ruth - “Uma ligeira história do ISG” - 1969.

<sup>120</sup> *Ibidem*.

que então eram usados para transportar gasolina. Uma casa velha anexa à Igreja foi cedida e as aulas puderam então ser iniciadas.

As dificuldades foram muitas, a iniciativa de meu esposo, ele achava que precisava ter uma escolinha evangélica aqui, para quando nossos filhos estivessem prontos para estudar (...) A Igreja Presbiteriana não era construída, tinha o terreno e uma casinha velha. Então foi iniciada a escolinha evangélica naquela casinha velha, que hoje já é demolida. (...) a escola não tinha verba, não tinha dinheiro para manter, então os professores ficaram morando na nossa casa, o primeiro professor foi o Prof. Ezequias Leite e a Galiana Franco de Lima. (...) Estes dois jovens, morando na nossa casa, iniciou a escolinha. Os bancos ... traziam gasolina era em latas, no caixote, assim, cortavam o caixote, punham as perninhas, faziam uma poltrona, então aquela era a poltroninha da escolinha, a mesinha muito rústica, mas graças a Deus foi o início, que manteve o lema da escola 'A verdade vos libertará'.<sup>121</sup>

#### 4.2.2- DE ESCOLA EVANGÉLICA A INSTITUTO SAMUEL GRAHAM.

Após alguns anos de funcionamento, a Escola já não mais comportava a clientela cada vez mais crescente. Foi então que o Reverendo Roberto Lodwick fez à Missão Presbiteriana do Brasil Central uma solicitação para que se ampliasse a escola a fim de atender a toda região.

Com uns anos de trabalho viu que a escola que serviu somente à cidade não era suficiente porque havia muitas famílias nas fazendas que faltavam meios para educar os seus filhos. Em Jataí havia somente uma escola secundária - a das freiras. A cidade desejava uma segunda - preferivelmente um Ginásio. Rev. Roberto levou o assunto para consideração da Missão Central Brasil.<sup>122</sup>

Assim, em 1947, Jataí recebe a visita de uma Comissão designada pela Missão Presbiteriana do Brasil Central, com sede nos Estados Unidos, com vistas a "estudar a situação de Jataí para a possível ampliação da escola primária, e o estabelecimento de uma Escola Evangélica Secundária na Zona de Goiás".<sup>123</sup> Chegando a Jataí, esta Comissão reuniu-se com as lideranças políticas locais, a fim de discutir sobre a possibilidade de aquisição de local apropriado para a construção da escola. Alguns imprevistos

<sup>121</sup> Entrevista n° 5.

<sup>122</sup> Entrevista n° 5.

<sup>123</sup> IGREJA PRESBITERIANA DE JATAÍ - Arquivo interno.

então surgiram. Enquanto a comunidade tinha interesse na implantação de uma escola secundária, a Missão se prontificava a estabelecer na cidade uma escola primária - continuando o trabalho da Escola Evangélica - e uma escola normal, "visto que a Missão interessava em preparar professores para ajudar nas escolas do Interior".<sup>124</sup> Mesmo assim optou-se pela implantação da nova escola, ficando definido:

que seja estabelecida uma Escola Primária de cinco anos (o quinto ano sendo o mesmo como o 'Curso de Admissão', e um Curso Normal Regional de 4 anos, sendo que os três primeiros anos devam ser de estudos básicos, e o quarto ano diversificado para providenciar o curso pedagógico e ainda o curso de madureza, e um curso prático de agricultura e outras artes.

Que a escola seja localizada em Jataí, uma vez que essa cidade é central aos campos de Guiratinga, de Campeira, do Vale do Araguaia, e do Sudoeste de Goiás, e até do Goiás Central, sendo que estes campos abrangem um número de crentes alcançando quasi (sic) 700 crentes professos

Que a escola seja localizada possivelmente na fazenda do Sr. Herculano de Souza nos limites da cidade, a fim de facilitar disciplina e o desenvolvimento do ensino agrícola.<sup>125</sup>

Em 1948, foi convidado para vir à Jataí o casal Samuel e Ruth Graham. Estes, missionários americanos, já tinham experiência com a implantação de colégios pela Missão no Brasil, há 25 anos. Havia implantado, nos mesmos moldes que se propunha em Jataí, um colégio no município de Ponte Nova, na Bahia, trazendo consigo esta experiência. Com sua chegada em Jataí, passou-se à negociação para aquisição do terreno para a construção das novas instalações da Escola. Três locais foram oferecidos pela comunidade evangélica, mas nenhum se enquadrava no que propunha a Missão; e as propriedades maiores, no perímetro urbano, pertenciam à Igreja Católica que não se prontificou a vender.

Assim, mesmo tendo sido escolhida pela Missão a cidade de Jataí, dada a sua localização geográfica, por não entrarem em acordo quanto ao local para a instalação, a Missão resolveu, então, buscar na vizinha cidade de Mineiros, a 120 km, o local para a implantação da escola. Frente a esta situação, veio o receio de perder para outra cidade a Escola. Os evangélicos,

<sup>124</sup> GRAHAM, Ruth, op. cit.

<sup>125</sup> IGREJA PRESBITERIANA DE JATAÍ - Arquivo interno.

não tendo o apoio de todo o Legislativo, mesmo tendo um evangélico como um de seus membros, buscaram o Governador do Estado, que resolveu, então, interceder junto à Prefeitura Municipal para que esta, intermediando, comprasse o terreno da Igreja Católica e o repassasse à Missão Presbiteriana<sup>126</sup> - "Um terreno urbano situado nesta cidade, com a área de doze e meio alqueires de campo".<sup>127</sup> localizada "entre a cidade e o Campo de Aviação, onde previam que a cidade iria crescer".<sup>128</sup>

A Câmara Municipal não apoiou inicialmente, pois temia que a Escola, sendo construída na parte alta da cidade, atrapalhasse o crescimento da mesma. Entretanto percebia a necessidade que o município tinha de um ginásio, e embora a opção pelo Normal Regional, feita pela Escola, não atendesse às aspirações existentes no município, "ainda que desapontada por não ter um Ginásio"<sup>129</sup>, passou também a apoiar as negociações. A opção pelo Normal Regional está ligada ao incentivo financeiro oferecido pelo governo federal e estadual para cursos de preparação de professores. Em todo o país há, neste período, a expansão do secundário via formação de professores.

O respeito aos americanos que implantavam a Escola pode ser percebido nas entrevistas realizadas. É possível perceber, também, a influência do período pós II Guerra na valorização destes. "O local era muito longe da cidade, que só ia até onde hoje é a Saneago, mas americano vê mais longe que a gente, eles sabiam o que queriam, eles fizeram tudo muito bem feito".<sup>130</sup>

Naquela ocasião aqui para cima não tinha nada, a cidade era bem pequena, foi quando o meu marido, naquela época era vereador, disse: "Vamos conseguir arranjar aquela quadra que tem lá em cima, uma quadra muito boa, de 12 alqueires, mas a Câmara segurando, não queria, porque ia impedir a cidade de crescer, ia impedir o crescimento da cidade, que não podia. O Sebastião ficou desesperado. O governador era daqui, o Dr. José Feliciano. Então o Sebastião bateu e foi em

<sup>126</sup> Na Lei n° 42 de 26/05/1950 está registrado que fica autorizado o "Prefeito Municipal vender à Junta de Missão Extranjeiras (sic) da Igreja Presbiteriana dos Estados Unidos da América do Norte, um terreno destinado ao Instituto de Ensino, na sede de Jataí, com 12,5 alqueires em divisas demarcadas na parte que esta municipalidade comprar da Igreja Matriz, por CRS 22. 687,50, ficando todas as despesas por conta do comprador." Apud Assis, *A obra...*, op. cit., p. 260. Grifo nosso.

<sup>127</sup> JATAÍ. Cartório de Registro Geral de Imóveis - Escritura de compra Livro 31, fls. 272, n° 8.642.

<sup>128</sup> GRAHAM, Ruth, op. cit.

<sup>129</sup> *Ibidem*.

<sup>130</sup> Entrevista n° 6.

Goiânia encontrar com José Feliciano, expôs para ele tudo lá, ele falou: - Não Sebastião, nós vamos conseguir esta terra lá para vocês. (...) O Dr. José Feliciano era filho daqui, ele tinha boa visão, veio aqui e achou uma beleza. E tinha um morador lá dentro, ali onde tem aquela paineira, velha, antiga paineira, tradicional, tinha uma casinha em volta, pertinho da paineira. Essa pessoa que morava ali vendia aquela parte dela por um precinho melhor. A Escola não tinha dinheiro para comprar. O Sebastião então comprou esta chácara e cedeu à Missão.<sup>131</sup>

Definido o local da nova construção, o casal Graham providenciou uma reforma na casa onde funcionava a escola, anexa à Igreja. Os caixotes continuaram sendo usado como carteiras, “a casa velha (onde hoje fica a Igreja Presbiteriana) foi renovada - mobília foi arranjada de caixotes devido à falta de dinheiro - mas um bom número de alunos foi matriculado e o número de professoras aumentado”.<sup>132</sup> A grande área adquirida para a construção ia ao encontro da estrutura das demais escolas evangélicas espalhadas por todo o país.

Não sei se você conhece, o Mackenzie por exemplo era escola americana, era enorme, os prédios ocupavam não sei quantos quarteirões e acho que eles queriam fazer aqui, mais ou menos como era o Mackenzie. O Colégio José Manoel da Conceição, onde eu estudei também, era enorme e aquilo ali, eles faziam prédios para todos os lados. Então eu acho que o ideal era esse: que a medida que o colégio fosse crescendo tivesse espaço para todos.<sup>133</sup>

Após estruturar a ampliação da Escola, o casal Graham viaja de férias para os Estados Unidos e só em 1951, quando retornam, é que tem início a construção da nova sede. As dificuldades financeiras foram muitas, o que levou o trabalho a ser “feito na maneira mais primitiva”.<sup>134</sup> Em 1952 ficam prontas duas salas, e uma parte da escola muda-se para as novas instalações. Em junho de 52, o Sr Graham dá entrada, então, na documentação junto aos órgãos competentes para o início do Curso Normal Regional, previsto para ocorrer em 1953. Iniciando o segundo semestre, em viagem para buscar recursos para a continuidade da obra, o Sr. Samuel Graham falece em um acidente de avião. “O futuro parecia duvidoso. Mas todos uniram para levar

---

<sup>131</sup> Entrevista n° 5.

<sup>132</sup> GRAHAM, Ruth. *op. cit.*

<sup>133</sup> Entrevista n° 6.

<sup>134</sup> *Ibidem.*

adiante o trabalho".<sup>135</sup> Após a morte do Sr. Graham, veio, ainda em agosto, a autorização do Estado para o início do Curso Normal Regional. Mesmo assim, sem ter uma direção definida, a Missão consentiu que se iniciasse o curso.

A Missão achou por bem que não iniciássemos o Curso Normal Regional em 1953 como planejamos - mas o decreto do Governo estava em mãos -- havia alunos que tinham esperado para a abertura desse Curso. Pedi a Deus que se fosse a vontade dele que este trabalho fosse avante, que nos desse ao menos 10 alunos. Apareceram 11! Começamos! Só três terminaram o Curso mas 33% é bom ainda hoje! (...) A escola lutou contra outras dificuldades. Muitos na cidade e da Zona não aprovaram o Curso Regional e até fizeram propaganda contra esse e a favor do Ginásio Estadual que foi iniciado no intervalo que levou para a construção e iniciação da escola - hoje o ISG.<sup>136</sup>

A implantação do Normal Regional se deu permeada por uma série de dificuldades. "O Curso Normal não foi muito bem aceito. O povo tinha parece que preconceito, então por isso foram poucas turmas desse Normal, inclusive a minha turma nós começamos com vinte e tantos alunos e quando acabou era apenas três. (..) Eles tinham medo do Curso não ter valor".<sup>137</sup> O reduzido número de alunos, aliado ao boato do não reconhecimento do Curso, levou a uma evasão muito grande na primeira turma. Para as turmas subseqüentes surgiu mais um agravante: a implantação do Ginásio Nestório Ribeiro reduz ainda mais o número de alunos. Segundo uma ex-professora do ISG, havia, no município, pessoas que faziam uma divulgação negativa do Instituto:

eu estava me lembrando de um incidente que houve naquela época, quando eles começaram o Nestório Ribeiro, pois quando começaram o Nestório Ribeiro houve campanha contra o I.S.G., bobagem né, eu me lembro que o ... pessoalmente que fez campanha contra o I.S.G., eles falaram que o ensino no I.S.G., os cursos não eram reconhecidos; os alunos que estudavam lá ficaram amedrontados, teve até [um aluno], que estava fazendo já o Normal Regional e deixou por isso, e perdeu um ano (...) então houve por parte de autoridades, [uma política contrária] essa campanha tão boba contra o I.S.G.<sup>138</sup>

Nas décadas por nós estudadas, a escola foi considerada, pelos evangélicos, importante para a divulgação que se fazia do município. No

---

<sup>135</sup> Ibidem.

<sup>136</sup> GRAHAM, Ruth, op. cit.

<sup>137</sup> Entrevista n° 13.

<sup>138</sup> Entrevista n° 15.



entanto, contraditoriamente, é desconsiderada quando é efetivamente feita esta divulgação. Em 1957, por exemplo, é colocada a venda uma foto-lembrança onde aparecem, juntamente com as autoridades representantes dos três poderes (executivo, legislativo e judiciário), diretores de escolas. No entanto, confirmando a afirmação acima no que se refere à valorização de outras escolas em detrimento do ISG, podemos verificar que não aparece na 'Lembrança' o diretor do ISG. Em entrevista a nós concedida, o prefeito da época nos informou que tal ausência se deveu, exclusivamente, porque os 'protestantes não gostam de aparecer' e não por questões religiosas. (ver foto 22).

Com a morte do Sr. Samuel Graham, foi solicitado à Missão que a Escola Evangélica passasse a levar o seu nome. "A Missão sempre era contra o costume de dar o nome de um trabalhador estrangeiro a qualquer instituição, porém cedeu à petição de Jataí",<sup>139</sup> permitindo que a escola passasse a ser denominada Instituto Samuel Graham. A senhora Ruth Graham continuou o trabalho já iniciado, assumindo a direção dos trabalhos e da Escola. Como, na mesma propriedade onde se erguia o Instituto, estavam sendo construídas também as residências do diretor e vice diretor para a escola, assim que terminaram a residência do diretor, em 1954, D. Ruth se mudou para lá, juntamente com quatro alunas, dando início, desta forma, ao internato feminino. Sendo Jataí uma cidade de fácil acesso, devido à sua localização geográfica, e, principalmente, sendo o Instituto Samuel Graham uma escola evangélica, a procura pela escola por evangélicos de outros municípios foi se ampliando. Esta procura da Escola por alunos vindos de outras regiões levou à ampliação do internato feminino, com a construção de prédio próprio em 1956, bem como à construção de um internato masculino.

As dificuldades financeiras enfrentadas na construção da escola foram várias. Para solucioná-las, os responsáveis pela construção do Instituto, e os evangélicos de forma geral, contribuíam das mais diferentes formas, inclusive com prestação de serviços.

---

<sup>139</sup> *Ibidem.*

Quando iniciamos o Trabalho da Escola Evangélica em Jataí foi nos dado uma quantia de verba que foi realmente muito pouco para tal obra e fomos avisados que não receberia mais até o fim de 5 anos. Por isso nossa economia foi maior. No ano de férias nos E. U. Sr. Graham deu muitas palestras - entrou em contato com Indústrias que muitas vezes ajudam tais obras - para poder adquirir auxílio monetário para a construção. Houve crises. A morte repentina de Sr. Graham foi uma. (...) Outra crise era a professorada mas sempre arranjamos quem ajudasse e cada um deu sua contribuição para a continuação da escola.<sup>140</sup>

O ISG consegue também do governo federal subvenção para o Normal Regional, como veremos adiante.

#### 4.2.3- INSTITUTO SAMUEL GRAHAM.

Durante a fase de implantação e expansão do Instituto Samuel Graham, a falta de professores era grande em Jataí. Não havia evangélicos que pudessem assumir as aulas. A Missão, então, trazia de outros centros os professores evangélicos. "Aí entrou a dedicação de professores, muitos vindos das diversas partes do país: Bahia, Stª Catarina, Mato Grosso, Paraná, Minas Gerais e de outros Estados. Isto porque em Goiás ainda não havia professores suficientes".<sup>141</sup>

O Colégio era Evangélico, tanto que as professoras lá, eram escolhidas a dedo, e então só podiam ser evangélicas. Vinham professores do Rio de Janeiro, vinham do Espírito Santo, da Bahia então! Vinha uma turma trabalhar aqui por serem evangélicas, porque aqui não tinha professoras. Esse Curso Normal foi criado exatamente para formar professoras; não tinha, especialmente evangélicas, não tinha.<sup>142</sup>

Apesar da exigência de contratação de professores evangélicos, devido à falta destes, a Escola, por vezes, se via forçada a contratar professores pertencentes a outra religião, sendo que, para isto, deveriam estar afinados com a filosofia evangélica, repassando inclusive os valores já estabelecidos. "Havia alguns professores que não eram evangélicos, mas eles 'vestiam a camisa'. Aprendiam, pregavam a bíblia, ensinavam. Mas a

---

<sup>140</sup> Ibidem.

<sup>141</sup> VILELA, Nilda de Castro - Discurso proferido por ocasião do Cinquentenário do ISG, 1992.

<sup>142</sup> Entrevista nº 6.

maioria eram evangélicos".<sup>143</sup> Uma ex-professora do Instituto, que é espírita, diz que a direção sempre conversava com ela, mas nunca procurou doutriná-la: "eu era uma professora como outra qualquer dentro da Igreja. Eles tinham, ... certamente se tivessem uma evangélica e uma não evangélica eles iam preferir a evangélica, mas depois que a gente era admitida eles não faziam distinção, de jeito nenhum".<sup>144</sup>

Mesmo com as dificuldades financeiras encontradas, a direção do Instituto continuava buscando recursos para a continuidade da obra. Com a autorização conseguida do Estado e início do funcionamento do Curso Normal Regional em 1953, surge a necessidade de ampliar o número de salas de aula. Para tanto, a direção da Escola busca junto ao governo do Estado uma subvenção para este fim. Não havendo tal possibilidade, são informados de um Fundo do Governo Federal destinado a Escolas Normais. A Escola consegue, então, esta subvenção e, em contrapartida, a Missão resolve liberar a verba que faltava para o final da construção.

Um dia o Dr. José Feliciano, então Sec. do Dept. de Educação, me falou de um Fundo para ajudar Escolas Normais Rurais. O homem responsável foi o Dr. Anísio Teixeira, no Dept. de Educação no Rio. Só podia crer que Deus estava nos ajudando! Desde 1928 conhecemos o Dr. Anísio. Viajamos juntos em 1928 quando fomos em férias e ele também ia fazer um curso de Especialização em N.Y. Voltamos juntos em 1929. Ele era Sec. de Educação no Estado da Bahia em 1945 quando faltou uma prof. para as Ciências de Educação. Ele conheceu bem e simpatizou muito com nosso trabalho em Ponte Nova de modo que quando solicitei dele permissão para lecionar esses cursos, com boa vontade me deu o certificado que precisei. Ele era um homem de visão, já naqueles dias iniciando reformas que somente hoje estão sendo adotadas. Quando contei nossa situação - o nosso alvo, prontificou a nos ajudar com a porcentagem do Fundo disponível para cada escola então existente - com a promessa que, caso outra escola não pedisse até certa data, ia dar outro tanto! E isso fez! Visto havia este auxílio a nossa Missão prontificou para entrar com outro tanto e o Prédio inicial do Curso Secundário foi construído!<sup>145</sup>

Para terminar as construções iniciadas e construir o Salão Nobre, foi conseguida, através de Campanha nos Estados Unidos, a verba para este fim. A construção do Salão Nobre representava uma importante

<sup>143</sup> Entrevista nº 13.

<sup>144</sup> Entrevista nº 15.

<sup>145</sup> GRAHAM, Ruth., op. cit.

conquista para a Escola, visto que outras escolas pertencentes à mesma Zona de atuação da Igreja não contavam com este benefício.

E o Salão Nobre! - aquele pequeno junto o Prédio do Primário. Ele também faltou dinheiro por tanto tempo que antes de terminar, a sua construção já era pequena demais porque a escola cresceu tanto. Foi mais uma vez que podemos crer que Deus nos ajudou. Houve uma campanha na Igreja Presbiteriana nos E. U. para levantar certa quantia para ser usada para causa como prédios escolares - hospitais - muitas necessidades que foram além das possibilidades das ofertas dadas anualmente. Este dinheiro seria usado em muitos países e pessoas que deram podiam indicar certos lugares que quisessem. Entre os designados foi o Instituto Samuel Graham. Este auxílio ajudou na construção do Salão Nobre que está sendo tão útil para o ISG. Parece uma vantagem que poucas escolas na Zona gozam até agora.<sup>146</sup>

A Escola Evangélica inicia suas atividades com uma inovação até então desconhecida na região, pois propõem uma escola de tempo integral. Os alunos estudavam em dois turnos, matutino e vespertino, tendo, entretanto, um horário para almoço, em casa. Quando passam para as novas instalações, surge o chamado Regime de Semi-Internato. Os alunos passavam o dia na Escola, saindo no final da tarde. "(...) Era período integral, funcionava de manhã e à tarde (...) a gente ia no intervalo do almoço e voltava".<sup>147</sup>

E nessa ocasião a aula funcionava de manhã e à tarde para os mesmos alunos. O aluno estudava de manhã e de tarde. Então à tarde às vezes estavam cansados aí paravam e contavam histórias ou então um cântico (...) ou então conhecimentos gerais, que a gente chamava de cultura geral, isso aí, cada professor levava uma coisa interessante. (...) Eles iam para casa e voltavam. Tinha um período longo aí, e eles iam tomar refeição em casa. Na escola não tinha cozinha.<sup>148</sup>

A Escola atendia a ambos os sexos; no entanto, não seriam aceitos "alunos menores, externos, que não morem em casa de pais, tutores ou pessoas responsáveis".<sup>149</sup> Apesar de ser confessional, não obrigava os alunos a freqüentarem a Igreja Presbiteriana. Mesmo os alunos não evangélicos tinham que participar das atividades religiosas promovidas dentro da Escola. "Entrou ali, tinha que participar, mas não havia assim, castigos.

<sup>146</sup> Ibidem.

<sup>147</sup> Entrevista n° 4.

<sup>148</sup> Entrevista n° 6.

<sup>149</sup> ISG - Regimento Interno - Cap. V, Do Corpo Docente. Art. 26.

Porque a Igreja Evangélica tem uma maneira diferente, ela prega sua ideologia, mas não obriga,(...) aqueles que queriam participar começavam a participar também.(...) Nós presbiterianos não somos assim, não somos diferentes pelo exterior, queremos nos diferenciar interiormente".<sup>150</sup> Somente quando tem início o Internato, a freqüência à Igreja passa a ser obrigatória, mas somente para os alunos internos.

Acontece que o 'Samuel Graham' tinha parece que uma vez por semana, não me lembro se todo dia da semana, culto, tanto é que a gente saía da aula bem depois das onze, a presença no culto era obrigatória, mas depois que a gente saísse do portão, o aluno não era obrigado a ir à Escola Dominical. O aluno não era obrigado a ir ao culto, no templo. O aluno no domingo fazia da vida dele o que bem entendesse. A escola não convocava o aluno para ir lá na escola assistir o trabalho religioso, agora no momento da aula ele não podia fumar, ali dentro ele estava preso a certos princípios da Igreja Protestante, mas no momento que ele saísse do portão, não tinha mais compromisso de ordem religiosa. Já com a Escola Paroquial Santo Agostinho, a gente era obrigado a ir lá nos feriados, domingos, de uniforme para assistir atos religiosos. Eu achava que tudo isso era equivocado. Nem todos os alunos eram católicos e pregava-se muito catecismo, ensinava-se muito catecismo na Escola Paroquial. E na Escola Evangélica havia culto ou ritual, pregava-se um texto muito simples. Eu acho que a ênfase, eu quero crer, vejo que no Samuel Graham a pregação religiosa era mais discreta, levava-se a mensagem da doutrina protestante mais discretamente e na Escola Paroquial, mais ostensivamente, como acontecia em Alto Araguaia, onde também estudei. Lá a religião primeiro, depois os estudos. Na Escola Paroquial Santo Agostinho, pela experiência que eu tive, primeiro catecismo, primeiro a missa, primeiro os atos religiosos, jejum, etc., depois a escola. No Samuel Graham, primeiro a escola, eu acho que a Escola Evangélica era mais liberal, ela respeitava mais o ponto de vista do aluno. (...) todos os alunos e alunas internos eram obrigados a assistirem à Escola Dominical mas eles como internos, eram obrigados.<sup>151</sup>

Através da fala deste ex-aluno, podemos perceber como era mais aceita a obrigatoriedade na escola evangélica. O aluno a considerava mais 'liberal', no sentido de que era mais livre, mais aberta. Esta abertura fazia parte da própria filosofia da escola, o que levava, na verdade, os alunos a se integrarem mais, aceitando com mais naturalidade as exigências aos alunos internos.

O curso primário inicial do Instituto Samuel Graham, que funcionava em período integral, mantinha até o 5º ano e era bem equipado. Havia biblioteca e todo o material de matemática vinha do Colégio Mackenzie.:

<sup>150</sup> Entrevista nº 13.

<sup>151</sup> Entrevista nº 7.

A D. Ruth era uma excelente orientadora pedagógica (...) a primeira fase da Escola Evangélica tinha a 5ª série (...) ... como diretor interino ele queria acabar com a 5ª série (...) eu argumentei que não (...) eu achei que não deveria acabar com a 5ª série porque a maioria dos alunos estudavam só até o final do primário e iam embora pra fazenda. Então era uma oportunidade, a gente dava um bom programa, ensinava até juros, regra de três, tudo sobre sistema de medidas, era um programa bom mesmo, bem forte. Eles usavam uns cadernos de matemática, eles usavam os lá do Mackenzie, era interessante esses cadernos.<sup>152</sup>

Naquele tempo a única escola que tinha biblioteca era o Instituto. Foi feita uma campanha para arrecadar verba para compra de livros. Chegavam caixas e caixas de livros. (...) Era bem equipada mesmo. (...) Eu me lembro que os nossos alunos saiam muito bem preparados no final do ano. Saíam do 5º ano aqui, iam para o Mackenzie e se saíam muito bem. (...) Hoje em dia qualquer aluno que estudou com a gente uns tempos, é só você falar de um caderno preto, de matemática, eles te contam como é que era. Esses cadernos vinham do Mackenzie, desde o 2º até o 5º ano (...) a gente trazia de lá.<sup>153</sup>

Com o início do Normal Regional, o Instituto deixa de funcionar em período integral. A estrutura curricular do Normal Regional estava distribuída em quatro séries, sendo que as três primeiras compreendiam disciplinas de formação geral e na 4ª série se inseriam as disciplinas de formação pedagógica:

Instituto Samuel Graham			
Grade Curricular - Normal Regional			
1ª Série	2ª Série	3ª Série	4ª Série
Português Matemática Geografia Geral Ciências Naturais Trabalhos Manuais Desenho e Caligrafia Canto Orfeônico Educação Física	Português Aritmética Geografia Ciências Trabalhos Manuais/ Economia Doméstica Desenho e Caligrafia Canto Orfeônico Educação Física	Português Matemática Geografia do Brasil Ciências Naturais Trabalhos Manuais Desenho e Caligrafia Canto Orfeônico Inglês Educação Física	Português Inglês História de Goiás História do Brasil Desenho Canto Orfeônico Educação Física Psicologia Pedagogia Didática Puericultura Higiene

Fonte: Livro de Atas de Resultados Finais

<sup>152</sup> Entrevista n° 15.

<sup>153</sup> Entrevista n° 6.

Esta Grade apresentava pequena alteração frente ao currículo oficial previsto para o Normal Regional (através do Decreto Lei 8.530 de 02 de janeiro de 46). Este decreto não previa Inglês, Puericultura, Ciências, História e Geografia nas terceiras e quartas séries. A grade curricular, da mesma forma que a oficial, dava ênfase às disciplinas de formação geral. Podemos perceber nesta Grade semelhança ao que acontecia em outros cursos normais, em que predominavam as matérias de cultura geral sobre as de formação profissional. No que se refere aos cursos profissionalizantes e, por esta razão terminais, era de se esperar que houvesse mais cuidado com as disciplinas de formação especial. Romanelli, fazendo uma análise neste sentido, coloca que:

O Curso Normal Regional, como era chamado, foi, por muito tempo e em muitos locais, o único fornecedor de pessoal docente qualificado para operar no ensino primário. Não se justificava, que disciplinas como Psicologia, Pedagogia e Didática só aparecessem na última série, enquanto Canto Orfeônico, por exemplo, aparecesse em todas as séries do currículo.<sup>154</sup>

O Curso Secundário que tem início em 1959 não se diferencia substancialmente do Normal Regional. Mantém-se, praticamente, a mesma grade, sendo possível perceber um 'esvaziamento' na 4ª série quando não há mais as disciplinas voltadas para a formação pedagógica. A Grade oficial<sup>155</sup> previa na 1ª série História Geral, o ISG oferecia História do Brasil; na 2ª série previa-se História Geral e Inglês, era ministrada História da América e o Inglês não aparecia; na 3ª série estava incluída Economia Doméstica e na 4ª série não apareciam Canto, Desenho, Francês e Latim.

---

<sup>154</sup> ROMANELLI, op. cit., p. 164-165.

<sup>155</sup> *Ibidem*.

Instituto Samuel Graham			
Grade Curricular - Curso Ginásial			
1ª Série	2ª Série	3ª Série	4ª Série
Português Matemática História do Brasil Geografia Geral Latim Francês Canto Orfeônico Desenho Trabalhos Manuais (para todos os alunos)	Português Matemática História da América Geografia Geral Latim Francês Canto Orfeônico Desenho Trabalhos Manuais (para todos os alunos)	Português Matemática História Geral Ciências Naturais Latim Francês Inglês Canto Orfeônico Desenho Economia Doméstica (só para mulheres)	Português Matemática História do Brasil Geografia Ciências Inglês O.S.P.B.

Fonte: Livro de Atas de Resultados Finais.

O Instituto Samuel Graham manteve, desde o início de seu funcionamento, a distribuição de bolsas de estudos para alunos carentes, e competia ao Diretor "Conceder gratuidade ou contribuição reduzida aos alunos reconhecidamente pobres."<sup>156</sup> Os alunos, diferentemente do Colégio Nossa Senhora do Bom Conselho, não estavam obrigados a nenhum tipo de trabalho na Escola. No entanto, pelos depoimentos coletados, o aluno não pagava, mas havia sempre alguém que pagava as mensalidades por ele. Era uma prática comum receber alunos vinculados a igrejas evangélicas de outras regiões. Normalmente estas Igrejas mantinham financeiramente os alunos enviados para a Escola, e estes eram considerados bolsistas.

Os americanos mesmo davam muitas bolsas. E se alguém da cidade quizesse também dar bolsas de estudo, era bem aceito (...) os americanos compravam muitas casas na cidade e o dinheiro do aluguel era para pagar bolsas de estudo dos alunos que estudavam com aquele aluguel. (...) Mas vindo de fora, as Igrejas pagavam a bolsa para eles. Vinham de Palestina, Caiapônia, vinha gente de muito longe. De Planaltina, Formosa, e esses geralmente as Igrejas desses lugares pagavam para eles.<sup>157</sup>

<sup>156</sup> ISG - Regimento Interno - Cap. II - Da Organização e Administração Geral - Art. 9º, Alínea h.

<sup>157</sup> Entrevista nº 6.



Independente das bolsas de estudo ofertadas, a criação do Ginásio Nestório Ribeiro, público, interfere diretamente na estrutura da escola presbiteriana.

Depois a escola quase fechou, houve um problema tão sério quando abriu o Colégio Estadual, então os alunos queriam ir tudo pra lá. Muita gente ia pra lá, porque não pagava nada né, às vezes pagava mas era menos, só taxa de matrícula e lá no Instituto era particular, pagava, então os alunos começaram a sair e a escola quase fechou. Então começava o ano com a sala cheia de aluno, e às vezes terminava com dez.<sup>158</sup>

O Instituto Samuel Graham previa um corpo docente “inspirado em princípios que visam dar aos alunos uma educação sólida, a formação de caráter ordeiro e patriótico”,<sup>159</sup> conforme prevê o Regimento Interno. Esta preocupação com uma formação cívica fica clara através de entrevistas realizadas com ex-alunos e ex-professores, e inserino o ISG no contexto geral da nação que girava em torno da formação de uma juventude cívica, patriótica, institucionalizada pela Lei Orgânica do Ensino Secundário. Há inclusive um saudosismo por parte de pessoas que vivenciaram este período:

A gente se preocupava muito com o civismo. E todo sábado tinha o hasteamento da bandeira, tinha alguma coisa. E toda sexta-feira havia um horário para ensinar os hinos patrióticos. O Hino Nacional todo aluno era obrigado a sabê-lo; a letra e a música, e além desse, a gente ensinava lá, o Hino da Bandeira, da Independência (...) a escola que exigia o ensino e hinos patrióticos para os alunos. É por isso que eu acho que alunos de hoje não, ... esse negócio de patriotismo, civismo, acabou. (...) O povo brasileiro não tem, foi que as escolas descuidaram. (...) naquele tempo nós ensinávamos o aluno a ser útil ao país, amar a sua terra, amar a bandeira, amar a escola e tal maneira que isso aí era patriotismo, hoje em dia não se vê isso, nem os políticos.<sup>160</sup>

A formação de uma mentalidade voltada para a preservação destes valores conseguiu fazer com que o tipo de comportamento aí criado passasse a ser considerado, ao longo dos anos, como ideal; e para o bom andamento da nação, acredita-se que esta formação, ao menos os dirigentes (políticos), deveriam ter.

---

<sup>158</sup> Entrevista n° 6.

<sup>159</sup> ISG - Regimento Interno. Cap. IV Do Corpo Docente - Art. 19.

<sup>160</sup> Entrevista n° 6.

Ligado a estes valores, e semelhante ao Colégio Nossa Senhora Bom Conselho, o Instituto Samuel Graham era rígido quanto ao uniforme e comemorações cívicas, que eram bastante freqüentes e tinham como no caso dos desfiles, a rigidez exigida nos desfiles militares.

Os desfiles era beleza. O Uniforme era uma saia verde de brim feita em evazê, e uma blusinha bege meio por cima, não colocava por dentro não. Mas era rigoroso, todo mundo tinha que fazer na medida exata, de baixo para cima o tamanho das saias, tinha que ter... e tinha alguém que levava um negócio de madeira para medir e tinha que ser 35 cm do chão até na barra, porque nos desfiles aquilo tinha que estar igualzinho, se você aparecesse com a saia mais comprida ou mais curta não desfilava, se aparecesse com um verde diferente também não desfilava (...) mas era um desfile que hoje não tem, um desfile como aquele, era cívico mesmo! Eu era apaixonada e até hoje eu gosto de desfile .<sup>161</sup>

A rigidez exigida nas comemorações cívicas, sendo uma das principais o 'Sete de Setembro', era considerada pelos alunos como corretas e necessárias para o despertar do amor à pátria. Entrevistados por nós, ex-alunos salientaram a felicidade que sentiam ao desfilar 'debaixo de sol, levantando poeira' ou 'debaixo de chuva, no barro vermelho' - situações, segundo eles, importantes em sua formação. Criticam a não exigência de uniformes pelas escolas, atualmente; o fim dos desfiles cívicos; das 'bandas marciais'.

Não só a questão patriótica era valorizada pelo ISG. A implantação de escolas evangélicas pelo país passava pela propagação do Evangelho, mas sem obrigatoriedade e sim, através do testemunho de vida. Neste sentido, não havia, como acontecia nas escolas católicas, a exigência de os alunos serem membros da Igreja à qual a escola se vinculava - conforme salientado por ex-aluno. Ao contrário, a propagação se faria de forma mais sistemática aos não convertidos. O próprio Regimento Interno do Instituto Samuel Graham é claro neste sentido. "Não haverá ensino religioso confessional, porém serão ministradas aulas de História Sagrada para as quais a Bíblia é o livro texto, pois o Instituto considera que o conhecimento da

---

<sup>161</sup> Entrevista nº 11.

fé cristã é indispensável a todo homem culto".<sup>162</sup> O Instituto, na opinião de membros da Igreja, contribuiu substancialmente na propagação do Evangelho e na efetivação do protestantismo na região. Uma de nossas entrevistadas colocou que:

*A escola é [hoje já não é mais percebida desta forma] um ponto de divulgação [do protestantismo] (...) eu tenho uma fita gravada de uma menina que estudou na escola (...) se converteu através da escola. Então a escola trouxe muitos jovens, (...) não era evangélico, hoje a família toda é evangélica, tem até pastores (...) tem muitos moços casados que estudaram aqui e hoje são evangélicos, então a escola foi uma bênção para a Igreja. E até hoje é uma bênção muito grande.*<sup>163</sup>

Esta afirmação pode ser comprovada ao compararmos a população, por religião, nos censos de 1940 e 1950, nos quais é possível perceber um crescimento de 74,84%. Podemos perceber, também, que a expansão em Jataí não se processa desvinculada de um contexto mais amplo, que engloba o País e também o Estado, conforme tabela 08.

Tabela 08

Crescimento populacional, por religião - Brasil, Goiás, Jataí, de 1940 para 1950.				
	Católicos	Protestantes	Espíritas	Outros <sup>164</sup>
	%	%	%	%
<b>Brasil</b>	23,94	62,01	73,93	57,56
<b>Goiás</b>	15,90	75,69	53,23	213,29
<b>Jataí</b>	27,64	74,84	53,33	307,74

Fonte: IBGE - Censo Demográfico - 1940/1950.

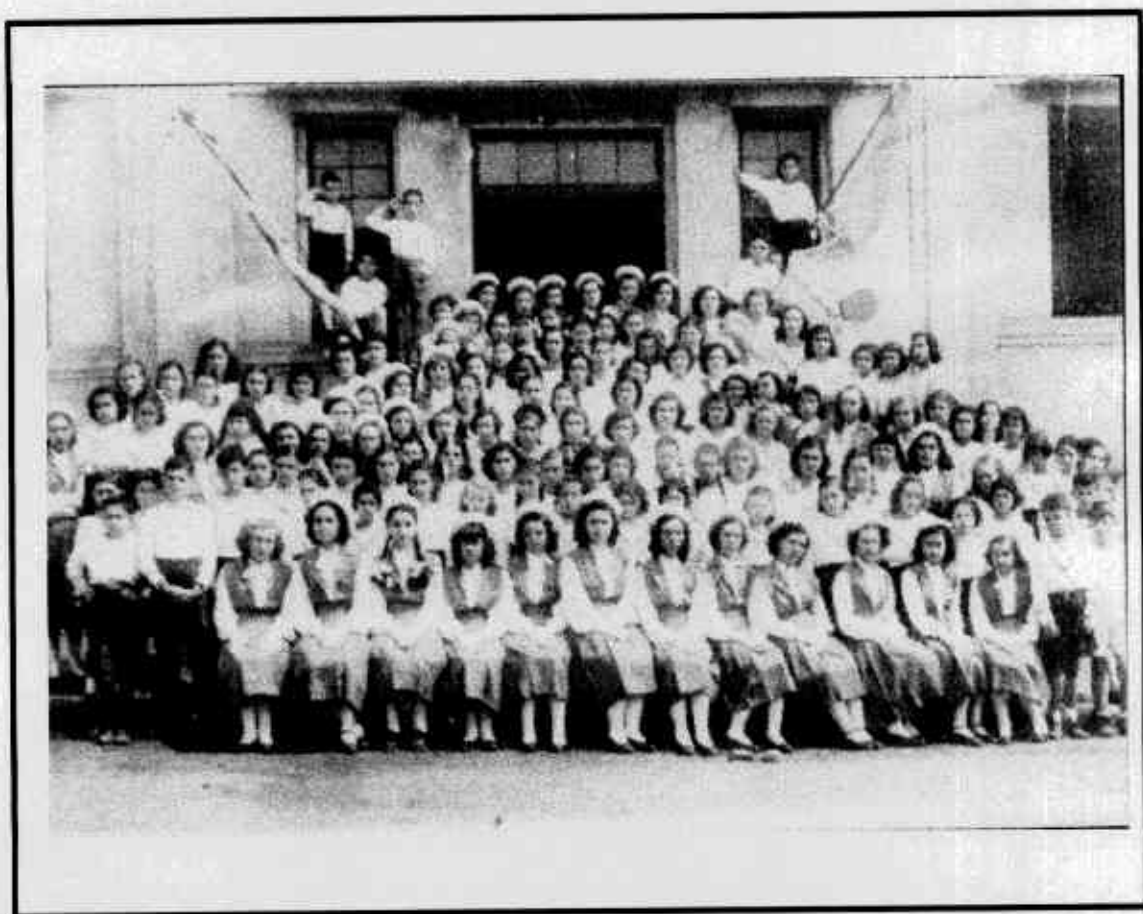
Há, de 1940 para 1950, um significativo crescimento na população protestante em Jataí, em Goiás e no País.

<sup>162</sup> ISG, Regimento Interno - Cap. VI - Da vida escolar, art. 34.

<sup>163</sup> Entrevista n° 5.

<sup>164</sup> Ver nota 14 na Introdução.

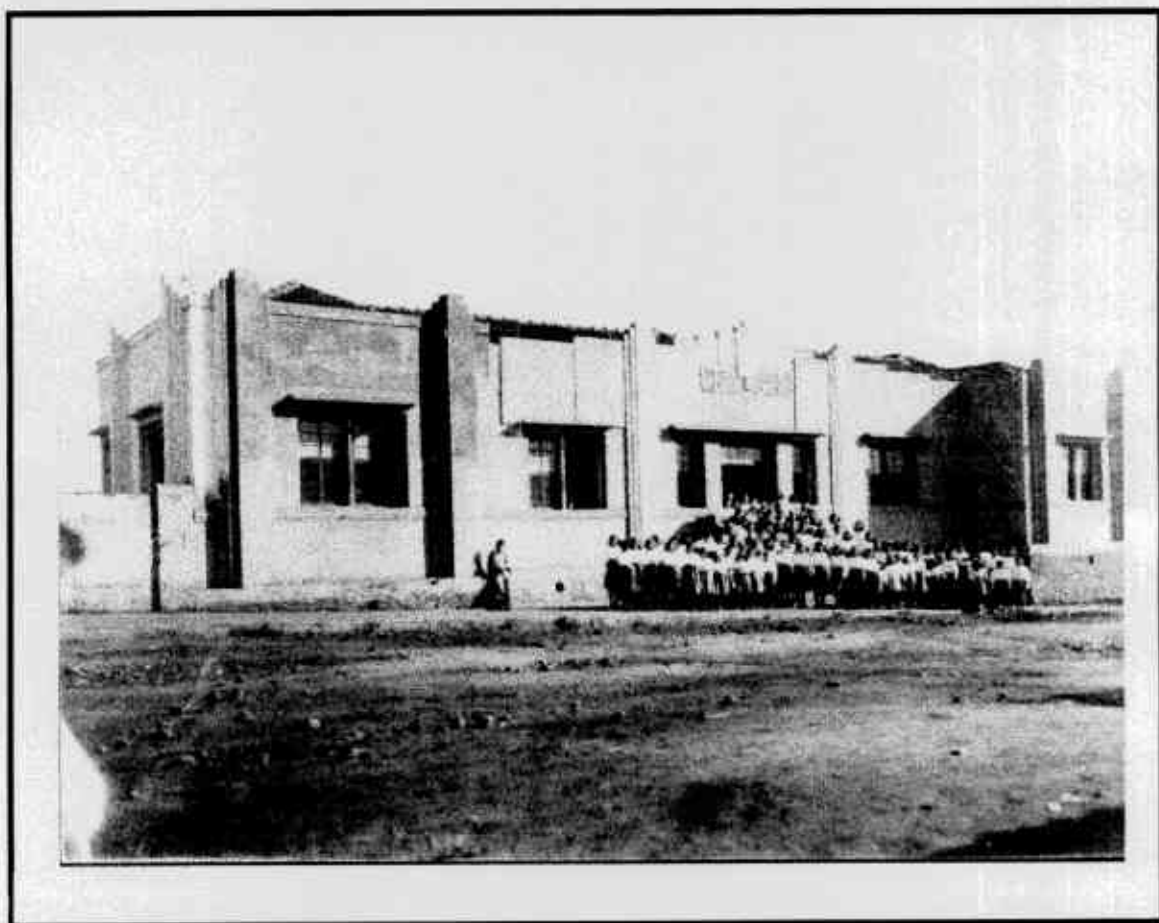
Foto 7  
**Colégio Nossa Senhora do Bom Conselho (1943)**  
**Alunos na Fachada Externa**  
**(sede já demolida)**



Fonte: Museu Histórico de Jataí "Francisco Honório de Campos".

Foto 6

**Primeira Sede do Colégio Nossa Senhora do Bom Conselho (1942)  
(sede já demolida)**



**Fonte: Museu Histórico de Jataí "Francisco Honório de Campos".**

Foto 8

**Colégio Nossa Senhora do Bom Conselho - Monumento do Pátio Interno  
(1943)  
(sede já demolida)**



**Fonte:** Museu Histórico de Jataí "Francisco Honório de Campos"

Foto 9

**Colégio Nossa Senhora do Bom Conselho - Pátio Interno  
(sede já demolida) - (sem data)**



Fonte: Museu Histórico de Jataí "Francisco Honório de Campos".

Foto 10

**Colégio Nossa Senhora do Bom Conselho - Aula de Datilografia  
(1943)**



Fonte: Agostinianas Missionárias - <<...Ide e Ensinai...>>, p. 27

Foto 11

**Colégio Nossa Senhora do Bom Conselho - Aula de Trabalhos Manuais**  
**(1943)**

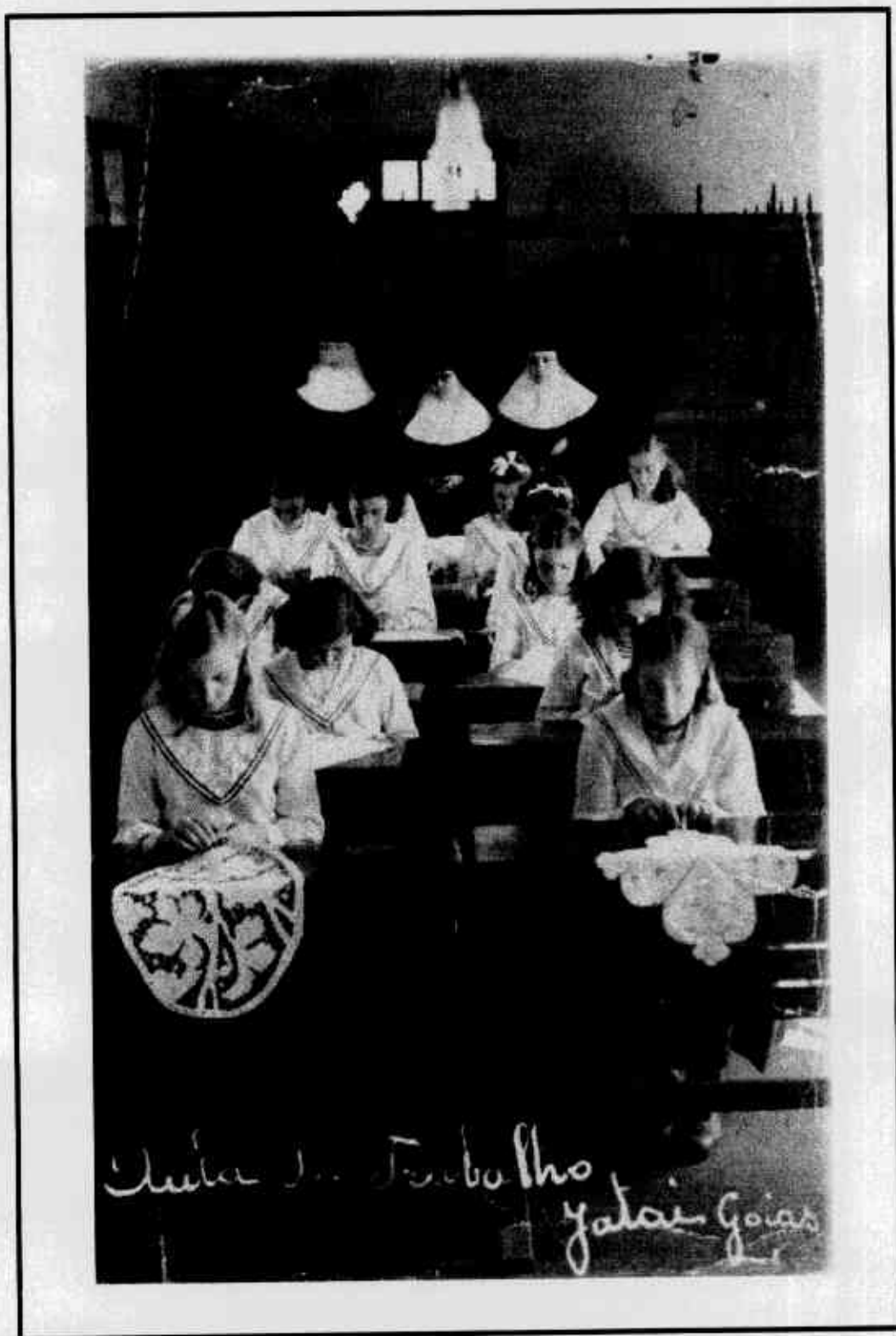
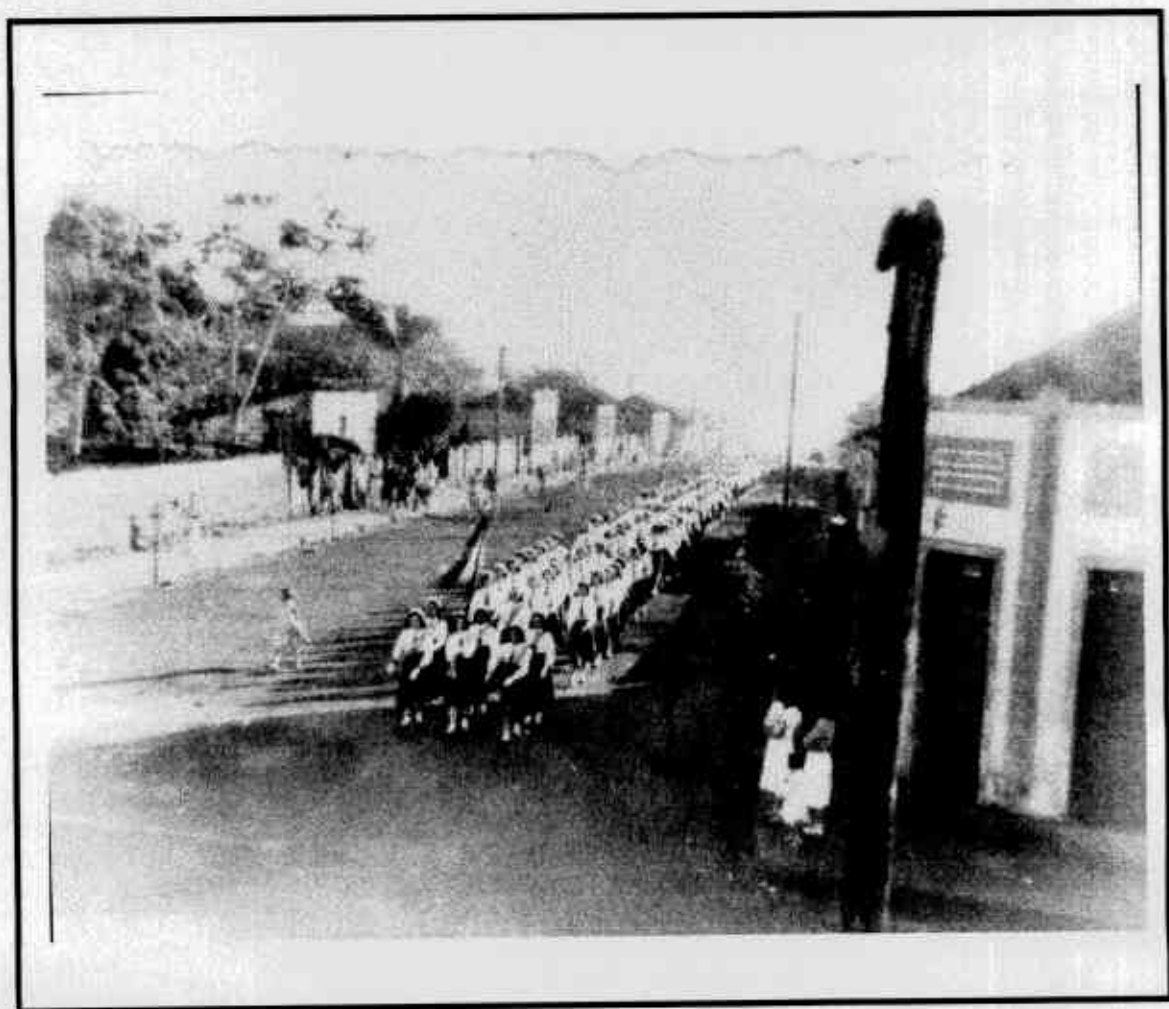




Foto 12

**Colégio Nossa Senhora do Bom Conselho - Desfile Cívico  
(sem data)**



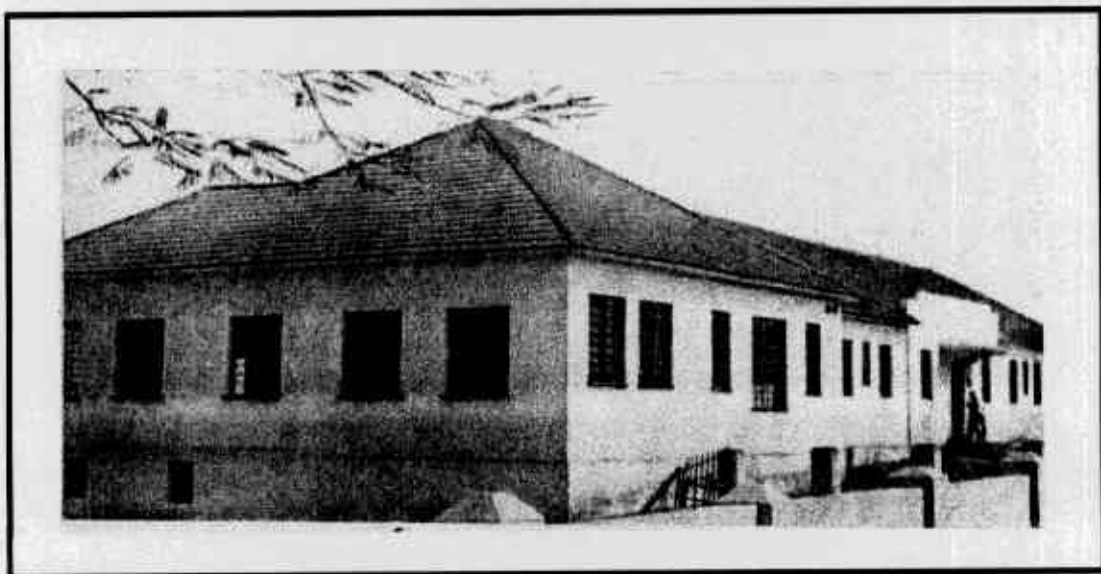
**Fonte:** Museu Histórico de Jataí “Francisco Honório de Campos”.

Fotos 13 e 14  
**Colégio Nossa Senhora do Bom Conselho - Desfile Cívico  
(1943)**



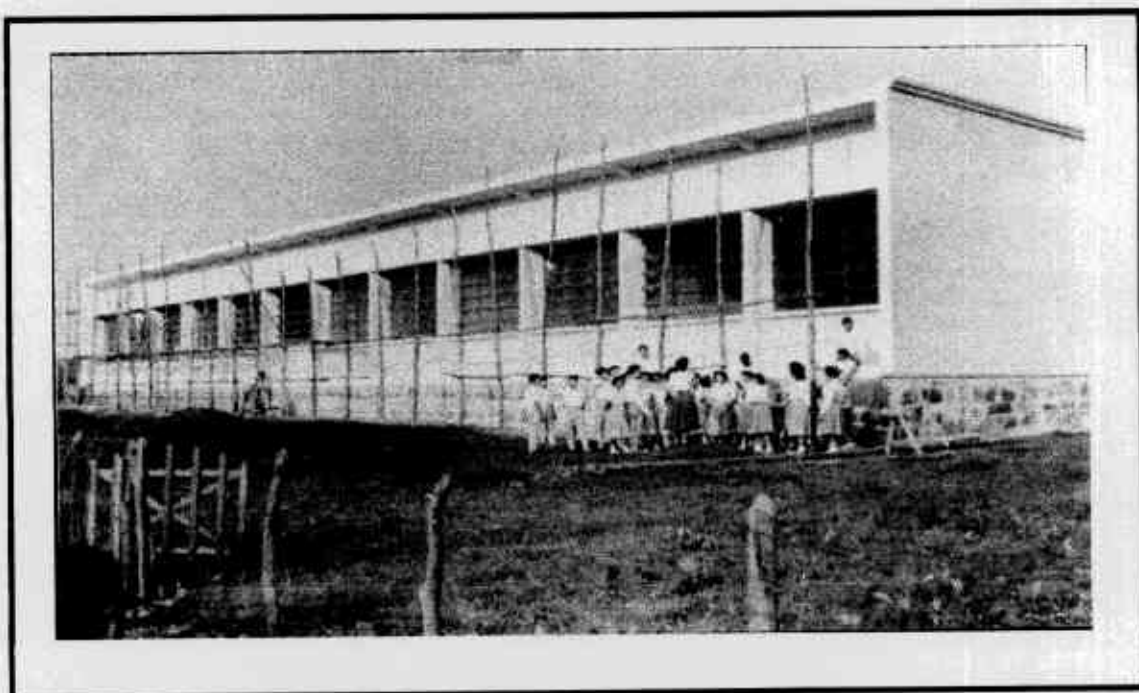
Fonte: Museu Histórico de Jataí "Francisco Honório de Campos" ..

Foto 15

**Hospital Evangélico de Rio Verde - Missão Central (1958)**

**Fonte:** *Prebiterianismo no Brasil 1859 - 1959*, op. cit., p.74.

Foto 16

**Instituto Samuel Graham - Construção (1956)**

**Fonte:** Museu Histórico de Jataí "Francisco Honório de Campos".

Foto 17

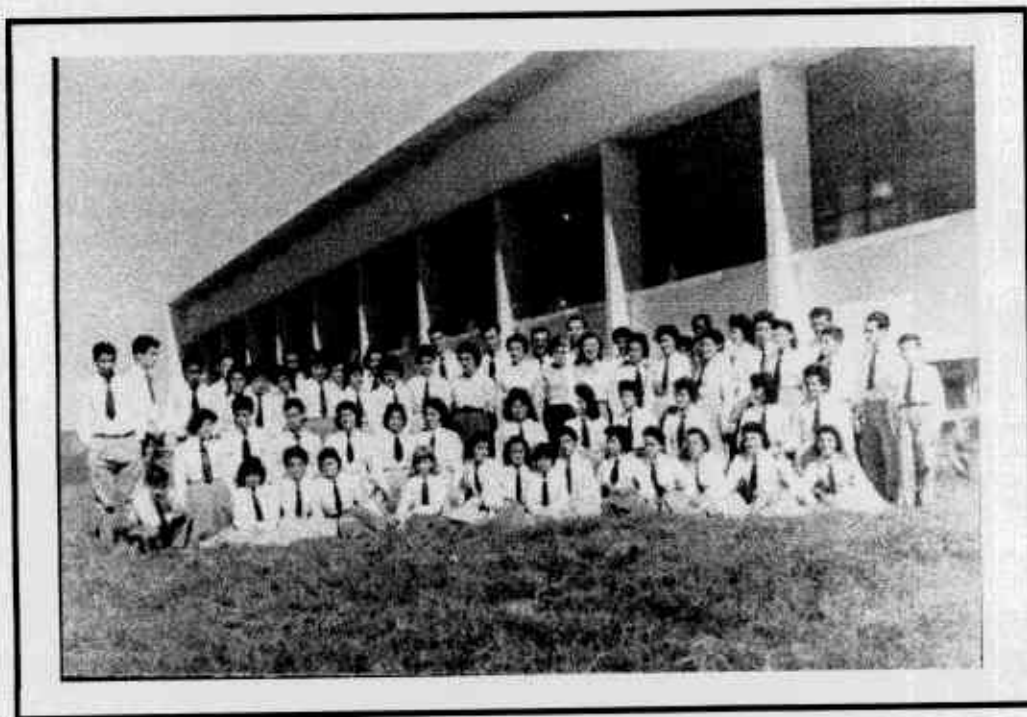
**Instituto Samuel Graham (1957)  
Inauguração do Prédio do Internato Feminino**



Fonte: Museu Histórico de Jataí "Francisco Honório de Campos".

Foto 18

**Instituto Samuel Graham - Fachada Externa  
Alunos do Normal Regional (1957)**



Fonte: Museu Histórico de Jataí "Francisco Honório de Campos".

Foto 19

**Instituto Samuel Graham - Sala de Aula (1958)**

Fonte: *Presbiterianismo no Brasil 1859 - 1959*, op. cit., p. 63.

Foto 20

**Instituto Samuel Graham - Primeiro Modelo de Uniforme Desfile Cívico (1956)**

Fonte: Museu Histórico de Jataí "Francisco Honório de Campos".

Foto 21

**Instituto Samuel Graham - Desfile Cívico  
(1958)**



**Fonte:** *Presbiterianismo no Brasil 1859 - 1959*, op. cit., p.130.

Foto 22

## Lembrança de Jataí - 1957



Fonte: Museu Histórico de Jataí "Francisco Honório de Campos".

Ao centro o prefeito Luziano Ferreira de Carvalho; à esquerda, o Juiz de Direito Dr. A. M. Fleury Curado; à direita, o Promotor de Justiça Dr. E. G. Barros. Embaixo, da esquerda para a direita: 1) Diretor do Ginásio Nestório Ribeiro Sr. Albina Mosconi; 2) Sr. Dante Mosconi; 3) Dr. Serafim de Carvalho; 4) Deputado Cylineu França; 5) Diretora do Colégio N. S. do Bom Conselho Madre M. M. B. Ferreira.

### **III- O ENSINO SECUNDÁRIO GRATUITO.**

A questão da gratuidade do ensino esteve sempre presente nas preocupações do país, sendo, inclusive, o primeiro princípio educativo a integrar um texto constitucional brasileiro. A Constituição Imperial de 1824 (Art. 179 inciso 32) trazia: "a instrução primária é gratuita a todos os cidadãos". Já a Constituição Federal de 1891 não se refere à gratuidade, embora o decreto 510, de 22/jun./1890 do Governo Provisório da República, previsse que o ensino seria "leigo e livre em todos os graus e gratuito no primário" (Art. 62, item 5º). Segundo Antunha,<sup>1</sup> a gratuidade voltaria a figurar, definitivamente, embora com redação variada, a partir da Carta de 1934, que associou à obrigatoriedade a freqüência. Seria "o ensino primário integral e gratuito e a freqüência obrigatória, extensiva aos adultos" (Art. 150, item a § único).

Mesmo constando de texto constitucional desde o século passado, a questão da gratuidade do ensino esteve sempre presente nos diferentes debates travados entre educadores brasileiros. Atrelada à questão da gratuidade, a laicidade, sempre defendida por educadores liberais, esteve também no palco das discussões. A Constituição de 1891, em vigor até 1934, previa que o ensino seria leigo e ministrado nos estabelecimentos públicos. A partir de 1934, a nova Constituição do país assegura a permanência do ensino religioso nas escolas públicas. Com isso, a Igreja Católica, que mantivera o controle da educação no país, mantém, a partir da década de 30, quando há a ampliação da rede pública, um espaço assegurado na educação.

---

<sup>1</sup> ANTUNHA, Helédio César G. A educação brasileira no período republicano. In: BREJON, Moisés (org.) *Estrutura e funcionamento do ensino de 1º e 2º graus - leituras*. São Paulo: Pioneira, 1995, p 57-75.



Os debates travados a partir daí demonstram, claramente, a luta dos defensores do ensino privado do país na busca de subsídios, alegando, dentre outras questões, a liberdade do ensino. No período de gestação da LDB, que entra em vigor a partir de 1961, fica clara a defesa do ensino privado. O 'substitutivo Lacerda'

propõe que a educação seja predominantemente ministrada em instituições particulares e somente de forma complementar pelo Estado (sociedade política). Assim, os pais teriam a possibilidade de optar livremente pelo tipo de ensino que seus filhos receberiam (...) nem por isso o projeto abdicava da subvenção do Estado, propondo que este financiasse a rede particular, a fim de assegurar a educação adequada de seus futuros cidadãos.<sup>2</sup>

O substitutivo não é aprovado na íntegra, e a gratuidade do ensino fixada na Constituição de 46 fica omissa na nova lei.

Para Fernando de Azevedo, o Projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional constituiu uma 'quase' renúncia do Estado ao ensino público, além de não tratar desta questão em nenhuma de suas posições. Segundo ele, o Estado se dispõe a aliviar-se de uma de suas obrigações fundamentais, a educação pública.<sup>3</sup>

A questão do público e do privado na educação brasileira foi sempre um tema bastante discutido. Para Haguette (1992), a discussão em torno do ensino público e do ensino privado é, talvez, a maior controvérsia na história educacional brasileira. Segundo ele, desde a Colônia, ao assumirem a instrução pública, os jesuítas retardaram uma ação decisiva do Estado na efetivação de uma rede pública. Afirma ainda que o aspecto que mais chama a atenção na estrutura educacional no Brasil,

é a constante entrega da instrução pública a uma sociedade privada, iniciando um duplo padrão de comportamento na educação: a negativa incapacidade política ou social do Estado em assumir de vez a instrução e a formação escolar de sua população e a forte presença do setor privado na educação brasileira<sup>4</sup>.

<sup>2</sup> FREITAG, op. cit., p. 57-58. Grifo do autor.

<sup>3</sup> AZEVEDO, Fernando de - *A cultura brasileira*. 5 ed., revista e ampliada. São Paulo: Melhoramentos, Editora da USP, 1971. (Obras Completas vol. XII), p. 703.

<sup>4</sup> HAGUETTE, André - Educação: 500 anos de descaso. In: *Escola católica, interrogação e rumos* - Revista da AEC. Rio de Janeiro, 21 (84), jul./set./1992, p. 80.

Para Cunha<sup>5</sup>, foi necessário mais de meio século para se conseguir a liberdade de ensino efetivada pela equiparação dos estabelecimentos de ensino particulares (secundário e superior) com os estabelecimentos oficiais mantidos pelo Governo Federal. Tal equiparação assegurava aos estabelecimentos particulares a possibilidade de conferirem certificados e diplomas equivalentes à rede pública. Efetivada esta igualdade, o eixo da discussão, que até então centrava na equiparação, desloca-se para dentro da rede pública, representado, agora, pela tentativa de se introduzir, nos currículos das escolas públicas, o ensino da religião, debate que passa a ser travado nas décadas de 20 e 30 e que será contemplado na Constituição de 1934. Nas décadas de 40 a 60, a questão da liberdade de ensino passa a figurar de outra maneira. Para Cunha (1981), a tendência que se observa é clara. A rede de ensino privado, que antes lutava pelo simples direito à sobrevivência no cumprimento da função propedêutica, passa a lutar para que sejam criadas condições artificiais para sua sobrevivência. Segundo ele,

Temendo a progressiva diminuição da rede escolar privada, no grau médio, pela expansão da rede pública, os defensores daquela rede evocaram esse lema reivindicando a responsabilidade do Estado, na manutenção das escolas particulares, condição necessária da garantia do direito, tido como inalienável, de escolha da educação que os pais desejavam dar aos filhos.<sup>6</sup>

A partir daí novas questões passam a figurar no palco das discussões sobre a educação pública e privada no País. Se o Estado se responsabilizar pela manutenção da escola particular, o que seria então definido como público e privado? Esta questão, percebida por Pinheiro como relevante, deve ser entendida em partes. Para ela,

O privado leva a conceber a oferta educacional do setor privado como um segmento do serviço público, com a alegação de que o fundamental seria a própria destinação do seu atendimento e não os projetos políticos-pedagógicos particulares, que teriam seu financiamento assegurado pelos fundos públicos.<sup>7</sup>

<sup>5</sup> CUNHA, Luiz Antônio - Escola particular versus escola pública? In: *ANDE*, 1 (2): 30-34, 1981.

<sup>6</sup> *Ibidem*, p. 30.

<sup>7</sup> WEBER, Silke - O público o privado e a qualidade da educação pública. In: *O público e o privado na educação brasileira contemporânea*. CEDES, São Paulo: Papirus, p. 40.

Neste sentido, a questão do público e do privado assume, então, na educação, uma conotação que vai além da prestação de serviços pagos ou gratuitos, já que “os próprios conceitos público e privado são utilizados em função de conveniências e de jogo de interesses existentes”.<sup>8</sup> Para Pinheiro, o confronto entre público e privado na educação brasileira é uma manifestação particular de um conflito mais amplo da sociedade, “concernente à definição e às atribuições das esferas públicas e privadas e uma disputa entre os sistemas público e privado pela formação dos agentes”.<sup>9</sup>

A manutenção de investimentos da esfera pública como parceria nas escolas particulares sempre foi uma constante em Jataí. Iniciando com Instituto o Municipal Pedro Salazar que, juntamente com o município, manteria “turmas gratuitas”, passando pelo Lyceu de Jataí recebendo subvenção do Município e do Estado, culminando com o Colégio Nossa Senhora do Bom Conselho e Instituto Samuel Graham, também subvencionados pelo Estado e União, a história da educação privada em Jataí se faz, como em outras regiões do país, entrecortada pelo dinheiro público.

Pinheiro diz que “o setor público da educação no Brasil não apenas encontra-se enfraquecido e privatizado mas é questionado conceitualmente como público”.<sup>10</sup> Segundo ela, na área do ensino, há uma crítica à utilização do termo “público” apenas como escola mantida pelo Estado, diz ainda que em outras áreas não há este tipo de questionamento. Pensando na estrutura educacional do país e na discussão sobre o conceito de escola pública, é possível identificar três posições diferentes: inicialmente, teríamos o conceito de ‘público não estatal’, defendido pelas escolas confessionais. Neste caso, a distinção entre público e privado se daria com base na estrutura do mantenedor. Seriam públicas as escolas mantidas pelo Estado e as demais que se estruturam como empresa não lucrativa. As

---

<sup>8</sup> PINHEIRO, Maria Francisca Sales - *O público e o privado na educação brasileira: um conflito na Constituinte (1987-1988)*, Tese de Doutorado apresentada ao Inst. de Ciências Humanas - UNB, 1991, p. 9.

<sup>9</sup> *Idem*, p. 11.

<sup>10</sup> PINHEIRO, *op. cit.*, p. 42.

privadas seriam aquelas instituições cujo organismo mantenedor prima pelo lucro, aquelas que se organizam como empresas lucrativas.<sup>11</sup>

Em segundo lugar viria a conotação de 'público popular', definido por Saviani.<sup>12</sup> Tentando recuperar o sentido de público relacionado ao povo, não poderia ser designado nesta categoria, como público, o ensino voltado para a formação de elite, a que o povo não tivesse acesso. "A defesa do conceito de público ligado a 'popular' não chega a constituir uma posição de luta distinta dos movimentos em defesa da escola pública, mas uma crítica à forma como esses movimentos são encaminhados".<sup>13</sup>

Como terceira posição estaria o conceito de 'público como serviço público', no sentido daquele que presta serviço à população. Assim, a diferença público - privado seria suprimida, já que a escola particular compõe a Rede Oficial de Ensino. Neste sentido, "a diversidade de significados do termo "público" é decorrente do próprio processo de luta e dos interesses em jogo na área do ensino".<sup>14</sup>

Em Jataí, o Ginásio gratuito que se instala em 1950 possui, inicialmente, a característica de público não estatal, já que é fruto de uma organização comunitária - cooperativa, sem fins lucrativos, tendo a maioria de seu quadro funcional como voluntários. Posteriormente, após dois anos de funcionamento, o Ginásio se vincula à Campanha Nacional dos Educandários Gratuitos, passando a ser subvencionado pelo Governo Federal. Em 1956, o Governo Estadual assume, em parceria com a Cooperativa, a manutenção do Ginásio, passando a pagar os professores e mantendo, ainda, no entanto instalações e equipamentos da Cooperativa. Na década de 60, é construído novo prédio, e o Estado assume totalmente a responsabilidade como mantenedor. A estrutura deste Ginásio é que passamos a analisar no presente capítulo.

<sup>11</sup> *Idem* p. 42-45.

<sup>12</sup> SAVIANI, Dermeval - A defesa da escola pública. In: *Ensino público e algumas falas sobre a universidade*, São Paulo: Cortez, 1985, p. 10-25.

<sup>13</sup> PINHEIRO, *op. cit.*, p. 42.

<sup>14</sup> *Ibidem*, p. 45.

## 1- A AMPLIAÇÃO DA REDE DE ENSINO PÚBLICA NO PAÍS.

As contradições do capitalismo monopolista que culminaram na crise de 1929 colocaram limites ao processo de expansão do capitalismo que vinha se desenvolvendo até então. No entanto, a Revolução de 30 possibilitava, contraditoriamente, que, no quadro internacional, o Brasil se inserisse como nação independente, enquanto que, internamente, se dava um processo de reordenação das oligarquias no poder. Na verdade, o período que se inicia com a crise mundial de 1929 representa o começo de um novo processo econômico no Brasil. Nesse momento, "estavam sendo engendradas as condições para que se consolidasse uma vertente industrial dentro das opções que se abriam para os investidores".<sup>15</sup>

Com o Estado Novo (1937-1945), o governo passa a adotar medidas de planejamento global dos investimentos públicos que marcarão a entrada decisiva do governo na área econômica, principalmente na área das indústrias de base. Em 1939 foi instituído o Plano Especial de Obras Públicas e Aparelhamento da Defesa Nacional. A execução deste plano foi prevista para 5 anos, com custo de 3 milhões de cruzeiros a serem aplicados através de créditos especiais.<sup>16</sup> Previa-se que, com a utilização de recursos próprios, não seria afetado o equilíbrio das receitas e despesas públicas. Neste contexto é que se dá a implantação da Usina de Volta Redonda e a criação da Companhia Siderúrgica Nacional, que possibilitaria "tornar o Brasil substancialmente independente da importação de produtos de aço e fabricar de maneira mais econômica possível, dada as condições do país".<sup>17</sup> Não só medidas econômicas foram delineadas pelo Estado Novo. A legitimação do Estado foi buscada através de medidas populistas, dentre elas a consolidação das leis trabalhistas e a definição do salário mínimo. O Departamento de

---

<sup>15</sup> MARANHÃO, & MENDES - *op. cit.*, p. 171.

<sup>16</sup> *Ibidem*, p. 174.

<sup>17</sup> *Ibidem*, p. 175

Imprensa e Propaganda, criado em 1939, responsável pelas propagandas do governo, coroou esta nova estrutura, não deixando brechas para oposição.

Buscando uma nova organização nacional e tendo a educação como suporte neste processo, o Governo Vargas busca fixar novas bases para a educação no país. A Constituição de 34 é efetivada trazendo de volta, por um lado, o ensino religioso facultativo nas escolas e, por outro lado, representando um avanço dos ideais liberais, através da influência recebida do Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova, dando ênfase ao papel do Estado enquanto educador. Já a Constituição de 37 não dá a mesma ênfase no papel do Estado enquanto educador, além de ser também mais 'moderada' no que se refere ao ensino religioso. Ela abre, ainda, espaço efetivo para o ensino profissional "destinado às classes menos favorecidas".<sup>18</sup> Na verdade, o governo busca, através de campanhas específicas, envolver a sociedade civil no projeto de expansão da rede de ensino. Movimentos como a 'Campanha do Tostão' e a 'Campanha Nacional dos Educandários Gratuitos' (CNEG) integravam a 'Cruzada Nacional de Educação', tendo o Estado no papel de agenciador principal dos recursos arrecadados na sociedade civil. A Cruzada Nacional da Educação, movimento instituído em 13/05/37, tinha por objetivo envolver a sociedade brasileira no combate ao analfabetismo. Em junho de 1937 já se tem o registro da criação de 1.000 novas escolas em todo o território nacional.<sup>19</sup>

A Campanha Nacional dos Educandários Gratuitos<sup>20</sup> tem sua origem em Recife, no ano de 1943. Neste período, como já dissemos anteriormente, o ensino secundário era, predominantemente, mantido por instituições particulares, em todo o País. Sendo assim, buscando a ampliação do acesso a este nível de ensino, um grupo de estudantes secundaristas procura, através da Campanha, mobilizar recursos materiais e trabalho voluntário, a fim de aumentar a oportunidade de escolarização àqueles que

---

<sup>18</sup> ROMANELLI, op. cit., p. 152

<sup>19</sup> Correio Oficial nº 3.446 de 5 de junho de 1937. Apud Nepomuceno, op. cit., p. 111 - 112.

<sup>20</sup> Sobre a CNEG ver: HOLANDA, Ivanildo Coelho - Campanha nacional de escolas da comunidade - um estudo histórico. Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Estudos Avançados em Educação da Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 1977.

não tinham possibilidade de manterem seus estudos a nível ginásial. Esta iniciativa expande-se por todo o País sendo cooptada pelo Estado que, pressionado pelas camadas populares para ampliação de vagas, vê, nesta iniciativa, a possibilidade de ampliar a oferta de escolarização nas cidades interioranas sem recursos para instalarem seus próprios ginásios ou que, como coloca Cunha, não eram dotadas de um contingente de eleitores que recomendava o 'investimento' do governo estadual segundo os padrões vigentes. Segundo ele, "em 1959, a CNEG mantinha, com recursos da 'comunidade', reforçados com subsídios estatais, 300 ginásios que atendiam a 30 mil alunos".<sup>21</sup>

Interessante para exemplificar este aspecto são os objetivos da Campanha do Tostão: "abertura de dez mil novas escolas primárias em todo o Brasil, em 19 de abril de 1943, dia do presidente"<sup>22</sup>, com a "cooperação de todo o povo brasileiro". O governo solicita auxílio a todos, "pede um níquel, ao menos um 'tostão' que até os pobres podem dá-lo - para enriquecer, de escolas, o Brasil".<sup>23</sup> Em Boletim Informativo, o Governo sugere a diferentes segmentos da sociedade como poderiam colaborar: a mulher brasileira, através dos Círculos de Senhoras, com um níquel por semana; a juventude deveria, em campanha de 12 a 19 de outubro, 'pedir para dar', "batam de porta em porta e peçam (...) para a pátria"; o comércio, uma vez por semana; os militares, mantendo escolas.<sup>24</sup>

Enquanto a Campanha do Tostão visava à ampliação do ensino primário, a Campanha Nacional dos Educandários Gratuitos, por sua vez, volta-se para a expansão do ensino secundário. O processo de industrialização exigia mão-de-obra mais especializada, e o governo tenta, através da Campanha dos Educandários Gratuitos, o envolvimento da comunidade para a abertura de novos ginásios, o que vai efetivamente resultar nesta expansão. Além deste aspecto, segundo Silva,

---

<sup>21</sup> CUNHA, Luiz Antônio - *A universidade crítica: ensino superior na república populista*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983. (Coleção Educação em Questão).

<sup>22</sup> BRASIL, Campanha do Tostão - *Boletim Informativo*, Rio de Janeiro, 1942, p.1

<sup>23</sup> *Ibidem*, p. 4

<sup>24</sup> *Ibidem*, p. 5-11.

a transformação estrutural da economia no sentido da industrialização, acompanhada do aumento da renda nacional e refletida principalmente em crescente concentração urbana e ampliação das oportunidades de trabalho no setor terciário, são fatos claramente relacionados com a expansão do ensino secundário.<sup>25</sup>

Em Goiás, a influência do Governo Vargas se faz sentir inicialmente através da destituição do governo e da nomeação de Pedro Ludovico como interventor. Em termos políticos, como verificamos no capítulo anterior, a Revolução de 30 não trouxe para Goiás mudanças de ordem estrutural. A queda da oligarquia caiadista trouxe, em contrapartida, a subida ao poder de novo grupo oligárquico cujos princípios não se diferenciavam, na essência, daqueles defendidos pelos primeiros. A educação, também aqui, era vista como básica para a reordenação da política no Estado. No entanto, as modificações na rede de ensino, por si, não trariam mudanças substanciais. Segundo Nepomuceno<sup>26</sup>, a educação, associada a outras dimensões do processo, é que pode contribuir para a concretização de uma nova estrutura.

A Campanha Nacional dos Educandários Gratuitos, criada no final da década de 40, se expandiu em Goiás, após a instalação de uma Diretoria Regional da Campanha, quando da vinda a Goiás do fundador da mesma, Dr. Felipe Tiago Gomes. Inicialmente presidida pela professora Amália Hermano e posteriormente pelo professor Venerando de Freitas Borges, a ação da Campanha tem início em Goiás com a fundação do Ginásio Professor Ferreira, em Goiânia.<sup>27</sup> A Campanha, após sua instalação em Goiás, despertou interesse de diferentes municípios, por ser "a maneira mais rápida e viável de obter seu ginásio".<sup>28</sup> Segundo Bretas, a manutenção desses ginásios era difícil. O povo, com o auxílio das prefeituras, diz ele, dava o prédio. "Escolhia-se um corpo docente composto de pessoas capazes do lugar, que se dispusessem a lecionar de graça ou recebendo gratificações modestas".<sup>29</sup> Porém, apesar das dificuldades postas pela falta de estrutura, esses ginásios cumpriram o seu papel de propagar o ensino secundário gratuito às cidades

<sup>25</sup> SILVA, Geraldo B. - A educação secundária..., op. cit., p. 302

<sup>26</sup> NEPOMUCENO, op. cit., p.107.

<sup>27</sup> BRETAS, op. cit., p. 591.

<sup>28</sup> *Ibidem*, p. 592

<sup>29</sup> *Ibidem*.



menores. Fica claro que, mesmo com a estrutura governamental proposta, a participação popular da rede pública se faz constante. Mantida até então,

em sua grande maioria pela iniciativa particular, religiosa ou leiga, e por essa razão, por ser paga, dificilmente acessível aos jovens das camadas desfavorecidas, a *escola secundária* constituía-se como o marco divisor entre a educação das elites e a educação popular (...) o ingresso na escola Secundária e sua continuação natural nas escolas superiores davam forma e substância à escolaridade dos jovens privilegiados.<sup>30</sup>

Para Spósito, a grande expansão do ensino secundário se dá em menos de vinte anos.

Entre 1945 e os primeiros anos da década de 60, nas regiões urbanas das áreas mais desenvolvidas do País, o crescimento intenso da rede de escolas secundárias oficiais imprimia a este ramo da escolaridade e, por isso mesmo, ao sistema de ensino como um todo, características inteiramente diversas.<sup>31</sup>

As condições para ampliação da rede de ensino pública no País estavam então postas pela própria estrutura organizacional dos poderes públicos. Por outro lado, a participação popular se fazia presente delineando seu espaço neste processo, sendo que "os projetos por eles apresentados como legitimamente voltados aos interesses de classe dessas populações nem sempre são reconhecidos como tal pelos sujeitos aos quais se destinam".<sup>32</sup> Neste sentido, caberia aqui a distinção estabelecida por diversos autores e expressa por Spósito de que o que é proposto *para* as classes populares nem sempre é o que é percebido *pelas* classes populares. Para ela, "o acesso ao curso ginásial aos poucos foi integrando o conteúdo de interesses definidos *pelas* classes populares, habilmente apreendidos pelas lideranças políticas do período, que levaram *para* esses setores as possibilidades de sua realização".<sup>33</sup>

Na verdade, a história de lutas para o acesso à escolarização não se desvincula da discussão em torno da escola pública. Como coloca Bandeira, a organização dos setores mais marginalizados da população,

<sup>30</sup> BEISIEGEL, Celso Rui - Apresentação. In: SPÓSITO, Marília Pontes - *O povo vai à escola - a luta popular pela expansão do ensino público em São Paulo*. São Paulo: Loyola, 1984, p. 11. (Grifo do autor).

<sup>31</sup> SPÓSITO, op. cit., p. 15.

<sup>32</sup> *Ibidem*, p. 18.

<sup>33</sup> *Ibidem*, p. 19.

visando à conquista do direito à escolarização, insinua, provavelmente, uma denúncia e uma instigação. Para ela, “a luta das Escolas Comunitárias reflete, ao que parece, o inconformismo da população frente ao descaso do Estado quanto ao problema de escolarização das camadas populares”.<sup>34</sup>

Em Jataí, a instalação do Ginásio Gratuito é colocada como uma concessão *para* a população. Buscamos aqui demonstrar de que forma foi definido também *pela* população que não tinha acesso a este nível de ensino.

## 2 - O ENSINO SECUNDÁRIO GRATUITO EM JATAÍ

Ao mesmo tempo em que a Missão Americana buscava a ampliação da Escola Evangélica em Jataí, a comunidade jataiense mantinha-se preocupada com a falta de escolas em nível mais adiantado para o sexo masculino. O Instituto Samuel Graham, apesar de ser uma escola mista, não havia ainda conseguido a autorização para o funcionamento do curso secundário. Sendo assim, em 27 de dezembro de 1949, o prefeito convoca uma reunião com membros da comunidade, propondo a criação de um ginásio gratuito. O prefeito justificou a convocação feita à comunidade dizendo que:

a Campanha Nacional dos Educandários Gratuitos, que ora (sic) vem desenvolvendo em todo ‘Território Nacional’ intensa e patriótica campanha de incrementação de ginásios gratuitos. A esta campanha as autoridades vêm prestando a mais sadia colaboração no sentido de que alcance o seu mais alto clímax, tem à frente a figura patriótica do Dr. Felipe Tiago Gomes como seu principal patrocinador.<sup>35</sup>

Nesta reunião, define-se pela criação de uma Cooperativa que teria por finalidade “a assistência escolar e a manutenção do ‘Ginásio Nestório Ribeiro’”.<sup>36</sup> Argumentou-se, ainda, que Jataí ocupava uma importante posição

<sup>34</sup> BANDEIRA, Carmem Lúcia B. - *ABC das escolas comunitárias: princípios de uma pedagogia popular*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Centro de Educação da Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 1989.

<sup>35</sup> CMGNER - *Livro de Atas* p. 1.

<sup>36</sup> ESTATUTO DA CMGNER - Cap. 1 Art.2º. *Livro de Atas* p. 3.

geográfica no sudoeste goiano e, como tal, era imprescindível a criação de um ginásio nos moldes dos criados pela Campanha Nacional dos Educandários Gratuitos - CNEG. O Ginásio seria "amparado" por uma Cooperativa<sup>37</sup> - Cooperativa Mantenedora do Ginásio Nestório Ribeiro (CMGMR), até que o governo federal pudesse fornecer os meios necessários para sua manutenção. Ficou previsto, inicialmente, "para o cumprimento eficiente das suas finalidades beneficentes", que a Cooperativa colaboraria com os poderes públicos, notadamente com a Campanha Nacional dos Educandários Gratuitos e com a Prefeitura Municipal, no sentido de promover, o mais eficiente possível, a assistência escolar, visando principalmente os menos favorecidos pela fortuna".<sup>38</sup> De acordo com o Estatuto, cap. II - Do fundo social, art. 6º, constituiria a receita da cooperativa: "as contribuições dos sócios, os donativos em dinheiro ou espécie, juros de contas correntes de depósitos em bancos ou estabelecimentos de créditos, ou quaisquer outros sem destino determinado."

Logo após a criação da Cooperativa, a diretoria inicia um trabalho a fim de filiar o Ginásio à CNEG. Como o início das atividades acadêmicas se deu logo no início de 1950, os custos iniciais para organização e manutenção do Ginásio eram elevados, além do que não havia prédio para início das atividades. Sendo assim, para que o ano letivo iniciasse em 1950, foi cedida uma casa situada à rua José Manoel Vilela, esquina com a rua Zeca Lopes (hoje já demolida), onde começou a funcionar o Ginásio. Os associados da Cooperativa pagavam a taxa de manutenção, com a qual cobriam as despesas e, por ser insuficiente, remuneravam apenas o pessoal do quadro administrativo - diretor, secretário e alguns professores. A maioria do quadro funcional trabalhava como voluntário, inclusive vários professores, sendo esta

---

<sup>37</sup> A organização da Cooperativa Mantenedora do Ginásio Nestório Ribeiro se difere do sistema de cooperativas de ensino criadas em Goiás em 1987 como alternativa para a solução de problemas educacionais, como coloca a ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS EM GOIÁS - *O cooperativismo em Goiás*. Goiânia, 1993. (Coleção História do Cooperativismo). Sobre este tipo de Cooperativas em Goiás ver: OLIVEIRA, Irani S., *Educação e cooperativismo: administração, pedagogia e política na cooperativa de ensino*. Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade Estadual Paulista. Marília, SP, 1994; também sobre o cooperativismo em Goiás, onde é trabalhado as cooperativas agrícolas do Sudoeste goiano ver: LABAIG, Carlos Henrique - *O cooperativismo agrícola e sua participação no desenvolvimento capitalista no Sudoeste goiano 1960 - 1990*. Goiânia, 1995. Dissertação - Departamento de História, ICHL/UFPA.

<sup>38</sup> *Ibidem*.

uma característica também de outros educandários nos moldes da CNEG, como vimos anteriormente. Segundo ex-presidente,

A Cooperativa tinha uma listagem de associados, e deles era cobrado uma cota, uma espécie de mensalidade, era mil cruzeiros mensais, então este dinheiro era distribuído entre os professores, mas para se fazer justiça, poucos professores tinham interesse na remuneração como professor, vários deles ou quase todos. Só mesmo aqueles que viviam exclusivamente cuidando da educação é que recebiam esse apoio financeiro, essa ajuda, essa pequena ajuda, a grande maioria fazia vista grossa para a remuneração (...) então um processo que desenvolveu num ambiente favorável de se fazer boa educação com pouco dinheiro.<sup>39</sup>

Os professores que assumem as aulas, inicialmente, no GNR, eram em sua maioria profissionais de outras áreas, sendo o magistério desempenhado por eles mais como posição de destaque e menos como categoria profissional. Neste sentido não se preocupavam com remuneração, o que vinha ao encontro dos interesses da CNEG de conseguir voluntários para assumirem as aulas. O que, por outro lado, enfraquecia conquistas profissionais da categoria.

Dada a necessidade de organização, instalação, ampliação, melhoria e manutenção das atividades do Ginásio, a Cooperativa promovia festivais e campanhas para adquirir donativos, além de solicitar subvenção à CNEG e aos governos federal, estadual e municipal. No entanto, apesar de prever a aquisição financeira de diferentes órgãos, a dificuldade para manutenção do Ginásio era enorme. No final de 1950, primeiro ano de funcionamento, segundo a diretoria da Cooperativa “o crescente aumento de alunos tornava cada vez mais penosa a manutenção do Educandário”, o que exigia “esforços dobrados de cada um dos Srs. associados”.<sup>40</sup> Ex-presidente da Cooperativa diz que, em função da inspetoria que regularmente visitava o Ginásio e dada a precariedade das instalações, a direção da Cooperativa julgou por bem transferir as aulas para o prédio do Hospital Regional, que tinha uma parte ociosa. Segundo ele,

A história do Nestório Ribeiro serve para mostrar que o povo quando se envolve na solução de qualquer problema, é parte poderosa, é solução para qualquer problema.

<sup>39</sup> Entrevista n° 2.

<sup>40</sup> CMG NR Ata da 3ª reunião realizada em 10/12/50. Livro de Atas fls. 10.

A participação do povo foi espetacular. O Nestório Ribeiro começou em um prédio já antiquado (...) e lá ele funcionava precariamente e nós tínhamos uma correria permanente quando era anunciada a presença do inspetor em Jataí, porque nós tínhamos que ter salas de Ciências, salas de Geografia, 'sala disso, sala daquilo', de Física, então nós saíamos no comércio tomando emprestado os globos terrestre, os mapas, tudo que era necessário para enfeitar as salas na época da inspeção escolar, que era feita no Nestório Ribeiro.<sup>41</sup>

Fica clara aqui a importância da mobilização popular em prol da estruturação e consolidação de um ginásio gratuito para Jataí. Enquanto a ata de fundação da CMGMR salientava a importância das autoridades para a CNEG conforme mostramos anteriormente, na prática a efetivação dos Ginásios Gratuitos se dava através do envolvimento de toda a comunidade. Segundo ex-presidente da Cooperativa, o material da sala de Estudos Sociais e o laboratório de Ciências (fotos 24 e 25) é todo emprestado pela comunidade. As salas não funcionavam efetivamente, foram montadas apenas para visita da inspetoria.

Durante o período que funcionou no Hospital, também provisoriamente, as dificuldades permaneceram. Em visita realizada em 07.03.52 ao estabelecimento, o então secretário da educação do Estado, Dr. José Feliciano Ferreira registra no Livro de Visitas:

no dia 7 de março de 1952 visitei o Ginásio Nestório Ribeiro, funcionando, a título precário, no prédio do Hospital Regional de Jataí, e, constatei que nesta fase da vida deste estabelecimento está demonstrada, mais uma vez, a força de vontade do sertanejo e a sua grande capacidade de adaptação. A pobreza (sic) ainda é a maior virtude do Ginásio, dentro de pouco tempo veremos que será a eficiência, o rigor do ensino e a educação, as qualidades mais salientes deste educandário. Levo desta visita a impressão de que o Ginásio Nestório Ribeiro, que viveu até hoje como um verdadeiro milagre, está entregue em mãos capacitadas para dirigir este Ginásio para o futuro - que para nós se chama 'mocidade'.<sup>42</sup>

Ao salientar a capacidade de adaptação do sertanejo e sua força de vontade ao manter-se em uma escola em condições precárias, e sendo 'a pobreza' considerada uma virtude, os cofres públicos podem se esgueirar de investimentos. A presença de um diretor dentro dos padrões exigidos pela Secretaria de Educação é considerada, pelo secretário, a

<sup>41</sup> Entrevista n° 2.

<sup>42</sup> GNR - Livro de registro de visitas - fls. 1, 1952.

solução para os problemas que o ginásio vinha enfrentando, já que desta forma a eficiência se sobreporia à pobreza.

Em função das dificuldades na implantação, não havia um local específico para o funcionamento das aulas. No prédio onde são iniciadas as atividades, funcionou durante o ano de 1949 o Curso de Extensão Cultural (admissão); no segundo ano, passa a funcionar nas instalações do Grupo Escolar Jataí; no terceiro ano, passa para o Hospital Regional, uma ala que estava ociosa; e no quarto ano, no Grupo Escolar José Manoel Vilela. “as aulas, começamos em uma casa antiga que existia na rua Zeca Lopes com José Manoel Vilela e lá permanecemos por mais de um ano, depois fomos transferidos para o Grupo Marcondes de Godoy...”.<sup>43</sup> “A terceira série funcionou no prédio destinado ao hospital, hoje, Hospital Regional de Jataí e funcionou lá um ano e no ano seguinte numa escola (...) José Manoel Vilela, cedido por mais um ano”.<sup>44</sup> As dificuldades para criação de ginásios gratuitos, principalmente noturnos, não é “privilegio” de cidades goianas interioranas. Centros considerados mais evoluídos econômica e culturalmente, como é caso de São Paulo, também atravessaram dificuldades deste gênero. Segundo Spósito, “Uma das razões básicas restringindo o atendimento repousava na falta de prédios adequados às unidades de ensino ginasial. Em meados de 60, para um total de 84 estabelecimentos em funcionamento, 70 ocupavam, a título precário, edifícios de grupos escolares da Capital”.<sup>45</sup>

Sendo a base da economia no município de Jataí centrada na zona rural (agricultura e pecuária), era comum a residência nas fazendas; e a permanência dos filhos de fazendeiros na cidade, para estudar, era dificultada por esta razão. O Colégio Nossa Senhora do Bom Conselho possuía internato feminino e o Instituto Samuel Graham não contava ainda com internato e isto passa a ser uma preocupação da diretoria do Ginásio Nestório Ribeiro. Em reunião da Cooperativa em 21/12/52 foi sugerido e aprovado que se

---

<sup>43</sup> Entrevista nº 9.

<sup>44</sup> Entrevista nº 11.

<sup>45</sup> SPÓSITO, op. cit., p. 76.

construísse, antes mesmo da construção das salas de aula, um internato cujo primeiro pavilhão abrigaria 25 alunos internos.<sup>46</sup> O prédio para o internato foi iniciado e não chegou a ser concluído, tendo funcionado por pouco tempo. Embora houvesse uma orientação a nível nacional que os ginásios mantivessem internatos, pouca ou nenhuma condição era dada para que se efetivassem. Um dos ex-presidentes da Cooperativa diz que:

Ele [*internato*]foi solicitado pelo casal Mosconi, que entendiam que o filho do fazendeiro, daquele que não tinha residência na cidade, precisava estudar e não tinha como fazer, porque não havia acomodação para que este estudante, este jovem pudesse viver na cidade. Então surgiu a idéia da criação deste internato (...) O casal Mosconi recebeu lá no Nestório Ribeiro, vários alunos em regime de internato, mas para ser objetivo, o internato não teve vida longa. Em face das dificuldades naturais de um trabalho que exigia muito recurso, muito cuidado, porque Dona Albina e prof. Mosconi eram muito rigorosos com tudo, então o internato não foi possível prosseguir.<sup>47</sup>

A importância de internatos era salientada e sua instalação era sugerida em Goiás, desde 1937 pela Cruzada Nacional da Educação, quando foi fundada aqui a Diretoria Regional da mesma. “Esta diretoria sugeriu que Goiás criasse, nas sedes dos municípios, a ‘Casa do Aluno’ para hospedar os alunos da área rural para uma alfabetização completa”.<sup>48</sup> O Internato do Ginásio Nestório Ribeiro só passou a funcionar em 1956 (período em que já estava também em funcionamento o Internato do Instituto Samuel Graham), tendo funcionado por um pequeno espaço de tempo. Em correspondência encaminhada ao diretor do Departamento Nacional de Educação, a diretora do Ginásio assim se expressa, referindo-se ao Internato.

Respondendo à missiva de V. Excia. de 6 de novembro de 1956 que chegou com grande atraso, informo que este estabelecimento não está em condições para receber alunos internos em vista da construção não estar terminada.

Se conseguir abrir o internato ( que funcionou com poucos alunos em 1956 mas foi fechado em vista da falta de conforto a que a mocidade tem direito.) logo o comunicarei e será com real prazer que aceitarei os alunos necessitados (...)<sup>49</sup>

<sup>46</sup> CMG NR. Ata da 7ª reunião realizada em 21/12/52. Livro de Atas, fls. 13 verso.

<sup>47</sup> Entrevista nº 2.

<sup>48</sup> CANEZIN, & LOUREIRO, op. cit., p. 87.

<sup>49</sup> GNR - Livro de Correspondências de 1952 a 1958, fls. 02.

Após o Ginásio passar à manutenção da CNEG, a Cooperativa deveria passar a se denominar Diretório Municipal da Campanha Nacional dos Educandários Gratuitos. Na mesma reunião em que a diretoria decidiu pelo início do Internato, estando já o Ginásio sob orientação da CNEG, é proposto a todos os pais que tivessem filhos matriculados no Ginásio que passassem a ser considerados sócios da Cooperativa, (o que pressupunha o pagamento da contribuição de sócio). Justificava-se tal resolução dizendo serem eles os maiores beneficiados com o educandário. Só não entraria no critério acima estabelecido os "indigentes" que "necessitam de auxílios", neste caso, os filhos seriam matriculados gratuitamente.<sup>50</sup>

Esta deliberação foi realmente efetivada e os alunos passaram a 'contribuir' com a Cooperativa. Em reunião realizada em janeiro de 55, os membros da Cooperativa justificam a cobrança de 'contribuições' e buscam soluções para o baixo rendimento dos alunos bolsistas: "Temos o prazer de informar que êste Ginásio fazendo parte da 'CAMPANHA NACIONAL DE EDUCANDÁRIOS GRATUITOS', não obriga seus alunos a pagamento de taxa. O aluno que deseja contribuir para a manutenção do Ginásio torna-se sócio da 'COOPERATIVA MANTENEDORA DO GINÁSIO NESTÓRIO RIBEIRO' e como tal contribui com Cr\$ 1.000,00 (hum mil cruzeiros) por ano".<sup>51</sup> Foi solicitado à assembléia da Cooperativa que concedesse poderes à diretoria do Ginásio para, com relação aos alunos bolsistas, "exigir dos mesmos mais empenho, propondo a não aceitação deles nos anos seguintes, caso não logrem aprovação".<sup>52</sup> No entanto, apesar dos registros indicarem a cobrança de 'contribuição', em entrevista, o presidente da Cooperativa eleito em 21/12/52 afirmou-nos que o Ginásio era gratuito e que nenhum pai de aluno contribuía financeiramente com o mesmo.

De acordo com os dados coletados tanto nos arquivos do Ginásio, como em entrevistas realizadas, o valor da contribuição do aluno não

---

<sup>50</sup> CMGNR. Ata da 9ª reunião realizada em 09/04/53. Livro de Atas, fls. 15 verso.

<sup>51</sup> GNR - Livro de Correspondências de 1952 a 1958, fls. 08.

<sup>52</sup> CMGNR., Ata da 12ª reunião realizada em 21/01/55. Livro de Atas, fls. 20 verso.



era significativo, além do que poucos alunos contribuíam efetivamente. Desta forma, tal questão não descaracterizou o Ginásio como uma escola pública.

## **2.1- A CRIAÇÃO DO GINÁSIO GRATUITO: ENTRE O DADO E O PROPAGADO.**

O crescimento da rede pública no País, principalmente no que tange ao ensino secundário, é coroado pela participação popular no processo de reivindicação. Como vimos, "as populações urbanas, pela força de suas reivindicações, deram início ao processo de transformação da realidade educacional do País".<sup>53</sup> Em Jataí, a implantação do Ginásio gratuito vai se dar, também, atrelada à reivindicação de determinadas categorias (trabalhadores; espíritas; homens) que ao ginásio não tinham acesso, sendo que, para compreender este processo que se instaura em Jataí, necessário se faz analisar elementos que compõem a estrutura religiosa do município.

O contingente populacional espírita em Jataí, como salientamos na Introdução, era considerável, devido a razões já enumeradas. Vimos, também, que no País como um todo um grande número de espíritas se declaravam aos Censos como sendo católicos e que, por esta razão, os dados censitários devem ser relativizados. Segundo Fernando de Azevedo, a expansão do espiritismo no Brasil não era colocada em sua dimensão real. Muitas vezes era divulgado nas décadas de 30 e 40 que esta expansão se dava basicamente entre 'gente de baixa mentalidade'. Segundo ele, esta visão é superficial e está distante da verdadeira situação da doutrina espírita no Brasil que, já em 1930, contava com quatro milhões de adeptos e vinha apoiada, desde o início, num sistema de idéias e numa certa concepção do mundo e da vida, sendo responsável pela introdução, no Brasil, "da doutrina

---

<sup>53</sup> BEISEIGEL, *op. cit.*, p. 12.

espírita da França com bases científicas e estrutura filosófica, em meados do século passado”.<sup>54</sup>

No início da década de 40, já havia no país uma sólida estrutura da doutrina espírita, em diferentes organizações das quais Azevedo cita: em São Paulo, a Federação Espírita do Estado, o Clube de Jornalistas Espíritas, a Sociedade de Estudos Espíritas, o Instituto Espírita de Educação; no Rio de Janeiro, a Federação do Instituto de Cultura Espírita do Brasil, a Cruzada dos Militares Espíritas, a Sociedade de Medicina e Espiritismo. Segundo ele, se se tomarem estes organismos e os 3 Congressos de Jornalistas e Escritores Espíritas realizados em São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, “poder-se-a apreciar, com mais segurança, a participação do espiritismo no movimento cultural do país”.<sup>55</sup>

Em Jataí, no início da década de 30 tem-se, oficialmente, os primeiros registros da prática do espiritismo. Organizado inicialmente na residência do Sr. Miguel de Assis em 1932, o Centro Espírita Allan Kardec passa para sede própria em abril de 1934. A sede do primeiro Centro foi construída em terreno cedido por Francisco Honório de Campos (anexo ao sobrado onde residia hoje sede do Museu Histórico de Jataí “Francisco Honório de Campos”). O registro jurídico do Estatuto, no entanto, só foi realizado em 1936. Neste período há uma oposição velada aos ideais espíritas. Em, praticamente, todas as edições do jornal ‘O Liberal’ publicado em Jataí de 1933 a 1935, há vários artigos contrários às práticas do espiritismo. Encontramos, por exemplo, em um mesmo número do jornal, elogios à D. Germano, Bispo de Jataí, pela criação da ‘Liga Católica’ e uma alerta à população para ‘embustes do espiritismo’. Para evitar represálias, o Centro modifica a forma de atendimento, o que é publicado em 02/04/33:

O Centro Espírita ‘Allan Kardec’ avisa a todos que de hoje em diante, não fornecerá receitas, até segunda ordem, pois, assim determinou o seu Presidente, para evitar que o Centro não seja vítima de recriminações, podendo qualquer doente procurá-lo, recebendo, como medicamento, simplesmente água fluidica e

<sup>54</sup> AZEVEDO, Fernando de - Instituições e crenças religiosas. In: *A cultura...*, op. cit., p. 243 - 278.

<sup>55</sup> *Ibidem*.

preces, atendendo chamados somente neste sentido. Si acaso algum fornecer alguma receita será sob sua inteira responsabilidade.<sup>56</sup>

Paralelamente a estes artigos, é possível perceber pelo jornal que, simultaneamente, era mantida uma articulação dos espíritas em manterem ações de amparo e proteção “aos pobres, mendigos, órfãos”, conforme salientado em algumas edições. Não há registro se estes artigos eram pagos. No entanto, é interessante percebermos a preocupação da redação do Jornal em deixar claro uma pseudo neutralidade religiosa. Nos artigos que se referem às religiões protestante e espírita há sempre uma observação de que se publicam tais artigos, ‘a pedidos’. Em um artigo publicado em 22/10/33, intitulado ‘A praga do espiritismo’, a redação do Jornal deixa claro que não se responsabiliza e nem se solidariza com as questões postas pelo artigo, em uma nota onde esclarece que o artigo foi publicado: “a pedidos - sem responsabilidade ou solidariedade da redação”.<sup>57</sup>

Em agosto de 1947 é criada a Juventude Espírita de Jataí, (JEJ) que tinha por fim “o desenvolvimento da doutrina espírita entre a mocidade que desponha (sic) a trabalhar em prol do espiritismo tal qual propagou Alan Kardec”.<sup>58</sup> O Estatuto deixa claro que as ações dos sócios devem primar pelos princípios da doutrina espírita (confraternizações, escola dominical, amparo aos necessitados). De 1947 a 1949 a JEJ não mantém suas atividades. Em novembro de 49, nova reunião é realizada a fim de reativar a Juventude que terá novo estatuto aprovado em dezembro de 49. Neste novo estatuto mantém-se a finalidade inicial: “congregar a juventude em torno do ideal Cristão, a Luz do Espiritismo (...)”.<sup>59</sup> No entanto, outros fins são acrescentados àqueles previstos no primeiro estatuto:

É esta a finalidade precípua da “Juventude Espírita de Jataí”: a) desenvolver com a máxima eficiência ao seu alcance, em benefício dos associados e tôdas as classe sociais indistintamente, a cultura física, intelectual, profissional e moral, por métodos que se enquadrem positivamente no ecletismo espiritualista orientados

<sup>56</sup> O Liberal - nº 86 - 02/abr./33.

<sup>57</sup> O Liberal - nº 111 - 22/10/33.

<sup>58</sup> Estatuto da JEJ. ‘Da denominação, fins e sede. Art. I, aprovado em 16/08/47. Livro de atas da JEJ, fls. 3

<sup>59</sup> Estatuto da JEJ. Denominação, sede e duração. Art. 1º, aprovado em 27/12/49. Livro de atas da JEJ, fls.

pela ciência e a Verdade Revelada; (...) c) no tocante à educação cívica, o culto à pátria será o mais carinhoso possível, mediante acurado estudo de nosso querido país, quanto a sua geografia, história, etnologia, política, literatura, artes, educação, economia, trabalho, biografia dos brasileiros beneméritos, saúde, etc, etc, trabalhando eficientemente pelo engrandecimento do Brasil e bem servindo a Jataí em particular, colaborando com seus dirigentes e servidores; (...) estudar e venerar os grandes vultos da humanidade mediante estudo da história da civilização (...).<sup>60</sup>

A estes itens cívicos por nós destacados segue-se a defesa dos princípios religiosos e morais do espiritismo.

Esta finalidade cívica, em uma organização religiosa, contempla elementos ligados à perspectiva da Juventude Brasileira (Organização Nacional da Juventude - ONJ).<sup>61</sup> Mesmo tendo sido revogada a legislação referente à Juventude Brasileira em novembro de 45 (Decreto-Lei nº 8.194 e Decreto nº 19.975, ambos de 20/11/45), a JEJ primava ainda pelo disposto na legislação: a obrigatoriedade de participação de todo jovem escolar, e, fora da escola, a liberdade de participação. Segundo o Ministro da Educação: "Fora da escola, o jovem é livre de ir para sua igreja, de praticar sua religião, de freqüentar as corporações esportivas, culturais, etc., desde que não estejam agindo em sentido contrário ao da escola, porque aí então o Estado deve agir, não mais contra o ingresso do jovem, mas contra a própria instituição".<sup>62</sup>

A partir de 49 a JEJ se fortalece mantendo ação em diferentes frentes de trabalho; e acreditamos que, mesmo sem ter registrado oficialmente, este grupo irá influenciar na criação do Ginásio Gratuito. Nas entrevistas realizadas com ex-alunos do Colégio Bom Conselho e do Ginásio Nestório Ribeiro, foi colocada a insatisfação dos espíritas ao terem que se sujeitar no CBC às normas do catolicismo. A população espírita, insatisfeita com as escolas confessionais, une-se a elementos da comunidade buscando a criação de um novo colégio. Uma ex-aluna nos colocou o porquê de lutar pela criação de um novo ginásio:

<sup>60</sup> *Ibidem*, art. 3º Finalidade.

<sup>61</sup> A ONJ proposta no Governo Vargas, foi instituída legalmente em março de 1940 (Decreto-lei nº 2.072 de 08/03/40) e tornou obrigatória a educação cívica, moral e física da infância e juventude em todo o País dentro e fora das escolas. Sobre este assunto ver: HORTA, *O hino...*, op. cit., p. 204 - 287.

<sup>62</sup> HORTA, *O hino...*, op. cit., p. 260.

Teve uma delas [freira] começou a implicar comigo devido eu ser espírita convicta. Então começou a colocar duas turmas de colegas, do mesmo colégio [para observar o seu comportamento]; algumas bem pouquinhas eram da minha classe, as outras eram das outras classes. E eu descia para assistir as reuniões do Centro Espírita Alan Kardec, (...) então quando eu voltava da reunião vinham minhas colegas e passavam por mim, tudo me olhando 'de cima embaixo'. Chegava na aula, no outro dia: ... você foi ao centro espírita rezar ontem? \_ Fui, sim senhora! \_ Então, hoje você vai copiar mais de mil linhas após a aula! Aí terminava a aula, né. Eu por minha vez copiava lá. Tinha que numerar de um a mil e copiar: “\_ Não devo ir ao Centro Espírita”. Mas quando a gente é adolescente, lá na frente, entre linhas eu colocava: “\_ Vou porque eu sou espírita e as pernas são minhas!” E isso eu punha mesmo, entre linhas.<sup>63</sup>

A repreensão no Colégio acontecia e era percebida apenas por aqueles alunos que insistiam em manter seus princípios religiosos. É o caso também dos evangélicos, como vimos anteriormente. Outra aluna espírita do Colégio Nossa Senhora do Bom Conselho diz que:

No colégio Bom Conselho eu fiz só um ano de estudo complementar, porque na época não existia o ginásio. E durante esse ano fui muito perseguida para apresentar o batismo (certidão de batismo). E como eu nunca havia ido em uma pia batismal batizar, eu não queria ir pelos princípios espíritas, eu não fui e consegui levar até mais ou menos outubro desse ano que eu estudei, logo saiu uma reforma para tornar-se ginásio e não era mais o curso complementar, e aproveitei a chance na turma que ia para fundar o Ginásio Nestório Ribeiro e entrei com elas.<sup>64</sup>

O mesmo fato não se repetia quando o aluno, mesmo sendo espírita, se submetia às exigências do colégio. Uma ex-aluna, espírita, ao colocar sobre sua relação com o colégio se expressa da seguinte forma:

Olha para mim foi fácil, porque eu me adaptei ao estilo do Colégio. Então naquela época a gente não tinha que escolher muito, a gente tinha mais era que obedecer, né! Então eu participava de todas as coisas que tinha no Colégio, que era obrigado a gente assistir, eu participava de tudo, da missa, procissão, sempre ia, mas fazia de tudo, não tinha problema nenhum.<sup>65</sup>

Esta aluna cursou no Colégio Nossa Senhora do Bom Conselho até a terceira série ginásial e se transfere para o Ginásio Nestório Ribeiro, segundo ela, apenas por questão financeira. No entanto, ela teve, durante a terceira série no CBC, bolsa de estudo (paga com a prestação de serviço) e, mesmo com a bolsa e sentindo a mudança em função da turma,

<sup>63</sup> Entrevista n° 10.

<sup>64</sup> Entrevista n° 9.

<sup>65</sup> Entrevista n° 12.

transfere-se para o Ginásio Nestório Ribeiro. "Saí e ficou muito pesado, porque aquela turma que deixei era uma turma de três anos juntos é e eu senti muito pesar em deixar, mas a foi a força da circunstância, eu tive que sair".<sup>66</sup>

Outra aluna espírita que se transfere do Colégio Nossa Senhora do Bom Conselho (tendo sido inclusive interna) para o Ginásio Nestório Ribeiro, diz que também não sofreu discriminação no Colégio por ser de família espírita, nem durante o período de internato e nem depois, como aluna externa. E coloca ainda, que já era batizada quando ingressou no colégio (mas somente ela, entre os irmãos, foi batizada na Igreja Católica). Como aluna interna fez a Primeira Comunhão, o que é considerado por ela como correto. "... Mas todo mundo lá, assim ... quando fez a Primeira Comunhão, eles não perguntavam, né? Estava interna tinha que fazer, estava na idade de fazer a Primeira Comunhão, faz".<sup>67</sup> Ela, que participava de todas as exigências do Colégio, não percebia, como aluna, nenhuma discriminação e coloca como motivo de sua transferência para o Ginásio Nestório Ribeiro apenas a questão econômica. Falando sobre si e sobre outras alunas internas que eram espíritas coloca que:

*A [aluna] ela é espírita mas na ocasião, não sei porque a gente era assim adolescente ninguém tinha preconceito e seguia a mesma religião que elas [freiras] e não comentava sobre isso (...) enquanto eu estudava lá não houve conversa nenhuma de religião, que eu me lembre e acho que não teve mesmo [e complementa] eu passei a ser, na época - um ano interna, a ser católica.*<sup>68</sup>

Sabemos que "o povo, excluído da escola, sabe o que a escola significa e desencadeia uma luta ampla, demorada, paciente, para ter acesso a ela, para democratizar o ensino".<sup>69</sup> A paciência do jataiense é salientada por ex- presidente da Cooperativa em visita ao Ginásio, em 1952: "a Cruzada é árdua, mas é sublime. Cremos que a orientação sábia do ilustre casal Mosconi, corresponderá plenamente às suas finalidades e satisfará ao desejo deste povo bom e paciente. Êxito é tudo que desejamos"<sup>70</sup>, diz ele. Em

<sup>66</sup> Entrevista n° 12.

<sup>67</sup> Entrevista n° 14.

<sup>68</sup> Entrevista n° 14.

<sup>69</sup> MARTINS, José de Souza, In: SPÓSITO, op. cit., contra capa.

<sup>70</sup> GNR - Livro de Visitas, fls. 2 - verso.

Jataí, a instalação do Ginásio tem como marco oficial a reunião convocada pelo prefeito em 27 de dezembro de 1949, como salientamos anteriormente. Por traz desta convocação está, para nós, todo um processo de reivindicação, mesmo que implícito na perspectiva oficial. Uma ex-aluna, ao se referir ao colégio católico e à fundação do Ginásio, assim se expressa:

Um belo dia ela [freira] chegou em mim e falou assim: \_ Escuta, você já fez a Primeira Comunhão ? (...) \_ Você tem que fazer a Primeira Comunhão! E eu perguntava: \_ É obrigada ? Se for obrigada eu faço. Se não for, eu não vou fazer não! (...) E aí passavam dias, dias ... e eu fiz a Primeira Comunhão, só que eu não engoli o negócio [hóstia] (...) também não sou católica, pra quê? E coloquei o véu assim, enrolei , pus na mão e pronto, e lá fiz minha prece, rezei pra freira, rezei pra todo mundo e quer dizer que a minha Primeira Comunhão ficou pronta, aliás, ela já era feita, né?[narrando outra situação] ... \_ Você não é filha de Maria? Eu disse: \_ Não senhora, o nome da minha mãe é..., não chama Maria é... ela disse: \_ Você vai lá para secretaria, agora (...) fiquei com medo dela me por expulsa porque ela disse que qualquer coisinha que eu fizesse eu ia ser expulsa do Colégio. [na secretaria] (...) Aí a Irmã... fez cara de riso [ao tomar conhecimento do fato] e eu criei alma nova. Pensei: \_ Graças a Deus que não vou ser expulsa! (...) Eu falei: \_ todo dia eu copio castigo (...) mas eu copio feliz da vida (...) eu também tenho o direito de escolher a minha [religião] e a minha já tá escolhida e vocês bem sabem qual é. Agora, quando eu sair daqui, eu vou lutar para sair outro colégio (...) como eu tenho a maioria das minhas colegas que trabalham no Fórum são espíritas e todas nós vamos lutar para sair qualquer outro colégio aí na nossa cidade (...) aí fomos atrás do Promotor de Justiça..., o Juiz de Direito..., o Advogado..., todos nossos colegas de serviço no Fórum Municipal.<sup>71</sup>

Mesmo as ex-alunas que lutaram pelo Ginásio salientam a concessão política e não a sua participação na efetivação do mesmo: “e na conclusão do Ginásio para efetuar a sua criação, a pessoa que mais lutou, em Goiânia, na área federal, foi então, na época, o Dr. Luziano. Ele trabalhou demais para que esse Ginásio fosse levado adiante e até hoje...”.<sup>72</sup> O personalismo existente é acentuado por diferentes segmentos. Em correspondência ao presidente do Grêmio Estudantil do Ginásio, o presidente da CNEG Dr. Felipe Tiago Gomes diz de seu interesse em participar das solenidades de formatura em 1956, para render homenagens ao “fundador da casa”.<sup>73</sup> A maioria das pessoas, espíritas ou não, que entrevistamos, mesmo as que não estudaram no Ginásio, afirmam que o mesmo foi criado por determinação política, não estando aí nenhuma influência de determinado

<sup>71</sup> Entrevista nº 10.

<sup>72</sup> Entrevista nº 9.

<sup>73</sup> GNR - Livro de Correspondências até 1958, p. 9.

grupo social. No entanto, dos 68 alunos matriculados em 1950 (primeiro ano de funcionamento do Ginásio), 20 eram membros efetivos/atuantes na Juventude Espírita de Jataí. Ao ser indagada sobre a criação do Ginásio e sobre uma possível influência da questão religiosa na fundação do mesmo, uma ex-professora coloca sobre a não influência, salientando a falta de força política destes. Ao fazer tal afirmação, diz que inclusive os professores que foram trazidos para dirigirem o Ginásio eram católicos “até não ter mais jeito”. Tal fato considerado por esta e outras pessoas entrevistadas como explicação para a não influência é para nós bastante significativo e expressa justamente o contrário. Uma ex-aluna assim se expressa:

Eu sei que foram as autoridades governamentais mesmo que agiram, é claro que tinha um grupo grande [*de espíritas*], a família ..., tinha outros lá que eram espíritas, sempre foram espíritas, ... mas eles não tinham força política, isso foi uma determinação da conjuntura política, embora eu não estivesse lá dentro, eu sei que foi. Por exemplo o Dr. Luziano mesmo, católico forte e foi um dos que agiram lá. O ... e outros, tanto é que eles trouxeram casal de católicos ‘até não ter mais jeito’ que era o Dr. Mosconi e a D. Albina, nossa, eles eram muito católicos.<sup>74</sup>

Para nós, a presença destes diretores e a busca pela supremacia do catolicismo se justificam ao verificarmos que o número de alunos espíritas no Ginásio era realmente considerável. A tabela 09 mostra a porcentagem dos alunos, por religião, nos três primeiros anos de funcionamento do colégio, o que é expresso também no Gráfico 04.

Tabela 09

Religião dos Alunos do Ginásio Nestório Ribeiro em %.				
	Católicos	Protestantes	Espíritas	Indefinida
1950	29,41%	7,35%	42,65%	20,59%
1951	29,73%	8,11%	51,36%	10,80%
1952	27,03%	5,41%	51,35%	16,21%

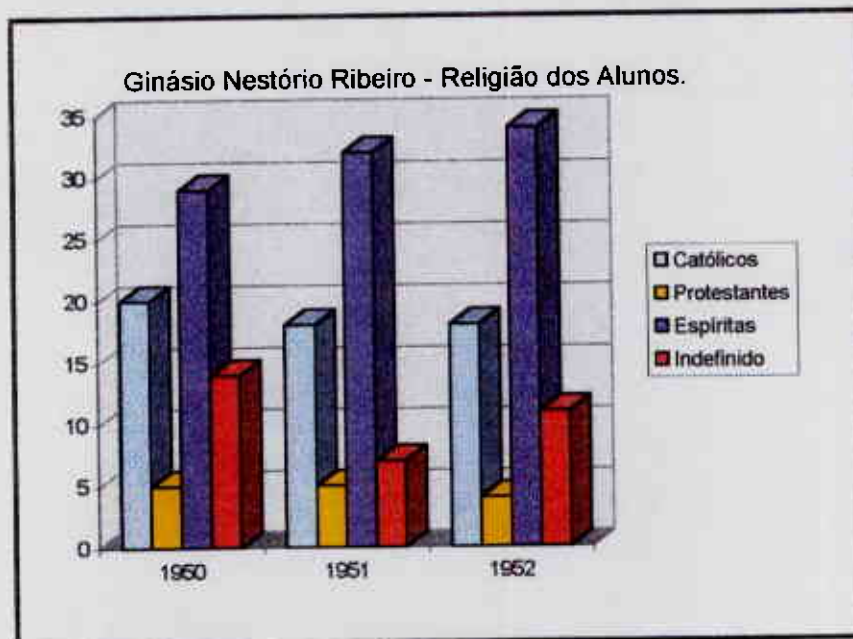
Fonte: História Oral<sup>75</sup>

<sup>74</sup> Entrevista n° 15.

<sup>75</sup> Nos arquivos do Ginásio Nestório Ribeiro, não foi possível coletar dados referentes à Religião dos alunos. Para efeito deste gráfico foram coletadas informações verbais com todos os ex-alunos entrevistados. Foram classificados com religião ‘indefinida’ todos os alunos cuja informação conseguida variou de um entrevistado para outro.



Gráfico 04

**Ginásio Nestório Ribeiro - Religião dos Alunos.**

Fonte: História Oral

Na primeira turma de concluintes do Ginásio, em 1953, de 14 alunos: dois eram católicos; três protestantes; oito espíritas e um sem religião definida<sup>76</sup>, o que representa 14,3% de católicos e 85,7% do restante. Outro aspecto interessante que nos foi possível constatar, é que todas as formandas espíritas haviam sido alunas do colégio católico e, mesmo aquelas que se sentiam reprimidas por serem obrigadas a freqüentarem a missa no CBC, concordaram em realizar missa na formatura do Ginásio: "tinha que freqüentar a missa aos domingos. Quando não íamos éramos obrigados a copiar castigo, muitas páginas, 200, 300, [vezes] à maneira delas [freiras], (...) acompanhadas das professoras, das 'irmãs' do Colégio".<sup>77</sup> Esta mesma aluna, ao se referir sobre a formatura diz que:

nós éramos oito espíritas, quando terminou o curso, mas antes havia mais, só que elas deixaram na metade do curso. Mas a maioria era de outras religiões sem ser católica. Eram poucos os católicos. (...) Nossa diretora dona Albina, um casal de italianos que vieram para Jataí, eles pegaram a direção do colégio, muito católicos,

<sup>76</sup> Vide nota anterior.

<sup>77</sup> Entrevista nº 9.

nos pediu pra gente fazer, colocar no nosso programa a missa e como eles eram nossos professores queridos, nós não podíamos deixar de aceitar o convite deles. E fizemos a missa em homenagem a eles.<sup>78</sup>

Fica clara, assim, a importância da mobilização popular na criação do GNR. No país como um todo, como coloca Spósito, os movimentos populares foram bastante significativos, tendo representado também ganhos políticos e eleitorais. Segundo ela, “as aspirações de setores mais heterogêneos da sociedade foram capazes de interferir na ação política do Estado e mudar a sua orientação”.<sup>79</sup> Assim, a presença popular “representa as tentativas de realização da igualdade de direitos à educação, em uma sociedade marcada pela extrema desigualdade do atendimento e da qualidade da instrução oferecida à maioria da população. **As condições políticas e sociais (...) não retiram desta conquista básica a sua legitimidade**”.<sup>80</sup>

## 2.2- GINÁSIO NESTÓRIO RIBEIRO.

Goiás, desde a década de 20, preocupava-se com o crescente deslocamento do campo para a cidade. Após 30, Vargas delineia para o país uma estrutura econômica visando conter o deslocamento campo-cidade, além de buscar tornar economicamente produtivas regiões do país ainda não integradas a estrutura de produção. Goiás, integrando-se na política econômica do Governo Vargas, passa a incentivar o povoamento de regiões também não produtivas, através da Marcha para o Oeste, além de desenvolver uma política educacional destinada a ‘segurar’ o homem no campo.

Entre os temas educacionais que se destacaram com a implantação do Estado Novo, o ensino rural passou a ser amplamente defendido e difundido como antídoto do êxodo rural. Goiás, como estado agrícola em integração com o novo

---

<sup>78</sup> Entrevista n° 9.

<sup>79</sup> SPÓSITO, op. cit., p. 241. Grifo nosso.

<sup>80</sup> Ibidem.

desenvolvimento capitalista, passou a ser o 'locus' de implantação do ensino rural.<sup>81</sup>

Para Nepomuceno, "o desdobramento desta proposta de educação rural encontrou ressonância imediata no meio goiano. (...) principalmente para as regiões mais ricas do Estado, como era o caso do Sudoeste Goiano."<sup>82</sup> Em 1938, atendendo a esta orientação é instalada em Rio Verde a Escola Profissional Rural. Segundo Fernando de Azevedo, a organização do ensino agrícola perpassava toda a estrutura escolar do país. A proposta para o início da década de 40 era que fossem instaladas no país pelo menos uma escola média em cada Estado, para o ensino profissional médio de agricultura, dados em cursos de dois anos para os administradores rurais e, de três anos para os técnicos agrícolas.<sup>83</sup>

Jataí, neste período, não contava com o ensino secundário efetivo e havia iniciado a construção do prédio que abrigaria o Colégio Católico. Somente no final da década de 40 é que entrará na corrida por um ginásio gratuito. Buscando ainda as mesmas bases de um ensino rural, como o veiculado pelo governo Vargas - Ludovico, o Ginásio Nestório Ribeiro propõe ao Ministério da Educação e Cultura a criação de um ginásio agrícola, em função de que "as atividades econômicas principais da região centro-oeste do Estado de Goiás são a pecuária e a agricultura, dedicando-se a elas cerca de 90% da população. Sob o aspecto social, constata-se o abandono das atividades do campo em favor das citadinas, provocando o êxodo constante".<sup>84</sup> Para tanto, manteria os cursos: Primário Supletivo, Ginásial, Comercial e Educação Agro-Pecuária Complementar. O curso Primário Supletivo, atenderia "os filhos dos fazendeiros e lavradores, sem o preparo suficiente para o exame de admissão"<sup>85</sup>, este curso teria duração de um ano e permitiria, além do

---

<sup>81</sup> LOUREIRO, Walderés Nunes - *Escolas conveniadas: condições de ensino e privatização de recursos públicos*, Tese de Doutorado apresentada à PUC - SP. São Paulo, 1993, p. 29.

<sup>82</sup> NEPOMUCENO, op. cit., p. 109.

<sup>83</sup> COSTA, Fernando, Conferência pronunciada na comemoração do decênio do governo de Getúlio Vargas em 1941. Apud, AZEVEDO, Fernando de op. cit., p. 748.

<sup>84</sup> GNR - Plano para o funcionamento do Ginásio "Nestório Ribeiro", de Jataí - MEC. *Livro de Correspondências de 1952 a 1958*, fls. 175 - 180.

<sup>85</sup> *Ibidem*.

melhor preparo para o exame de admissão, que o jovem ficasse sob a responsabilidade do diretor da Escola, não entrando em convivência com o meio 'viciado' das cidades, além de permitir a continuidade do contato com o ambiente rural, uma vez que a escola manteria atividades ligadas à criação de animais e ao plantio.

Concluído o Curso Primário Supletivo, o aluno passaria ao Curso Ginásial. Neste período, as obrigações dos alunos tanto internos como os externos, estariam voltadas para a aquisição de novos hábitos e novos conhecimentos. "Será o aprimoramento do fazendeiro".<sup>86</sup> A Grade Curricular do curso ginásial estaria, basicamente, voltada para o ensino rural, mas seria oferecido, paralelamente, o curso de costureiro e datilógrafo, "profissões hoje em dia muito rendosas".<sup>87</sup> O Ginásio manteria ainda um cinema educativo e práticas esportivas. Terminada esta etapa de estudos, o aluno faria o Curso Comercial e depois, a 'Educação Agro-Pecuária Complementar'. A proposta curricular para o Ginásio profissionalizante era a seguinte:

<b>Programa de Ensino Agrícola a ser ministrado aos alunos do Ginásio "Nestório Ribeiro" de Jataí, Estado de Goiás</b>		
<b>Curso Primário Supletivo:</b>		
<b>Agricultura</b>	<b>Zootecnia</b>	<b>Horticultura</b>
1- Noções de agricultura geral a- Solo e Sub - solo b- Humus c- Qualidade dos Solos (vegetais padrões) 2- Preparo do solo 3- Plantio 4- Cultivo (capinas) 5- Colheita	1- Prática de aliment. de porcos 2- Prática de aliment. de aves 3- Prática de aliment. de bovinos 4- Ordenha 5- Vacinação de bezerros	1- Escolha do terreno 2- Sementeiras 3- Repicagem 4- Plantio definitivo 5- Regas 6- Tratos culturais 7- Colheita

<sup>86</sup> Ibidem, fls. 175 - 180.

<sup>87</sup> Ibidem.

<b>Curso Ginásial</b>
<b>Primeiro Ano Ginásial</b>
<p>a- Noções de agricultura especial: 1- Cultura do arroz; 2- Cultura do milho; 3- Cultura do feijão; 4- Cultura do algodão; 5- Cultura da mandioca; 6- Cultura da cana.</p> <p>b- Noções de zootecnia especial: 1- Estudo das raças zebuínas; 2- Raças leiteiras; 3- Aves (ovos e carne); 4- Porcos (banha, carne, misto).</p> <p>c- Horticultura e pomicultura: 1- Cultura das principais hortaliças; 2- Noções de enxertos; 3- Tipos de enxertos.</p>
<b>Segundo Ano Ginásial</b>
<p>a- Aulas práticas de manejo de máquinas de tração animal - arado, grade, plantadeira, etc.</p> <p>b- Métodos de preparo do solo.</p> <p>c- Noções de controle à erosão.</p> <p>d- Adubação de doenças de animais domésticos: a- Pneuomenterite dos bezerros; b- Aftosa; c- Carbúnculo sintomático (Manqueira); d- Mordedura de cobras (soro antiofídico); e- Prática de vacinação contra pneuomenterite, aftosa e manqueira.</p> <p>e- Noções de silvicultura: a- essências florestais; b- reflorestamento e florestamento.</p>
<b>Terceiro Ano Ginásial</b>
<p>a- Manejo e manutenção de pequenos tratores.</p> <p>b- Preparo do solo com máquinas de tração mecânica.</p> <p>c- Agricultura mecanizada.</p> <p>1- Oleites e sua indústria: a- fabricação de queijos e manteigas (indústrias caseiras).</p> <p>2- Principais pragas de horta e seu controle.</p> <p>3- Principais doenças dos pomares.</p> <p>4- Podas e seus tipos.</p>
<b>Quarto Ano Ginásial</b>
<p>a- Manejo e manutenção de pequenos tratores.</p> <p>b- Controle da erosão: 1- Curvas de nível; 2- Culturas em faixas; 3- Rotação de culturas.</p> <p>c- Armazenagem e beneficiamento de produtos agrícolas.</p> <p>d- Noções de raças balanceadas e seu preparo: a- silos; b- silagem; c- fenos; d- gestação e cio dos animais; e- estudo de mestiçagem; f- estudo do cruzamento; g- estudo da hibridação; h- estudo da seleção.</p> <p>e- Principais fungicidas (calda bordaleza).</p> <p>f- Principais inseticidas.</p> <p>g- Combate à formiga pelos principais métodos.</p> <p>h- Criação de abelhas.</p>

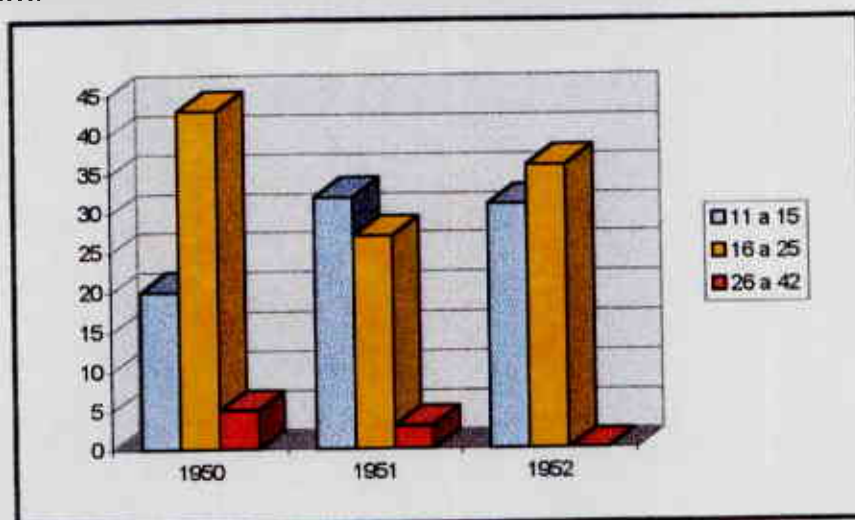
Fonte: Ginásio Nestório Ribeiro, *Livro de Correspondência de 1952 a 1958*, fls 175-180.

A estrutura educacional proposta para o Ginásio Nestório Ribeiro pressupunha (devido à característica da Grade) uma clientela basicamente masculina, oriunda da zona rural. Era esperado, ainda, o aluno jovem que, na escola, estaria 'protegido do meio viciado das cidades'. Entretanto, este não foi o perfil do aluno do Ginásio. Já foi dito anteriormente

que, na cidade, o Colégio Nossa Senhora do Bom Conselho atendia no curso ginásial a uma clientela feminina e o Instituto Samuel Graham, atendendo somente até o 5º ano, preparava-se para atender também ao sexo masculino, mas apenas com o Normal Regional. Este, por ser um curso de preparação de professores primários - profissão considerada feminina, mesmo sendo misto, não atraía a clientela masculina, mantendo, desta forma, esta categoria sem possibilidade efetiva de acesso ao secundário. Neste sentido, os alunos que buscam o Ginásio Nestório Ribeiro são praticamente todos de uma faixa etária superior a 14 anos que, em sua maioria, havia ficado muito tempo sem ter onde estudar. Segundo ex-aluna, que inicia o ginásio com 14 anos, os alunos eram “de outra faixa etária, porque eles já eram assim [*mais velhos*], devido não ter o ginásio na cidade (...) nós éramos quatro desta idade de 14 anos e as outras pessoas tinham assim dez anos de diferença, às vezes mais de dez”<sup>88</sup>, é o que confirma o gráfico 05.

Gráfico 05

#### Ginásio Nestório Ribeiro - Idade dos Alunos, por ano.



Fonte: Ginásio Nestório Ribeiro - Livro de Matrículas

A estrutura educacional rural proposta não chegou a se efetivar. Com uma clientela já afastada da escola há algum tempo, foi proposto pelo professor José Monteiro Amaral um curso preparatório para o Exame de Admissão, que funcionou em caráter privado no final de 1948 e no ano de 1949. O Curso de Extensão Cultural, como foi chamado, visava preparar os alunos para o Exame de Admissão que seria realizado no final do ano, no Ginásio. Freqüentaram este curso cerca de 40 alunos. Durante o funcionamento do Curso foi criado um jornal para que, através da publicação de seus artigos, os alunos pudessem desenvolver o hábito da escrita, jornal este que passou a circular em todo o município.

Quando fundei o curso de Extensão Cultural, percebi a necessidade da criação de algo, que pudesse despertar no aluno, o estímulo pelos livros. Cheguei a conclusão, que o melhor meio seria um jornal, pois obrigaria o estudante a esmerar-se em fazer um trabalho que pudesse ser publicado. (...) porém ao invés de ser um órgão do estudante, passou involuntariamente a ser um jornal do povo (...) em vista deste imperativo categórico transformamos o nosso querido [jornal] em 'A Cidade de Jataí'.<sup>89</sup>

Com o início do Ginásio é extinto o Curso de Extensão Cultural que funcionava no mesmo prédio aquele se instala. Devido ao perfil da clientela - aluno mais velho e trabalhador - o Ginásio Nestório Ribeiro inicia suas atividades com o curso noturno, que é posteriormente ampliado também para o diurno. O Ginásio não funciona, então, dentro da estrutura prevista, mantendo basicamente a estrutura curricular dos cursos secundários - 1º ciclo, já existentes no país conforme mostra a Grade Curricular:

Ginásio Nestório Ribeiro			
Grade Curricular do Curso Ginásial			
1ª Série	2ª Série	3ª Série	4ª Série
Português	Português	Português	Português
Matemática	Matemática	Matemática	Matemática
História Geral	História Geral	História Geral	História
Geografia Geral	Geografia Geral	Geografia do Brasil	Geografia
Francês	Francês	Francês	Francês
Latim	Latim	Latim	Latim
Música	Música	Música	
Desenho	Desenho	Desenho	Desenho
Trabalhos Manuais	Trabalhos Manuais		Trabalhos Manuais
	Inglês	Ciências	Inglês
		Canto Orfeônico	Canto orfeônico

Fonte: Livro de registro de provas finais.

O Ginásio Nestório Ribeiro seguiu as mesmas diretrizes regimentais dos demais ginásios vinculados à Campanha Nacional dos Educandários Gratuitos,

tendo por finalidade precípua ministrar ensino secundário, dentro dos planos, leis e normas estabelecidas pela autoridades federais, estaduais e municipais. O Ginásio Nestório Ribeiro, manterá, sob regime de internato e externato, para ambos os sexos, curso ginásial e curso de admissão (facultativo), regidos cada qual por sua legislação particular, quanto a seriação, programas, etc.<sup>90</sup>

No que se refere ao professor, dentre outras funções deveria ele “conduzir os alunos não apenas à aquisição de conhecimentos, mas à madureza de espírito (...) Não podendo o professor servir-se da cátedra para pregar doutrinas contrárias aos interesses nacionais”.<sup>91</sup>

Na Grade Curricular não constava a disciplina Ensino Religioso, que era ministrada em uma aula semanal conforme demonstra

<sup>90</sup> GNR - Regimento Interno. Art. 1º e 2º - Das Finalidades - Livro de Correspondências até 1958, fls.

<sup>91</sup> Ibidem, fls. 198-205.



relatório de 1950.<sup>92</sup> A inserção do Ensino Religioso nos currículos da escola brasileira perpassou a elaboração de diferentes textos constitucionais. A Constituição de 34, em seu artigo 153, efetiva o Ensino Religioso nas escolas oficiais. A Constituição de 37, semelhante à Constituição de 1891, prevê o laicismo do Estado, mas mantém, entretanto, o Ensino Religioso (art. 133). Em 1942, a Reforma Capanema e a Lei Orgânica do Ensino Secundário são instituídas em um contexto polêmico (Segunda Guerra Mundial), e a Constituição de 1946 “readmite a tese da Igreja independente do Estado, mas sem prejuízo da colaboração entre ambos em prol do interesse coletivo, admite a assistência religiosa às forças armadas e a outros estabelecimentos”.<sup>93</sup> O espaço assegurado pela Constituição é amplamente aproveitado. Para Cury,

Se o dispositivo constitucional do Estado Novo é claro no sentido de um disciplina não-obrigatória quer no currículo quer na frequência, os dispositivos legais posteriores que traduzem uma regulação geral da educação trazem matizes diferenciados dentro dessa permissividade quanto à presença do ensino religioso nas escolas públicas oficiais. Todos os decretos-leis que configuram as **Leis Orgânicas dos diversos ramos do ensino**, durante e após o Estado Novo, incluem a possibilidade do ensino religioso.<sup>94</sup>

Assim, a Lei Orgânica do ensino secundário previa em seu artigo 21 a obrigatoriedade do Ensino Religioso - fundamental na educação do adolescente. A presença do ER no Ginásio Nestório Ribeiro não se dá, então, apenas por questões específicas, situa-se no contexto moralista por que passa o País, além de assegurar a supremacia do catolicismo. Para Horta,

O ensino religioso, ao mesmo tempo em que servia de instrumento para a formação moral da juventude, tornava-se também um mecanismo de cooptação da Igreja Católica e uma arma poderosa na luta contra o liberalismo e o comunismo e no processo de inculcação dos valores que constituíam a base de justificação ideológica do pensamento político autoritário.<sup>95</sup>

---

<sup>92</sup> Relatório enviado pelo prof. José Monteiro do Amaral, diretor do GNR ao sr. Pedro Brom de Azeredo, presidente da CMGMR em 05/05/1950.

<sup>93</sup> NERY, José Israel (fic) - O ensino religioso escolar no Brasil (ERE) no contexto da história das leis. *Ensino religioso escolar - Revista de Educação da AEC*, 22 (88) 7-20, jul./set./1993, p. 13.

<sup>94</sup> CURY, Carlos R. Jamil - Ensino religioso e escola pública: o curso histórico de uma polêmica entre Igreja e Estado no Brasil. *Educação em Revista - Revista da Faculdade de Educação da UFMG*, Belo Horizonte, (17), jun./1993, p. 28.

<sup>95</sup> HORTA, José Silvério Baía - O ensino religioso escolar na Itália fascista e no Brasil (1930-45). *Educação em Revista - Revista da Faculdade de Educação da UFMG*, Belo Horizonte, (17), jun./1993, p. 77.

Para ele, a perspectiva moralista e triunfalista da Igreja Católica do Brasil será dominante nos anos seguintes, e o "ensino da religião assumirá cada vez mais um caráter apologético, no espírito da grande ofensiva anti-protestante e antiespírita"<sup>96</sup> desencadeada pelo Secretariado Nacional de Defesa da Fé, criado em 1939 pelo Concílio Plenário Brasileiro. O protestantismo e o espiritismo, em expansão, simbolizavam uma ameaça à hegemonia católica, que deveria ser mantida.

As condições reais que estão postas neste momento, no campo religioso, abrem espaço para um dinamismo no campo social. Os ideais dos grupos religiosos emergentes que buscam sua consolidação apresentam realidades/propostas diferentes da estrutura social mantida sob a hegemonia do catolicismo e representam, conseqüentemente, uma ameaça às condições de manutenção desta estrutura social hegemônica, já que é possível perceber o catolicismo lutando para que seja mantido o sistema de idéias por ele defendido. Trabalhando com sistemas de idéias de uma totalidade social dada, compreendendo-os como em formação, não se deve analisá-los estaticamente e, sim, inserí-los como momento de um processo; não se deve, também, pensá-los como elementos isolados e, sim, situá-los no contexto histórico que os engendra, como coloca Cardoso. Assim, esta nossa análise não pode prescindir dos elementos ideológicos que permeiam a ação das diferentes instituições religiosas.

Aliada aos valores religiosos pudemos perceber na estrutura interna do Ginásio a preocupação com a formação de valores morais e cívicos presentes nas escolas confessionais, mesmo sendo uma escola pública. A presença do Ensino Religioso, a direção exercida por um casal de italianos católicos, bem como as "aulas de civilidades" possibilitam inserir o Ginásio Nestório Ribeiro no contexto de expansão do ensino secundário no país. Para Nunes,

a política educacional relativa ao ensino secundário, dos anos 50 até aproximadamente meados dos anos 60, foi uma política ditada pelos setores

---

<sup>96</sup> *Ibidem*, p. 76.

conservadores da burocracia, defensora dos interesses das escolas particulares na manutenção do monopólio desse tipo de ensino à revelia dos segmentos progressistas (...) O ensino secundário era visto como um problema internacional, na medida em que sua expansão, a mudança de sua clientela e a necessidade de reorientação de seus programas de estudos nos países capitalistas periféricos tornaram-se fatos marcantes pela exigência do desenvolvimento da industrialização que neles ocorria.<sup>97</sup>

Neste sentido, o processo de redemocratização que se desenrolava tinha como base uma sociedade bastante diferenciada, conturbada politicamente em função da II Guerra Mundial. Em Jataí, a orientação moral mantém-se presente tanto nas escolas confessionais como na pública.

Eu fui para o Nestório na época da D. Albina e professor Mosconi (...) ela gostava demais da gente e com aquelas aulas de civilidade que ela dava e eu na adolescência, assim já mocinha de uns 17 anos mais ou menos, eu pus aquilo tudo na cabeça, sobre a criação da gente assim, de se cuidar, de ser uma moça decente (...) então ela, naquelas aulas de civilidade ela jogava muito para gente (...) e todo moço que se aproximava de mim olha, só vinha aquela idéia da D. Albina (...) eu nunca esqueci dela, nem dela nem do Dr. Mosconi.<sup>98</sup>

A influência da educação recebida é destacada por esta ex-aluna ao comparar as duas escolas em que freqüentou o secundário.

Ela [D. Albina] dava umas aulas de civilidade assim, que a moça tinha que ser moça mesmo para casar, não era aquele tempo que hoje está usando, eu gostava demais da aula da D. Albina (...) nesse ponto, nas aulas da D. Albina, era mais rígido [o Nestório Ribeiro], do que o Bom Conselho. Porque no Bom Conselho eu não me lembro das freiras darem uma aula tão boa como as da D. Albina. Sobre a moral da pessoa, aquelas aulas chamavam civilidade (...) Então a gente pegava aquele clima. Sai do internato e depois vai para uma escola que tem aula de civilidade, a gente fica bem recatada, eu fiquei bem recatada, apesar de freqüentar a sociedade mas tudo aquilo que foi ensinado ficou muito bem gravado (...) eu achei que deveria ser e assim fui criada. Graças a D. Albina também. Uma senhora boa, uma francesa [italiana] maravilhosa.<sup>99</sup>

Estas aulas de civilidade eram na verdade aulas de moral e bons costumes, ministradas apenas para as alunas.

Da mesma forma que nas escolas confessionais, são marcantes, no Ginásio Nestório Ribeiro, as atividades cívicas: principalmente

<sup>97</sup> NUNES, op. cit., p. 27 e 36.

<sup>98</sup> Entrevista n° 14.

<sup>99</sup> Idem.

os desfiles e as sessões cívicas do Grêmio Líteo Teatral “Dr. Felipe Tiago Gomes” (homenagem ao presidente da CNEG). As reuniões do Grêmio eram marcadas por discussões políticas como: o “Pan-americanismo e o progresso do Brasil”<sup>100</sup>; a mudança da capital do País para o interior<sup>101</sup>; a crise econômica do País.<sup>102</sup> Nas reuniões eram também lembrados “vultos históricos”: Tiradentes; Duque de Caxias; Pedro Álvares Cabral; Santos Dumont; sendo também lembrada, em 24/08/55, a morte de Getúlio Vargas. Faziam parte ainda das sessões do Grêmio apresentações artísticas: música, poesia, teatro. Os desfiles, os hinos pátrios, os uniformes de gala, são lembrados pelos ex-alunos como aspectos importantes no Ginásio.

Lembro das festividades, tanto do Bom Conselho como do Nestório, eram tantas, tinha desfiles cívicos maravilhosos (...) Era os desfiles que chamavam atenção na cidade, e a gente desfilava com aquele entusiasmo (...) tinha o uniforme de gala que era o de desfilar (...) no Nestório, o uniforme de gala era saia branca e blusa branca de manga, era muito bonito, todo branquinho (...) todas [as escolas] tinham [o uniforme de gala]. O uniforme do Nestório [diário] era uma saia amarelo-caqui e blusa de manga curta e o de desfile saia pregueada cumpridinha (...) o professor Paulo que dava as instruções, ele me punha lá na frente porque a gente era alta (...) para nós não tinha nada melhor do que ficar destacada [ir à frente dos pelotões no desfile].<sup>103</sup>

No que se refere às questões cívicas empreendidas, não se percebe diferenciação entre as duas escolas particulares confessionais pesquisadas e a escola pública. Sendo uma disciplina obrigatória no Ensino Secundário, o Canto Orfeônico, presente nas grades curriculares do Normal Regional e do Curso Ginásial do ISG, CBC e GNR, contribuiu efetivamente para o patriotismo desenvolvido neste contexto em que as escolas pesquisadas se inserem, já que as aulas de Canto Orfeônico eram um espaço privilegiado para o aprendizado de hinos cívicos, do respeito à Bandeira, do amor à Pátria.

O projeto inicial do Canto Orfeônico tinha como objetivo primordial “auxiliar o desenvolvimento artístico da criança e produzir adultos

<sup>100</sup> Grêmio Líteo Teatral *Livro de Atas*, reunião realizada em 14/04/1955.

<sup>101</sup> *Ibidem.*, reunião realizada em 05/05/1955..

<sup>102</sup> *Ibidem.*, reunião realizada em 08/06/1956..

<sup>103</sup> Entrevista n° 14.

musicalmente alfabetizados".<sup>104</sup> O compositor Villa-Lobos, em 1931, desenvolve a primeira experiência de Orfeão Cívico no Brasil, ao reunir em São Paulo, mais de 11.000 vozes, numa manifestação de impacto inédita no País. Em 1932 Villa-Lobos assume, no Rio de Janeiro, a direção da Superintendência da Educação Musical e Artística - SEMA. A SEMA passa, então, a criar e manter cursos de preparação de professores, estruturar os currículos do Canto, além de criar o Conservatório Nacional de Canto Orfeônico, em 1942. As diretrizes curriculares propostas pela SEMA estavam voltadas para o folclore e para as cantigas infantis e populares, dentre outras. No entanto, já nas décadas de 30 e 40, argumentando sobre a importância de disseminar o método orfeônico, "Villa-Lobos promoveu grandes manifestações orfeônicas nas datas cívicas (...) a vinculação que se fez com o governo totalitário da época tornou-se evidente devido à forte associação que se fez entre música, disciplina e civismo".<sup>105</sup> O Canto Orfeônico deixa, então, a estrutura proposta e passa a ser mais um mecanismo a contribuir para a efetivação de uma sociedade cívica e ordeira. Villa-Lobos assim se expressa sobre o Orfeão.

Era preciso pôr toda nossa energia a serviço da Pátria e da coletividade, utilizando a música como meio de formação e de renovação moral, cívica e artística de um povo. Sentimos que era preciso dirigir o pensamento às crianças e ao povo. E resolvemos iniciar uma campanha pelo ensino popular da música no Brasil, crentes de que hoje o canto orfeônico é uma fonte de energia cívica vitalizadora e um poderoso fator educacional. Com o auxílio do Governo, essa campanha lançou raízes profundas, cresceu, frutificou e hoje apresenta aspectos ineludíveis de sólida realização... Mas para que esse ensino seja proveitoso e venha completar, e não perturbar, a evolução natural em que se deve processar a educação da criança, é preciso que seja ministrado simultaneamente com os conhecimentos de música nacional. Encarado, pois, o problema da educação musical da infância sob esse aspecto, o ensino e a prática do canto orfeônico nas escolas impõe-se como uma solução lógica, não só a formação de uma consciência musical, mas também um fator de civismo e disciplina social coletiva.<sup>106</sup>

Outra semelhança entre o Nestório Ribeiro e o colégio católico se dá no que se refere à co-educação. Mesmo sendo uma escola pública,

<sup>104</sup> GOLDEMBERG, Ricardo - Educação musical: a experiência do canto orfeônico no Brasil. In: *Pró-Posições*, vol. 6, nº 3 [18], nov./1995, p. 104. Para um aprofundamento sobre a influência do Canto Orfeônico na formação cívica do educando ver: HORTA, José Silvério B. - *O hino, o sermão e a ordem do dia: a educação no Brasil (1930 - 1945)*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1994.

<sup>105</sup> *Ibidem*, p. 106.

<sup>106</sup> VILLA-LOBOS - Educação musical, *Boletim Latino Americano de Música*, abril/1946. Apud. GOLDEMBERG, op. cit., p. 106 - 107.

mista, quando havia número suficiente de alunos para a divisão de turmas, esta divisão tinha a questão de gênero como base, conforme pudemos perceber nas relações de alunos matriculados. Em 1953 havia na escola três turmas de primeira série, sendo duas delas para homens e uma para mulheres.

O princípio da co-educação já adotado no ISG não integrava as propostas do Ginásio Nestório Ribeiro. Havia, sim, salas mistas, mas apenas quando o número de alunos não era suficiente para a divisão. Esta estrutura estava em consenso com a Lei Orgânica do Ensino Secundário que, como vimos no capítulo I, previa a separação das turmas por sexo. Desde a década de 30, esta era uma preocupação do Ministério da Educação. Gustavo Capanema, em um discurso proferido em 1937, assim justificava a separação de turmas:

A educação a ser dada aos dois [homem e mulher] há de diferir, na medida em que diferem os destinos, que a Providência lhes deu. Assim, se o homem deve ser preparado, com t $\hat{e}$ mpera militar, para os neg $\acute{o}$ cios e as lutas, a educa $\acute{c}$ o $\tilde{a}$ o feminina ter $\acute{a}$  outra finalidade, que  $\acute{e}$  o preparo para a vida do lar. A fam $\acute{i}$ lia, constitu $\acute{i}$ da pelo casamento indissol $\acute{u}$ vel,  $\acute{e}$  a base de nossa organiza $\acute{c}$ o $\tilde{a}$ o social e est $\acute{a}$ , por isto, colocada sob a prote $\tilde{c}$ o $\tilde{a}$ o especial do Estado. Ora,  $\acute{e}$  a mulher que funda e conserva a fam $\acute{i}$ lia como  $\acute{e}$  tamb $\acute{e}$ m por suas m $\acute{a}$ os que a fam $\acute{i}$ lia se destr $\acute{o}$ i. Ao Estado, pois, compete, pela educa $\acute{c}$ o $\tilde{a}$ o que lhe ministra, prepar $\acute{a}$ -la convenientemente para a sua grave miss $\tilde{a}$ o.<sup>107</sup>

Apesar de, em 1943, atrav $\acute{e}$ s da Portaria Ministerial n $^{\circ}$  222 de 27/03/43 ser reconsiderada a obrigatoriedade da separa $\acute{c}$ o $\tilde{a}$ o de salas femininas, “considerando serem de motivo relevante, nos termos da lei, as dificuldades de natureza econ $\acute{o}$ mica decorrentes da atual situa $\acute{c}$ o $\tilde{a}$ o internacional”, o GNR, a semelhan $\tilde{c}$ a dos col $\acute{e}$ gios cat $\acute{o}$ licos, n $\tilde{a}$ o pratica a co-educa $\acute{c}$ o $\tilde{a}$ o.

No seu aspecto financeiro, quando o Gin $\acute{a}$ sio passou a receber verbas do Governo Federal atrav $\acute{e}$ s da CNEG, a diretoria esperava superar a crise financeira; mesmo assim, as dificuldades para manuten $\tilde{c}$ o $\tilde{a}$ o do Gin $\acute{a}$ sio continuavam existindo, mesmo com as verbas recebidas dos poderes p $\acute{u}$ blicos

---

<sup>107</sup> Discurso do Ministro Gustavo Capanema proferido por ocasi $\tilde{a}$ o do centen $\acute{a}$ rio do Col $\acute{e}$ gio Pedro II em 02/12037. Apud SOUZA, Cytia Pereira de - Os caminhos da educa $\acute{c}$ o $\tilde{a}$ o masculina e feminina no debate entre cat $\acute{o}$ licos e liberais: a quest $\tilde{a}$ o da co-educa $\acute{c}$ o $\tilde{a}$ o dos sexos, anos 30 e 40. In: *Pesquisa hist $\acute{o}$ rica: retratos da educa $\acute{c}$ o $\tilde{a}$ o no Brasil*. Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 1995, p. 37 - 48. (Revista do Grupo de Trabalho de Hist $\acute{o}$ ria da Educa $\acute{c}$ o $\tilde{a}$ o da XVII Reuni $\tilde{a}$ o anual da ANPED).

federal, estadual e municipal. Apesar destas dificuldades, recebendo verbas específicas para construção, a Cooperativa construiu prédio próprio (externato em funcionamento e internato em construção). No entanto, a manutenção diária das atividades era difícil, o que ocorria em todo Estado.

a campanha crescia, e compreendeu o governo federal que, se atendessem aos pedidos na altura que pretendiam os seus dirigentes, para o custeio de seus serviços, essas doações ultrapassariam os limites do razoável. E foi encurtando, devagar, a soma desses auxílios. Eram muitos já os ginásios, escolas normais e escolas de comércio, fundados em Goiás pela Campanha, cerca de 60 ao todo. Como era previsto, depois de crescer muito, a Campanha vai esmorecendo, e diminuindo sua rede de ginásios, forçando os governos estaduais, por pressão dos políticos locais, a encampar esses estabelecimentos. Um a um foram todos encampados.<sup>108</sup>

Em Jataí a história se processou, em parte, de forma semelhante a outras regiões do Estado. Em 1957 a Cooperativa assina com o Estado um contrato, passando para o mesmo as "instalações do Externato do Ginásio Nestório Ribeiro, com todos os móveis e pertences, pelo prazo de 5 anos, sem quaisquer ônus aos cofres públicos estaduais, para nêlo funcionar o Ginásio Estadual Nestório Ribeiro".<sup>109</sup> Através de Contrato assinado, a Cooperativa cederia o patrimônio ao Estado que, em contrapartida, ofereceria o Ginásio gratuitamente. O Estado, por sua vez, obrigava-se a restituir as instalações, móveis e demais pertences nas mesmas condições em que recebeu, "para ser utilizado por instituição de natureza educacional, preferencialmente do ensino médio",<sup>110</sup> dentro de 5 anos, visto que a cessão foi feita 'pelo prazo improrrogável de 5 anos'. Efetivado o processo de estadualização do Ginásio, "o corpo docente do Ginásio Nestório Ribeiro é transferido para o novo Ginásio Estadual,"<sup>111</sup> assim como o corpo discente.

A transferência do Nestório Ribeiro para a área Estadual foi naturalmente em decorrência das mudanças, em decorrência de situações novas, a comunidade começou sentir quase que incompetente para manter, continuar mantendo e sustentando o Nestório Ribeiro, quando os colégios daquele nível, em outras localidades, eram todos mantidos pelo Estado. Então voltou a participar do processo o aspecto político. Então, foi quando nos decidimos a transferir a responsabilidade da administração da Cooperativa Mantenedora do Nestório Ribeiro para o governo do Estado e fazendo justiça tivemos a aceitação, o apoio, e o trabalho competente do

<sup>108</sup> BRETAS, op. cit. p. 592.

<sup>109</sup> CMGMR. Ata da reunião extraordinária realizada em 07/02/57 Livro de Atas fls. 27 verso.

<sup>110</sup> GNR - Livro de Correspondências de 1952 a 1958, fls. 13.

<sup>111</sup> *Ibidem*.

Dr. José Feliciano, que sem dúvida alguma é um grande idealista e um grande educador.<sup>112</sup>

Interessante é que toda a história do Ensino Secundário Particular em Jataí foi delineada tendo por trás diferentes 'arranjos' para o constante investimento de verbas públicas. O GNR, uma escola pública, contraditoriamente, busca inicialmente a contribuição dos alunos, até que se desencadeia o processo de estadualização.

Em menos de dois anos, após a Cooperativa ter cedido ao Estado as instalações do Ginásio, conseqüentemente antes de findo o prazo de 5 anos estabelecidos, em 7 de agosto de 1959 a diretoria da Cooperativa convoca uma reunião extraordinária para discutir sobre o interesse do governo do Estado - então nas mãos de José Feliciano Ferreira, jataiense - em construir no município um ginásio modelo. Foi colocado que, tendo o Estado assumido anteriormente a manutenção do Nestório Ribeiro, não haveria como realizar a referida construção. Para que o Estado pudesse construir o Ginásio Modelo, foi sugerido à Cooperativa que doasse as instalações do Ginásio às Irmãs Agostinianas, como citado no capítulo II, para ali funcionar o Colégio Nossa Senhora do Bom Conselho (que funcionava em um prédio já construído para este fim - fotos 29 e 30). As Irmãs Agostinianas receberiam o prédio já construído (internato em fase final de construção) e, em troca, doariam o terreno com a extensão de 4.475 metros quadrados para a construção do novo ginásio. Este terreno havia sido a elas doado pela prefeitura municipal através da Lei Municipal nº 199 de 08/07/54, com a condição de que fosse construído o prédio no prazo de cinco anos, caso contrário a doação seria anulada (o que não aconteceu já que o Colégio realizou antes a transação).<sup>113</sup> Até que o novo prédio fosse construído, foi sugerido que o Ginásio Nestório Ribeiro passasse a funcionar no prédio do Ginásio Nossa Senhora do Bom Conselho, visto que este passaria a ocupar as novas instalações imediatamente. Vale ressaltar, aqui, que, de acordo com as atas da Cooperativa, o terreno onde havia sido construída a sede do Ginásio e que

---

<sup>112</sup> Entrevista nº 2.

<sup>113</sup> PREFEITURA MUNICIPAL DE JATAÍ, Livro de Leis 1955-1956, fls. 47 verso.



passaria agora às Irmãs Agostinianas possuía 30.000 metros quadrados. O presidente da Cooperativa na época explica, assim, as negociações que deveriam ser efetuadas:

nos reunimos para discutir assunto de alta repercussão e de máximo interesse do ensino em Jataí. A Cooperativa foi criada para o fim específico de construir e fazer instalar aqui um Ginásio que viesse atender aos reclamos da mocidade estudiosa. Hoje, tornado em realidade aquele objetivo, entendemos haver chegado o momento de passarmos esta responsabilidade ao Poder Público, neste caso o Estado de Goiás, para continuar a jornada de trabalho em favor da educação em Jataí. O atual Governo, numa feliz iniciativa vem determinar a construção de um modelar estabelecimento de ensino para nele se instalar o 'Colégio Estadual de Jataí', como se vê, incluindo-se o segundo ciclo. Acontece, entretanto, que, mantendo o atual Ginásio, o Estado não poderá instalar um novo Colégio. Assim, impraticável se torna a execução da obra citada. Examinado o problema em seus mínimos detalhes entendemos e sugerimos aos senhores sócios da Cooperativa que a medida mais aconselhável é a de se fazer a doação dos bens imóveis à Congregação de Madres Agostinianas Terceiras Missionárias de Ultramar, para neles instalarem o Ginásio Nossa Senhora do Bom Conselho e Escola Normal. As Irmãs Agostinianas, assim, doariam, ao Estado de Goiás, a área de que necessita para erguer o novo Colégio Estadual de Jataí (...) até a conclusão do prédio do Colégio ficou assentado que as Irmãs Agostinianas, cederiam, por prazo ilimitado, ou seja até final conclusão do Colégio, as suas atuais instalações, ou seja o prédio sito a rua Paraná, nesta cidade, para nele funcionar o Ginásio.<sup>114</sup>

A 'troca' é efetivada e o novo ginásio construído. As instalações doadas às Irmãs Agostinianas abrigam até hoje a sede do Colégio Nossa Senhora do Bom Conselho, prova de que poderia ter abrigado o Colégio Estadual.

É interessante ressaltar que o prédio do Ginásio, já concluído, possuía uma estrutura que daria para abrigar o Ginásio Modelo proposto pelo Estado (fotos 30, 31, 32), inclusive com menos recursos. Ao contrário disso, o prédio é doado às Irmãs Agostinianas. É importante salientar, também, que para a construção do prédio que seria doado, o Estado já havia contribuído financeiramente. Em 29 de fevereiro de 1956 foi averbado ao registro da Cooperativa, no Cartório, a

concessão de auxílio destinado à conclusão e construção de prédios e equipamentos do referido estabelecimento de ensino [*Ginásio Nestório Ribeiro*] (...) no qual a Diretoria do Ensino Secundário concede à Cooperativa a importância de Cr\$ 1.500,00, pagos em três parcelas de 500.000,00 e a Cooperativa 500.000,00 também pagos em três parcelas.<sup>115</sup>

<sup>114</sup> CMGNR. Ata da reunião extraordinária realizada em 07/02/57 l. Livro de atas fls. 27 verso.

<sup>115</sup> JATAÍ, Cartório de Registro de Imóveis, Títulos, Documentos e Protestos. Livro de Registro de Sociedades Civis nº 01, fls. 126 verso a 129 (registro nº 15) em 29/fev./1956.

Neste sentido, ao ser efetivada a doação do prédio à Igreja, temos novamente os recursos públicos sendo destinados à iniciativa particular, ou seja, temos a publicização do privado e, contraditoriamente, a estadualização do que já era público.

Foto 23

**Alunos do Curso de Extensão Cultural  
Preparatório para o Exame de Admissão ao Ginásio Nestório Ribeiro  
(1949)**

(ao centro, sentado, o prof. José Monteiro do Amaral)



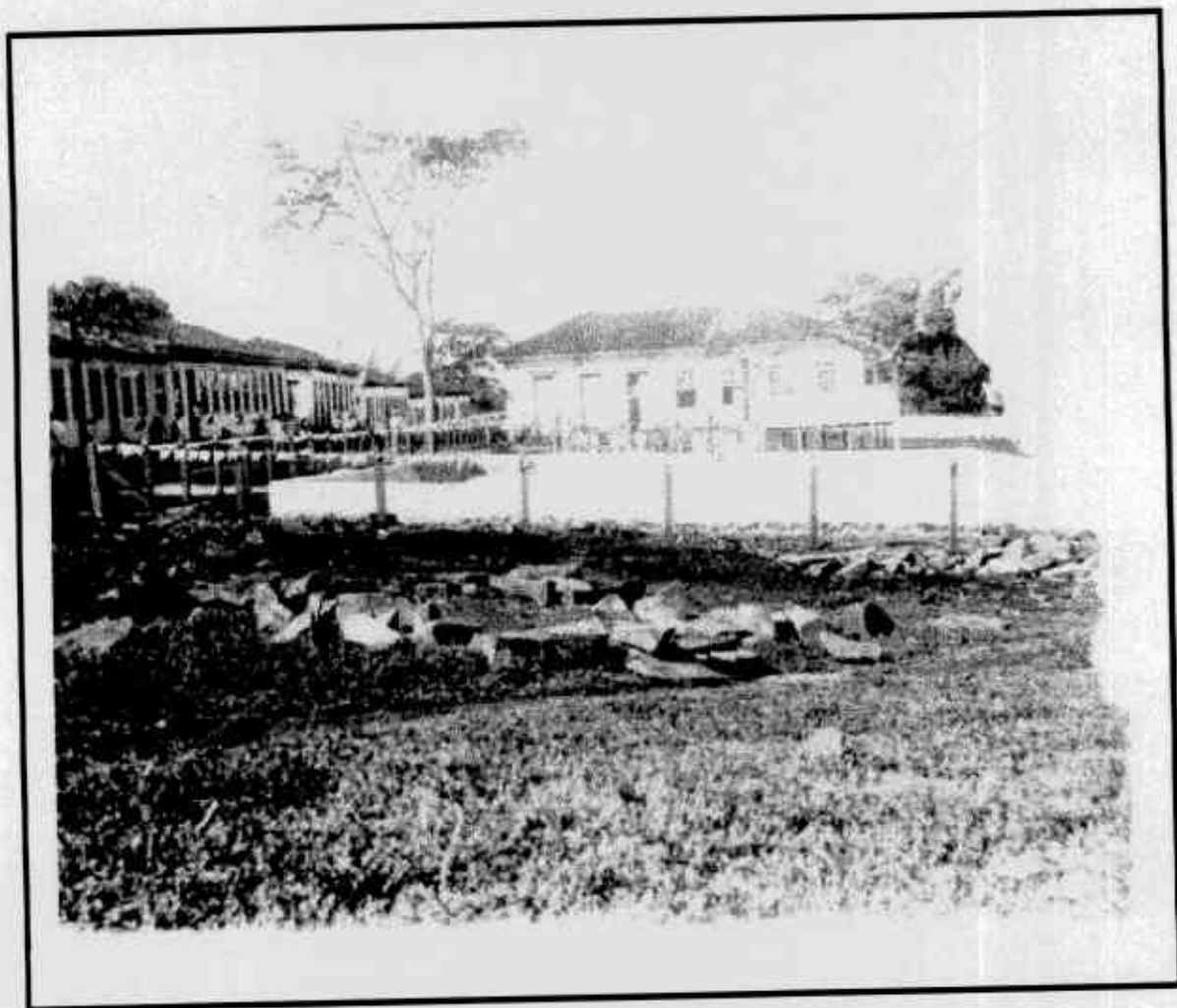
Fonte: Ex-aluna.

## Foto 24

**Primeira Sede do Ginásio Nestório Ribeiro (casa ao fundo)**  
**Rua José Manoel Vilela esq. com Rua José Pereira Rezende**  
**(sede já demolida)**

**(sem data)**

(no lado direito há um palanque onde se lê, na foto original, em uma faixa, a inscrição '3 de outubro' \*)

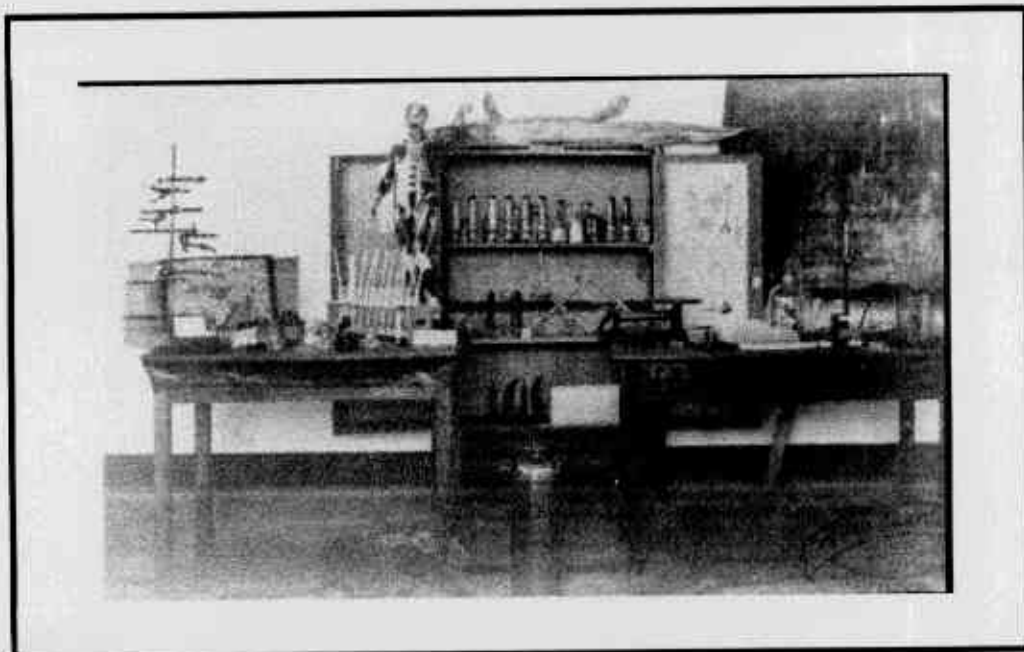


**Fonte:** Museu Histórico de Jataí “Francisco Honório de Campos”.

\* Data comemorativa da ‘Revolução de 1930’.

Foto 25

**Ginásio Nestório Ribeiro - Laboratório (1951)**  
**Em funcionamento em sala do Grupo Escolar José Manoel Vilela.**



**Fonte:** Colégio Estadual Nestório Ribeiro

Foto 26

**Ginásio Nestório Ribeiro - Sala de Estudos Sociais (1952)**  
**Em funcionamento em sala do Grupo Escolar José Manoel Vilela**



**Fonte:** Colégio Estadual Nestório Ribeiro

Foto 27

**Ginásio Nestório Ribeiro - Desfile (1952)**  
**Em funcionamento em sala do Hospital Regional de Jataí**



Fonte: Museu Histórico de Jataí "Francisco Honório de Campos".

Foto 28

**Ginásio Nestório Ribeiro - Desfile Cívico (1957)**  
**Praça Padre Brom**



Fonte: Museu Histórico de Jataí "Francisco Honório de Campos".

Foto 29

**Ginásio Nestório Ribeiro**

**(1957)**

(em pé, à esquerda o secretário Sr. Dante Mosconi e à direita a diretora D.Albina B. Mosconi ao centro alunos e professores)

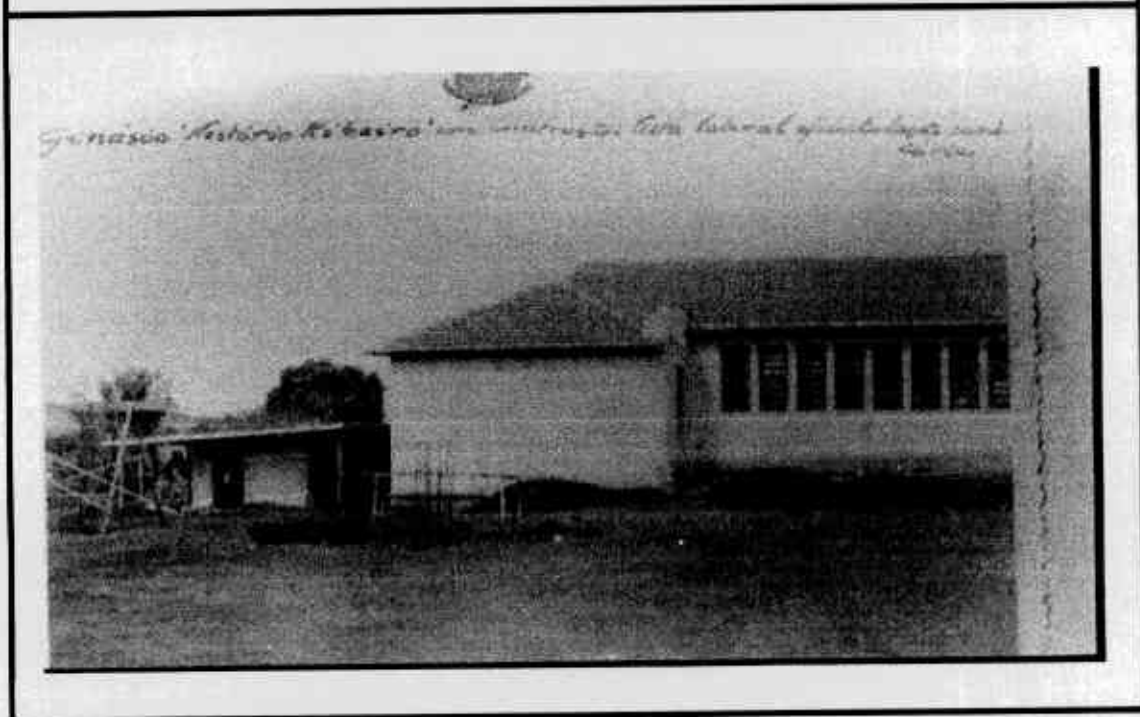


**Fonte:** Museu Histórico de Jataí “Francisco Honório de Campos”.

Fotos 30 e 31

**Primeira Sede Própria do Ginásio Nestório Ribeiro**

(cedida ao Colégio Nossa Senhora do Bom Conselho a partir de 1957)



Fonte: Colégio Estadual Nestório Ribeiro.



Foto 32

**Primeira Sede Própria do Ginásio Nestório Ribeiro**  
(cedida ao Colégio Nossa Senhora do Bom Conselho a partir de 1957)

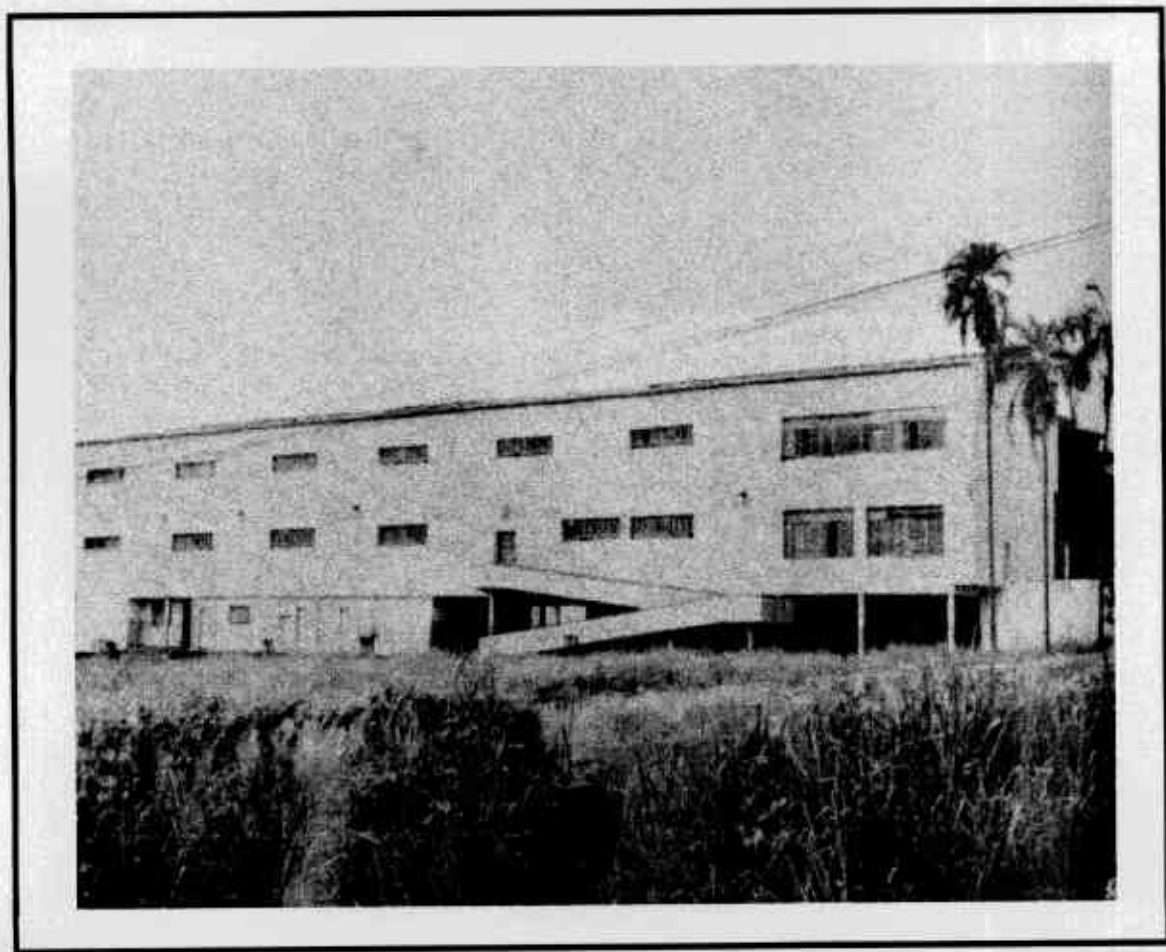


Fonte: Assis, J. - *A obra...*, op. cit., p. 273.

Foto 33

**Ginásio Estadual Nestório Ribeiro**

Construído na década de 60, pelo governo do Estado, para instalação do Ginásio Modelo  
(sede atual)



Fonte: Assis, J. - *A obra...*, op. cit., p. 288.

## **IV - O REPENSAR DO OBJETO, UMA ANÁLISE POSSÍVEL.**

Quando se busca uma interpretação mais abrangente de uma prática educacional, e por que não dizer de uma prática social, necessário se faz compreender os mais diferentes mecanismos que regem a estrutura social e lhes dão sentido. Ao nos propormos buscar e analisar a escalada do ensino secundário no município de Jataí, nas décadas de 40 e 50, apenas vislumbrávamos fatos que a pesquisa foi descortinando. Foram meses de investigação, que nos contagiava, cada vez mais, ao irmos elucidando pontos obscuros que passavam a recompor a teia da história já gasta e esquecida nos baús do tempo.

Navegamos em um mar de informações... Mas necessário se fez interromper a viagem. Neste momento, não nos propomos concluir, pois acreditamos que a teia da história não se conclui. Uma conclusão não consegue apreender todos os nexos que constituem o objeto que se constrói e se renova quotidianamente. Neste momento em que interrompemos esta investigação, já que, posteriormente, novos sujeitos recomporão o cenário, nos empenhamos a elaborar uma das sínteses possíveis.

O ensino secundário no Brasil após 1930 - inicialmente, com a Reforma Francisco Campos e, posteriormente, com a Reforma Gustavo Capanema e a conseqüente Lei Orgânica - nº 4.244 de 09 de abril de 1942 -, expande-se em termos quantitativos, passando a fazer parte das reivindicações de diferentes segmentos sociais.

Tendo por finalidade, em prosseguimento do ensino primário, formar a personalidade do adolescente, acentuando e elevando na formação espiritual a consciência patriótica e humanista, o ensino secundário não perde, com a Lei Orgânica, seu caráter propedêutico, sendo acentuado o caráter de formação geral. Na terceira finalidade exposta no Artigo 1º da Lei encontramos: “dar preparação intelectual geral que possa servir de base a estudos mais elevados de formação especial”.

Estando o ensino secundário dividido em dois ciclos, sendo o primeiro deles o curso ginasial com 04 anos de duração, e o segundo ciclo, os cursos clássico e científico a serem concluídos em 03 anos, o processo de expansão se fez perceber de forma mais acentuada, em todo País, no primeiro ciclo, nos cursos ginasiais. A expansão que ocorre no País é extensiva ao estado de Goiás, que, no período após 30, insere-se economicamente no cenário nacional através de medidas adotadas pela política de “marcha para o oeste”.

No momento em que se processa a expansão, ela se dá, basicamente, através da rede privada de ensino, sem nos esquecermos, também, de que neste momento diferentes segmentos sociais passam a reivindicar para si o direito de acesso a este nível de ensino, até então restrito a uma determinada categoria, já que estava voltado, fundamentalmente, para formação das elites condutoras, como está explícito na Lei Orgânica.

O município de Jataí, estando em oposição ao governo Caiado no final dos anos 20, conquista, após 30, um espaço político importante no Estado, compondo com Rio Verde e demais municípios do sudoeste goiano uma força econômica e política atuante em todo Estado.

Nas três primeiras décadas deste século, a educação em Jataí está praticamente restrita ao curso primário, havendo, sem que conseguissem realmente se efetivar, três escolas que se propunham manter o curso secundário.

O Instituto Municipal Pedro Salazar, o Colégio Paula Ribeiro e o Lyceu de Jataí funcionaram em pequenos espaços de tempo, marcando de forma tênue a história da educação em Jataí, já que o Colégio Nossa Senhora do Bom Conselho é considerado, por diferentes segmentos, como a primeira escola secundária do município.

A efetivação do ensino secundário, vai se dar na década de 40 com a criação do Colégio Nossa Senhora do Bom Conselho, Instituto Samuel Graham e Ginásio Nestório Ribeiro, escolas católica, evangélica e comunitária, respectivamente.

A escola evangélica, primando por uma pedagogia inovadora, estabelece-se firmada em bases sólidas com a estrutura de escolas americanas, que por sua vez retratavam os ideais escolanovistas. A comunhão de idéias da Sra. Ruth Graham com o amigo Anísio Teixeira, como ela mesmo retrata, vem confirmar esta relação. A educação em período integral e o uso de material pedagógico oriundo do Colégio Mackenzie, que por sua vez adotava métodos pedagógicos norte-americanos, dá ao Instituto Samuel Graham um caráter inovador.

O Instituto preocupava-se mais com a utilização prática do conhecimento do que com a quantidade de conhecimentos que o aluno fosse capaz de assimilar. A formação do caráter do educando é uma das principais metas dos colégios evangélicos e o ISG insere-se neste grupo. O que define o tipo de educação a ser ministrado é sua praticidade e eficiência na formação de um cristão honesto e produtivo - leia-se capaz de semear novos espaços -, já que a instalação dos colégios evangélicos e sua expansão pelo interior do País se dá atrelada à expansão dos ideais religiosos. Neste sentido também é que as escolas evangélicas não impunham, como as católicas, restrições religiosas aos educandos e educadores. A liberdade e tolerância religiosa são princípios básicos nessas escolas.

É bem verdade que, sendo o catolicismo a religião que detinha no País, desde a colônia, a hegemonia tanto no que se refere ao número de fiéis como ao número de escolas confessionais, este mantinha a preocupação apenas de manter consolidada esta hegemonia. Por outro lado, o protestantismo caminhava buscando, através das escolas que criava, sua penetração pelos redutos católicos e sua conseqüente efetivação. Como vimos, o presbiterianismo assegurava a interiorização pelo País em diferentes frentes (mapas 2 e 3), no primeiro século de atuação no Brasil (1859 - 1959), e são nestas diferentes frentes, com ênfase nas escolas e hospitais, que vai assegurar sua expansão.

Havendo na própria Lei Orgânica do Ensino Secundário a indicação de que as salas de aula fossem, quando possível, definidas por sexo, este princípio, desde o início do século, não é seguido pelas escolas evangélicas. Ao contrário, são estas escolas que introduzem no Brasil o princípio da co-educação. Além disso, os colégios evangélicos, como é o caso do Mackenzie, por exemplo, tinham como princípio da religião, mais os exemplos dos convertidos e menos a pregação religiosa. A religião é considerada a base da educação nestes colégios, e, para o ISG, esta premissa também é verdadeira; entretanto, a freqüência à mesma não é obrigatória. Normalmente, a liberação de verbas norte-americanas para escolas protestantes estava condicionada à liberdade política, religiosa, e à co-educação. Neste sentido é que temos, em todo País, a abertura dos colégios protestantes a pessoas de diferentes credos religiosos. No ISG, não há evidência explícita de propaganda religiosa para os alunos: não havia distribuição de folhetos evangélicos e nem de Bíblia, fato que as pessoas por nós entrevistadas fizeram questão de deixar claro. A preocupação maior destas escolas está centrada na formação de cidadãos conscientes e produtivos economicamente.

No ISG, a formação do cidadão passava pelo despertar do civismo. O respeito à Bandeira, a correta entonação dos Hinos Pátrios, os uniformes impecáveis, os desfiles cívicos, eram elementos importantes a

serem cultuados em um momento em que os conflitos advindos da 2ª Guerra Mundial deixavam abalados o nacionalismo em diferentes regiões. Além deste aspecto, o incentivo à cooperação e o desenvolvimento de habilidade objetivando o trabalho coletivo, os trabalhos em grupo e o exercício da democracia, deram ao ISG um caráter inovador, sendo que, mesmo com este caráter inovador, a preocupação com a formação moral do educando se fazia presente.

Com uma proposta pedagógica fechada à participação do educando católico, o Colégio Nossa Senhora do Bom Conselho, ao contrário do ISG, firma suas bases em princípios autoritários. Como em outros colégios católicos, a preocupação com os conteúdos e a prática de sanções e castigos fazem-nos perceber o alto nível de rigidez e a exigência de comportamentos considerados 'adequados', através da coação, o que prejudica a liberdade de pensamento e o trabalho coletivo.

O enciclopedismo existente nas escolas católicas afastam da vida prática os alunos que, por outro lado, como ocorre no CBC, são despertados não para o exercício da cidadania e, sim, para a subserviência no lar. Não havia no CBC liberdade religiosa. Alunos e professores eram obrigados à prática do catolicismo. Batismo, primeira comunhão, frequência semanal à missa, eram exigidos a todos os alunos que muitas vezes aceitavam esta prática para manterem a permanência no Colégio.

A preocupação com a moral era reforçada pela clientela exclusivamente feminina do curso ginásial e do Normal Regional. Os colégios de freiras eram bastante procurados por pais tradicionais, já que a Igreja não aceitava como princípio educacional a co-educação. Havia no CBC a preocupação de ministrar à sua clientela uma educação doméstica, objetivando a formação de boas mães de família e eficientes donas de casa, reforçando ser, a maternidade e o lar, o espaço próprio da mulher, a quem competia a formação cristã dos filhos. A influência do Colégio era percebida em diferentes ambientes, já que, como expressa uma ex-aluna, mesmo fora do

Colégio, as freiras observavam roupas e costumes. Mesmo no caso das alunas que freqüentavam o Normal, o que pressupõe a profissionalização, disciplinas como trabalhos manuais, higiene e puericultura, asseguravam a formação de mães de família em detrimento da formação de professoras. O magistério é percebido como vocação, como sacerdócio, como missão.

As atividades diárias, principalmente as das alunas internas, eram verdadeiros rituais onde se exigia rigoroso cumprimento de todos os horários, sendo valorizadas as "Filhas de Maria" - jovens obedientes, humildes, que mantinham as virtudes de 'Nossa Senhora'. O CBC, além de primar pela educação moral, tinha também na formação cívica um de seus ideais. Como no ISG, os Hinos Pátrios ensinados nas aulas de canto orfeônico, as reuniões e desfiles cívicos, despertavam o caráter patriótico na formação dos alunos. O uniforme de gala exigido, inclusive para freqüência à missa, dava ao CBC maior importância na formação das jovens.

Apesar de manter esta estrutura rígida e fechada, é preciso deixar claro que o CBC foi um dos baluartes da educação em Jataí nas décadas de 40 e 50, e sua relevância na formação da família cristã jataiense não pode ser negada. A Igreja Católica consegue, na combinação entre clientela feminina e interiorana, assumir o papel hegemônico na educação em Jataí.

O Ginásio Nestório Ribeiro, criado, inicialmente, como uma escola comunitária, não traz em sua origem um princípio pedagógico inovador. O alto contingente de alunos espíritas e, em contrapartida, a presença de diretores asseguradamente católicos dão ao GNR um caráter de escola confessional. As aulas de civilidade e economia doméstica, ministradas mesmo sem constar da Grade Curricular para as alunas, demonstram a preocupação com a formação da mãe de família, recatada, do lar.

Como vimos, a política do Estado, expressa na Lei Orgânica do Ensino Secundário, advertia sobre os perigos para as jovens, da co-



educação, princípio este seguido pelo GNR, mesmo após a publicação da Portaria Ministerial 222/43 que atenuava a obrigatoriedade de salas femininas. Ao contrário do que se pressupunha de uma escola pública, livre dos preceitos morais defendidos pela Igreja Católica, O GNR se firma como uma escola tradicional, rígida, que, no início da década de 50, mantinha, quando o número de alunos permitia a criação de mais de uma turma por série, a divisão destas, por sexo.

Por outro lado, a criação do GNR e o curso noturno asseguram para a classe trabalhadora o acesso ao ensino secundário em Jataí, até então restrito às mulheres, no CBC, e ao Curso Normal Regional, no ISG. A estrutura do GNR ia ao encontro do proposto pelo Estado, que defendia o Ensino Secundário impregnado de práticas educativas, que levassem ao aluno uma formação moral e ética firmada na crença em Deus, na religião, na família e na pátria. Da mesma forma que no ISG e no CBC, o GNR desenvolvia no aluno a consciência patriótica como propunha a Reforma Capanema. Nas reuniões do Grêmio, o patriotismo é sempre ressaltado por alunos, inclusive na alusão aos considerados 'vultos históricos'.

A três escolas pesquisadas estavam sujeitas a um rígido controle de qualidade, assegurado pelas visitas ordinárias da inspetoria, pela exigência do registro dos professores junto ao Ministério da Educação - conseguido mediante a realização de provas de conhecimento -, além do que, nos relatórios mensais encaminhados ao Ministério, deveriam constar todos os conteúdos trabalhados, por disciplina.

Apesar do número expressivo de alunos espíritas no GNR, este fato não influenciou a estrutura pedagógica do Ginásio. No entanto, a ordem determinada pelas três escolas se manifesta nas políticas empreendidas no município a partir de então, bem como na manutenção de uma estrutura coronelística nas mãos do PSD.

Mesmo defendendo práticas sociais determinadas, é sutil a diferença nos currículos das três escolas, ficando obscura a proposta de cada uma delas. As Grades Curriculares, tanto do Normal Regional como do Curso Ginásial, se assemelham deixando claro o caráter propedêutico de cursos, que mantinham, por exemplo, o Inglês, Francês e Latim. No Normal Regional, o ensino de Língua Estrangeira é minimizado, sendo ministrada apenas uma: o Francês, no CBC, onde as freiras tinham descendência européia; e o Inglês, no ISG, fundado por norte-americanos.

No que se refere à estrutura mantenedora das três escolas, é possível perceber, desde a fundação, uma semelhança quanto à mobilização da comunidade para a abertura das mesmas. No caso do CBC, a estrutura física é erguida com recursos da população. Para o ISG, há também uma mobilização, mas, em contrapartida, existe o interesse específico das Missões Norte-Americanas de garantirem a expansão do protestantismo pelo interior do país, o que faz com que a contribuição financeira do município seja pequena. No caso do GNR, a mobilização e o espírito de cooperação na efetivação de um educandário gratuito é maior, o que fica claro nos depoimentos coletados, nas dificuldades diárias, no voluntarismo dos professores.

A cobrança de mensalidades, no caso das escolas confessionais, e a paulatina cobrança de contribuições, no caso da escola comunitária, fazem com que as três escolas possam ser, por nós, enquadradas em um mesmo grupo, cuja preocupação gira em torno da manutenção financeira das mesmas. O ISG e o CBC cobram mensalidades, distribuem bolsas de estudo, o que dá a elas um caráter seletivo. O GNR, mesmo cobrando contribuição do aluno, não se descaracteriza enquanto público. Por outro lado, se assemelham, também, ao receberem, em diferentes momentos, subvenções do Estado para sua manutenção. Para nós, entretanto, há uma especificidade. O GNR, filiando-se à CNEG e, conseqüentemente, não podendo cobrar mensalidade, solicita do aluno contribuição voluntária. As outras duas escolas, cobrando mensalidades, não deveriam ser subvencionadas, mas justificam tal fato no atendimento às camadas populares

através da distribuição de bolsas de estudo, cujas mensalidades eram 'pagas' em dobro, já que, muitas vezes, a comunidade mantinha os alunos e estes, por sua vez, prestavam serviço à escola.

Além deste aspecto, no que se refere ao financiamento, o prédio do GNR, construído com recursos públicos além do esforço financeiro também da comunidade, é doado à Igreja através da Cooperativa Mantenedora do Ginásio Nestório Ribeiro, para ali funcionar o CBC. O antigo prédio do CBC, para onde se transfere, provisoriamente, o GNR, foi posteriormente demolido.

As três escolas por nós pesquisadas se firmaram no município como pólos educacionais, congregando alunos de toda a região. Tanto o ISG como o CBC mantiveram, no período estudado, alunos em regime de internato. O GNR construía na sua sede própria o internato que, após a doação às Irmãs Agostinianas, vai servir-lhes de residência, além de manterem também internato. A nova sede do GNR, construída para ser um Ginásio Modelo e para onde a escola se transfere no início da década de 60, não possui estrutura para alunos internos.

As três escolas, hoje, mantêm a mesma estrutura física, com pouquíssimas alterações, no caso do ISG. O prédio onde funcionou o internato feminino foi vendido à Universidade Federal de Goiás e é hoje alojamento de professores e residência do diretor do Campus Avançado de Jataí, o qual foi construído em uma área adquirida do ISG pela Prefeitura Municipal, para este fim. O ISG manteve-se como escola particular até início da década de 70. Em dezembro de 1970 assinou, com a Secretaria de Educação do Estado de Goiás, convênio para manutenção dos cursos de 1º grau (Educação Infantil - Pré Escola e Ensino Fundamental - 1ª à 4ª série) e 2º grau Técnico em Magistério, criado em 1964. Em 1977, paralelo à estrutura de escola conveniada, o ISG iniciou, no prédio onde funcionou o internato masculino, curso de 2º grau profissionalizante (Habilitação Básica em Saúde), em regime particular. Este curso continua em funcionamento, sendo hoje, 2º grau Não

Profissionalizante. Neste mesmo local, passou a funcionar, a partir de 1994, a primeira fase do 1º grau (Educação Infantil - Pré Escola e Ensino Fundamental de 1ª à 4ª série), também particular, mesmo sendo mantido até a presente data (1997) o convênio com o Estado. Desde 24 de julho de 1977, os bens móveis e imóveis do Instituto foram transferidos pela Comissão da Missão e Relações Ecumênicas da Igreja Presbiteriana Unida dos Estados Unidos da América para o ISG, que é hoje administrado por um Conselho Deliberativo composto por membros da Igreja Presbiteriana do Brasil.

O CBC, após receber o prédio da CMGNR, se transfere para lá, mantendo o internato. Em 1953, cria-se o Curso Normal - 2º ciclo totalmente subvencionado pelo Estado, conforme convênio assinado em 19/03/53. Em 1966, cria-se, anexo à Escola Normal, uma Escola Doméstica que atendia basicamente a alunos carentes. O CBC mantém, hoje, a Educação Infantil e o Ensino Fundamental de 1ª à 8ª série, em regime particular.

O GNR, hoje Colégio Estadual Nestório Ribeiro, mantém, atualmente, a estrutura construída pelo Estado, para onde se transferiu no início da década de 60. O Colégio, estadual, ministra o Ensino Fundamental de 5ª a 8ª série, o 2º grau Não Profissionalizante, o Técnico em Magistério e o Técnico em Contabilidade.

Três escolas, três realidades delineando por 5 décadas a história da educação em Jataí.

# REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

## 1- OBRAS DE REFERÊNCIA

ABREU, Jaime - A educação secundária no Brasil - ensaio de identificação de suas características principais. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Rio de Janeiro, 23 (58): 26-104, abril/junho/1955.

ABREU, Sandra Elaine Aires de - **A criação da Faculdade de Filosofia Bernardo Sayão e o protestantismo em Anápolis**. Goiânia, 1997. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar Brasileira) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás.

AGOSTINIANAS MISSIONÁRIAS- "... Ide e Ensinai..." - Revista de divulgação. Ilustração: Georges, Textos e fotografias: Agostinianas Missionárias, Maquete: Helène-Marie Backès. Paris: Éditions Fleurus, 1990.

ALENCAR, Francisco, et alli - **História da sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico S.A, 1979.

AMADO, Gildásio - Tendências da educação secundária. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Rio de Janeiro, 29 (69): 155-162, jan./março/1958.

AMARAL, José Monteiro de - Evolução caminho de progresso. In: **A cidade de Jataí** - Ano 1, nº 1, 09/01/49.

ANTUNHA, Heládio César G. A educação brasileira no período republicano. In: BREJON, Moysés (org.) **Estrutura e funcionamento do ensino de 1º e 2º graus - leituras**. 18. ed. revista e ampliada. São Paulo: Pioneira, 1985. (Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais). p 57-75.

ASSIS, Jesus Manoel - **A obra do século: documentário histórico de Jataí**. Edição Especial - Revista Metas. Jataí, dez./1991.

AZEVEDO, Fernando de - **A cultura brasileira**. 5. ed., revista e ampliada. São Paulo: Melhoramentos, Editora da USP, 1971. (Obras Completas vol. XII).

- BANDEIRA, Carmem Lúcia B. - ABC das escolas comunitárias: princípios de uma pedagogia popular.** Recife, 1989. Dissertação (Mestrado em Política e Planejamento Educacionais) - Centro de Educação, Universidade Federal de Pernambuco.
- BARBANTI, Maria Lúcia Spedo Hilsdorf - Escolas americanas de confissão protestante na província de São Paulo: um estudo de suas origens.** São Paulo, 1977. Dissertação - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo.
- \_\_\_\_\_ **Colégios americanos de confissão protestante na província de São Paulo: sua aceitação pelas elites progressistas da época.** *Didática*, São Paulo, 17: 23-32, 1981.
- BERTAN, Tereza Canhadas - A educação confessional protestante - Instituto Filadélfia de Londrina - 1944 a 1972.** Campinas, SP, 1990. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas.
- BORGES, Barsanufio Gomide - Goiás: 'modernização e crise' - 1920 - 1960.** São Paulo, 1994. Tese - Departamento de História, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- BORGES, Filadelfo - Os coronéis da política.** Goiânia: Gráfica do CERNE, 1982.
- BOSI, Ecléa - Memória e sociedade; lembrança de velhos,** 4. ed., São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- BRASIL, Campanha do Tostão - Boletim informativo.** Rio de Janeiro, 1942.
- \_\_\_\_\_ **Legislação Escolar - Lei Orgânica do Ensino Primário - nº 8.529 de 02/01/46.**
- \_\_\_\_\_ **Legislação Escolar - Lei Orgânica do Ensino Secundário - nº 4.244 de 09/04/42.**
- \_\_\_\_\_ **Legislação Escolar - Lei Orgânica do Ensino Normal - nº 8.530 de 02/01/46.**
- BRETAS, Genesco Ferreira - História da instrução pública em Goiás.** Goiânia: CEGRAF/UFG, 1991. (Coleção Documentos Goianos, 21).
- CAMARGO, Cândido Procópio F. de (org.) Católicos, protestantes, espíritas,** Petrópolis, Vozes, 1973.

- CAMPOS, Francisco Itami - **Coronelismo em Goiás**. 1ª reimpressão, Goiânia, Editora da UFG, 1987.
- CANEZIN, Maria Tereza e LOUREIRO, Walderês Nunes - **A escola normal em Goiás**. Goiânia: Editora da UFG, 1994. (Coleção Documentos Goianos, 28).
- CHASTAN, Lita - **Goiás - Extremo Sudoeste; geo-história e ecoturismo, na trilha dos Caiapós**. Colaboração de Chritine Chastan e Caroline Chastan. Goiânia: Gráfica do CERNE, 1996.
- COMISSÃO PRESBITERIANA UNIDA DO CENTENÁRIO, **Prebiterianismo no Brasil - 1859-1959**, São Paulo: Casa Editora Presbiteriana, 1959.
- I CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO CATÓLICA - **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Rio de Janeiro, 4 (10): 134-138, abril/1945.
- COSTA, Zenilce Lima - **Memórias de Maria Cândida de Lima** - Manuscrito. Jataí, 1987.
- CUNHA, Luiz Antônio - **A universidade crítica: ensino superior na república populista**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983. (Coleção Educação em Questão).
- \_\_\_\_\_ Escola particular versus escola pública? **ANDE**, (1): 2, 1981.
- CURADO, Antônio M. Fleury - **Jataí e sua história**. Edição do autor. Goiânia, 1984.
- CURY, Carlos R. Jamil - Ensino religioso e escola pública: o curso histórico de uma polêmica entre Igreja e Estado no Brasil. **Educação em Revista** - Revista da Faculdade de Educação da UFMG. Belo Horizonte (17): 20-37, jun./1993.
- \_\_\_\_\_ **Ideologia e educação no Brasil: católicos e liberais**. 3. ed., São Paulo, Cortez - Autores Associados, 1996.
- \_\_\_\_\_ Igreja católica / educação: pressupostos e evolução no Brasil. In: PAIVA, Vanilda (org. ). **Catolicismo, educação e ciência**. São Paulo, Loyola, 1991, p. 99-116. (Coleção Seminários Especiais - Centro João XXIII, v. 5).
- CURY, Carlos Roberto J. e NOGUEIRA, Mª Alice L. G. - O atual discurso dos protagonistas das redes de ensino. In: CUNHA, Luiz Antônio (org.) **Escola pública e escola particular e a democratização do ensino**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1985, p. 65-93. (Coleção educação contemporânea).

- DE DECCA, Edgar Salvadori - **1930 - O silêncio dos vencidos - memória, história e revolução**, 5. ed., São Paulo: Brasiliense, 1972.
- FERREIRA, Júlio Andrade - **História da igreja presbiteriana do Brasil**. 2.ed. São Paulo: Casa Editora Presbiteriana, 1992. Vol I - II.
- FREITAG, Bárbara - **Escola, Estado e Sociedade**. 6. ed. rev., São Paulo: Moraes, 1980. (Coleção Educação Universitária).
- FRANÇA, Basileu Toledo - **Cangaceiros e Jagunços: os caçadores de diamantes do Rio das Garças**. Goiânia: Gráfica do CERNE, 1987.
- \_\_\_\_\_**Pioneiros**. 2. ed., Goiânia: Departamento Estadual de Cultura - Gráfica do Livro Goiano LTDA; 1972.
- \_\_\_\_\_**O triângulo dos diamantes; A da região do Rio das Garças e a luta armada de Morbeck e Carvalhinho em 1925**. Goiânia: Editora da UFG, 1994. (Coleção Documentos Goianos nº 25).
- \_\_\_\_\_**Vale do Rio Claro, corpo e alma de uma região**. Goiânia: Oriente, 1979.
- GRAHAM, Ruth - **Uma ligeira história do ISG**. Correspondência enviada à Sr<sup>a</sup>. Nilda Vilela em 1969.
- GOLDEMBERG, Ricardo - Educação musical: a experiência do canto orfeônico no Brasil. **Pró-Posições** - Revista da Faculdade de Educação da UNICAMP, vol. 6, nº 3 [18]: 103 - 109, nov./1995.
- GOMES, Alfredo. Reformas do ensino secundário. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Rio de Janeiro, 12 (32): 22-24, jan./abril/1948.
- GUTIÉRREZ, Pe. Eládio, O. S. A. - **Resenha histórica - Vicariato da Província de Castela no Brasil**. s.d.
- HAGUETTE, André - Educação: 500 anos de descaso. **Escola católica, interrogação e rumos** - Revista da AEC. Rio de Janeiro, 21(84):71-78, jul./set./1992.
- H AidAR, M<sup>a</sup> de Lourdes Mariotto - **O ensino secundário no império brasileiro**. São Paulo: Grijalbo; Editora da USP, 1972.
- HOORNAERT, Eduardo et. alli - **História da Igreja no Brasil - ensaio de interpretação a partir do povo**. 3. ed., Petrópolis: Vozes, 1983. Tomo II - vol. I e II.



HORTA, José Silvério Baía - O ensino religioso escolar na Itália facista e no Brasil (1930-45). **Educação em Revista** - Revista da Faculdade de Educação da UFMG, (17): 64-78, jun./1993.

\_\_\_\_\_ **O hino, o sermão e a ordem do dia: a educação no Brasil (1930 - 1945)**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1994.

INEP - Movimento geral do ensino no período de 1932 a 1942. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Rio de Janeiro, 2 (4): 83-100, out./1954.

\_\_\_\_\_ **Seminário História da Educação Brasileira: a ótica dos pesquisadores** (Belo Horizonte) 17 a 20 de maio de 1994. Série Documental: eventos, nº 5, Brasília, maio/ 1994.

\_\_\_\_\_ **Contribuição das Ciências Humanas para a educação: a História**, ano IX nº 47, Brasília, Jul./set./1990.

LABAIG, Carlos Henrique - **O cooperativismo agrícola e sua participação no desenvolvimento capitalista no Sudoeste goiano 1960 - 1990**. Goiânia, 1995. Dissertação (Mestrado em História das Sociedades Agrárias) - Departamento de História, Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal de Goiás.

LIMA, Danilo - **Educação igreja e ideologia: uma análise sociológica**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978.

LIMA, Maria Eloá de Souza - **Serra do Cafezal (Retratos e Lembranças)** Edição do autor. Jataí: Impresso pela Universidade Católica de Goiás, 1988.

LOUREIRO, Walderês Nunes - **Escolas conveniadas: condições de ensino e privatização de recursos públicos**. São Paulo, 1993. Tese - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

LOPES, Eliane Marta Teixeira - Tendências teórico metodológicas da pesquisa em história da educação. **Seminário História da Educação Brasileira: a ótica dos pesquisadores** (Belo Horizonte) 17 a 20 de maio de 1994. Série Documental: eventos, nº 5, Brasília, maio/ 1994.

LOURO, Guacira Lopes - A história (oral) da educação: algumas reflexões. **INEP Contribuição das Ciências Humanas para a educação: a História**, ano IX nº 47, Brasília, Jul./set./1990, p. 21-35.

\_\_\_\_\_ **A história e a pesquisa sobre gênero. Seminário História da Educação Brasileira: a ótica dos pesquisadores** (Belo Horizonte) 17 a 20 de maio de 1994. INEP, Série Documental: eventos, nº 5, Brasília, maio/ 1994. p. 28-31.

- MACHADO, Maria Cristina Teixeira - Pedro Ludovico: um tempo, um carisma, uma história.** Goiânia, CEGRAF / UFG, 1990.
- MACHADO, Vilma de Fátima - Sudoeste de Goiás: desenvolvimento desigual.** Goiânia, 1996. Dissertação (Mestrado em História das Sociedades Agrárias) - Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal de Goiás.
- MALTA, Laís Vilarinho Rangel - Colégios americanos de confissão protestante no Rio de Janeiro (1887-1971): uma perspectiva histórica.** Rio de Janeiro, 1990. Dissertação - Faculdade de Educação, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- MARANHÃO, Ricardo & MENDES Jr, Antônio (orgs.) - Brasil história - texto e consulta. Era de Vargas.** São Paulo: Brasiliense, 1981 - vol. 4.
- NADAI, Elza - A educação de elite e a profissionalização da mulher brasileira na primeira república: discriminação ou emancipação? Revista da Faculdade de Educação da USP, vol. 17, nº 1-2: 5 - 34, jan./dez./1991.**
- \_\_\_\_\_ Por uma história oral da educação no Brasil: alguns apontamentos. **Seminário História da Educação Brasileira: a ótica dos pesquisadores** (Belo Horizonte) 17 a 20 de maio de 1994. INEP, Série Documental: eventos, nº 5, Brasília, maio/ 1994, p. 13-18.
- NASR, Nagib F. Chauí - Caminhos de Goiás: da construção da "decadência" aos limites da modernidade.** São Paulo, 1985. Tese - Departamento de História, área de História Social, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
- NAGLE, Jorge - Educação e sociedade na primeira república.** São Paulo: EPU; Rio de Janeiro: Fundação Nacional de Material Escolar, 1974 (1ª reimpressão 1976).
- NEPOMUCENO, Mª Araújo - A ilusão pedagógica; 1930-1945: Estado, sociedade e educação em Goiás.** Goiânia: Editora da UFG, 1994.
- NERY, José Israel (fsc) - O ensino religioso escolar no Brasil (ERE) no contexto da história das leis. Ensino religioso escolar - Revista de Educação da AEC, 22 (88): 7-20, jul./set./1993.**
- NUNES, Clarice - Escola e dependência - o ensino secundário e a manutenção da ordem.** Rio de Janeiro: Aquiamé, 1980. (Série Universidade e Educação, 13).
- \_\_\_\_\_ História da educação: espaço do desejo. Contribuições das Ciências Humanas para a educação: a História. **Em aberto, Brasília :** INEP, ano IX, nº 47, jul./set. /1990, p., 37-45.

- OLIVEIRA, Irani S. - **Educação e cooperativismo: administração, pedagogia e política na cooperativa de ensino.** Marília, SP, 1994. Dissertação - Universidade Estadual Paulista.
- ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS EM GOIÁS - **O cooperativismo em Goiás.** Goiânia, 1993. (Coleção História do Cooperativismo).
- PAIVA, Vanilda (org.) - **Catolicismo educação e ciência.** São paulo: Loyola, 1991. (Coleção Seminários Especiais - Centro João XXIII - 5).
- PALACÍN, Luis & MORAES, M<sup>a</sup> Augusta Sant'Anna - **História de Goiás (1722-1972).** 5. ed., Goiânia: Ed. da UCG; 1989.
- PINHEIRO, Maria Francisca Sales - **O público e o privado na educação brasileira: um conflito na Constituinte (1987-1988).** Brasília, 1991. Tese - Departamento de Sociologia, Instituto de Ciências Humanas, Fundação Universidade de Brasília.
- RAMALHO, Jether Pereira - **Prática educativa e sociedade - um estudo de sociologia da educação.** Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- ROMANELLI, Otaíza de Oliveira - **História da educação no Brasil (1930 - 1945),** 12. ed., Petrópolis: Vozes, 1990.
- SALHINS, Marshall - **Ilhas de história;** trad. de Bárbara Sette, revisão técnica: Márcia Bandeira de Mello Leite. Rio de Janeiro; Zahar, 1990.
- SAVIANI, Dermeval - A defesa da escola pública. In: **Ensino público e algumas falas sobre a universidade.** São Paulo: Cortez, 1984, p. 10-25.
- SCHWARTZMAN, Simon, BOMENY, Helena Maria B., COSTA, Vanda Maria R. - **Tempos de Capanema.** Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: EDUSP, 1984, p. 44.
- SILVA, Ana Lúcia da - **A revolução de 30 em Goiás.** São Paulo, 1982. Tese - Departamento de História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- SILVA, Geraldo Bastos - A ação federal sobre o ensino secundário até 1930. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos,** Rio de Janeiro, 27 (66): abril / junho / 1957.
- \_\_\_\_\_ - **A educação secundária ; perspectiva histórica e teoria.** São Paulo, Editora Nacional, 1969. (Atualidades Pedagógicas v. 94).
- SILVA, Nancy R. de Araújo e. **Tradição e renovação educacional em Goiás.** Goiânia: Oriente; 1975.

- SOUZA, Cyntia Pereira de - Os caminhos da educação masculina e feminina no debate entre católicos e liberais: a questão da co-educação dos sexos, anos 30 e 40. **Pesquisa histórica: retratos da educação no Brasil**. (Revista do Grupo de Trabalho de História da Educação da XVII Reunião anual da ANPED). Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 1995, p. 37 - 48.
- SPÓSITO, Marília Pontes - **O povo vai à escola - a luta popular pela expansão do ensino público em São Paulo**. São Paulo: Loyola, 1984.
- TEIXEIRA, Anísio - A escola secundária em transformação. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Rio de Janeiro, 21 (53): 3-47, jan./março/1957.
- THOMPSON, Paul - **A voz do passado: história oral**. Trad. de Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ - Biblioteca Central. **Normas para apresentação de trabalhos**. 4 ed., Curitiba: Ed. da UFPR, 1994. Parte 2 - teses, dissertações e trabalhos acadêmicos; parte 6 - referências bibliográficas; parte 7 - citações e notas de rodapé; parte 8 - estilo e orientação para datilografia e digitação.
- VIEIRA, Sofia Lerche - O público, o privado e o comunitário na educação. In: **Educação e Sociedade** (27) 5 - 12. São Paulo: Cortez, 1987.
- VILELA, Nilda de Castro - Discurso proferido por ocasião do Cinquentenário do Instituto Samuel Graham. Jataí, 1992.
- WEBER, Silke - O público o privado e a qualidade da educação pública. **O público e o privado na educação brasileira contemporânea**. São Paulo: Papyrus, 1981. Caderno CEDES nº 25, p. 27-40.
- WEREBE, Maria José Garcia - **Grandezas e misérias do ensino no Brasil** (30 anos depois). São Paulo: Ática, 1994.
- 
- \_\_\_\_\_ A educação. In: **História geral da civilização brasileira**, orgs. Sérgio Buarque de Holanda e Pedro Moacir Campos. 4. ed., São Paulo: Difel, 1985 - Tomo II - O Brasil Monárquico, vol. 4 - Declínio e Queda do Império.
- WILGES, Irineu - **Cultura religiosa: as religiões no mundo**. 8. ed., Petrópolis: Vozes, 1994.

## 2- JORNAIS

A CIDADE DE JATAÍ - (1949), ano I, nº 1.

FOLHA DE JATAÍ - (1940), ano I, nº 12.

O JATAHY- (1910 - 1912), números diversos.

O LIBERAL - ( 1931 - 1935), números diversos.

O MARCONDINHO, órgão de divulgação da Escola Estadual de 1º Grau Marcondes de Godoy (nome atual do Grupo escolar Brasil Caiado), publicado em 1º de dezembro de 1979, em comemoração aos 50 anos do Colégio.

O PICAPAU -(1922) números diversos.

## 3- ARQUIVOS

CENTRO ESPÍRITA ALLAN KARDEC - Arquivo Interno.

COLÉGIO NOSSA SENHORA DO BOM CONSELHO - Arquivo - **Pasta: circulares e telegramas de 1946 a 1954.**

\_\_\_\_\_ Ata da fundação em 16 de junho de 1941.

\_\_\_\_\_ 1º Regulamento -**Pasta: mapas e relatórios antigos.**

COOPERATIVA MANTENEDORA DO GINÁSIO NESTÓRIO RIBEIRO - Livro de atas.

GINÁSIO NESTÓRIO RIBEIRO - Livro de Correspondências de 1952 a 1958.

\_\_\_\_\_ Livro de Correspondências até 1958.

\_\_\_\_\_ Livro de Registro de Visitas, 1952.

\_\_\_\_\_ Plano para o funcionamento do Ginásio "Nestório Ribeiro", de Jataí - MEC. In: Livro de Correspondências de 1952 a 1958, fls. 175 - 180.

IGREJA PRESBITERIANA DE JATAÍ - Arquivo interno.

INSTITUTO SAMUEL GRAHAM - Arquivo interno

\_\_\_\_\_ Regimento Interno.

JATAÍ - Cartório de Registro Geral de Imóveis - Escritura de compra - Livro 31, fls. 272, nº 8.642.

\_\_\_\_\_ Cartório de Registro de Imóveis, Títulos, Documentos e Protestos. **Livro de Registro de Sociedades Cíveis nº 01**, fls. 126 verso a 129, nº 15, em 29/fev./1956.

\_\_\_\_\_ Prefeitura Municipal - **Lei Orçamentaria para o exercício de 1934** - Cap. 2º Da despesa, Art. 2º, item VIII - Da instrução pública - Jatahy, Estado de Goyaz Typ. da Livraria Kosmos - Uberlândia, 1934, fls. 5.

\_\_\_\_\_ Prefeitura Municipal - **Livro de leis de 1955 - 1956.**

\_\_\_\_\_ Prefeitura Municipal - **Livros de Leis, Decretos e Portarias de 1912 à 1960.**

MUSEU HISTÓRICO DE JATAÍ "FRANCISCO HONÓRIO DE CAMPOS".

#### 4- ENTREVISTAS

Entrevista nº 1 - Primeira secretária da Cooperativa Mantenedora do Ginásio Nestório Ribeiro.

Entrevista nº 2 - Ex-prefeito de Jataí, presidente da Cooperativa Mantenedora do Ginásio Nestório Ribeiro, por cinco mandatos, um dos fundadores do Ginásio Nestório Ribeiro.

Entrevista nº 3 - Ex-Vereador e ex-prefeito de Jataí, um dos idealizadores do Colégio Nossa Senhora do Bom Conselho.

Entrevista nº 4 - Ex-aluna do Colégio Nossa Senhora do Bom Conselho e do Ginásio Nestório Ribeiro (1ª turma).

Entrevista nº 5 - Evangélica, uma das fundadoras da Escola Evangélica de Jataí.

Entrevista nº 6 - Evangélica, Professora do ISG de 1951 à 1978.

Entrevista nº 7 - Ex-aluno do Instituto Samuel Graham e do Ginásio Nestório Ribeiro.

Entrevista nº 8 - Ex-aluna do Colégio N. S. do Bom Conselho (primeira turma do Curso Ginásial).

Entrevista nº 9 - Ex-aluna do Colégio N. S. do Bom Conselho e do Ginásio Nestório Ribeiro (1ª turma).

Entrevista nº 10 - Ex-aluna do Colégio N. S. do Bom Conselho e do Ginásio Nestório Ribeiro (1ª turma).

Entrevista nº 11 - Ex-aluna do Colégio Nossa Senhora do Bom Conselho e do Ginásio Nestório Ribeiro (1ª turma).

Entrevista nº 12 - Ex-aluna do Colégio Nossa Senhora do Bom Conselho e do Ginásio Nestório Ribeiro (1ª turma).

Entrevista nº 13 - Ex-aluna do Instituto Samuel Graham (1ª turma do Normal Regional).

Entrevista nº 14 - Ex-aluna do Colégio Nossa Senhora do Bom Conselho e do Ginásio Nestório Ribeiro.

Entrevista nº 15 - Ex-professora e ex- secretária do Instituto samuel Graham.

## ANEXOS

### BANCO DE DADOS DA DISSERTAÇÃO "O ENSINO SECUNDÁRIO EM JATAÍ NAS DÉCADAS DE 40 E 50".

Número total de documentos = 176

ANEXO 1 - ACERVO: Colégio Nossa Senhora do Bom Conselho - CBC

Nº de documentos: 38

ANEXO 2 - ACERVO: Instituto Samuel Graham - ISG

Nº de documentos: 20

ANEXO 3 - ACERVO: Ginásio Nestório Ribeiro - GNR

Nº de documentos: 50

ANEXO 4 - ACERVO: Museu Histórico de Jataí "Francisco Honório de Campos"

Nº de documentos: 27

ANEXO 5 - ACERVO: Centro Espírita Allan Kardec - CEAK

Nº de documentos: 05

ANEXO 6 - ACERVO: Diversos - Fotos

Nº de fotos: 36



## BANCO DE DADOS DA DISSERTAÇÃO "O ENSINO SECUNDÁRIO EM JATAÍ NAS DÉCADAS DE 40 E 50".

ANEXO 1  
ACERVO: Colégio Nossa Senhora do Bom Conselho - CBC

Cod. Pasta	Espécie	Nº Doc.	Título	Autor	Data	Descrição	Págs.
01BC	Impresso	01	Lei nº 232/48	Governo de Goiás	08/11/48	Dispõe sobre o Ensino Normal em Goiás	01
01BC	Impresso	02	Decreto nº 774/48	Governo de Goiás	31/12/48	Regulamenta o Ensino Normal em Goiás	08
01BC	Datil.	03	Relatório	Inspetoria	Sem data	Resumo do Regulamento do Ensino Normal	01
01BC	Datil.	04	Memoria de La Casa de Jataí	Direção do Colégio	Início déc. 40	Relatório encaminhado à sede da Congregação Agostiniana na Espanha.	01
01BC	Datil.	05	Ofício nº 090/41	Dir. Geral de Educação / Go.	22/02/41	Valor de taxas a serem cobradas dos alunos	01
01BC	Transc.	06	Portaria nº 79/41	Dir. Geral de Educação / Go.	07/03/41	Cotas de fiscalização (valores)	01
01BC	Transc.	06	Decreto nº 1184/50	Governo de Goiás	15/03/50	Regulamenta adaptação de disciplinas no Ensino Normal	01
01BC	Datil.	07	Ofício (sem número)	Prefeitura Municipal de Jataí	21/08/42	Convite para missa em ação de graças pelo restabelecimento de Vargas à qual deveria comparecer toda a Juventude Brasileira.	01
01BC	Transc.	08	Circular nº 56/49 - I	Divisão do Ensino de 2º Grau	18/03/49	Solicita explicação sobre o baixo interesse pela Escola Normal.	01
01BC	Transc.	09	Ofício nº 68/49 - I	Divisão do Ensino de 2º Grau	22/04/49	Resposta a indagação sobre ensino de Latim.	01
01BC	Datil.	10	Ofício (sem número)	Direção do Colégio	27/08/50	Correspondência enviada ao Presidente dos Estados Unidos, solicitando ajuda financeira.	01
01BC	Datil.	11	Ofício (sem número)	Direção do Colégio	26/05/56	Correspondência enviada ao Deputado Federal Plínio Gayer, solicitando ajuda financeira.	01
01BC	Datil.	12	Ofício (sem número)	Direção do Colégio	1953	Requer subvenção do Estado para Manutenção da Escola Normal.	01
01BC	Datil.	13	Ofício (sem número)	Direção do Colégio	09/02/53	Justifica a solicitação de Subvenção ao Estado	02
01BC	Datil.	14	Ofício (sem número)	Direção do Colégio	22/06/52	Solicita para o Estado autorização para Ensino Normal	03
01BC	Datil.	15	Ofício (sem número)	Direção do Colégio	09/02/53	Requer subvenção do Estado para Manutenção da Escola Normal.	02
01BC	Datil.	16	Recibo	Inspetoria	09/02/53	Recibo de prestação de serviços da inspetoria,	01
01BC	Transc.	17	Convênio	Governo de Goiás	03/03/53	Convênio entre Estado e Colégio Bom Conselho	02
01BC	Datil.	18	Ofício (sem número)	Direção do Colégio	Sem data	Cobra repasse de valor estipulado em Convênio	01
01BC	Datil.	18	Ofício (sem número)	Direção do Colégio	Sem data	Cobra repasse de valor estipulado em Convênio	01
01BC	Datil.	19	Relatório	Inspetoria	1956	Relatório da Inspetoria	07

02BC	Datil.	01	Portaria nº 583/48	Minist. da Educação e Saúde	27/10/48	Instruções para o Ensino Secundário	03
02BC	Datil.	02	Ofício (Sem número)	Divisão de Ensino Secundário	10/05/51	Normatiza inspeção	01
02BC	Datil.	03	Circular nº 08/52	Divisão de Ensino Secundário	30/10/52	Normatiza o Canto Orfônico	01
02BC	Datil.	04	Portaria nº 887/52	Minist. da Educação e Saúde	13/10/52	Normatiza remuneração de professores de escolas particulares.	02
02BC	Datil.	05	Carta-Circular	Divisão de Ensino Secundário	Sem data	Sugere medidas para melhoria do Ensino Secundário	02
02BC	Datil.	06	Circular nº 3/53	Divisão de Ensino Secundário	21/02/53	Encaminha portaria nº 81 de 13/02/53	01
02BC	Datil.	07	Portaria nº 81/53	Divisão de Ensino Secundário	13/02/53	Permite flexibilidade nos currículos do Ensino Secundário	01
02BC	Datil.	08	Ofício (Sem número)	Divisão do Ensino Secundário	26/10/53	Propõe a instituição da Campanha de Aperfeiçoamento do Ensino Secundário -CADES	02
02BC	Datil.	09	Decreto nº 34.638/53	Governo Federal	17/11/53	Institui a CADES	03
02BC	Datil.	10	Portaria nº 599/54	Diretoria do Ens. Secundário	13/08/54	Instala a Inspetoria seccional de Goiânia - Go.	01
02BC	Datil.	11	Correspondência	Federação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino	13/11/54	Sugere divulgação da ação benemérita das escolas particulares.	04
02BC	Datil.	12	Circular	Diretoria do Ens. Secundário	18/02/46	Normatiza registro de professores.	01
02BC	Datil.	13	Ofício (Sem número)	Secretaria do Arcebispo de Goiás	10/10/47	Encaminha normas para abertura de Escola Secundária	02
02BC	Datil.	14	Histórico Escolar	Colégio Bom Conselho	1948	Disciplinas e carga horária do Curso Complementar e Curso Normal	01
03BC	Manusc.	01	Lei nº 144/52	Prefeitura Municipal de Jataí	15/12/52	Concede título de cidadão jataiense ao Bispo D. Germano Vega Campón pelos serviços prestados ao Município	01
03BC	Manusc.	02	Decreto	Prefeitura Municipal de Jataí	12/08/66	Contrata professores para a Escola Normal do CBC	01
03BC	Manusc.	03	Lei nº 199/54	Prefeitura Municipal de Jataí	08/07/54	Doa à Congregação Agostiniana terreno para construção de Ginásio ou Escola Normal	01
03BC	Manusc.	04	Lei nº 465/62	Prefeitura Municipal de Jataí	11/07/62	Abre subsídio municipal para Escola Normal	01
03BC	Manusc.	05	Lei nº 536/64	Prefeitura Municipal de Jataí	10/07/64	Concede isenção de imposto às Irmãs de São Vicente de Paulo	03

## BANCO DE DADOS DA DISSERTAÇÃO "O ENSINO SECUNDÁRIO EM JATAÍ NAS DÉCADAS DE 40 E 50".

ANEXO 2  
ACERVO: Instituto Samuel Graham - ISG

Cod. Pasta	Espécie	Nº Doc.	Título	Autor	Data	Descrição	Págs
01-I	Datil.	01	Ofício nº 2.398/42	Diretoria Geral de Educação Governo de Goiás	10/07/42	Encaminha registro da Escola Evangélica	01
01-I	Impresso	02	Decreto nº 175/52		01/10/52	Autoriza funcionamento do Curso Normal Regional Evangélico de Jataí.	01
01-I	Datil.	03	Building	Central Brazil Mission	Out./57	Relatório sobre o ISG	01
01-I	Datil.	04	Ato nº 9/58	Diretoria do Ens. Secundário	27/11/58	Concede ao ISG autorização para instalação de Ginásio	01
01-I	Datil.	05	Certidão de Registro	Missão Presbiteriana do Brasil Central	09/11/39	Número de registro dos estatutos da Missão Presbiteriana do Brasil Central.	01
01-I	Datil.	06	Estatuto do ISG	ISG	Sem data	Estatuto	01
01-I	Datil.	07	Programa	ISG	06/02/65	Programa da disciplina Economia Doméstica	01
01-I	Datil.	08	Deliberação	Igreja Presbiteriana de Jataí	1940	Deliberação para construção da Escola Evangélica	01
01-I	Datil.	09	Ligeira História do ISG	Ruth Graham	1969	Histórico do ISG	03
01-I	Datil.	10	Discurso	Nilda de Castro Vilela	1992	Discurso proferido por ocasião do cinquentenário do ISG	03
01-I	Impresso	11	Regimento Interno	ISG	1963	Regimento Interno	10
01-I	Transc.	12	Organograma	ISG	Sem data	Organograma do ISG quando vinculado à Missão Presbiteriana do Brasil Central	01
01-I	Impresso	13	ISG: 50 anos de educação	Publicação em jornal	1992	Artigo de jornal sobre o cinquentenário do ISG	01
01-I	Desenho	14	Planta	ISG	Déc./ 50	Planta para construção	01
01-I	Impresso	15	Instituto Samuel Graham	ISG	Sem data	Boletim comemorativo do 47º aniversário do ISG	03
01-I	Impresso	16	Instituto Samuel Graham	ISG	Sem data	Boletim informativo	01
01-I	Impresso	17	O ISG ontem e hoje	ISG	set./92	Jornal publicado por ocasião do cinquentenário do ISG	04
01-I	Manusc.	18	Escritura	Cartório de Registro de Imóveis	26/06/50	Escritura de compra do terreno para construção da sede própria do ISG	05
01-I	Manusc.	19	Lei nº 515/63	Prefeitura Municipal de Jataí	17/09/63	Reconhece o ISG como entidade de utilidade pública	01
01-I	Manusc.	20	Lei 560/64	Prefeitura Municipal de Jataí	16/12/64	Abre crédito especial para formandos do Curso Normal do ISG	02

## BANCO DE DADOS DA DISSERTAÇÃO "O ENSINO SECUNDÁRIO EM JATAÍ NAS DÉCADAS DE 40 E 50".

ANEXO 3  
ACERVO: Ginásio Nestório Ribeiro - GNR

Cod. Pasta	Espécie	Nº Doc.	Título	Autor	Data	Descrição	Págs
01NR	Manusc.	02	Atas	Diretoria	1949	Atas da Coop. Mantenedora do Ginásio Nestório Ribeiro	40
02NR	Impresso	01	Campanha do Tostão	Minist. Educação	1943	Boletim informativo da Cruzada Nacional da Educação	12
02NR	Manusc.	02	Termo de visitas	GNR	1952	Registro de visitas no GNR	05
02NR	Datil.	03	Contribuições	GNR	53 a 57	Tabelas de contribuições a serem pagas pelos alunos	07
02NR	Datil.	04	Conteúdo Ministrado	GNR	56 e 57	Relação de conteúdos ministrados, por disciplina	06
02NR	Datil.	05	Mapa	GNR	1955	Mapa de aulas dadas referentes a 1955	06
02NR	Datil.	06	Quadro	GNR	1955	Quadro de distribuição de disciplinas	01
02NR	Datil.	07	Mapa	GNR	1956	Mapa de aulas dadas referentes a 1955	01
02NR	Datil.	08	Professores	GNR	1955	Corpo docente em exercício	02
02NR	Datil.	09	Quadro	GNR	1955	Quadro de estatística de aproveitamento	01
02NR	Datil.	10	Quadro	GNR	52 a 58	Quadro geral de matrículas	07
03NR	Datil.	01	Alunos	GNR	53 a 58	Relação de alunos	25
04NR	Datil.	01	Relatório	Direção do GNR	1950	Relatório da direção	03
04NR	Datil.	02	Relatório	Inspetoria	54 e 56	Relatório da Inspeção	04
04NR	Datil.	03	Ofício (Sem número)	Direção do GNR	13/09/54	Comunica construção	01
04NR	Datil.	04	Relatório	Inspetoria	1960	Relatório da inspeção	04
04NR	Datil.	05	Relatório	Inspetoria	1960	Relatório da inspeção	05
04NR	Datil.	06	Relatório	Direção do GNR	1980	Relatório da direção	03
04NR	Datil.	07	Ofício nº 004/80	Direção do GNR	1980	Solicitação de reconhecimento do GNR	01
04NR	Datil.	08	Histórico	GNR	1976	Histórico do GNR	05
04NR	Datil.	09	Biografia	Laerte Guaracy Ribeiro	Sem data	Biografia de Nestório de Paula Ribeiro	03
04NR	Manusc.	10	Lei nº 139/52	Prefeitura Municipal de Jataí	17/11/52	Reconhece de utilidade pública a Coop. Mantem. do GNR	01
04NR	Manusc.	11	Lei nº 186/54	Prefeitura Municipal de Jataí	05/02/54	Abre crédito para o Grémio Estudantil do GNR	01
04NR	Manusc.	12	Lei nº 75/57	Prefeitura Municipal de Jataí	09/05/57	Estipula valor de auxílio mensal para o GNR	01
04NR	Manusc.	13	Lei nº 460/62	Prefeitura Municipal de Jataí	09/05/62	Abre crédito para o GNR	02
04NR	Manusc.	14	Decreto nº 126/63	Prefeitura Municipal de Jataí	13/12/63	Abre crédito para o GNR	01
04NR	Manusc.	15	Lei nº 550/64	Prefeitura Municipal de Jataí	16/11/64	Abre crédito para o GNR	01
04NR	Manusc.	16	Lei nº 561/64	Prefeitura Municipal de Jataí	16/12/64	Abre crédito para o GNR	01

05NR	Datil.	01	Estatuto	Cartório de Registro de Imóveis	16/09/50	Registro do Estatuto da Coop. Mantenedora do GNR	03
05NR	Datil.	02	Circular nº 4/58	Diret. Ens. Secundário - Co.	jul./58	Esclarece sobre o Ensino Religioso e a Educação Cívica	01
05NR	Datil.	03	Proposta	GNR	1950	Estrutura proposta para o GNR	06
05NR	Datil.	04	Regimento	GNR	Sem data	Regimento Interno	08
05NR	Datil.	05	Relação de ginásios	Camp. Nac. dos Educandários Gratuitos - CNEG	1953	Ginásio em funcionamento em 1953, vinculados à CNEG	02
05NR	Datil.	06	Estatuto	CNEG	1952	Estatuto da CNEG	09
05NR	Datil.	07	Ofício (Sem número)	Diretoria do Ens. Secundário	1957	Encampação do GNR pelo estado de Goiás	02
05NR	Datil.	08	Ofício nº 4.233/56	Diretoria do Ens. Secundário	24/08/56	Solicita abertura de conta bancária	01
05NR	Datil.	09	Ofício (Sem número)	Diretoria do GNR	30/06/58	Solicita registro de professores	01
05NR	Datil.	10	Ofício (Sem número)	Diretoria do GNR	29/12/56	Registro de professores	01
05NR	Datil.	11	Ofício (Sem número)	Diretoria do GNR	05/01/57	Registro de professores	01
05NR	Datil.	12	Ofício (Sem número)	Diretoria do GNR	12/01/57	Internato do GNR	01
05NR	Datil.	13	Requerimento	Diretoria do GNR	28/11/56	Requerimento de bolsas de estudos	01
05NR	Datil.	14	Circular	Diretoria da CNEG	25/11/52	Encaminha boletim da CNEG	01
05NR	Datil.	15	Telegrama para CNEG	Diretoria do GNR	Sem data	Alunos candidatos à Maratona	01
05NR	Datil.	16	Ofício p/ Div. Ens. Secund.	Diretoria do GNR	26/08/53	Solicita exames para alunos de Jataí e região	01
05NR	Datil.	17	Correspondência p/ GNR	Diretor da CNEG	03/11/56	Parabeniza por formatura do Ginásio	01
05NR	Datil.	18	Correspondência	Dir. finanças da CNEG	10/08/57	Subvenção anual para o GNR	01
05NR	Datil.	19	Correspondência p/ CNEG	Diretoria do GNR	19/12/57	Prestação de contas	01
05NR	Datil.	20	Balancete	Diretoria do GNR	12/03/58	Balancete financeiro de 1957	01
05NR	Datil.	21	Ofício nº 53/58	Dir. Finanças da CNEG	06/05/58	Subvenção para o GNR	01
05NR	Impresso	22	A cidade de Jataí	J. M. do Amaral	09/01/49	Jornal	04
05NR	Impresso	23	Convite	Formando de 1953	1953	Convite de formatura	04

## BANCO DE DADOS DA DISSERTAÇÃO "O ENSINO SECUNDÁRIO EM JATAÍ NAS DÉCADAS DE 40 E 50".

ANEXO 4  
ACERVO: Museu Histórico de Jataí "Francisco Honório de Campos"

Cod. Pasta	Espécie	Nº Doc.	Título	Edição	Data	Descrição	Págs
01M	Transc.	01	O Jataí	Ano I nº 06	15/02/10	Jornal	02
01M	Transc.	02	O Jataí	Ano I nº 10	15/03/10	Jornal	02
01M	Transc.	03	O Jataí	Ano III nº 51	20/10/11	Jornal	04
01M	Transc.	04	O Jataí	Ano III nº 56	05/01/12	Jornal	01
01M	Transc.	05	O Jataí	Ano III nº 59	15/12/02	Jornal	02
01M	Transc.	06	O Jataí	Ano III nº 60	01/03/12	Jornal	03
01M	Transc.	07	O Jataí	Ano III nº 61	10/03/12	Jornal	03
01M	Transc.	08	O Jataí	Ano III nº 62	20/03/12	Jornal	06
01M	Transc.	09	O Jataí	Ano III nº 67	24/05/12	Jornal	03
01M	Transc.	10	O Jataí	Ano III nº 70	jul./12	Jornal	03
01M	Transc.	11	O Jataí	Ano III nº 72	20/07/12	Jornal	02
02M	Impresso	01	O Jataí	Ano I nº 10	15/03/10	Jornal	02
02M	Impresso	02	O Jataí	Ano III nº 60	01/03/12	Jornal	01
02M	Impresso	03	O Jataí	Ano III nº 61	10/03/12	Jornal	02
02M	Impresso	04	O Jataí	Ano III nº 62	30/03/12	Jornal	02
02M	Impresso	05	O Jataí	Ano IV nº 80	19/11/12	Jornal	01
03M	Transc.	01	O Picapau	Ano I nº 3	21/05/22	Jornal	04
03M	Transc.	02	O Picapau	Ano I nº 4	28/05/22	Jornal	02
03M	Transc.	03	O Picapau	Ano I nº 5	04/06/22	Jornal	03
03M	Transc.	04	O Picapau	Ano I nº 14	06/08/22	Jornal	01
04M	Impresso	01	O Picapau	Ano I nº 17	06/08/22	Jornal	02
04M	Impresso	02	O Picapau	Ano I nº 14	06/08/22	Jornal	01
04M	Impresso	03	O Picapau	Ano I nº 9	02/07/22	Jornal	01
04M	Impresso	04	O Picapau	Ano I nº 10	09/07/22	Jornal	01
04M	Impresso	05	O Picapau	Ano I nº 11	16/07/22	Jornal	01
04M	Datil.	06	Jornais de Jataí	Basileu Toledo França	Mai/95	Introdução à transcrição de Jornais antigos	09
05M	Impresso	01	O Marcondinho	Col. Est. Marcondes de Godoy - CEMG	01/12/79	Jornal comemorativo ao cinquentenário do CEMG	01

## BANCO DE DADOS DA DISSERTAÇÃO "O ENSINO SECUNDÁRIO EM JATAÍ NAS DÉCADAS DE 40 E 50".

ANEXO 5  
ACERVO: Centro Espírita Allan Kardec - CEAK

Cod. Pasta	Espécie	Nº Doc.	Título	Autor	Data	Descrição	Págs
01CE	Impresso	01	Regimento	CEAK	16/03/37	Regimento Interno	01
01CE	Manusc.	02	Ata	CEAK	10/08/47	Ata da fundação da Juventude Espírita de Jataí - JEJ	03
01CE	Manusc.	03	Ata	CEAK	16/08/47	Ata da aprovação do Estatuto da JEJ	09
01CE	Manusc.	04	Ata	CEAK	27/11/47	Ata da reunião de reativação da JEJ	03
01CE	Manusc.	05	Ata	CEAK	27/12/49	Ata de aprovação de novo estatuto da JEJ	14

## BANCO DE DADOS DA DISSERTAÇÃO "O ENSINO SECUNDÁRIO EM JATAÍ NAS DÉCADAS DE 40 E 50".

## ANEXO 6

## ACERVO: Diversos - Fotos

Cod. Pasta	Espécie	Nº Foto	Título	Data	Acervo	Reprodução
01-F	Foto	01	Colégio Novaes	1923	Museu Histórico Francisco H. Campos	Agostinho Carvalho
01-F	Foto	02	Grupo Escolar Presidente Brasil	1930	Museu Histórico Francisco H. Campos	Agostinho Carvalho
01-F	Foto	03	Lyceu de Jataí - Alunos	1934	Museu Histórico Francisco H. Campos	Agostinho Carvalho
01-F	Foto	04	Lyceu de Jataí - Educação Física	1934	Museu Histórico Francisco H. Campos	Agostinho Carvalho
01-F	Foto	05	CBC - Fachada Externa	1943	Museu Histórico Francisco H. Campos	Agostinho Carvalho
01-F	Foto	06	Monumento do Pátio Interno	1943	Museu Histórico Francisco H. Campos	Agostinho Carvalho
01-F	Foto	07	CBC - Pátio Interno	sem data	Museu Histórico Francisco H. Campos	Agostinho Carvalho
01-F	Foto	08	CBC - Aula de Trabalhos Manuais	1943	Museu Histórico Francisco H. Campos	Agostinho Carvalho
01-F	Foto	09	CBC - Desfile Cívico	1943	Museu Histórico Francisco H. Campos	Agostinho Carvalho
01-F	Foto	10	CBC - Desfile Cívico	1943	Museu Histórico Francisco H. Campos	Agostinho Carvalho
01-F	Foto	11	Instituto Samuel Graham (ISG) - Construção	1956	Museu Histórico Francisco H. Campos	Agostinho Carvalho
01-F	Foto	12	ISG - Inauguração do Prédio do Internato Feminino	1957	Museu Histórico Francisco H. Campos	Agostinho Carvalho
01-F	Foto	13	ISG - Alunos do Normal Regional	1957	Museu Histórico Francisco H. Campos	Agostinho Carvalho
01-F	Foto	14	ISG - Desfile Cívico	1956	Museu Histórico Francisco H. Campos	Agostinho Carvalho
01-F	Foto	15	Lembrança de Jataí	1957	Museu Histórico Francisco H. Campos	Agostinho Carvalho
01-F	Foto	16	Alunos do Curso de Extensão Cultural - Preparatório para o Exame de Admissão ao Ginásio Nestório Ribeiro (GNR)	1949	Florinda Miranda	Weimer Carvalho
01-F	cópia	17	Primeira Sede do GNR	sem data	Museu Histórico Francisco H. Campos	Agostinho Carvalho
01-F	Foto	18	GNR - Laboratório	1951	Colégio Estadual Nestório Ribeiro	Weimer Carvalho
01-F	Foto	19	GNR - Sala de Estudos Sociais	1951	Colégio Estadual Nestório Ribeiro	Weimer Carvalho
01-F	Foto	20	GNR - Desfile Cívico	1952	Museu Histórico Francisco H. Campos	Agostinho Carvalho
01-F	Foto	21	GNR - Desfile Cívico	1957	Museu Histórico Francisco H. Campos	Agostinho Carvalho
01-F	Foto	22	GNR - Diretora e alunos	1957	Museu Histórico Francisco H. Campos	Agostinho Carvalho
01-F	Foto	23	GRR - Primeira Sede Própria	1956	Colégio Estadual Nestório Ribeiro	Weimer Carvalho
01-F	Foto	24	GRR - Primeira Sede Própria	1956	Colégio Estadual Nestório Ribeiro	Weimer Carvalho
01-F	Foto	25	Mapa de Jataí em 1908	1908	Museu Histórico Francisco H. Campos	Agostinho Carvalho
01-F	Foto	26	Legenda do Mapa de Jataí em 1908	1908	Museu Histórico Francisco H. Campos	Agostinho Carvalho



01-F	Foto	27	Segunda sede do GNR - Grupo Escolar José Manoel Vilela	1951	Colégio Estadual Nestório Ribeiro	Weimer Carvalho
01-F	Foto	28	Grupo Escolar José Manoel Vilela - Secretaria	1951	Colégio Estadual Nestório Ribeiro	Weimer Carvalho
01-F	Foto	29	Grupo Escolar José Manoel Vilela - Sala de aula	1951	Colégio Estadual Nestório Ribeiro	Weimer Carvalho
01-F	Foto	30	Grupo Escolar José Manoel Vilela - Sala de aula	1951	Colégio Estadual Nestório Ribeiro	Weimer Carvalho
01-F	Foto	31	Grupo Escolar José Manoel Vilela - Laboratório de datilog.	1956	Colégio Estadual Nestório Ribeiro	Weimer Carvalho
01-F	Foto	32	Primeira sede própria do GNR - Sala de aula	1955	Colégio Estadual Nestório Ribeiro	Weimer Carvalho
01-F	Foto	33	Sede da Escola Técnica de Comércio - SENAC	1955	Colégio Estadual Nestório Ribeiro	Weimer Carvalho
01-F	Foto	34	Sede da Escola Técnica de Comércio - SENAC	1953	Necy Freitas	Weimer Carvalho
01-F	Foto	35	Alunas formandas do GNR	1961	Museu Histórico Francisco H. Campos	Agostinho Carvalho
01-F	Foto	36	Alunas formandas do CBC			